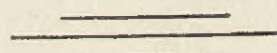
LISBOA ANTIGA

LISBOA ANTIGA

POR

JULIO DE CASTILHO



LISBOA
LIVRARIA FERREIRA
132—Rua Aurea—134

1885

COIMBRA — IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SEGUNDA PARTE

BAIRROS ORIENTAES

TOMO III

Plano de Lisboa no seculo XVI, segundo a gravura do THEATRUM URBIUM *de J. Braunio.*

OLISSIPPO *quæ nunc Lisboa, ciuitas amplissima Lusitaniæ, ad Tagum, toti9 Orientis, et multarum Insularum Aphricæque et Americæ emporium nobilissimum*



121 Sacellum D N consolationis super portam ferri. 122 Templum sancti Anthonj de Padua. 123 Templum Misericordiæ 124 Sacellum sancti Spirit9 de alfama. 125 Templum sancti Marcos 126 Templum sancti Blasij et sancte Luciæ 127 Templum sancti Ludouici 128 Templum sancti Spirit9 da pedreira 129 Ermita D N do monte.





Nonnulla alia. 130 Moles lapidum vulgo Cais da palha. 131 Carcer privat9 [illegible] 132 Domy mouete 133 Palatium Ducis de Aueiroa. 134 Palatium Ducis de Bragança 135 Palatium Marchionis de Vila real. 136 Palatium Comitis de Portalegre 137 Palatium Comitis de Redondo — 138 Palatium Comitis de Linhare 139 Praça dos Canos. 140 Sacellum D N de Palma ⊕ Putei publici

Campus S. Claræ

Tagus fluuius

Insigniora urbis Olisiponæ Regiæ

1 Castell[illegible] vulgo paços de Castello 2 Ripa regia vulgo paços da ribeira 3 Statuum regia vulgo paços dos Estaos [illegible] 4 Sanc[illegible] regia vulgo paços de santo Eloy [illegible] 5 Regnum portorium vulgo Alfandega 6 Domus frumentaria vulgo terreiro do trigo 7 Domus Indica [illegible] 8 Domus Indica noua 9 Armamentarium [illegible] 10 Hospitale omnium Sanctorum 11 Platea [illegible] vulgo Rocio dicitur 12 Platea quæ vulgo pilorinho [illegible] dicitur 13 Via noua mercatorum amplissima 14 Fons uberrim9 sex canalibus deriuatus vulgo chafariz del Rej. 15 Forum olitorium et piscatorum vulgo Ribeira 16 Domus Senatoria ubi carcer publicus, q vulgo Limoeiro dicitur. 17 Castelli cuatati. 18 Circuitus [illegible] circumdatus, q vulgo [illegible] dicitur 19 Moles [illegible] vulgo [illegible] 20 Fornaces ad conficiendum calcem 21 Moles lignorum vulgo Cais da madeira 22 Locus ubi rudentes [illegible] vulgo Cordoaria noua 23 Scholæ generales ubi antiquitus scientiæ profitebantur nunc [illegible] Conimbricæ 24 [illegible] Taco de madeira Monasterium [illegible] 25 Monasterium S Francisci ordinis Franciscanorum. 26 Monast. S Mariæ do carmo Carmelitarum 27 Monast. Trinitatis. 28 Monast. S Dominici prædicatorum. 29 Monast. S Eloi ordinis sancti Ioannis 30 Monast. S Vincentij Canonic. regularium 31 Mon. S Mariæ da graça, ordin. Augustin. 32 Collegium sancti Rochi Jesuitarum. 33 Collegium et Scholæ S Anton[illegible] [illegible] 34 Collegium [illegible] 35 Monast. Saluatoris [illegible] 36 Monast. D N da nunciada [illegible] 37 [illegible] D N da esperança [illegible] Monast. sanctæ [illegible] sanctæ Claræ Portæ in vete[illegible] 41 Porta ferri 42 Porta maris vetg [illegible] vulgo da Rua das Canastras 43 Porta maris ad [illegible] 44 Porta sanctis regij vulgo portado do [illegible] del Rej 44* Postigo do conde de linhares 45 Porta sancti Petri 46 Porta Solis 47 Porta alfofa 47* Porta sancti georgij 48 Porta de dom Fadrique. 49 Porta do Monis Portæ in noua urbe 50 Porta sancti Laurentij vulgo postigo de S Laur 51 Porta quæ vulgo [illegible] do moniz 52 Porta q dicitur portigo da [illegible] 53 Porta quæ dicitur [illegible] 54 Porta sanctæ [illegible] vulgo postigo de [illegible] 55 [illegible] 56 Porta [illegible] 57 Porta sancti Roque [illegible] portigo de san Roque. 58 Porta q dicitur postigo da trindade 59 Porta sanctæ Catharinæ 60 Porta [illegible] 61 Porta q dicitur do Corpo santo. 62* Porta q dicitur dos Cabertes. 62 Porta quæ dicitur dos Corte reais. 63 Porta [illegible] 64 Porta quæ dicitur do almazem. 65 Porta quæ dicitur arcos dos pregos 66 Porta q dicitur portigo da moeda. 67 Porta quæ dicitur arco dos pregos. 68 Porta q dicitur arco dos bar. [illegible] vulgo [illegible] da Ribeira 70 porta q dicitur [illegible] 71 Porta noua. Maris vulgo porta do mar 72 Porta do chafaris dos cauallos 73 Porta q dicitur postigo da [illegible] 74 Porta da Cruz 75 Porta S Vincentij 76 Porta q dicitur portao de san Vincente [illegible] 77 Postigo [illegible] da graça 78 [illegible] 79 Postigo [illegible] alfama Ecclesiæ parochiales. 80 Templum maximum sedes Archiepiscopalis. 80 Tem. [illegible] Juliani 81 Temp. S Magdalene 82 Tem D N conceptione. 83 Tem S Nicolai 84 Tem S Iustæ 85 Temp. S [illegible] 86 Tem S Sebastiani da mouraria 87 Temp S Anthonij in Collegio Jesuitarum. 88 Tem S Laurentij 89 Tem S Chrystophori 90 Tem S Mametis. 91 Tem S Georgij. 92 Tem S Bartolomei 93 Tem S Iacobi 94 Temp S [illegible] 95 Tem [illegible] 96 Tem [illegible] monasterio [illegible] 97 [illegible] 98 [illegible] 99 Tem S [illegible] 100 Tem [illegible] in monasterio 101 Tem S Stephani 102 Tem D N de paraiso 103 Tem S Michelis 104 Tem S Petri 105 Tem [illegible] 106 Tem S Sebastiani da [illegible] 107 Templum [illegible] 108 Tem S Pauli 109 Tem D N da Esperança in monast. Vestalium 110 Tem D N de loreto 111 Tem Trinitatis monasterio 112 Tem D N [illegible] 113 Tem S Anæ in Monasterio 114 Tem fidelium dei 115 Temp S Catharinæ 116 Tem das chagas 116* Tem D N da victoria. Alia templa vel sacella 117 Sacel D N 118 Sac. Corporis sancti. 119 Sac S Thomæ. 120 Sac D N Oliueæ.

Back of
Foldout
Not Imaged

Á

MEMORIA

DO

Visconde de Almeida Garrett

CONSAGRA

O autor.

AO LEITOR

Deixámos no fim do ultimo volume Lisboa conquistada aos moiros, depois de presencearmos, quasi dia por dia, o drama sanguinolento da sua lucta.

Vamos agora assistir á sua christianisação pelo nosso primeiro soberano, devassar e estudar os actos d'elle como fundador e administrador.

Dediquei de todo o coração este livro á memoria de um dos nossos maiores poetas, do maior dos nossos dramaturgos, do instaurador do movimento romantico em Portugal, de um dos escriptores mais finamente artisticos da peninsula.

Tratando de arte portugueza, podia esquecer-me o nome do visconde de Almeida Garrett?

Sirva pois esta homenagem espontanea de discipulo a grande mestre, para comprovar quanto são estreitas, quanto são intimas, as relações filiaes do meu espirito com o seu.



LIVRO IV

Lisboa christã — El-rei D. Affonso
Fundações

O foral de Lisboa — Sancta Cruz do Castello — A Sé
O bispo D. Gilberto

As Igrejas e mosteyros q̃ de sua fazemda fũdou e edificou dizẽ q̃ foram cl.

Duarte Nunez do Liam, *Chron. delrey D. Affonso Henriques.*

CAPITULO I

El-rei D. Affonso Henriques.—O seu foral concedido á nova Lisboa em 1179.—O que vinha a ser *foral*.—Protecção do foral á industria ceramica.—As olarias dos bairros orientaes de Lisboa.—O pucaro da rainha Sancta Izabel.—Anecdota gloriosa acontecida com Pedro de Mello á meza d'el-rei D. João II.—Um pucaro mortifero.—Os pucaros de barro ás mezas elegantes do seculo XVII.—O cangirão.—Digressão sobre as alcunhas nos nobiliarios.—Etymologias do pucaro.—Locuções vernaculas.—Os pucaros do paço no principio d'este seculo.—O celebre Romão oleiro.—As actuaes olarias.

Para qualquer homem d'alma, ha de ser gosto sobrehumano o ir vendo, como Affonso, a realisação rapida de tão elevados designios. Á luz das idéas religiosas da era, vejo n'elle um civilisador.

A cidade de Lisboa a moiros filhei[1], *e para serviço de Deus a entreguei*—exclama com satisfação intima no seu foral o conquistador christão.

E andava em continuada faina, ora ao norte ora ao sul, girando sempre, incutindo a tudo movimento. Não cabe aqui (nem é para o meu pulso)

[1] Pilhei, tomei.

o que em geral realisou na politica do reino; baste dizer-se, que lhe deveram immenso os progressos especiaes de Lisboa, e que ainda avultam em muita parte vestigios inequivocos da sua mão.

Amesquinhem-n'o embora; vilipendiem-n'o os anti-monarchistas, com o fito em minar pela base a gloria de tres dynastias. Digam o que disserem; o vulto d'elle tem um pedestal que se não alue. As imperfeições de Affonso Henriques são as do seu tempo; as suas qualidades altas pertencem aos seculos.

Vimos de relance uma parte minima do que na guerra praticou; vejamol-o, tambem de relance, no regaço da paz.



Comecemos, no campo administrativo, pelo *foral* que el-rei concedeu á nova cidade christã, e juntamente ás villas de Almada, Palmella, e Alcacer, em Coimbra, no mez de maio de 1179; já lá iam trinta e dois annos![1].

D'onde proviria tanta demora? confesso que não sei; pergunto apenas: teria esta concessão do foral á cidade de Lisboa alguma correlação com a outorga do titulo de *rei* a Affonso Henriques pelo pontifice Alexandre III n'esse anno de 1179?[2].

[1] *Portug. Mon..—Leg. et cons.*—pag. 396.

[2] Foi então que esse Sancto Padre, no vigesimo anno do seu pontificado, concedeu ao filho do conde D. Henrique o titulo de *rei*, segundo diz o cardeal Baronio no tomo XIX dos seus *Annales ecclesiastici*. Antonio Paggio, seu douto commentador, observa que nem aquelle autor, nem o cardeal de

Recordo ao leitor, que *foral* se chamava o documento de isenções, privilegios, e franquias, outorgado pelo rei, e muita vez pelo senhor aos logares, cidades ou villas, da sua jurisdicção. Era, por assim dizer, a constituição a retalho, a carta constitucional do logarejo. Pelo foral se regulavam os povos, e por elle se dirigiam na cahotica administração dos seus munícipes os homens da governança da povoação, ou *alvazís* do municipio.

Compunha-se a corporação municipal lisbonense, diz muito bem o sr. Eduardo Freire de Oliveira[1], *de um certo numero de* ALVAZÍS (magistrados judiciaes e municipaes, hoje vereadores) *que nos não é possivel determinar, do procurador do concelho, e ainda de outros magistrados de ordem secundaria. Estava encarregada, sob a immediata jurisdicção do* ALCAIDE-MÓR (funccionario nomeado pelo soberano, com attribuições civis e militares), *de todos os negocios administrativos e judiciaes do concelho; mas nos assumptos mais importantes do governo reunia-se em* RELLAÇOM *com as pessoas notaveis e abastadas da cidade, que eram os chamados* HOMENS BONS.

Estas assembléas consultivas e deliberativas com os *homens bons*, celebravam-se umas vezes nos paços

Aguierre na sua *Collect. Concil. Hispaniæ* apresenta a bulla do Summo Pontifice. Até então era D. Affonso tratado pelo titulo de *rei* nas cartas de todos os demais principes christãos; mas nas lettras pontificias só lhe era dado o tratamento de *dux*, tendo-se elle desde 1140 constituido tributario da Santa Sé.

[1] Na sua preciosa obra, em via de publicação, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, pag. 1.

do concelho, outras (aponta o diccionarista Moraes) nas egrejas ou seus alpendres. *Foral* se chamava pois não só o documento outorgado, mas tambem a reunião das juntas, e dias de *foral* os determinados para ellas.

Onde ha hoje quadro mais *liberal,* do que o d'estes parlamentos locaes das eras primitivas do chamado obscurantismo?

Existe nos archivos da camara de Lisboa o foral autographo concedido á cidade; e conjectura Herculano, no breve prologo latino anteposto a este documento na edição dos *Portugalliæ Monumenta,* que fosse concedido pelo infante D. Sancho nos ultimos tempos do reinado de seu pae, quando, pela decadencia senil do reinante, se achava o herdeiro presumptivo investido no governo do reino[1].

Em tão importante constituição local, que deixo transcripta e annotada no fim do presente volume, vejo clara a intenção de se protegerem os commercios varios e industrias cidadãs, com a mira em attraír moradores. *E os moradores de Lisboa hajam livremente tendas, fornos de pão, convem a saber, e de ollas.*

Ollas eram panellas e outros vasos de barro. D'ahi vem o *oleiro,* e a *olaria.* Provavelmente a natureza dos terrenos para as bandas do almocavár

[1] Póde o leitor, além dos *Portugalliæ Monumenta,* consultar umas valiosas annotações ao texto do foral, feitas pelo sr. João Carlos de Sequeira e Silva, estudioso empregado da camara municipal, nos *Annaes do municipio de Lisboa,* de 1856, n.os 14 e seg.

animou a industria, que alli vemos ha já seculos, representada ainda hoje por muitas e boas olarias, e tão notoria, que deu nome ao sitio.

*

Que historia podiam ter as olarias d'aquelle lado norte-oriental da cidade! O barro dá para muito. Já se refere a ellas, e com louvor, o padre Duarte de Sande na sua descripção da Lisboa quinhentista[1].

A ceramica (restrinjo-me á lisboeta) possue physionomia especialissima, que fere as vistas aos estrangeiros; e a nós, só por muito habituados nos não prende. Sem fallar nas tentativas do marquez de Pombal para a elevação da ceramica, nem na sua fabrica do Rato, nem no seu alvará de 7 de novembro de 1770, limitar-me-hei ás producções da arte rasteira que vive da terra. O *pucarinho,* a rechinar como frigideira ao contacto da agua; o *rouxinol,* assobio lyrico-pastoril das estrelladas noites de Sancto Antonio e S. João na praça da Figueira; o *muringue,* tão saboreado e serviçal nos serões torridos de agosto; a *bilha,* ou *quarta* caseira, o *alcatruz* todo arabe da nora, o modesto *vaso* de fórma pre-historica do manjaricão e da saudade, a *telha* moirisca dos telhados nacionaes; em summa, todas as variadas fórmas a que se

[1] *Lisboa em 1584*—artigos no *Archivo Pittoresco,* tom. VI, publicados pelo meu erudito amigo o sr. Antonio José de Figueiredo.

adapta o barro, graças ao *genio* do pobre oleiro, tudo isso tem as suas chronicas, as suas historietas, as suas illustrações.

*

Para começar:

A primeira vez que me lembro de ter encontrado *pucaro* em altas regiões, remonta ao seculo XIV, aos dias da rainha sancta.

Diz Ruy de Pina[1], que por abstinencia piedosa costumava a soberana vedar a si propria o uso do vinho. Uma vez, achando-se fraca e extenuada de jejuns e trabalhos, receitaram-lh'o os physicos do paço; mas nem assim ella podia acabar comsigo que o bebesse. Teve sêde; pediu agua; trazem-lhe um *pucaro*. Ao leval-o á bocca, repara que se lhe transformara o conteúdo em vinho. Veio outro; repetiu-se o milagre, ou isso que a lenda piedosa conservou como tal.

*

Seculos depois, apparece-me outro pucaro egualmente nobre, que está reclamando aqui o seu logar; é nada menos que d'el-rei D. João II. Vamos ao caso, conforme Garcia de Rezende[2].

Como se sabe, serviam á meza dos monarchas os primeiros senhores da côrte. Estava uma vez de serviço Pedro de Mello (filho do 7.º senhor de

[1] *Chron. d'el-rei D. Diniz*, cap. II.
[2] *Chron. d'el-rei D. João* II, cap. LXXXVII.

Mello, Martim Affonso de Mello, e de D. Brites de Sousa)[1]. Quando atravessava a sala, desequilibra-se, talvez por dar n'algum tapete, inclina a salva, e deixa caír no chão, fazendo-se em astilhas, o malfadado pucaro, que el-rei pedira, e esperava. Riso geral nos circumstantes; confusão indizivel no acabrunhado servidor.

Então el-rei... (alma grande! nas pequenas coisas é que se ellas mostram!) franzindo o sobr'olho, com um franzir que elle sabia, que era de fazer estremecer as carnes, exclamou firme e severo, com o seu modo vagaroso, e no tom nazalado que lhe attribue Rezende:

— A que vem tanto riso? Caíu, sim, o pucaro da mão de Pedro de Mello; mas isso que monta? Nunca lhe caíu do punho a sua valente espada; essa não.

Basta ás vezes um dito assim para ressuscitar um morto.

D'ahi avante, ficou ao Mello a invejavel alcunha de *o do pucaro*, e por ella é conhecido.

*

Dois reinados depois, ainda os pucaros tinham fôro grande, e logar distincto á meza d'el-rei D. Sebastião; a elles apegava o juvenil soberano com delicia os seus rosados e grossos labios austriacos, segundo contam viajantes quinhentistas. Quando, por exemplo, esteve de visita no paço da Alcaçova

[1] *Hist. gen. da casa real*, t. XII, p. 1, pag. 434.

o cardeal Alexandrino em 1571, e lá jantou, viu, á meza onde el-rei comia, um grande vaso de prata cheio de agua, a qual se deitava para um pucaro de barro vermelho muito fino e luzidio, por onde o senhor D. Sebastião bebeu seis vezes[1].

Era barro de Estremoz; d'elle se fabricavam, e fabricam ainda lindos jarros, bilhas, e pucaros, pelos quaes, diz o Venturino redactor da relação da supramencionada viagem, costumavam *beber os fidalgos, e até o proprio rei*[2].

*

Na batalha de Alcacer-Quibir houve um pucaro que matou um homem; foi excepção; os outros limitam-se a matar a sêde. Eu conto.

Exhausto de cançasso, encheu D. Rodrigo de Mello, filho do segundo marquez de Ferreira, um pucaro de agua n'um ribeiro; e ao acabar de bebel-o, quando ainda de bocca aberta saboreava o liquido restaurador, entrou-lhe um pelouro por ella dentro... e acabou-se[3].

*

No seculo XVII era o pucaro acceito ás mezas mais polidas, conforme a regra da etiqueta elegante que nos deixou Rodrigues Lobo na *Côrte*

1 *Viagem do cardeal Alexandrino.* — Vem isso no *Panorama*, e nos *Opusculos* de Herculano, t. VI, pag. 89.

2 *Ibid.*, pag. 66 e 67.

3 J. C. Feo, *Os Duques*, pag. 25.

na aldeia[1]: *O beber seja sem pressa e com tento, não levantando o copo nem o pucaro quando outrem o tem na bocca.*

Não revelam estes usos parentesco estreito com o do cangirão cheio de leal vinho verde, que ainda em muitas casas da provincia corre de roda, irmanando, com uma graça familiar e patriarchal, a todos os convivas successivamente nas libações do altar da meza?

Beber no mesmo pucaro, ou copo, ou taça, *eodem poculo bibere,* diziam os romanos de alguem que seguisse o mesmo mau caminho e passasse os mesmos trabalhos de outro. Provar do mesmo fel, diz o nosso povo.

Antes provar do mesmo leal vinho verde pelo mesmo grosso cangirão!

*

Voltarei agora a atar o fio no caso da alcunha de Pedro de Mello.

Nos nobiliarios, que são galerias de quadros de costumes, representa a alcunha em Portugal muito notavel papel. Poucas haverá, creio eu, para tanta ufania como aquella.

*

Reparando bem:

Umas alcunhas proveem de predicados ou de maculas physicas, como provieram os appellidos

[1] Dialogo XII.

romanos de Nasão ou Cicero. Que o diga D. João Manuel, a quem, por ser muito branco e loiro, chamaram *o alabastro*[1]; D. Diogo de Castro, *o magro*[2]; D. Fernando de Castro, tambem *o magro*[3]; talvez o celebre Alvaro Gonçalves Coutinho, *o magriço*[4]; D. Rodrigo de Castro, a quem o feitio dos omoplatas impoz o distinctivo de *o hombrinhos*[5]; D. Pedro Portocarrero, castelhano, a quem um vicio qualquer de conformação no estribo ou no martello fez conhecer pelo *surdo*[6]; D. Fernando de Menezes, *o narizes*[7]; D. João de Noronha, *o dentes*[8]; Diogo Lopes de Sousa, que talvez por muito intonso de barba denominavam *o barbarrão*[9]; ou D. Francisco de Menezes, a quem, provavelmente pela sua apparencia carrancuda, pozeram *o Barrabás*[10].

*

Outras, está-se a ver que nasceram de predicados intellectuaes e moraes. Que o digam D. João de Almeida, senhor de Avintes, *o sabio*[11]; Luiz da

[1] *Hist. gen.*, t. XI, pag. 402.
[2] *Id.*, t. XII, p. II, pag. 889.
[3] Damião de Goes, *Chron. d'el-rei D. Manuel*, p. IV, cap. XXXIV.
[4] *Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 476.
[5] *Id.*, t. X, pag. 893, t. XII, p. II, pag. 933.
[6] *Id.*, t. XI, pag. 396.
[7] *Id.*, t. XI, pag. 914.
[8] *Livro dos grandes*, pag. 98.
[9] *Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 569.
[10] *Id.*, t. XII, p. I, pag. 353, t. XI, pag. 698.
[11] *Id.*, t. X, pag. 837, t. XII, p. I, pag. 395.

Silveira, o *Avicena*[1]; Alvaro Vasques de Sousa, o *cavalleiro*[2]; ou Ruy Dias de Sousa, a quem, pela recordação do seu glorioso homonymo Ruy Dias, cognominaram o *Cid*[3].



Outras commemoram actos de força e valentia. Que o digam Ruy de Mello, a quem, talvez por algum feito herculeo, appellidaram o *punho*[4]; D. João Garcia de Sousa, de quem um dos nossos reis, seu companheiro de lides no seculo XIII, ao vel-o chegar n'uma batalha todo a escorrer sangue, disse: «Vens como um pinto»; d'onde lhe ficou a alcunha gloriosa do *pinto*[5]; Antonio de Sousa de Menezes, governador do Brazil no fim do seculo XVII, que, tendo perdido um braço na campanha de Pernambuco, o supprira por outro de prata, d'onde lhe veio o distinctivo de o *braço de prata*[6]; D. João da Gama, filho do segundo conde da Vidigueira, e tratado pela alcunha do *Baroche*, por ter destruido essa cidade na India[7]; D. Garcia de Eça, que por militar longos annos na Africa, e se ter, por assim dizer, identificado com o trato da moirama, mereceu o distinctivo joco-serio de

[1] *Hist. gen.*, t. XI, pag. 768.
[2] *Id.*, t. XII, p. I, pag. 290, p. II, pag. 712 e 779.
[3] *Id.*, t. XII, p. I, pag. 590.
[4] *Id.*, t. XII, p. I, pag. 105.
[5] *Id.*, t. XII, p. I, pag. 239.
[6] *Id.*, t. XII, p. II, pag. 983, t. XI, pag. 895.
[7] *Id.*, t. X, pag. 641.

Çoleima[1]; ou emfim, um dos mais illustres avoengos da casa de Abrantes, o velho João Rodrigues de Sá, no seculo XIV, a quem um acto de ousadia no cerco de Lisboa pelos castelhanos, impôz por antonomasia o cryptónimo de *o das galés*[2].

*

Outras alcunhas deixam de ser epicas, e limitamse apenas a ser gaiatas. Que o demonstrem: Diogo Lopes de Sousa, que pelo seu genio inquieto ficou *o traquinas*[3]; Jorge de Sousa, no seculo XVI, a quem as damas do paço pozeram *o diabo,* pelas muitas travessuras que lá fazia em pequeno[4]; ou D. Gonçalo Annes Tello, a quem talvez as suas finuras deram o cognomento de *o raposo*[5]; ou João Gomes, o *cheira-dinheiro*[6]; ou João Fernandes, *o*

[1] *Hist. gen.,* t. XI, pag. 706.

[2] Certamente a gloriosa alcunha d'este nobre antepassado da casa de Abrantes proveio da maneira brilhantissima como elle se houve n'uma escaramuça medonha de portuguezes com castelhanos, quando estes nos quizeram uma vez, durante o cerco de Lisboa em 1384, roubar umas galés na Ribeira. Quem lê o cap. 139 da *Chron. d'el-rei D. João* I por Fernão Lopes, vê aquella alcunha honrosa ressaltar da narrativa.

Lembro-me de que um dia, em 1863, no palacio de Sanctos, o marquez de Abrantes D. José Maria da Piedade de Lencastre me mostrou, entre outros, um retrato antigo a oleo, que elle por algumas inducções julgava representar o grande João Rodrigues *das Galés.*

[3] *Hist. gen.,* t. XII, p. I, pag. 484.

[4] J. C. Feo, *Os Duques,* pag. 185.

[5] *Hist. gen.,* t. XII, p. I, pag. 599.

[6] Damião de Goes, *Chron. d'el-rei D. Manuel,* p. IV, cap. II.

Merca-tudo, que pela sua maravilhosa ganancia, e pela sua astucia em alborcar, conseguiu deixar nome a certa rua á Esperança, e entroncar-se em familias illustres.

*

Outras significam simplesmente origem territorial. Hajam vista Fernão de Sousa, que por ser senhor da quinta da Labruja, termo da Gollegã, ficou *o Labruja*[1]; ou um segundo Fernão de Sousa, o *da Botelha,* por ser da quinta da Botelha[2].

*

Outras são mais vagas e prendem (quem sabe?) em circumstancias fugitivas. Por exemplo: a de João de Sousa, *o romanisco,* quiçá por ter feito demorada viagem a Roma, onde foi embaixador[3]; a de Diogo de Sousa de Vasconcellos, chamado *o gallego,* porque sua avó era de Galliza[4]; a de Gil Eannes de Magalhães, *o cavalleiro,* pelo ter sido, segundo pensam alguns, da Jarreteira, ou do Tosão[5]; a de D. Henrique de Menezes, a quem alguma predilecção de trajo ou côr poria o nome de *o roxo*[6], como certa especie de calçado deu o cognomento de Caligula; ou finalmente a de Fran-

1 *Hist. gen.,* t. XII, p. II, pag. 765 e 770.
2 *Id.,* t. XII, p. I, pag. 125, e 338; p. II, pag. 719.
3 *Id.,* t. XII, p. I, pag. 479 e 529.
4 *Id.,* t. XII, p. I, pag. 409.
5 *Id.,* t. XI, pag. 743.
6 *Id.,* t. XII, p. II, pag. 1136.

cisco de Sá, a quem, para o distinguirem de outros Sás e outros Franciscos, chamavam *tout bonnement* o *dos oculos*[1].

*

Depois, seguem alcunhas capazes de dar a perros os mais sagazes e versados. Exemplos:

Quem me dirá por que pozeram a um Antonio de Mendoça o *martello?*[2] a um Manuel de Mello *o salmonete?*[3] a um João Fernandes de Andrade *o do Arco?*[4] a um João Alvares *o gato?*[5] a um Lopo Vaz *o torrão?*[6] a outro Antonio de Mendoça *o chús?*[7] ao 4.º conde de Val-de-Reis Nuno Manuel de Mendoça *o marmelada?*[8] a um João Rodrigues Pereira *o marramaque?*[9] a um terceiro Antonio de Mendoça *o marateca?*[10] a um D. João da Silva *o galindo?*[11] a um D. Luiz Coutinho *o cavaco?*[12] a

[1] *Hist. gen.*, *Provas*, t. VI, pag. 646.

[2] *Id.*, t. XII, p. II, pag. 749.

[3] *Id.*, t. XI, pag. 665, t. XII, p. I, pag. 346.

[4] *Id.*, t. XI, pag. 711.

[5] Garcia de Rezende, *Chron. d'el-rei D. João* II, cap. LXXXIX.

[6] Id., *ibid.*, cap. XX.

[7] *Mem. dos Duques*, pag. 769.

[8] *Mem. dos Duques*, pag. 777.

[9] *Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 412; — Garcia de Rezende, *Relação da entrada d'el-rei D. Manuel em Castella.*

[10] *Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 445.

[11] *Id.*, t. XII, p. I, pag. 478, e 497. — No cap. X da *Chron. de D. João* II por Garcia de Rezende falla-se de um combate singular entre um João da Silva, camareiro-mór do principe D. João (depois rei D. João II), e um capitão castelhano, por appellido *Galindo*, no cerco de Ouguella.

[12] *Id.*, t. XII, p. II, pag. 888.

um D. Fernando Garcia de Sousa *o esgaravanha?*[1] a um D. Jeronymo de Noronha *o bacalhau?*[2] ou a um D. João de Eça *o catarraz?*[3].

*

E já o leitor familiar de tombos antigos está a conhecer que não menciono outras alcunhas (algumas muito pittorescas, porém muito nuas e cruas para ouvidos modernos) conservadas no *Nobiliario* do conde D. Pedro, no *Livro velho* e seus appensos, etc., etc.

Paremos aqui. Fallavamos de Pedro de Mello, *o do pucaro;* e á sombra d'elle é que entrou todo esse regimento. Continuemos.

*

Os pucaros, descidos hoje de cumes sociaes tão elevados, conservam-se como ministros do pote de agua na cosinha. Apenas. Já não teem nome na sociedade; só os conhecem e manuseiam os serviçaes domesticos.

Creio ainda assim, que, segundo acontece com todas as realezas decaídas, hão de, lá uns com os outros, relembrar alguma vez a sua genealogia etymologica, genealogia que o diccionarista Lacerda vai entroncar, e muito bem, no *poculum* latino.

1 *Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 240.
2 *Id..* t. XI, pag. 687.
3 *Id.*, t. XI, pag. 676.

E é tudo quanto podem blazonar, coitados! A lingua vernacula de Vieira conservou-os muito tempo em duas locuções, mas esqueceu-as. Beber uma coisa como quem bebe *um pucaro de agua* significava não fazer escrupulo de tal ou tal acção. Hoje empregamos *copo*.

Dar aos seus convidados *um pucaro de agua* queria dizer o que hoje substituimos por um *lanche*, talvez; refeição que nem é almoço nem jantar. Depois da recepção houve *um copo de agua*, ainda alguns dizem. El-rei foi a bordo, e o commandante deu-lhe *um copo de agua*.

*

Vou concluir.

Mas perdão: ainda sem largar das mãos o *pucaro*, desejo commemorar um uso que desappareceu da nossa côrte. Não me consta que ao entrar de semana o duque de Loulé, o sr. marquez de Pombal, o sr. conde de Ficalho, ou o sr. João de Mello, lhe seja entregue na Ajuda, ou nas Necessidades, por algum porteiro da cana um pucarinho ou uma quarta de barro, como emolumento do logar de veador, camarista ou official ás ordens. Pois ainda no primeiro quartel d'este seculo assim era costume com os personagens do serviço real.

Viria o uso de mais longe? é provavel. Vi isso n'uma nota de Francisco de Figueiredo ao *Theatro* de seu irmão Manuel[1]. E ahi mesmo conservou aquelle idólatra da gloria fraterna outros pormenores que teem valia agora:

[1] Tom. XIV, pag. 519.

Subindo a calçada *de Agostinho Carvalho* (socegue o leitor; não saímos do assumpto; estamos em plenas Olarias) á esquerda, em baixo, ficava no seculo passado a fabrica do celebre Romão oleiro, que fazia umas bilhinhas que eram uma delicia em novas (quando serviam muita vez perdiam a graça), e uns pucaros de massa muito delgadinha, e com figuras em meio relevo. Toda a gente apreciava immenso os taes pucarinhos do Romão, que faziam a agua muito fresca; e diz Figueiredo, que muitas mulheres ao acabar de beber trincavam o barro e comiam-n'o.

Hoje não vejo lá olaria, mas sim no lado fronteiro, ao meio da calçada. Observo, porém, no referido lado esquerdo um pequenino largo com um poço. Talvez fosse ahi; as olarias são como as alfaces; precisam muita agua. Ainda em 1852 este poço era pertença de uma barraca velha, que se demoliu no verão d'esse anno, reparando-se o poço pela fórma por que existe [1]; e quinze annos depois, em sessão da camara municipal de 3 de junho de 1867, o sr. vereador Namorado propôz, e a camara approvou, que no mesmo poço se collocasse uma bomba, para a qual contribuiram os moradores com 18$000 réis [2].

[1] *Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1852,* pag. 62.

[2] *Arch. mun. de Lisboa,* 1867, n.º 388, pag. 3139.

Em objectos de barro, diga-se a verdade, trabalha-se bem em Lisboa, e ha já seculos; testemunha o padre Duarte de Sande, já citado, que em 1584 menciona com encarecimento a *muita perfeição* das olarias d'aquella encosta, e a excellencia do fino barro de Lisboa[1].

Creio que tem havido progresso. Por alli encontro figurinhas já muito acceitaveis, e pratos menos maus. No tri-centenario de Camões até se fizeram medalhões commemorativos, e bons bustos de Camões e Gama. Ainda bem, e avante![2].

[1] *Lisboa em 1584—Arch. Pitt.*—t. VI, pag. 92.

[2] Em 1849 (diz-m'o o *Almanack Popular*, pag. 117) havia por alli as seguintes olarias:

—*Calçada do Monte*—De Bento José Gomes de Brito; ainda existe.

—*Largo das Olarias*—De Bernardo A. Martins; não a vejo.

—*Calçada de Agostinho Carvalho*—De Domingos Maia; ainda existe.

—*Rua da Bombarda*—De Joaquim José Ramos; não a vejo.

—*Rua direita dos Anjos*—De José Antonio Quintino; não a vejo.

Hoje ha no *largo do Intendente* uma bellissima fabrica do sr. Antonio da Costa Lamego, fundada em 1849, e cuja casa foi edificada em outubro de 1863, segundo se deprehende de uma phrase incidente do *Arch. mun. de Lisboa*, de 1863, n.º 199, pag. 1588.

CAPITULO II

Continúa o autor a desfiar o foral lisbonense. — Protecção aos ferreiros e pelleiros. — A industria do ferro e as Ferrarias. — É chamado Gil Vicente. — Novos dados do foral. — Por elle ficam os homens de armas recebendo honrada aposentadoria. — Os vencidos. — Tolerancia d'el-rei para com a moirama. — Citam-se o *Indiculum*, e a *Historia de S. Domingos* por Frei Luiz de Sousa. — Testemunho de Herculano. — Carta outorgada por el-rei D. Affonso aos moiros. — Os moiros bailadores e tangedores. — As côrtes antigas e as moirarias do reino. — A Moiraria de Lisboa. — Entra no capitulo a Maria Parda do grande troveiro. — Passeio pela actual rua da Moiraria. — Festas do sitio: a procissão do Ferrolho; a da Saude, os leilões do Soccorro, a funcção do Senhor dos Milagres. — Pintam-se essas festas antigas com a palheta de Jorge Ferreira. — Analysam-se os tributos impostos aos moiros vencidos. — Tributo de capitação; azaqui, alfitra, etc. — Os *salaios*, e os nossos actuaes *saloios*. — Vem a proposito uma visita de moiros a el-rei D. Affonso XII de Hespanha.

Agora voltando ao foral: isentavam-se tambem de fôro os officios de *ferreiro, sapateiro*, e *pelliteiro, peligueiro, peliceiro*, ou *peliqueiro*, que assim se designavam os *pelleiros* e *surradores*, operarios em pelles, de que havia então muitos; e ainda por cima dava-se casa aos mecanicos que não a tivessem.



Na antiga industria do ferro, parece-me encontrar vestigio claro da protecção que lhe concediam os nossos reis; é a carta em que o senhor D. Affonso v permitte ao duque de Bragança D. Affonso que estabeleça uma grande ferraria no termo da sua villa senhoril de Bragança, o isenta de sizas, e lhe confere outros privilegios [1].

As operosas ferrarias de Lisboa, que serviam as armadas reaes, ficavam no seculo xv, e ainda nos principios do xvi, no que veio a ser Terreiro do Paço, defronte das casas da India e da Mina. Pelas cartas regias de 1 e de 28 de junho de 1509 houve por bem el-rei D. Manuel mandal-as mudar para mais longe, *porque alli,* diz elle, *faziam muito nojo,* e transferiu-as para junto da estacada ou ponte de madeira além da porta da Oura (pouco mais ou menos entre a nossa Ribeira Nova e a Moeda), onde mandou construir barracas para aquellas officinas, *por ser o logar mais conveniente para o despacho e aviamento das nossas armadas* [2].

Outro rasto semi-apagado de antigas *tendas* de ferro é o nome de *rua da Ferraria velha* que ainda no seculo xvi se conservava n'uma viella da freguezia de S. Bartholomeu, para a distinguir das

[1] *Hist. gen., Provas,* t. III, pag. 501.

[2] Arch. da cam. mun., livro III d'el-rei D. Manuel, fl. 29 e 30; documento citado pelo sr. Eduardo Freire de Oliveira a pag. 408 dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa.*

outras *Ferrarias*, que houve na freguezia de S. Julião e Magdalena, e á borda do rio, lá para Cataquefarás, de quasi todas as quaes acho provas antiquissimas.

Ó rua da Ferraria,

pranteava a Maria Parda de Gil Vicente,

Ó rua da Ferraria,
onde as portas eram mayas [1],
como estás cheia de guaias
com tanta loiça vasia!

*

Graças ao citado foral lisbonense, penetra-se um tanto no conhecimento de certos usos da sociedade d'então, e fica-se percebendo que, além da carne de vacca, era costume geral comel-a tambem de veado, e de zebra, não mencionando o vario pescado do Tejo e do alto.

Quer o autor do *Elucidario* que o vocabulo *zebra* (ou *zevro* como dizem os documentos antigos) significasse boi ou vacca, novilho, ou vitella. Não creio, visto que n'esta propria clausula do foral, observada pelo erudito Sancta Rosa de Viterbo, se distingue uma e outra carne: *Dent de foro de vaca unum denarium, et de zevro unum denarium.*

[1] Isto é, onde cada uma das portas das tuas tabernas apparecia d'antes tão enfeitada de ramos, como as maias na festa de Maio enfeitadas de flores e verdura.

Diz o sr. João Carlos de Sequeira e Silva, illustrado annotador d'este mesmo foral n'uma edição que saíu em 1856[1], que se inclina Alexandre Herculano a que *zevro* fosse algum animal hoje desconhecido aqui.

Com o devido respeito ao sagaz historiador, julgo que no foral se tratava propriamente da *zebra*, que hoje é só habitante da Africa, desde a Abyssinia até á colonia do Cabo, mas que em tempo antigo se deu, como em terras suas muito naturaes, nas valleiras e cerros das Hespanhas. Digo isto fundado no erudito artigo *Zèbre*, que li no diccionario de Larousse. Quanto a mim, fez o autor do artigo um bom apanhado da questão.

*

Tambem pelo foral se estuda alguma coisa da historia dos impostos indirectos das multas, direito de amanho de terras, etc.; dados preciosos para estatisticas, e avaliação das forças economicas do reino.

*

Quanto aos homens de armas, é bello ver o apreço, que o heroe de Ourique e de Lisboa consagrava aos seus servidores anciãos. Ao lermos as palavras d'elle, singelas e generosas, apparece-nos el-rei D. Affonso como um castellão velho entre os seus antigos servos. Organisou aposentadoria

[1] *Annaes do municipio de Lisboa*, 1856, n.os 14 a 18.

honrada (*reforma*, como hoje diriamos) para os seus veteranos, seus companheiros das batalhas, os soldados invalidos, os *cavalleirões da guarda velha* (conforme uma phrase salgada e pittoresca da *Eufrosina*), os *manetas*, os *braços de prata*, os *pés de ferro*, os *caras sem olhos* do Portugal nascente; aposentadoria nobilitada pela iniciativa d'aquelle colossal guerreiro, que só não sabia descançar.

«*Cavalleiro que envelhecer* — são as palavras textuaes do documento real — ... *assi enfraquecer, que batalha faser non possa, esteja em ssa honra*»[1].



Outro elemento havia emfim, com o qual teve el-rei a possivel tolerancia: os vencidos. Creio que o brilho da victoria não foi, por nossa parte, empanado das crueldades tão vulgares na idade media, crueldades que a minha penna hesitaria em descrever sem as cobrir de ignominia.

São fortissimos nos sarracenos o amor patrio e a saudade. Temperam-se-lhes esses sentimentos com a obediencia fatalista aos decretos de Allah, tão outra, ainda assim, da suave, digna, e affectuosa, resignação christã!

Os nossos tristes moiros de Lisboa, esses não

[1] Julgo que deve ler-se *esteja*, e que *esta* seria abreviatura. *Miles qui senuerit, vel ita debilitaverit quod exercitum facere non possit, stet in honore suo.*

tiveram que desamparal-a, porque a tolerancia magnanima do vencedor lhes acudiu.

— Tolerancia?! — exclamarão alguns. — Conveniencia, calculo, egoismo.

Bemaventurado *egoismo*, que redunda em proveito do proximo. Outro qualquer general passava tudo aquillo ao fio da espada.

Os autores da paraphrase do *Indiculum*[1] contam o caso em primeira mão. Oiçamol-os:

E entom, feyta esta obra (a conquista) *ficarõ hũs poucos de mouros, e eram caualeyros, e pedirõ por mercê a ElRei q̃ os nõ mandasse matar, e que lhes desse hũ logar apartado ẽ q̃ podessẽ laurar e criar; e q̃ ficassẽ por seus seruos pa sempre; e fazẽdolhes ElRei esta mercê, q̃ elles lhe mostrariã grandes tesouros daver q̃ hy iaziam escondidos.*

E na *Historia de S. Domingos* narra Frei Luiz de Sousa o resultado. Oiçamol-o tambem (prefiro que o leitor o escute a elle do que a mim):

Ficaram em alguns logares grandes d'este reino, depois de ganhados aos moiros pelo braço dos primeiros reis, bairros inteiros povoados dos mesmos moiros vencidos e sujeitos, onde d'antes eram senhores. Devia ser tenção dos reis, que ficassem assi, ou para ajudarem a cultivar a terra, falta então de moradores, ou tambem para irem, com a companhía dos catholicos, abrindo os olhos á verdade, e deixando a falsa seita.

E como lhes deixaram bairros separados para sua morada, em que ainda hoje dura o nome de MOIRA-

1 Veja-se a edição do sr. Nepomuceno, pag. 9 e 10.

RIAS, *permittia-lhes tambem a singeleza dos tempos antigos conservarem entre si as mesquitas*[1].

Principiou a instituição das *moirarias* junto aos grandes centros christãos, pondera judiciosamente Herculano[2], quando Castella e Leão se foram desenvolvendo, e absorvendo aos sarracenos peninsulares uma parte dos seus territorios.

Pondere quem fôr imparcial, se não foi esse o verdadeiro modo de assimilar a civilisação conquistada. Analogas tolerancias, segundo indiquei no logar proprio, praticaram os godos com os romanos: até determinaram que se conservassem todas as partições e confrontações territoriaes particulares do tempo antigo[3]; e não menor longanimidade administrativa mostraram tambem os moiros para com os godos.

Afim de não deslocar, bruta e inutilmente, tantos interesses ligados á sua nova povoação, consentiu pois el-rei, que, sob certas condições de mutua vantagem, habitasse junto ao elemento christão o elemento moiro forro.

Deu-lhes, *enseembra* com seu filho o infante D. Sancho, uma *Carta de fieldade e firmidooen*, datada de 1170. Ahi estatuia que podessem os moiros eleger entre si um alcaide para juiz nas suas queixas e desordens (funccionario a que no dominio sarraceno chamavam *cadi*)[4]. Tinham porém que

1 *Hist. de S. Domingos*, part. III, pag. 19.
2 *Panorama*, t. I, pag. 19.
3 Consultem-se os *Fori Judicum*, l. X, tit. II, nos *Port. Mon.*
4 Paquis, t. I, pag. 295, citando a Conde.

pagar annualmente um maravedi por cabeça[1], ou 2$326 réis da nossa actual moeda[2], logo que principiassem a ganhar pelo seu trabalho, já no fabríco das terras, já no adubío das vinhas reaes; dar a el-rei o dizimo de toda a obra que fizessem, tributo esse chamado *azaqui*[3]; pagar a *alfitra*, ou *alcavalla*, que era da propriedade[4]; e vender o azeite e o figo com um terço menos de lucro que os cidadãos de Lisboa[5].

Depois d'isso ficavam escudados de qualquer damno de christãos ou judeus. Era (apesar de tudo) um grande bem, principalmente n'um tempo em que, segundo nos demonstram os foraes e outros documentos, se perpetravam terriveis arruaças,

[1] *Em cada hũ anno senhos maravedis de cada hũa cabeça*, ou, na traducção latina, *singulos morabitinos ex singulis capitibus*.

[2] Sr. A. C. Teixeira de Aragão na sua admiravel obra *Descripção geral e historica das moedas*, etc., Lisboa, 1877, 8.º, 3 vol.

[3] Frei João de Sousa, *Vestigios*, pag. 83, citando a Mon. Lus.—*Elucidario* de Viterbo, verb. *Alfitra*.—No cap. XLI da parte II da *Historia dos arabes* de Conde ha uma nota sobre o tributo *azaqui*. Recommendo-a ao leitor, porque varía seu tanto das explicações de Viterbo e Sousa. Eu confesso-me leigo na materia, nem vale para mim a pena agora profundal-a.

[4] Fr. João de Sousa, *Vestigios*.

[5] Creio que é isto: *Et vendatis meos ficus et meum oleum quomodo vendiderint habitatores ville tercia parte de meis minus*. O texto portuguez parece-me inintelligivel: *E vendades os meos figos e o meu azeite como venderem os moradores da Villa a terça parte dos meos moyos.*

assuadas por motivos futeis, e até mutuos assaltos armados e escaladas ás casas particulares[1].



Eram portanto as moirarias o espaço concedido aos moiros para sua habitação, quasi sempre fóra e junto das cidades. Ahi se mantinham esses parasitas da civilisação nova, com leis e costumes muito seus, que os distanciavam de nós, mas ao mesmo tempo logravam prendel-os, e talvez affeiçoal-os, á colmeia christã.

Tinha a nossa moiraria por mesquita um acanhado templo, sito onde hoje vemos Sancto Antão o velho, vulgarmente *o Colleginho,* ao topo da rua do Capellão[2]; derradeiro baluarte do islamismo, derradeiro refugio da fé viva de tantos espoliados! Em roda d'essa mesquita conglobava-se muita moirama por viellas, hortas, e casaes, vivia das suas variadas agencias, auxiliava em muitos misteres os seus hospedeiros, e pagava-lhes a hospitalidade com tributos, serviços... e musica.



Musica? sim. Quem canta, seus males espanta — diz um antigo rifão. Talvez o conhecessem os moiros, e o repetissem na sua algaravia, visto como,

[1] *Port. Mon.—Leges et consuet.*—pag. 396.—Ahi se encontra o foral d'el-rei aos moiros forros.

[2] Damião de Goes, *Chron. de D. Manuel,* p. IV, cap. LXXXV.

para afugentar saudades, cantavam e dançavam, que era um louvar a Allah!

Gozavam grande fama as antigas danças moiriscas; descreve-as Bluteau compostas *de muitos moços vestidos á moirisca, com seus broqueis e varas a modo de lança;* e tinham, conforme a praxe, *um rei com alfange na mão, que dando o signal, se começava a travar ao som do tambor uma especie de batalha*[1]. Tudo isso são recordações, perpetuadas ao longo das idades, dos buliçosos tamborileiros, bailarins, tangedores, e cantadeiros arruados nas moirarias.

É frequentissimo pelas nossas antigas memorias encontrar menção de moiros dançarinos e cantores por officio. Herculano aproveitou bem esse elemento no *Monge de Cister*.

Todos se lembram da descripção das sumptuosas e nunca egualadas festas do casamento do principe D. Affonso filho d'el-rei D. João II, as mesmas que fizeram exclamar Garcia de Rezende na sua *Miscellanea:*

Que multidão de brocados,
chaparias e borlados!
que justas, momos, torneios!
que toiros, cannas, arreios!
que banquetes esmerados!
E que sala da madeira,
que ficará por memoria,
real em tanta maneira,
de perfeições tão inteira,
de tanta mundana gloria!

[1] *Voc. port. e lat.*, verbo *Mourisco*.

Toiros inteiros assados,
nau, bateis apendoados,
por engenho n'ella entravam;
entremezes, que espantavam!
uns idos, outros entrados.

Pois para lustre e grandeza d'essas solemnidades cortezãs, ordenou el-rei, que de todas as moirarias do reino concorressem a Evora os moiros e moiras que soubessem bailar e tanger; e a todos deu mantimento á farta, e vestuario, e dinheiro para a jornada[1].

Não havia festa grande sem baile. Quando o cardeal Alexandrino passou por Elvas em 1571, executaram os populares na presença d'elle a dança chamada *a Captiva;* constava *de oito moiros agrilhoados, que dançando á moda moirisca se declaravam escravos do legado*[2].

O officio rendia. Havia um *bailador de moirisca* no seculo XVI, senhor de varios predios em Lisboa; por signal que se chamava Manuel Fernandes Caroto, e era bailador d'el-rei D. João III, que lhe concedeu como privilegio em 1552 isenção de aposentadoria em tres casas d'elle sitas em Alfama[3].

[1] Garcia de Rezende, *Chron. de D. João* II, cap. CXVII; — Ruy de Pina, *Chron. de D. João* II, cap. XLIV.

[2] *Viagem do cardeal Alexandrino* — Herculano, *Opusculos,* t. VI, pag. 52.

[3] Livro I dos privilegios d'el-rei D. João III, fl. 69. O alvará é de 26 de janeiro de 1552, feito em Almeirim por Balthazar Fernandes. Communicação do meu amigo Anselmo Braamcamp Freire, que viu o citado documento n'uma das suas estudiosas buscas na Torre do Tombo.

Ora o officio rendia tambem certa benevolencia; querem ver?

Não especificando aqui varias providencias sumptuarias antigas[1] sempre direi que D. João III, tão severo em pragmaticas, permittiu a todos os seus bailadores de moirisca, mulheres, filhos e filhas

[1] Mas em nota aqui vão algumas:

Cidadões de Lisboa e moradores podem trazer espadas guarnecidas de oiro, e outras joias, desde a vespera do Corpo de Deus até ao dia...(?).— Cartorio da cam. mun. de Lisboa, l. III d'el-rei D. João I, fl. 54.

Cidadões de Lisboa quando forem a bodas e alardos podem levar arreios doirados.— L. II d'el-rei D. João I, fl. 56.

Cavalleiros nas bodas e vistas possam trazer as cobertas dos cavallos com oiro, não obstante a prohibição.— L. dos pregos, fl. 157. Este ultimo documento, que é a carta regia de 5 de junho de 1391 (era 1429) encontra-se publicado no periodico *Archivo mun. de Lisboa,* 1861, n.º 60, pag. 480.

Nas suas côrtes de Santarem em 1451, a requerimento dos povos, ordenou D. Affonso V que nem moiro nem judeu trouxesse pano de sirgo em gibão, nem em saio, salvo quando fosse em recepção de soberano, ou em festas.— Codice da bibl. nac. de Lisboa—J—5—37—fl. 34.

Curiosas disposições sobre trajos, etc., defezos a umas classes e prohibidos a outras, se encontram no capitulo 1.º das côrtes de D. Affonso V em Lisboa, em 1459.—Ibid., fl. 73.

Um capitulo das côrtes de Coimbra e Evora em 1472 e 1473 pede a D. Affonso V que só consinta aos fidalgos reconhecidos como taes a liberdade de usarem os trajos que entenderem; que os cavalleiros possam usar doirados em espadas, punhaes, estribos, e esporas, panos de seda, etc., e que os escudeiros não usem *guarnimento* algum doirado, etc., etc. El-rei responde ser difficil regulamentar em todos os assumptos apontados no capitulo; mas que quanto a coisas de oiro e brocados, só os cavalleiros as poderão usar.— Ibid., fl. 150 v.

d'elles, o usarem nos seus trajos as sedas que mais lhes agradassem[1].

Essas benevolas tolerancias porém não condiziam com certas severidades relativas á moiraria lisbonense, e com a absoluta e ingrata separação legal da população christã e da população moira. Exemplos: no seculo XIV nenhuma mulher christã, de qualquer estado que fosse, podia entrar, quer de dia quer de noite, dentro no arrabalde sarraceno, sob pena de ser *enforcada!* assim como nenhum judeu ou moiro podia ser encontrado depois do sol posto pela cidade de Lisboa, sob pena de açoites! Ordens barbaras d'el-rei D. Pedro I[2].

*

Barbaras, sim, mas não provinham só do coração guedelhudo d'esse soberano; andava na opinião geral um odio inconciliavel contra a moirisma; symptoma triste!

De certos considerandos de capitulos de côrtes antigas deduzo uma coisa: tinha-se, me parece, relaxado um pouco a sequestração absoluta do elemento moiro; tinha insensivelmente havido mistura gradual de moiros e judeus com a colmeia christã; por isso as côrtes de Elvas, em 1361 (era 1399), representavam a el-rei D. Pedro que d'isso

[1] Alvará d'el-rei D. João III, datado de Almeirim a 22 de maio de 1551, registado a fl. 164 do liv. IV dos *Privilegios* do citado rei. Communicação do meu erudito amigo Anselmo Braamcamp Freire, a quem muito agradeço.

[2] Fernão Lopes, *Chron. d'el-rei D. Pedro,* cap. V.

provinham *algumas coisas desordinhadas, de que os christãos recebem escandalo e nojo;* ao que elle respondeu determinando que essas raças *infectas* morassem em logar apartado, como as antigas leis lhes impunham [1].

O publico exigia não só a segregação completa d'elles; tambem se escandalisava com inveja torpe, quando via em alguns logares do reino as *judarias* collocadas em situação favoravel, vivendo muitos christãos por intoleraveis viellas. As côrtes de Santarem, em 1434, chamaram para isso a attenção d'el-rei D. Duarte, cujo bom e compassivo animo respondeu que, embora assim fosse, não se mandaria alterar o que estava, limitando-se a prometter, que se d'ahi em diante se fizessem outras *judarias,* fossem então em logares que se reputassem mais azados ao intento [2].

*

Veio el-rei D. Affonso v; esse não sabia dizer que não a ninguem; era lá o seu feitio. Foi concedendo licenças para alguns judeus poderem morar fóra das judarias, entre os christãos; contra o que se insurgiram, em nome do inveterado antagonismo de crenças, as côrtes de Santarem em 1468, pedindo a el-rei caçasse as licenças concedidas. Determinou este que assim se fizesse, salvo

[1] Codice da bibliotheca nacional de Lisboa—*Côrtes do reino*—J—5—36.

[2] Codice da bibliotheca nacional de Lisboa—*Côrtes do reino*—J—5—36—fl. 268.

em tempo de feiras, onde concorressem os judeus, que assim haviam de morar temporariamente entre os christãos[1].

Em taes compras e vendas, que eram o unico modo de vida dos judeus, sempre astuciosos e finos, havia abusos, enganos, burlas de todo o genero, passava-se moeda falsa, em summa: os christãos padeciam damnos não pequenos da parte dos seus gananciosos e arteiros vizinhos. Assim o deixa ver o capitulo 110 das côrtes de Coimbra e Evora, em 1472 e 73, pedindo a Affonso v prohibisse essas trocas, a não serem em feiras, ou nas cidades grandes. Cançado de importunações decidiu el-rei, que não convinham innovações algumas no assumpto[2].

E assim, a pouco e pouco, se iam modificando os usos e costumes nacionaes, ora apimentados pela severidade, ora amaciados pela tolerancia. N'este vai-vem, n'este adiantar e recuar da onda, ia de mansinho crescendo a maré, e hoje póde dizer-se que só tenuissimos vestigios se encontram de odios antigos e ferozes, no animo bondoso do nosso povo.



Se os odios acabaram, não acabou a *moiraria*. A de Lisboa mantem ainda o seu nome n'uma parte do sitio por onde o alastrava outr'ora. Assim

[1] Codice da bibliotheca nacional de Lisboa—*Côrtes do reino*—J—5—37—fl. 113 v.

[2] Codice da bibliotheca nacional de Lisboa—*Cortes do reino*—J—5—37—fl. 228.

nol-o explica Damião de Goes na sua descripção da capital.

Chega-se — diz elle — *a um valle fertil e alegre, que toma o nome de Moiraria, por isso que depois da conquista aos sarracenos se lhes permittiu que elles alli ficassem habitando*[1].

Que alli houvesse jámais sido um valle fertil e alegre, com hortas frequentadas; que taes encruzilhadas e esquinas ressoassem n'outro tempo com os

bailos e galantarias
de muito formosas moiras,

como canta Rezende, nenhum lisboeta já hoje o suspeita, ao atravessar indifferente essa arteria cidadã tão concorrida e tão famosa. Vem antes á idéa, entre o tumulto discordante de vozes, pregões, carroças, guitarras, e pianos de botequim, o rouco pranto de Maria Parda:

Ó rua da Moiraria,
quem vos fez matar a sêde,
pela lei de Mafamede,
com a triste da agua fria?

Pois o averiguado é, que alli mesmo, por aquelles contornos, se alastraram (e não ha ainda muitos annos) as verdes sombras dos quintaes e das hor-

[1] *In aliam vallem non minus fertilem jocundamque devenitur, quæ Maurusia nuncupatur, ex eo quod, post recuperatam de sarracenis urbem, eo loco permissi sunt mauri habitare.*— Olisiponis descriptio.

tas, convidando ás faceis diversões domingueiras a população proletaria e operosa do bairro.

Amostra: no sitio onde se rompeu por 1862 o lanço da rua Nova da Palma entre a Guia e a Carreirinha do Soccorro, foi a famigerada horta, ou quinta, do alcunhado *Cata-vento.*

O Cata-vento, cujo verdadeiro nome não sei, era um bom popular que alli sustentava o commerciosinho do peixe frito e do bom vinho do termo; tinha chinquilho e jogo de bola; e com as suas latadas, os seus encanastrados de feijoeiros, e as suas mezas de pedra para as merendas plebêas no caramanchão, para as guitarradas em tardes de dia sancto, era elle talvez o ultimo representante dos antiquissimos retiros, em que pensava o nosso Jorge Ferreira, quando dizia: *damas vão, damas vêm, a uma horta da Moiraria*[1].

*

Hoje a velha rua da Moiraria, tortuosa e escura, sem verdura e sem flores, é ainda um dos melhores especimens medievaes que nos ficaram; e quando á tardinha (antes do accender dos candieiros) a observamos com olhos de antiquario, revivemos

[1] *Ulysippo*, act. v, sc. VIII.

Com a abertura do indicado lanço da rua, o Cata-vento, que oiço devia a alcunha ao seu genio *espalha*, versatil, mudou-se para outra quinta na travessa das Bruxas a S. Vicente (hoje rua da Infancia). Informações obtidas em 20 de outubro de 1884 de pessoa que de perto conheceu a quinta e os donos.

quatro seculos atraz, e achamo-nos (afóra a mesquinhez das lojas) em plena *rua Nova* de Affonso v.

A essa hora redobra o movimento; são os operarios, que voltam aos ninhos; são os ociosos, que saem como morcegos; é a noite da cidade a alvorecer. Como quasi todo o movimento de vehiculos segue pelo lanço moderno da rua *Nova da Palma,* a ausencia de carroagens ainda aperfeiçoa a illusão. Frontarias estreitas, andares de ressalto, e as musicas plebêas muito melancolicas, e os dialogos de janella para janella, tudo é caracteristico, tudo é, por assim dizer, archeologico.

Está-se á espera de ouvir o sino do recolher, que no seculo XVII (seja dito de passagem) se corria, desde outubro até ao fim de março, das 8 ás 9, e desde abril a fim de setembro das 9 ás 10[1]. Está-se á espera de ver os *farricoucos,* terror das crianças, que ainda antes do terremoto andavam á noite com umas lanternas e uns grandes bordões ferrados, e com os seus golpes atterravam, pedindo em altos lamentos, e ás escuras, para a cera do Senhor Jesus dos afflictos, e outras devoções[2].

*

Conserva a Moiraria actual muito do seu caracter tenebroso e desordeiro de outr'ora; mas possue ao mesmo tempo uma indole lugubremente galho-

[1] Bluteau, *sino.*

[2] *Theatro de Manuel de Figueiredo,* nota de Francisco de F., t. XIV, pag. 403.

feira. Briga, e canta; *risca,* atira o punhal, e empunha a banza truanesca. Brigões e cantadeiros estão alli na sua casa. O Limoeiro recruta pela Moiraria. O calão d'elle é a lingua d'ella. Os *gajos* e as *gajas,* a *naifa* e o *lepes* teem alli a sua patria.

Não será tudo isso ainda influencia longinqua da grei buliçosa e estranha que lá estanciava ha seculos á sombra da mesquita do *Colleginho?* d'aquella amostra tolerada da raça prófuga dos vencidos? d'aquella pobre gente expatriada na propria terra de seus avós? d'aquella moirama turbulenta, que tantas vezes era chasco dos christãos, mas d'onde sem falta saíam para as festas da nossa côrte os melhores truões, tangedores, e bailadeiras?

O certo é que hoje, entre a população fixa e fluctuante da Moiraria, se encontram dois elementos, um masculino, o outro feminino, que andam sempre a dar que fazer ás participações de policia. Tenho para mim que as estatisticas criminaes hão de abrir uma casa negra nos seus mappas com o nome de Moiraria. As cidades grandes todas teem sitios assim, para onde convergem, impellidos de uma força occulta, de uma gravitação sinistra, os detritos da escoria moral e social. São os rigueirões entre os pincaros; são o enxurro dos costumes.

Quem ler por uso os jornaes, estou certo de que ha de encontrar bastas vezes a Moiraria como theatro das façanhas obscuras da faca e do bofetão.

No *Diario de Noticias* de 10 de julho de 1883

mostraram-me um longo artigo com o titulo frisante de *Os sitios da Moiraria e o Arco do Marquez de Alegrete — Espancamento — Tentativa de homicidio.*

Oiçamos a redacção:

Temos dito repetidas vezes que os sitios da Moiraria, e especialmente a rua do Arco do Marquez de Alegrete, são um ponto obrigado da frequencia dos PIMPÕES, FADISTAS, *e* VADIOS, *que da Alfama, do Bairro Alto, e de outros pontos da cidade, para alli convergem, estabelecendo assim o seu campo de operações, insultos, desordens, e vexames.*

Alguns botequins, mais que populares, e muito mal vigiados pela policia, são uma especie de valhacoutos d'esses maus sujeitos, e já aqui o temos escripto, não só em virtude de queixas dos moradores pacificos e recatados, mas por consideração para com aquella parte da cidade, mal policiada sempre, não obstante as rusgas, que de quando em quando são feitas com bom resultado, que todavia é em parte destruido por se dirigirem contra alguns individuos habituados á temperatura e á convivencia no Limoeiro, e por isso pouco submissos, e por assim dizer incapazes para receberem com proveito qualquer correcção.

E logo depois contam-se dois casos, puramente medievaes, succedidos de fresco.

*

Bem curioso e bem triste é porém observar, que n'estas paragens, assim infamadas de desordeiros

e mulheres de reputação um tanto avariada, apparecem, pululam, a cada canto, os indicios da devoção fanatica e rotineira da plebe. Passa-se com olhos perscrutadores na rua do Capellão, por exemplo (a antiga *rua Suja* de torpe memoria), na rua da Amendoeira, no becco dos tres Engenhos, etc., n'aquellas pobres viellas, que ainda em 1863 eram tão extraordinariamente immundas, que motivaram reclamações do conselho de saude publica[1], e vê-se, lá pelo fundo d'aquelles antros de devassidão, o Crucifixo, o oratorio allumiado, o Sancto Antonio com a sua colleira de mealhas, ou a estampa do registo de Sancta Rita de Cassia! E á porta uma triste mulher de saia-balão cantarola com a sua voz quebrada alguma estrophe do ultimo fadinho dos toiros. É realmente o contraste mais singular do mundo! Isso prova duas coisas: 1.ª a tendencia innata no nosso povo para a suave crença religiosa, tendencia que era bem necessario desenvolver-lhe e alimentar-lhe; 2.ª a falta completa da luz em tão baixas camadas sociaes.

Como póde aquella pobre gente alliar com as praticas ostensivas de um fetichismo servil a sua desregrada existencia? Como? pela ignorancia. Ensinem-n'a, ou antes eduquem-n'a, e verão que ainda no âmago d'aquellas trevas ha o que quer que seja de luminoso, graças ao influxo inconsciente da religiosidade tradicional.

[1] Vide o que se tratou na sessão da camara municipal de Lisboa de 11 de junho de 1863, *Arch. mun. de Lisboa*, 1863, n.º 182, pag. 1452.

*

No estreito recinto da Moiraria e suas immediações, surgem ainda uns poucos de templos, e houve outr'ora muitos mais. Existe a freguezia do Soccorro; o collegio dos Meninos Orphãos (hoje ermida da Senhora da Guia); a ermida de S. Sebastião (hoje chamada da Senhora da Saude); o Colleginho (ou Sancto Antão o velho). Existiu a ermida da Guia; a de S. Matheus; sobre o muro da cidade, ao fim da rua nova da Palma, junto ás casas do marquez de Alegrete (hoje do sr. marquez de Penalva) uma devota imagem da Senhora do Rosario, outr'ora muito festejada da vizinhança[1]; o oratorio de Sancto Antonio; um nicho com imagem na rua dos Cavalleiros[2]; e emfim o oratorio ou *passo* do Bem-formoso (ou Boi-formoso), justamente no sitio da empena do predio que tem tres frentes, uma para a rua do Bem-formoso, outra para a rua da Oliveira, e a outra (a da empena) sobre as escadinhas que ligam as duas ruas, na base da calçada de Agostinho Carvalho[3].

Na propria turbulenta rua do Capellão começou

[1] Carvalho da Costa, *Chorographia*, t. III, pag. 411.

[2] Demoliu-o a camara em agosto de 1836, e a imagem foi removida para um templo proximo, a freguezia dos Anjos, em novembro seguinte. Vide a *Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1836*, pag. 15.

[3] Esse *passo* foi removido para o Terreirinho em novembro de 1836.— Vide a mesma *Synopse*, pag. 18.

publicamente em 1751, e durou até ao anno seguinte, o fervoroso culto á Senhora da Guia, n'um oratorio alli armado por devoção particular; e toda a vizinhança (como succedia em muitas partes de Lisboa) rezava alli ás tardes o terço em commum.

Creio que, pela influencia de tantos centros religiosos, houve sempre n'estes sitios da Moiraria abundancia de festas liturgicas, muito concorridas, muito embandeiradas, e muito areadas.

E já que fallei em festas, direi:



A procissão chamada *do Ferrolho* era um dos acontecimentos do bairro. Fizeram bem de acabar com ella, segundo me parece; não passava de um pretexto para disturbios.

Instituida por voto feito em 28 de janeiro de 1599, saía de noite desde Sancto Antonio da Sé, e ia dar á Penha de França. O nome do *Ferrolho* era significativo; como a festa era nocturna, a gaiatada do acompanhamento ia por brincadeira batendo nos ferrolhos de todas as portas ao longo do trajecto pela Moiraria e outras ruas. Era lá a devoção d'elles.

Em sessão de 28 de julho de 1856 determinou a camara municipal requerer ao senhor patriarcha a mercê da commutação do voto, por uma Missa cantada na egreja da Penha; e sua eminencia por despacho de 30 deferiu como se pedia[1], dizen-

[1] *Annaes do municipio de Lisboa,* 1856, n.º 9, pag. 67.

do-se a primeira Missa logo em 3 de agosto proximo[1].



A procissão de Nossa Senhora da Saude é (ainda hoje) espectaculo muito pittoresco alli por aquelles sitios da Moiraria, e do Arco do Marquez de Alegrete. Janellas adornadas de colchas, arcos e festões de buxo, espadanas e areia pelo chão, uns coretos, á noite balões de côres, isso tudo são restos preciosos de usanças muito vetustas, que vão a desapparecer assassinadas pelos modernistas!

Lembra-me, por exemplo, um antigo andador da irmandade das Almas da freguezia do Soccorro, já muito velho a meio do seculo passado, e que em novembro de cada anno andava, de alforges ao pescoço, recebendo offertas, que depois agenciava em leilões na rua, por conta da irmandade, acepilhando os pregões com muitos chistes, donaires, e epigrammas a seu modo; e tanta fama tinham os *leilões* do Soccorro e da Moiraria, que até havia peditorios de janellas; e todos lá iam rir, com esta franca expansão lusitana que faz tanto bem ao figado[2].

Outro ratão, creio que um pouco mais antigo, era o alcunhado *gracioso das bexigas*, que na funcção do Senhor dos Milagres no *Passo do Bemformoso* fazia com as suas graças populares a delicia dos devotos e dos transeuntes[3].

1 *Annaes* citados, n.º 10, pag. 73.
2 *Theatro de Manuel de Figueiredo*, t. XIV, pag. 311.
3 *Id.*, ibid.

Quem pensa já em tão caracteristicas e apreciadas figuras da comedia das ruas velhas? ninguem; tanto como nos jogos e corridas da rua da Moiraria, em que vinham os cavalleiros, pela festa da Virgem do Rosario, correr patos e enfiar pombos entre os applausos das janellas e do gentio![1].

*

Se até tiveram a habilidade de ir acabando com o vistoso apparato religioso e urbano da procissão do Corpo de Deus, apparato que as vereações ainda não ha muitos annos promoviam e protegiam com todo o cuidado, ordenando annualmente que os proprietarios das casas nas ruas do transito armassem, sob pena de multa, as suas janellas, sem exceptuar as sobre-lojas nem as trapeiras! Eram tudo usanças medievaes de muito sabor e poesia, e que serviam para entreter e divertir o povo, sem o prejudicarem.

Nas chronicas, nas viagens antigas, nos livros de cavallarias, topamos a cada passo com descripções de folguedos cidadãos, que lembram estes, que as posturas tratam de aniquilar com affinco pueril. Digam-me se um quadro, por exemplo, que Jorge Ferreira pintou de relance, não o vimos nós outros ainda vivo na nossa Lisboa historica e monumental, como elle o finge na cidade de Damasco:

Deram certos cavalleiros, conta o autor, *na principal rua, que estava toda toldada e armada de ricos*

[1] *Theatro de Manuel de Figueiredo*, t, XIV, pag. 311,

panos de oiro e seda; o chão enramado de muitas flores e hervas cheirosas; as portas e janellas de custosos tapetes ornadas; e sobretudo o estavam muito mais de muitas e mui fermosas mulheres, bem e ricamente vestidas, e com muita pedraria de grande preço. ...... Pelas portas havia muitos bailos e danças. Muitos mancebos galantes e gentis homens per meio das ruas corriam cavallos ligeiros, custosamente ajaezados; e muita gente que os via e festejava[1].

Todos esses paineis que a litteratura debuxava, eram a final de contas apenas reproducção do que ordenavam as pragmaticas. Quem, por exemplo, leu o *Regimento* dado por el-rei D. Manuel á cidade de Lisboa, deve recordar-se dos ceremoniaes impostos sempre que o reinante houvesse de entrar na capital: desde a porta da muralha por onde penetrar o cortejo até á sé, e d'ahi até ao paço, serão as ruas (formaes palavras) *mui varridas e mui ajuncadas, emparamentadas dos melhores panos que cada um tiver; e com perfumes e todos os bons cheiros ás portas*[2].

Digam-me se essa descripção não estava toda a saltitar no espirito de Jorge Ferreira, quando escrevia aquelle trecho da sua *Tavola redonda*. Digam-me se o lisboeta não sentia, no quadro imaginario da opulenta Damasco, a vida cidadã e popular da sua Lisboa queridissima!

[1] *Memorial das proezas da segunda Tavola redonda*, cap. XXXIX.

[2] Veja-se esse riquissimo documento nos *Annaes do municipio de Lisboa*, 1856, n.º 24, pag. 193.

*

Mas basta, basta, ó penna tagarella; basta. Voltemos ao seculo de Affonso Henriques. Vinhamos fallando nos moiros forros, e na conciliadora tolerancia que para com elles teve el-rei.

*

Como certamente a Moiraria de Lisboa, depois da entrada dos christãos na cidade conquistada, era mesquinha para conter a immensa affluencia da moirama, espalhou-se a maioria dos vencidos pelo arrabalde n'um raio de leguas ao norte, e ahi estabeleceu as suas hortas e os seus moinhos.

O tributo individual que d'esses colonos se recebia era, segundo alguns querem com bons fundamentos, chamado *çalaio* ou *salaio*[1], d'onde lhes veio o nome de *salaios*, convertido no de *saloios*, ainda hoje applicado aos caracteristicos descendentes d'aquella raça nos arredores da capital.

Confesso que me não tôa a outra etymologia dada por Frei Francisco de S. Luiz nos seus additamentos á segunda edição dos *Vestigios* annotada por Moura[2]. Conforme o insigne cardeal academico, *saloio* significa homem de Çalé, cidade mau-

[1] Direito a que chamavam o *çalaio*, quitou el-rei D. João I á cidade.—Arch. da cam. mun. de Lisboa, liv. dos pregos, fl. 133.

[2] Pag. 111.

ritana, e deu-se tal nome aos que povoaram os suburbios de Lisboa, e que *talvez* eram de lá.



Em boa verdade: bem feitas as contas, não creio que tudo quanto vinham os moiros a pagar ao fisco excedesse muito ao que hoje pagam de contribuição os moradores livres da civilisada Lisboa do seculo XIX; e bem consideradas á luz da philosophia, todas essas providencias administrativas redundam em gloria do vencedor; são as tolerancias da verdadeira grandeza.



No outomno de 1877 (aqui entra, com perdão do leitor, um caso recente, que frisa n'este logar), no outomno de 77, veio visitar a el-rei de Hespanha, D. Affonso XII, uma luzida embaixada marroquina.

Cumpridos em Madrid os deveres diplomaticos, partiu a embaixada para o sul, correr as grandezas da Andaluzia. Passeio cruel! Cordova com a sua mesquita que é uma floresta de columnas, Sevilha com a sua Giralda sempre islamita, Granada com a sua Alhambra, com os seus jardins que lembram Cintra, com o seu Generalife que lembra um sonho, tudo eram melancolias para os enviados do imperador. Extasiados, mas n'um silencio pungentissimo, iam folheando pagina por pagina aquelle livro das maravilhas artisticas dos antigos mau-

ritanos, livro ainda hoje sem rival em todo o mundo.

Notava o correspondente de não sei que jornal madrileno, que a Alhambra, por exemplo, no dia da visita, e povoada d'aquelles trajos, que tão bem condiziam com o edificio, remoçara á sua idade de oiro.

Ao pateo dos Leões, parou o primeiro embaixador, ancião respeitavel; deteve-se a comitiva; e o velho, encarando aquellas arcarias, que pareciam saudal-o, exclamou com impeto, e apertando os copos lavrados de oiro do seu yatagan:

— Ó Alhambra! como se não deixaram matar, espedaçar aqui os teus antigos possuidores, antes de consentirem que os despojassem de thesouros assim!!...

Mas logo caíndo em si, e reprimindo-se, inclinou humildemente a fronte; resvalou-lhe uma lagrima pelas barbas brancas, e murmurava olhando ao ceo:

— Não! não! Allah é muito grande. Respeito á vontade de Allah. Só elle sabe o porque dá e arranca poderio e venturas a homens e povos.

CAPITULO III

Sancta Cruz do Castello. — Esboço de historia d'esta interessantissima parochia. — Descripção do antigo templo de Sancta Cruz. — O terremoto de 1755. — O antigo adro e as suas sepulturas. — Descripção do templo actual. — Passeio pela freguezia. — Faz-se menção de inscripções romanas alli encontradas. — Analyse dos lettreiros de algumas ruas. — Rua do Espirito Sancto. — Rua do Recolhimento. — Rua das Flores de Sancta Cruz. — Rua de S. Miguel. — A antiga capella real; historia d'ella até el-rei D. Manuel. — Outros lettreiros, extinctos e duvidosos.

Vimos, n'um dos ultimos capitulos do livro precedente, a entrada solemne do soberano portuguez em triumpho capitolino até ao pincaro do monte da Alcaçova.

Segundo as tradições, conservadas por Gasco e Carvalho da Costa, foi a mesquita da Alcaçova, provisoriamente transformada em egreja christã, o templo que teve a honra de receber a procissão e o cortejo real. Essa mesquita, a ser verdadeiro o que se diz, é hoje a veneranda egrejinha parochial de Sancta Cruz do Castello. O proprio nome o recebeu do rei Affonso[1].

[1] Carvalho da Costa, *Chorographia.*

*

Pouquissimo conheço da historia d'esta casa. Apenas me diz Carvalho da Costa[1] que tinha tres naves, porta principal para o sul, outra para o nascente, outra para o poente, boa tribuna toda doirada, e quatro capellas: do lado da Epistola a de S. Francisco, e a de Nossa Senhora da Graça (jazigo dos condes de Santiago); e da parte do Evangelho a capella das Almas, com o Archanjo S. Miguel, Sancto Antonio, e Senhora da Conceição; e a capella de S. Sebastião.

Provavelmente reconstruida mais de uma vez, chegou ao terremoto de 1755, não caíu toda, mas padeceu muito[2].

Segundo os tombos da reedificação da cidade em 1755, conservados no real archivo, e de que existe cópia na bibliotheca nacional, da bella lettra de José Valentim, media esta egreja 50 palmos de frente, e 151 de fundo.

Quando ella abateu pelo terremoto, mandou o prior levantar um templo provisorio de madeira no adro, onde por muitos annos se conservou o culto[3]. O incendio que se seguiu ao abalo é que fez medonho estrago em todo o districto da parochia[4], tendo arrazado a ermida de S. Miguel, que era capella do paço, e a do Espirito Sancto, que

[1] *Chorogr.*, t. III, p. 352.
[2] Mor. de Mend., pag. 131.
[3] J. B. de Castro, *Mappa*.
[4] Mor. de Mend., *ibid.*, pag. 127 e 133.

deu nome a uma rua que lá está, o Recolhimento de meninas, que ardeu todo[1], mas cuja memoria ainda se conserva no lettreiro da rua *do Recolhimento,* e, além de outros edificios, o palacio dos condes de Santiago de Beduido[2], Sousas e Menezes, padroeiros da capella-mór da egreja de Sancta Cruz[3].



Se eu podesse gisar, de leve que fosse, a historia completa d'esta freguezia, pequenina mas relativamente populosa ainda hoje, escrevia um trecho interessante. Pouco posso.

Lá estive na egreja pela primeira vez hoje 30 de setembro de 1883; e o bondoso parocho, o muito reverendo sr. padre José Filippe de Sousa, a quem me dirigi, e que sem me conhecer me encheu de finezas, teve a bondade de me declarar que não ha lá antiguidades notaveis, pois a construcção é quasi toda posterior ao terremoto. Exceptuou, com razão, o grande Crucifixo, que a tradição diz ter pertencido á capella real do paço da Alcáçova, e ter mais de uma vez dirigido a palavra a Sancta Izabel. Piedosas e edificantes lendas! E eu exceptuo e especialiso muito tres ou quatro quadros sacros, umas Virgens quinhentistas, que lá tive occasião de ver na sachristia. Preciosas!

1 Mor. de Mend., *ibid.*, pag. 117 e 127.
2 Mor. de Mend., pag. 129.
3 *Hist. gen.*, t. x, pag. 594 e 596.

*

O cicerone mais antigo que os livros me depararam foi o laborioso Coelho Gasco.

É este Antonio Coelho Gasco um erudito á moda do seculo XVII, em cujos escriptos, pausada e consciensiosamente elaborados, se entremeia já, por entre farragem mal criticada, muita e preciosa observação pessoal. Gosto d'elle por isso; viu, copiou, cotejou com paciencia. Raro predicado!

No seu livro, já por mim citado, *Primeira parte das antiguidades de Lisboa*[1] falla Coelho Gasco em Sancta Cruz do Castello, e menciona um ou outro valioso pormenor. Note-se que essas noticias se referem á primeira metade do seculo XVII, e estão intactas dos estragos do terremoto grande.

Por observar ao microscopio o manuscripto de Coelho Gasco, pude determinar-lhe, com differença apenas de seis annos, a data certa, que lhe falta (isto é, a data da conclusão, porque obras d'aquelle genero levam muitos annos). A fl. 347 v. e 348 declara o autor, que era então prelado de Lisboa o arcebispo D. Affonso Furtado de Mendoça; ora como este senhor regeu a mitra lisbonense desde 1627 a 1633, entre esses annos escrevia o autor; é evidente.

Analysemos pois algumas das noticias que elle nos conservou, referidas a tempo anterior a 1633.

[1] Codice da bibl. nac. de Lisboa, provindo da livraria do fallecido conde da Silvã, D. João de Mello Manuel da Camara.



Ao fundo da capella-mór via-se uma Cruz (*armas fallantes*), feita ao modo da que usa a ordem de Aviz.

Á parte do Evangelho notava-se uma tumba, ou arca, de pedra alvissima debaixo de um arco, separada do publico por um gradeamento de ferro. Sobre a tumba jazia uma figura de mulher, e via-se em baixo o seu escudo de armas, provavelmente em lisonja, partido em duas pallas: a primeira nua significando donzella; a segunda com o brazão esquartelado dos Sousas Chichorros. Era a sepultura de uma antiga bemfeitora da casa, D. Izabel de Sousa, aia e camareira-mór da rainha D. Leonor mulher d'el-rei D. João II. Como era Sousa, e jaz na capella-mór, conjecturo que fosse parenta da casa dos condes de Santiago, que eram Sousas e Menezes).

D'essa nobre sepultura nada existe hoje, senão o logar, indicado por uma lapide embebida na parede, onde se lê em lettras maiusculas modernas:

SEPULTURA DE DONA IZABEL DE SOUZA AYA E CAMAREIRA MÓR DA RAINHA D. LEONOR. FALECEO NO ANNO DE 1516

Diz Coelho Gasco ter esta senhora restaurado riquissimamente a egreja, ornando-lhe as paredes

com mui grandes e custosos retabulos, em que tinha suas armas, e azulejando-as de modo muito vistoso. Tudo desappareceu.

A muita diligencia do mesmo informador nos dá a conhecer uma circumstancia interessante. Assim como (e ha já seculos) o nivel do templo do Carmo se acha muito sotterrado em relação ao nivel exterior da rua, assim tambem em Sancta Cruz se desciam da porta principal muitos degraus para dentro.

Tinha, como hoje, porta principal e porta travessa. Sobre o arco da primeira erguia-se dentro de um caixilho de pau uma antiquissima imagem de Nossa Senhora da Graça.

Para o lado da porta travessa, havia, como hoje, um adro muito grande, que o tombo citado me diz ter de comprimento 123 palmos e de largura 79. No seculo XVII ainda elle se via alastrado de sepulturas muito velhas, mas sem nenhum lettreiro, umas razas, outras em feitio de tumbas. Como não tinham epitaphios, não poude Gasco determinar a que gente pertencessem; mas inclinava-se a que fossem de godos, e anteriores á invasão arabe. Não sei até que ponto merece confiança o criterio archeologico-artistico do douto investigador; a ser verdadeira a sua supposição, vem remontar muito alto a origem do templo.

Gasco fundava-se, ainda assim, em comparações que fizera com outros moimentos. Estivera em Nossa Senhora dos Olivaes, de Thomar; vira no grande adro d'essa egreja outras tumbas semelhantes, no alto onde dizia a tradição ter sido si-

tuada a velha Nabancia, e argumentava por analogia.

Das antigas lapides que tapisavam o chão de Sancta Cruz copiou muitas, *de mui nobres linhagens e familias.* Ahi viu armas de Castros, descendentes de Lain Calvo, *e aparentados por muitas vias com as casas reaes de Hespanha, e com as mais das reaes da christandade, com suas armas de seis arruellas,* observa elle, *com espada larga debaixo d'ellas, com sua lança com pendão cortado pelo meio, signal de ser pessoa de grande titulo.* Viu tambem *outra sepultura com as armas dos Pereiras, com duas luas, uma no principal braço da cruz, e outra no fim d'ella.*

Viu uma capella, com a invocação do Espirito Sancto, a qual pertencia a uma familia de Abreus, com seu brazão dos cinco cotos de azas de Anjo, capella que era então a primeira á direita entrando pela porta principal (hoje é o altar da Senhora das Dores). Ahi viu, mettidos nà parede, *dois cofres de pedra, cada um com seu escudo;* n'um dos cofres jazia *a ossada de Pero de Abreu, que foi mui grande e famoso cavalleiro em seu tempo, e grande justador na ventura das armas, em tempo d'el-rei D. Affonso* v, *e de seu filho el-rei D. João* II. *Este illustre varão lisbonense* — continúa Gasco — *foi o que entrou nas justas reaes que el-rei D. João* II *celebrou em Evora nas celebres e notaveis bodas do principe D. Affonso seu filho. Foi casado com D. Mexia Botelha d'Andrade, cuja ossada está mettida em um cofre, junto á de seu marido, n'esta capella do Espirito Sancto.*

Viu mais outras lapides com as armas dos Soares de Mello, no altar do Apostolo S. Pedro (altar que hoje não existe com esse orago). Ahi jazia um Antonio de Mello, e sua mãe Constança Pires.

Viu mais os brazões de gente do appellido Fonseca, Paiva, Machado, Brandão, e outros.

Viu tambem a sepultura de um Lourenço Fernandes, *que foi por seu muito esforço mui acceito d'el-rei D. Pedro de Portugal, e foi natural d'esta cidade, e cidadão mui principal d'ella, e foi cavalleiro na batalha real, que é a famosa Aljubarrota.*

Viu finalmente a campa de D. João Affonso, bispo de Evora, com esta inscripção:

Aqui jaz Dom Ioão Afonso, Bispo q foy de Euora, e seu padre Afonso Esteues, e sua madre Costança Anes, e forão tresladados aqui a 1318 Annos.[1]

*

Do seculo XVII para cá tudo mudou immensamente. A reconstrucção do templo é de 1776, segundo a inscripção da porta principal:

ANNO 1776.

[1] Todas essas noticias se encontram no mss. de Coelho Gasco, já citado, desde fl. 285 até fl. 287 v.

A egreja, que era d'antes de tres naves, ficou vasta, mas de uma nave só, com a porta principal para o poente, e outra para o sul. Tem seis altares, tres por banda, afóra o altar-mór. Começando desde baixo, da esquerda de quem entra, são os seguintes:

Nossa Senhora da Maternidade;

Nossa Senhora da Graça, assim chamado vulgarmente, mas o seu verdadeiro titulo é Sanct'Anna;

O Sanctissimo Sacramento;

Depois o altar-mór. Do lado do Evangelho ha a sepultura de D. Izabel de Sousa.

N'esta capella-mór se vê ao lado da Epistola a imagem grande de S. Jorge, que vai na procissão do Corpo de Deus; e em symetria S. José.

Do lado direito do templo os altares são estes, contando de cima:

S. Sebastião (ou mais propriamente Sancta Barbara); n'este é que está o Crucifixo, que, talvez pelos seus modernos restauros, me não parece apresentar vestigios da alta vetustez que lhe attribuem. Não é isto querer matar a tradição; é confessar com lizura as minhas impressões.

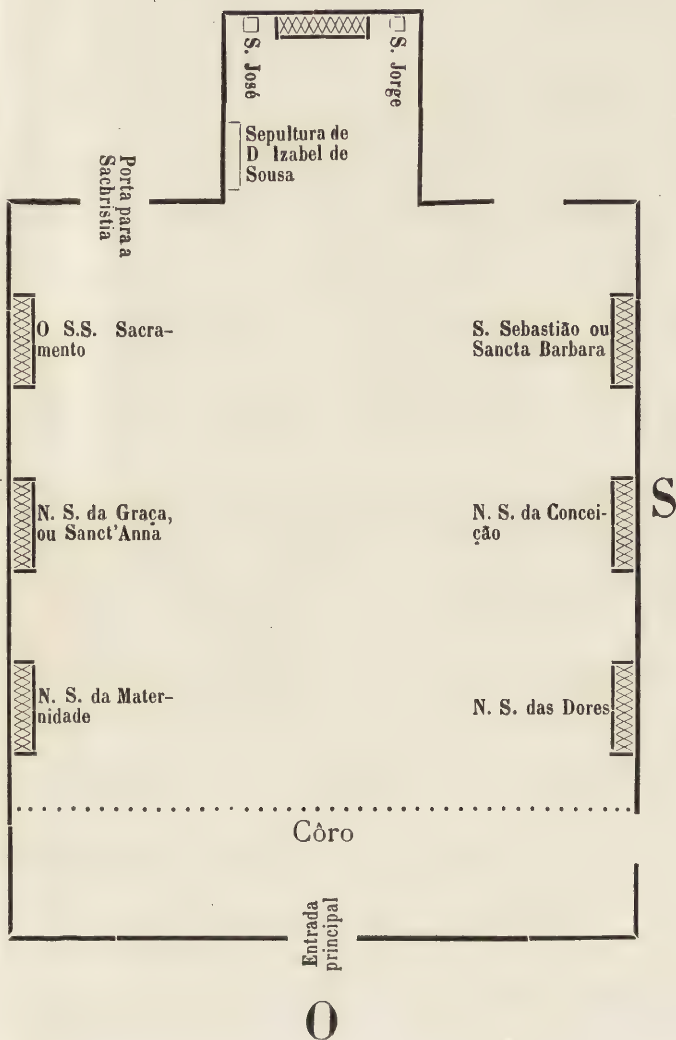
O seguinte altar é de Nossa Senhora da Conceição;

O sexto e ultimo, emfim, da Senhora das Dores.

Estive no côro, que entre os muitos quadros velhos de que está adornado, me não pareceu conter obra artistica de valia.

E com isto me despeço da egreja de Sancta Cruz, e do meu amavel cicerone, a quem beijo as mãos pela sua graciosa condescendencia.

Aqui vai um approximado plano do templo:


E
S. José
S. Jorge
Sepultura de D Izabel de Sousa
Porta para a Sachristia
O S.S. Sacramento
S. Sebastião ou Sancta Barbara
N
N. S. da Graça, ou Sanct'Anna
N. S. da Conceição
S
N. S. da Maternidade
N. S. das Dores
Côro
Entrada principal
O



Fórma este recinto do castello (a parochia de Sancta Cruz) uma como aldeia sobre si, a uns cem metros acima do nivel do Tejo, e com usos e costumes seus, que a distanceiam immenso da Lisboa pombalina que se lhe alastra aos pés. Tão proximo dos centros grandes da capital, ninguem imagina encontrar aquellas viellas irregulares, colleando confusas e sem plano á espalda da fortaleza, com todo o aspecto de uma obscura villasinha de provincia.

Creio que nunca lá se viu uma sege. Os transeuntes são, ora o soldado dos quarteis, ora o operario; a mulher do povo; a moça de cantaro, que vai encher a sua *quarta* á fonte do pateo das cosinhas; o raro visitante estrangeiro, que pelo que leu no seu *Guia de Lisboa*, se abalança a ir admirar o panorama da praça de armas, e o da praça nova; o vendilhão de comestiveis; ou a creançada rotinha tão basta sempre na população proletaria.

Nada mais; ou então algum curioso como eu, de lapis na mão, copiando alguma esquina caracteristica, ou observando como indicio os mostradores das mercearias, que são alli, como no campo, lojas de fazendas, de loiça barata, de ferragens, de tabacos, tudo ao mesmo tempo, n'uma confusão que está a revelar o acanhado do giro commercial e industrial da praça.

As frontarias nada teem de nobre; é tudo pobrissimo; apontam-se a dedo as tres ou quatro casas mais distinctas. Alli paralysou-se a activi-

dade urbana da alcaçova real, e Sancta Cruz só vive de tradições.

*

E tinha-as bem antigas, bem notaveis. É pena que desapparecessem, como tantas outras, as suas inscripções romanas por exemplo. Menciona-as o erudito official da secretaria da academia real das sciencias Antonio Joaquim Moreira, velhinho que ainda conheci, e a quem fallei uma vez; diligente collecionador e amador de archeologias, citado por Innocencio com louvor, e cujos manuscriptos se conservam na bibliotheca da nossa academia.

Eil-as:

Q. HARRIUS
M. F. CAL. MA-
TERNUS H. S. E.

Traducção:

Aqui jaz Quinto Harrio Materno, filho de Marco Cal...

Outra:

S. M. P. MYRTILUS
H. S. E.

Traducção:

Aqui jaz S. M. P. Myrtilo

Outra:

SEX. NUMISIUS. SEX. F.
PHILOCALUS. H. S. E.
SEX. NUMISIUS. NICEPHORUS
ANN. XVIII H. S. E.

Traducção:

Aqui jaz Sexto Numisio Philocalo, filho de Sexto. Aqui jaz Sexto Numisio Nicephoro, de dezoito annos[1].

*

Além d'essas inscripções, que traz Moreira, não quero deixar de mencionar o fragmento de outra, que julgo romana, descoberta por mim no anteparo da pequenina ladeira que na chamada *praça nova* conduz, junto á porta do Moniz, a um bastião que tem vista sobre as Olarias e a Graça. N'essa pedra, cortada, gasta, quasi britada, leio ainda (ou creio ler) as lettras R I L L A em cima, e mais em baixo um O isolado.

Não me parece palavra nem sequer fragmento de palavra portugueza. Será *Perilla, Corilla,* ou coisa assim.

*

Os lettreiros das ruas ainda uma ou outra vez avivam outras tradições. Vejamos.

Desde a porta da entrada do castello começa a rua *de Sancta Cruz;* é um bom prologo; que de idéas n'aquellas quatro palavras!

*

A *do Espirito Sancto* recorda, como já disse, a

[1] Vide na bibliotheca da academia real das sciencias — *Collecção de epitaphios, inscripções, e lettreiros* por A. J. Moreira — nove vol. mss., t. v, pag. 961 v.

arruinada e hoje desapparecida ermida d'aquelle orago.

*

A *do Recolhimento,* traz à memoria o asylo alli fundado para orphãs nobres, segundo n'outro volume hei de mostrar, por el-rei D. João III.

*

A *das Flores de Sancta Cruz* (um dos nomes mais bonitos n'uma das ruas mais feias do mundo) lembra algum jardim que outr'ora alegrasse de boninas o aspecto sombrio da viella.

*

A *de S. Miguel* emfim está-nos a fallar na capella real, que viu seculos as devoções da nossa côrte. Era uma ermida antiga, coeva com o principio da monarchia, pois a fundara, segundo parece, el-rei Affonso. Tinha de frente no anno do terremoto, conforme as medições do tombo da cidade, 48 palmos, incluida a sachristia, e de fundo 60.

Tanto que o magnanimo rei D. Affonso esteve nos paços da Alcaçova — são palavras de Coelho Gasco — *fez n'elles um oratorio do bemaventurado Archanjo S. Miguel, em lembrança do dia do seu apparecimento, que é a 8 de maio... E n'esta capella se baptisaram alguns principes e infantes, e a serenissima imperatriz D. Izabel mulher de Carlos* V.

Talvez pela incerteza constante da residencia dos soberanos, foi diminuindo com o correr dos seculos o esplendor d'esta capella real. Conforme o sitio onde se estabelecia temporariamente a côrte, assim mudava a capella; diz a tradição haverem-n'o sido, além da ermida de S. Miguel na Alcáçova, a egreja de S. Bartholomeu, a de S. Martinho, e a ermida de Nossa Senhora da Escada, junto a S. Domingos, quando os reis moravam no paço dos Estáos, ao Rocio[1]. Esta ultima, por exemplo, era capella real em dezembro de 1538, quando a 8 nasceu a senhora D. Maria filha do infante D. Duarte, e depois princeza de Parma; ahi foi baptisada[2].

Como capella real, attribue origem antiquissima á egreja patriarchal lisbonense (que el-rei D. João v fundou no sitio onde hoje se alastra uma parte do Pelourinho, e onde principia a subir a calçada de S. Francisco) o padre Ignacio Barbosa Machado[3]; mas essas conjecturas, que remontam aos reis suevos, são, quanto a mim, vagas e remotas demais. A propria fundação por D. Affonso Henriques é tradição meio apagada. Entro a achar vestigios escriptos desde o reinado de D. Diniz; nem admira que assim seja. Foi elle, segundo a seu tempo averiguaremos, o reformador, o reedificador, o verdadeiro fundador, do nobre palacio chamado da Alcáçova, que tem o seu nome ligado a scenas

[1] *Hist. gen.*, t. III, pag. 178.
[2] *Hist. gen.*, t. III, pag. 441.
[3] *Historia critico-chronologica da procissão do Corpo de Deus*, pag. 141.

lindissimas da nossa historia; e assim, é de crer que a sua capella particular merecesse ao magnifico soberano, ao artista, ao poeta, ao affectuoso marido de Izabel de Aragão, especialissimo desvelo. Junto aos paços sumptuosos do rei-trovador, o ninho devoto e concentrado da rainha-sancta.

Depois de recitar em sua camara parte das horas canonicas — conta da piedosa princeza o erudito D. Antonio Caetano de Sousa — *ouvia as restantes na dita capella com grande piedade e devoção. D'este tempo* — continúa aquelle rebuscador incançavel, que viu só á sua parte mais documentos velhos que estrellas tem o ceo. — *D'este tempo parece teve principio o cantar-se na capella do paço o officio divino, ao menos nas vesperas solemnes, como diz o licenciado Jorge Cardoso, insigne investigador das nossas coisas, e a cuja erudição devem muito os curiosos*[1].

E n'outra parte confirma isto com est'outras asserções:

Foi el-rei D. Diniz quem ordenou, que na sua real capella do paço da Alcaçova, dedicada a S. Miguel, se rezassem todos os dias as horas canonicas, e houvesse Missa, ainda que os reis estivessem ausentes[2].

Em dias de D. Affonso V, concedeu o Sancto Padre Eugenio IV aos nossos reis, em 1439, o usar-se na capella o rito da egreja romana[3].

[1] *Hist. gen.*, t. III, pag. 178 e seg.

[2] *Hist. gen.*, t. I, pag. 210.

[3] A Bulla vem a pag. 273 do tom. V das *Provas* da *Hist. gen.*

Creio porém que andava n'essa liturgia toda grande relaxação, fosse porque fosse; pelo menos, pouca ordem e regimento. Quem o insinua é o insuspeito Garcia de Rezende. Diziam-se Missas e rezavam-se vesperas por conta do rei, é certo, mas os capellães para se não incommodarem rezavam-n'as onde bem lhes parecia; e as *horas* engrolavam-n'as *em suas pousadas, e ás vezes nas estrebarias vendo curar suas mulas* — observa sorrindo o pagem da escrivaninha.

Foi em 1494 que o severo D. João II, estando em Evora, ordenou que todos os seus capellães, cantores, e moços da capella rezassem as horas solemnemente, como em cathedral; e mandou fazer bancos de côro e alfaias, e accrescentou as rendas [1]; por modo, nota o mesmo autor no *proemio* da sua chronica, por modo que a nossa capella real *é a melhor que rei christão tem.*



Á capella dos soberanos portuguezes, para em tudo ser nobre, nem uma alta glorificação litteraria faltou sequer: a representação dos autos do grande Gil Vicente.

Foi nas matinas do Natal de 1502, que por ordem da rainha D. Maria alli se representou o *Auto pastoril castelhano;* foi no dia de Reis de 1503, que alli se estreava o *Auto dos Reis magos;* e foi n'outro anno proximo, não indicado nas obras do

1 Garcia de Rezende, *Chron. d'el-rei D. João* II, cap. CXCI.

poeta, que nas matinas do Natal, e na presença de seu marido, a rainha D. Leonor teve a felicidade de ouvir, e applaudir talvez, com o seu enthusiasmo juvenil, o *Auto dos quatro tempos.*

Páro aqui, para não antecipar muitas noticias, que teem por ventura melhor cabimento quando fallarmos do paço da Ribeira. Então veremos a transferencia da capella para o Terreiro do paço, a sua dedicação a S. Thomé padroeiro da India, etc., etc.

Foi talvez desde então que entrou a diminuir notavelmente o esplendor da liturgia na capella do Espirito Sancto da Alcaçova; e nos dias de Coelho Gasco já não estava aquella casa de oração *com a decencia que convinha a tão sancto logar.*

Diz elle, que no seu tempo se encontrou, por acaso, na Torre do Tombo o documento em que el-rei D. Diniz concedia rendas para se manter um sacerdote; determinação que, sem se saber porquê, se não cumpria; e que Filippe II a mandou cumprir, por saber que já el-rei D. Sebastião o mandara tambem. Uma vez perguntou Coelho Gasco se se mantinham as regias ordens; responderamlhe que não, porque o capellão não estava disposto a ir ao castello, e dizia as suas Missas fóra [1]. Acho galante.

Era em 1571 a capella de S. Miguel no paço da Alcaçova templo *de bom tammanho,* diz uma testemunha ocular. Tinha um quadro de S. Miguel expulsando Lucifer, obra de mestre; e via-se for-

[1] *Primeira parte das antiguidades de Lisboa,* fl. 289.

rada de tapeçarias, uma das quaes pertencia á opulenta collecção de razes mandados tecer por el-rei D. Manuel commemorando o descobrimento da India, e a que me referi no volume antecedente[1].



Tudo isto veio trazido pela designação da *Rua de S. Miguel*. Ainda bem que pude explical-a minuciosamente. O mesmo me não succede com outras, já esquecidas, que ainda, quando se estuda esta freguezia, surgem d'entre a poeira dos livros quinhentistas, como enigmas indecifraveis.

O antigo becco *de Gaspar de Leão* provirá de residencia de certo conego d'Evora, que veio a ser em 1559 o primeiro arcebispo de Goa?

A *Moiraria* não revelará por alli moiros arruados? creio bem que sim, e até me parece encontrar-lhes o rasto na epopêa de Fernão Lopes. Em 1373, por occasião da invasão dos castelhanos, foi geral, como é de suppôr, o receio em toda a cercania da capital; até os moiros forros do arrabalde da *Moiraria* propriamente dita (onde entrámos pouco acima) fugiram com todos os seus haveres para o castello, e alli se acoitaram em tendilhões no sitio chamado curral dos coelhos[2].

Não me custa pois a admittir, que tal moiraria

1 *Viagem do cardeal Alexandrino a Portugal em 1571* — *Panorama*, e *Opusculos* de Herculano, t. VI, pag. 92.

2 Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. LXXIII *in fine*.

provisoria fixasse por seculos o seu nome n'essa paragem da freguezia.

A rua *do Moniz* essa bem claro estava pregoando a tradição do valoroso companheiro de Affonso Henriques.

E onde está o *arco* d'onde tirou o seu nome a extincta rua *do Arco?*

E quem era a *romeira* que ficou ligada á rua *da Romeira?*

E quem seria *Lourenço de Moura,* que deu nome e fama a uma travessa algures por alli?

E onde correria a rua *Nova da Madeira?* e d'onde lhe provinha esse titulo?

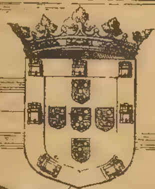
E quem me explica já agora o que significava a rua *do Penosinho,* com os seus 257 palmos de comprido, e 14 de largo?

E emfim, quem me affirma que a rua *do Jardim* não tirasse por acaso o seu florído titulo dos buxos e canteiros da antiga residencia real?

CAPITULO IV

Visita ao antigo paço real da Alcaçova. — O alcaide moiro. —El-rei D. Diniz. —Festas ao inglez conde de Cambridge. —Obras grandiosas d'el-rei D. João I. — Festas no reinado do mestre de Aviz. — Os cisnes de Cintra. — Morte d'el-rei D. João I. — Acclamação do seu successor. — Morte da rainha D. Joanna. — Casamento da infanta D. Leonor filha d'el-rei D. Duarte. — Nascimento d'el-rei D. João II. — Côrtes no paço da Alcaçova em 1455. — Conjectura ácerca do architecto Maritm Annes. — Nascimento do principe D. Affonso. — El-rei D. Manuel e o paço. — A rainha D. Izabel. — Côrtes em 1498. — Chegada de Vasco da Gama. — Vasco da Gama e o paço da Alcaçova. — Casamento d'el-rei D. Manuel com a rainha D. Maria. — Nascimento d'el-rei D. João III. — Scena de um vaqueiro em 1502 na camara da rainha. — Nasce o theatro portuguez. — Juramento do herdeiro do reino em 1503. — Nascimento das infantas D. Izabel e D. Brites. — Em principios de 1505 é desamparado pela côrte o paço da Alcaçova. — Providencias dos senhores D. João III e D. Sebastião. — É chamado o Venturino a descrever o paço tal como o viu em 1571. — Duarte de Sande em 1584. — Quanto gastava Filippe II n'esta casa real. — Conclusão.

Visto que toquei n'este assumpto importantissimo, a residencia real, é talvez mais conveniente explorar desde já tal materia, a deixal-a para outro volume.



Vista de Lisboa no seculo XVI, segundo o THEATRUM URBIUM de J. Braunio.

Back of
Foldout
Not Imaged

Tenho para mim que o famoso paço da Alcaçova, ou das Alcaçovas, não é, como em geral se crê, obra d'el-rei D. Diniz; este rei seria o reformador, o reedificador, o notavel ampliador, da antiga habitação do moiro, frequentada por el-rei D. Affonso Henriques; mas que ella existia muito antes do seculo XIV é mais que demonstrado.

Verdade é que só de D. Diniz em diante se encontram nos livros memorias claras do paço da Alcaçova; até então provavelmente deserto, desprezado pela vida elegante dos reis, que habitavam quasi sempre Coimbra, erguia viuvo os seus minaretes, e na penumbra dos salões desamparados e sonoros curtia saudade amarga da brilhante vida dos valis. Com a transferencia da côrte para Lisboa, mudaram as circumstancias. O pequenino palacio de S. Bartholomeu, fundado por el-rei D. Affonso III, pareceu mesquinho albergue ao phantasioso trovador seu filho; namorou-o a situação excepcional da Alcaçova, e ahi fez ninho de aguia o grande e magnifico fundador dos estudos geraes.

Que de festas não viram os salões da Alcaçova! Descrevel-as todas, se acaso nos tivessem deixado apontamentos authenticos os seus contemporaneos, seria o mais admiravel estudo do viver sumptuario de outras eras, a mais preciosa galeria de quadros, que podiam correr os pintores, os poetas, os dramaturgos, os historiadores, os curiosos. Infelizmente só fragmentos de noticias restam entre os escombros das idades. Conservarei alguns.

Que n'este paço residiu el-rei D. Diniz é já cer-

*

tissimo[1]; encontro por toda a parte a tradição de obras consideraveis d'elle aqui, mas não as conheço; inclino-me a que não foram mesquinhas. Era cavalleiro luxuoso e rasgado, alma de artista, cultor do bello; julgo que sem perigo de errar podemos comparar na architectura, no gosto, e nas alfaias, o paço d'esse tempo ao que de mais primoroso se encontrava por então na Europa culta.

De um adorno artistico de subido preço resa a tradição: quero fallar nos retratos de familia, com que o rei Lavrador nobilitou a sua residencia. *Foi o primeiro dos nossos monarchas*—diz o sr. Vilhena Barbosa—*que teve esta idéa; cujo exemplo seguiu seu filho el-rei D. Affonso* IV, *que não sómente se fez retratar, mas tambem mandou fazer os retratos dos reis seus predecessores*[2].

Essa galeria, que decorava os salões regios, não sei que fim teve. Inclina-se o citado investigador a que os Filippes a levassem; e o abbade Castro no seu *Itinerario*[3] informa-nos, em 1845, de que existia nos Jeronymos. Á primeira asserção não encontro base antiga; a segunda, julgo-a inaceitavel. A galeria dos retratos da casa pia é bem mais moderna.

*

Quando se chega aos dias d'el-rei D. Fernando, continúa o paço da Alcaçova a interessar-nos:

[1] *Hist. gen.*, t. I, pag. 202.

[2] *As artes no reinado de D. Diniz*—*Arch. Pitt.*—t. IX, n.º 5.

[3] Pag. 6, nota.

vêem-se os seus salões illuminados a miude, os seus jardins povoados de cortezãos e pagens, as suas avenidas em volta, as suas pontes levadiças, frequentadas de cavalgadas vistosas; e quem presta ouvidos, ouve, uma vez ou outra, por entre a monotonia dos capitulos das chronicas, ressoar a melodia de tiorbas, violões, e charamellas, nos saraos da côrte.

Durante a estada do conde de Cambridge em Lisboa, e depois da recepção brilhante e cordeal que lhe fez el-rei D. Fernando, indo buscal-o a elle e á condessa de Cambridge na praia da Ribeira, offerecendo o braço á sua graciosa hospeda, conduzindo-a a pé até á cathedral, e d'ahi partindo todos a cavallo até ao mosteiro de S. Domingos onde os condes se aposentaram, passados poucos dias deu el-rei mais a rainha D. Leonor Telles uma concorrida festa na Alcaçova em honra dos recem-chegados. Assistiram todos os capitães da frota ingleza, e as donas e donzellas da côrte, e um sem-numero de convidados. Houve sumptuoso jantar de apparato, findo o qual entraram muitos pagens trazendo e offerecendo aos condes de Cambridge, e aos outros grandes, muitos e variados mimos de panos de sirgo bordados a oiro, e joias ás senhoras[1].

Bizarrias proprias de Portugal.

Observo agora uma coisa: havia então no paço uma camara chamada *a camara nova*, talvez por ser obra recentissima; não posso affirmar[2].

[1] Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. CXXIX.
[2] Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. CXXX.



Com a subida do monge-cavalleiro D. João mestre de Aviz ao throno de seus avoengos, reclamou o paço da Alcaçova o importante papel que lhe cabia. Fez aquelle soberano *grandiosas obras;* dil-o o sagaz Herculano[1], seguindo a asserção de Ruy de Pina. Pelas palavras d'este chronista se rastreia até a data approximada d'essas obras: foram no verão de 1433. Achava-se el-rei doentissimo em Alcochete, da doença que o levou; e determinou (assim se expressa Ruy de Pina) que *o levassem á cidade de Lixboa, e o apousentassem dentro no seu castello, que entam* (note-se) *mandava muyto ennobrecer; e assi se comprio*[2].

O que fossem essas obras ignora-se.



Um pouco antes d'ellas, porém, tinha havido n'este mesmo paço uma agradavel e apparatosa festa de familia: o casamento da infanta D. Izabel filha d'el-rei D. João I com o embaixador especial e procurador do duque de Borgonha Filippe o Bom

[1] No *Monge de Cister,* cap. XV.

[2] *Do fallecimento d'ElRei D. João o* I, fragmento tirado da chronica d'el-rei D. Duarte pelo chronista Ruy de Pina, inedito da Torre do Tombo, annexo á chronica de D. João I por Azurara, pag. 284; reimpresso na *Chron. de D. Duarte,* ineditos da academia, 1790, t. I, pag. 72.

em 24 de julho de 1429[1]. Assistiram á festa: o pae da nubente, os infantes D. Duarte, D. Henrique, D. João, e D. Fernando, D. Affonso senhor de Cascaes, D. Alvaro bispo de Evora, e muitos outros personagens. Por parte do noivo: João, senhor de Roubaix e de Herzelles, Balduino de Lanoy senhor de Moulambais, André de Thoulongeon senhor de Mornaix, mestre Gil d'Escornay doutor em direito canonico, e como secretario mestre João Hibert.

Á vinda d'esta embaixada liga-se uma tradição interessante, que ainda vive no paço de Cintra. Sabem qual é? encontrei-a n'um folheto do erudito abbade de Castro, respeitavel velho a quem ainda entrevi na minha mocidade, e cuja paixão era esta, da archeologia artistica.

Conta-se que entre os mimos que trouxe a embaixada á nossa infanta, figurava um casal de cisnes brancos muito mansos, muito domesticados, um verdadeiro apetite. A infanta, já se vê, ficou morrendo por elles, e mandou-lhes pôr uma gorjeira, ou colleira, de veludo carmesim com campainhas de oiro. Entretinha-se muito em vel-os andar passeando aquellas galas, todos emproados, ou banhando-se nas aguas tremulas do tanque (mesmo por baixo da primeira janella do salão), rutilando como neve ao sol, mergulhando de azas meio abertas, e reapparecendo a procurar a dona, que os espreitava d'entre os columnellos semi-moiriscos do paço.

[1] *Hist. gen.*, *Provas*, t. I, pag. 479. Ahi vem o auto e descripção do casamento.

Era um encanto. E el-rei D. João tambem espreitava a scena; e achava uma graça immensa áquelles amores da juvenil noiva com as aves garbosissimas que eram o seu brinquedo.

Depois (saudades de pae!) quando ella em 1430 partiu para Flandres, entendeu mandar pintar na tal sala em vinte e sete paineis vinte e sete cisnes, muito brancos; e quando alli entrava lembrava-se dos cisnes da infanta, e fallava n'elles, e n'ella, e parecia-lhe ouvil-a papear galanterias da janella para o tanque; e entrava-lhe no coração não sei que saudade deliciosa, que é um tormento, mas um conforto muito grande. Vive-se d'estas coisas; todos nós o sabemos[1].

*

No paço da Alcaçova de Lisboa falleceu em 1433 esse mesmo senhor D. João I, com as circumstancias que lá para o deante resumirei ao contar a sua ultima visita á sé.

*

N'um terreiro em frente se celebrou a acclamação d'el-rei D. Duarte no referido anno[2].

*

Lisboa toda se amotinou em 1451 com as admi-

[1] Vide a *Descripção do palacio real de Cintra*, pelo abbade A. D. de Castro e Sousa, pag. 14.

[2] Ruy de Pina, *Chron. de D. Duarte*, cap. II.

raveis festividades do casamento da nossa infanta D. Leonor, filha d'el-rei D. Duarte, com o imperador Frederico III da Allemanha. O bizarro Affonso V irmão da noiva saiu-se do caso como quem era.

O paço de S. Christovam, que é hoje o palacio do largo, entre a rua do Regedor e o beco da Atafona, presenceou uma parte da solemnidade da côrte. As ruas e praças de Lisboa viram o resto.

Não repetirei aqui o que se lê em latim na *Historia genealogica*[1], e vem extractado no *Archivo Pittoresco*, graças á diligencia do sr. Vilhena Barbosa. Essa descripção levava-nos longe; apenas mencionarei que no paço da Alcaçova, onde residia el-rei D. Affonso V, se celebraram as bodas com desusado esplendor, que o embaixador de Frederico III, Nicolau Lanckman de Walkenstein, descreve com a maior minudencia.

*

N'este mesmo paço nasceu em 3 de maio de 1455 el-rei D. João II[2], e se reuniram em 25 de junho seguinte as côrtes que o juraram herdeiro[3].

*

Tambem aqui nasceu o principe D. Affonso,

[1] *Provas*. t. I, pag. 601 e seg.
[2] Garcia de Rezende, *Chron. de D. João* II, cap. I.
[3] *Hist. gen.*, t. III, pag. 104.

filho d'esse monarcha, ainda então principe, em 18 de maio de 1475 [1].

*

Se nos dois reinados, de D. Affonso v e D. João II, houve acaso algumas obras n'esta residencia real, conjecturemos que lhes não foi estranho o architecto e esculptor Martim Annes, mestre das obras reaes de Lisboa, e que em 1504 era já velhissimo [2].

*

Como se está vendo, todos os nossos reis habitaram na Alcaçova, a que por isso Damião de Goes não duvída chamar até ao anno de 1500 *o verdadeiro e proprio aposento dos reis d'estes regnos* [3].

D'el-rei D. Manuel ha muitas menções historicas referidas a este paço.

*

A rainha D. Izabel, filha dos reis catholicos Fernando e Izabel, casou com o nosso rei em outubro de 1497. Vieram para Evora onde se demoraram em lua de mel todo o mez de novembro e parte de dezembro. Como a nova rainha já manifestava signaes de gravidez, partiram os noivos para Lis-

[1] Garcia de Rezende, *Chron. de D. João* II, cap. VIII.
[2] Raczynski. *Dict. hist. et artist. du Portugal*, pag. 11.
[3] *Chron. de D. Manuel*, parte I, cap. XLVI.

boa, visitando de caminho a rainha viuva, D. Leonor, irmã d'el-rei, que se achava residindo no Lavradio do Riba-Tejo. D'ahi embarcaram nas galeotas, e deslizando defronte de toda a cidade foram surgir no caes do paço de Sanctos-o-velho. D'esse paço é que fizeram a sua entrada solemne em Lisboa, com poucas festas e recebimentos, observa o chronista, por causa da tristeza da rainha, a quem fallecera seu irmão o principe D. João; e foram aposentar-se definitivamente no paço da Alcaçova[1].



Dois mezes andados, nas salas d'essa mesma residencia eram celebradas côrtes em 10 de fevereiro de 1498, antes da saída d'el-rei D. Manuel com sua mencionada mulher para Castella a ser jurado herdeiro d'aquelle reino[2]. Depois, partia el-rei com a rainha; e tendo tido a desgraça de lá ficar viuvo em Saragoça, tornou-se a Lisboa, onde entrou a 9 de dezembro, e ficou poisando temporariamente *nas casas de Pero d'Alcaçova á porta d'Alfofa, por a infanta D. Beatriz sua mãe poisar n'aquelle tempo nos paços da Alcaçova*[3].

[1] Damião de Goes, *Chron. de D. Manuel*, parte I, cap. XXVI.

[2] Colhi esta noticia em Acenheiro, *Chron. de D. Manuel*, pag. 330. O que lá se vê é isto: *paços reais, em sima este o Fevereiro de 1498 aos 10 dias do dito mez de Fevereiro.* Eu para mim corrijo assim: *paços reaes em cima* (isto é, os da Alcaçova) *este Fevereiro de 1498*, etc.

[3] Damião de Goes, *Chron. de D. Manuel*, p. I, cap. XXXIV.

*

Em setembro de 1499... Perdão; antes de irmos adeante: abra o leitor as *Lendas da India* no tomo I, e abre-se-lhe no espirito, com os capitulos XXI e XXII, um dos quadros mais esplendidos da historia portugueza.

*

Findaram os trabalhos de Vasco da Gama. Quebrantada e destruida de tantas e tão asperas labutações, chegou a pobre armada do atrevido descobridor ás aguas da ilha Terceira, onde vai refazer-se e refrescar antes de demandar por derradeiro o porto de Lisboa. Não pôde Paulo da Gama resistir ao mal que o ia minando desde mezes, e entre os braços de seu irmão rendeu a alma a Deus em Angra, onde ficou.

Havia ahi um certo Arthur Rodrigues, navegador por officio, e que então, ao abalar-se da Terceira para o Algarve no seu caravellão, se cruzou com duas alquebradas naus, que pelas mostras vinham de longe. Conforme o uso, perguntou d'onde chegavam; ao que responderam os porta-vozes: da India!

Seguiu na sua derrota o caravellão, mas em vez de aproar ao Algarve rondou sobre Lisboa, e em quatro dias fundeava deante de Cascaes. Desembarca, vôa o capitão até Cintra, onde soube que estava a côrte, chega ao paço, e manda pedir a el-rei a mercê de uma audiencia. Era noite; ia

então n'aquelle mesmo instante o soberano sentar-se á meza para cear. Abre-se a porta; é introduzido Arthur Rodrigues; traz no rosto commovido um como clarão da boa nova; adeanta-se, chega a el-rei, ajoelha, e beija-lhe a mão. Depois diz:

— Senhor, beijei a mão a vossa alteza pela mercê que me fará por tão grande boa nova que lhe trago.

— Boa nova? Que é? — pergunta com avidez el-rei D. Manuel.

— Ha quatro dias que me parti da Terceira; iam entrando em Angra duas naus; perguntei d'onde chegavam; responderam-me os porta-vozes: da India. Senhor, senhor, são as naus de Vasco da Gama. Vêdes? vêm da India.

Não acabou el-rei de ouvir a narração; levantou-se da meza apressado, alvoroçado, e foi logo com todos os presentes á sua capella, dar muitas graças a Deus por tão estranha novidade.

Não se sabe como, correu a noticia; os nobres que se achavam por Cintra e arredores acudiram aos parabens; e todo o serão foi um entrar e saír de gente, uma confusão alegre, em que se davam e trocavam emboras, e as expansões electricas e atonitas dos primeiros enthusiasmos.

Ao romper d'alva escarvava no pateo do paço de Cintra (n'aquelle pateo que todos os lisboetas conhecem) uma lustrosa fileira de cavallos de sella, seguros pelos palafreneiros. Depois, viu-se descer a escadaria, calçando ainda as suas grossas luvas de anta, e conchegando com um geito de hombros

a capa de veludo forrada de setim, que lhe encobre o gibão bordado de oiro, a grande figura, aguçosa e inquietamente alegre, d'el-rei D. Manuel. No seu sorriso parecia raiar a mesma alegria, com que o sol ia já sobredoirando os rendilhados manuelinos do paço, e resvalando nos pedregaes cinzentos e sombrios da serra os albores matinaes. El-rei encavalgou, cada qual tomou o seu logar, tangeram as charamellas, e pela fresca d'aquella deliciosa manhã de outomno partiu a cavalgada a caminho de Lisboa.

Entrou pela porta de Sancto Antão, e dirigiu-se pela da Alfôfa para os paços do castello; e estando el-rei a jantar, repetiu-se a scena de Cintra: veio outro recado da Terceira a ganhar as alviçaras. Este já adeantou mais alguns pormenores, que Arthur Rodrigues não podera alcançar: contou o fallecimento do capitão Paulo da Gama, contou o que toda a companha vinha de doente e dizimada de febres, que as naos só a poder de trabalho constante das bombas se sustinham, que estavam a refrescar em Angra, e que em muito breves dias iam entrar em Lisboa com outros navios e caravellas de curiosos que as vinham comboiando.

Respondeu el-rei, visivelmente commovido, palavras de affectuosas saudades e esperanças, e despediu o mensageiro.

Mandaram-se logo pairar na barra as barcas dos pilotos; e todos os dias se ia o inquieto soberano á ribeira a espreitar noticias; e fallava com uns, e fallava com outros, e não disfarçava (que o não podia) a sua impaciencia.

A noticia alastrou como era natural; foi o assumpto de todas as conversações nos pasmadoiros elegantes da rua Nova, nos buliçosos ajuntamentos de Cataquefarás e da ponte da Madeira, na chusma da Ribeira das naos, e nos loquacissimos abarracamentos do Campo da lã. Toda a cidade estava em alarma, toda de olhos fitos nos nevoeiros da barra. Cada janella era um miradoiro; em cada trapeira espreitava alguem.

N'isto, uma linda manhã, começam a ver-se despontar no azul do poente, a destacar com o seu branco alegre e vivaz, como n'uma miniatura de esmalte, a sorrir de tão longe, de traz da linha nitida dos areaes orlados de espuma de prata, muitas velas brancas, como que a acenar lá desde a barra as alegrias da tornada. N'um prompto encheu-se de gente em festa a praia toda; el-rei D. Manuel foi postar-se logo nas varandas da casa da Mina, e esteve olhando, soffrego, escutando no zum-zum dos rumores festivaes do povo um eccho antecipado de clarins, não sei que atoardas de victoria, não sei que vagas harmonias bellicas de triumpho!... E chegava-lhe um sopro do Oriente, perfumado da brisa de palmeiraes desconhecidos!...

E vieram entrando; e subiam o Tejo muitas caravellas, cortejo dos dois alquebrados galeões da façanha; e lá vinham elles, bordejando de vagarinho, com as suas amuradas rendidas, as suas gáveas rotas, o seu costado funebre e despintado, e o seu aspecto cançado de quem muito luctou e padeceu. E vinham embandeirados; e fundearam

defronte da casa da Mina, que, por signal, ia trocar o nome no de casa da India; e salvaram.

Mandou el-rei o provedor dos armazens, Jorge de Vasconcellos, bom fidalgo, comprimentar a bordo Vasco da Gama, com muitos e muito sentidos pezames da morte de Paulo, abraçal-o, animal-o, dar-lhe parabens, e pedir-lhe que sem demora desembarcasse.

Com a alegria da cidade, banhada de sol ao longo do seu roqueiro amphitheatro, com as expansões do povo inteiro, que apinhava a beira-mar, com o descuidado alvoroço de tantos milhares de almas... contrastava a melancolia invencivel do capitão-mór. De lucto pesado, de nojo ainda, chorava o triste Vasco as saudades amargas de seu irmão, seu companheiro de meninice, seu companheiro de trabalhos, seu esforçador nos desanimos! morto em Angra! adormecido para sempre! teve o seu duro quinhão nas aventuras, e não permittiu o ceo que tivesse o quinhão das alegrias. E chorava o duro navegador; e caíam-lhe de quando em quando as lagrimas a quatro e quatro pelas crescidas barbas negras, ao longo do rosto varonil requeimado dos soes e da salsugem. E renovavam-se-lhe esses tristes abalamentos de saudade a cada novo abraço dos bons amigos e parentes que iam chegando a bordo, escalando os portalós, e abraçando com alvoroço o tristissimo capitão-mór.

Não obstante, cumpriram-se as ordens d'el-rei. Vestiu-se de ceremonia Vasco da Gama, com um saio cerrado de solía, e barrete redondo. Era solemne e imponente o seu aspecto, e dava-lhe um

ar mais solemne e mais grave ainda o comprimento das barbas, que nunca mais se tinham cortado desde a saída de Lisboa.

Entrou no seu batel, e seguido de muitos outros desembarcou. Receberam-n'o nos braços todos os grandes da côrte, que á porfia lhe queriam apertar a mão.

Ora entre a muita gente que veio receber o grande homem, creio entrever, rodeada de parentes e apaniguados, e meio occulta nas suas andas, ou liteira, uma dona, moça ainda, em cujo rosto se está percebendo a alegria que desabrocha em lagrimas por trasbordar do coração. É a mulher de Vasco da Gama, a grave D. Catharina de Ataíde, filha do senhor de Pena-Cova.

Vejo-a (os chronistas nada dizem; é conjectura minha) vejo-a apear-se das andas, dar alguns passos apressada ao encontro do marido, que a avista, corre para ella, a abraça com soffreguidão, lhe segura entre as mãos a formosa cabeça, e lhe cobre de beijos o pallido rosto inundado de lagrimas.

Depois, tomaram entre si ao commovido Vasco o conde de Borba e o bispo D. Diogo Ortiz, e atravessando a praia chegaram ao casarão em que se achava D. Manuel.

Apenas viu entrar Vasco da Gama ergueu-se da cadeira, e abriu os braços ao heroe. Este adeantou-se, ajoelhou na presença do seu rei, abraçou-o pelos joelhos, e beijou-lhe a mão, dizendo-lhe:

— Senhor, n'esta hora são acabados meus trabalhos, e eu de todo satisfeito, pois Deus me restituiu a vossa alteza!

E tornou-lhe o soberano:

— Vasco, meu Vasco, em boa hora sois vindo! o prazer que eu tenho, ninguem o tem mór que eu. E pois Deus vos deu vida até aqui, haveis de tel-a para receberdes o premio de tamanho serviço.

Beijou outra vez o capitão a mão d'el-rei, e chorou. E continuou o soberano:

— Vamos, vamos, cobrae animo! Perdestes um bom irmão, mas nem dos vivos nem dos mortos me hei de esquecer.

E desceram todos; montou o soberano no seu cavallo, Vasco da Gama tambem montou, e todos os demais; levou el-rei á sua direita o grande navegador, e entre as acclamações dos populares seguiu a passo lento até á Alcaçova.

Apresentou-o á rainha, que recebeu a Vasco da Gama com a mais graciosa benevolencia, e feitos os comprimentos despediu-o e mandou-o para a sua poisada descançar.

Julga-se, por algumas inducções vagas, que era já então a casa do Gama nos altos onde poucos annos depois havia de vir a erguer-se a capella de S. Roque, entre olivedos, n'um cabeço alegre, d'onde se estendiam os olhos por um admiravel panorama. Seria, ou não. Por desgraça obliteramos as memorias mais sagradas. No emtanto, não passo nunca por aquellas immediações, sem ver surgir d'entre os escombros do palacio senhoril de seus netos, a sombra heroica do insigne e ousado descobridor.

Vinham presos a ferros no porão das naos muitos

insurgentes da marinhagem. Mandou-os o Gama chamar a sua casa, e disse-lhes assim:

—Eu cumpri comigo em vos entregar a el-rei em ferros; agora perdôo-vos livremente por vossos trabalhos, e cumprirei com as mercês que por vossos serviços vos prometti. Ide-vos em paz repoisar com vossas mulheres e vossos filhos.

Os tristes caíram de joelhos, e só diziam a chorar:

—Senhor, de Deus hajais o galardão!...

Indo n'essa manhã Vasco da Gama ao paço da Alcaçova a receber as ordens do seu rei, encontrou-o a vestir-se na sua guarda roupa. (Como artista que era, foi sempre o vestuario negocio muito serio para o fastuoso D. Manuel). Apenas avistou o capitão-mór, estendeu-lhe a mão, e disse-lhe com modo significativo:

—Dom Vasco da Gama, pouco repoisastes.

Surprehendido, poz logo o navegador os joelhos em terra, e beijou a mão real, pelo grande titulo que assim se lhe conferia.

Toda esta scena, e tudo mais que o sincero autor das *Lendas da India,* de quem sou plagiario atrevidissimo, nos pinta com o seu colorido vigoroso, tudo viram os salões do velho paço da Alcaçova. Por isso não pude omittir n'este capitulo esses esboçetos a carvão, que oxalá conseguissem trazer á alma do leitor alguns lampejos de verdade!

Completarei com mais alguns traços fugitivos o esboço de retrato do descobridor da India.

De seu pae, Estevam da Gama, se sabe ter sido alcaide-mór de Sines, onde, a crermos Damião de

Goes, veio a nascer o immortal vice-rei. Mareante, como tudo leva a crer que o fosse Estevam, visto como á sua pericia e energia tencionava el-rei D. João II incumbir a pesada empreza de buscar a India, residente na sua alcaidaria debruçada sobre as ondas, familiarisado com o mar, e casado n'uma familia de marinheiros, foi este pae o mais proprio educador para tal filho.

Casara Estevam da Gama com Izabel Sodré, filha de João de Rezende provedor das vallas em Santarem, e de Maria Sodré. Estes Sodrés eram raça maritima. Vasco Gil Sodré, por exemplo, foi o primeiro povoador da ilha Graciosa em meio do seculo XV; Vicente Sodré, tio direito de D. Vasco da Gama, foi capitão-mór da armada da India, e por signal que se perdeu com toda a sua frota n'uma tempestade; Braz Sodré, irmão d'este Vicente, tambem foi capitão de uma nau, e tambem

> nas ondas traidoras achou sua fim;

e ao longo das gerações muitos outros Sodrés se vão encontrando nas fainas nauticas dos seculos XVI e XVII.

Ao primogenito do consorcio de Estevam da Gama e de Maria Sodré pozeram o nome do avô paterno, escudeiro da casa dos reis D. Duarte e D. Affonso V.

Como tudo são trevas ácerca da infancia de Vasco, é licito conjecturar que se creasse por Sines onde nascera, e que desde menino se familiarisasse com o trato intimo das manobras navaes, com a

construcção e apparelho de caravellas, com a natação, com as viajatas costeiras pelos portos semi-moiriscos do velho Algarve, e que, em summa, a residencia alli lhe servisse de preparo efficacissimo para o grande papel que veio a representar.

*

Continuou por alguns annos o paço da Alcaçova a ser residencia d'el-rei D. Manuel.

Depois de casar em Alcacer do Sal com a rainha D. Maria sua segunda mulher, a 30 de outubro de 1500, partiram os soberanos para Lisboa; houve muitas festas, e foram levados desde a Ribeira, onde foi o desembarque, até á sé, e d'ahi aos paços da Alcaçova, diz Damião de Goes[1].

*

No mesmo palacio, uma segunda feira 6 de junho de 1502, ás 2 horas da madrugada, nasceu o principe, que depois foi D. João III[2]; e a 8 (aqui vem outra historia) a 8 de junho, á noite, estando a rainha D. Maria no seu leito, deu-se perante ella uma das scenas que mais elevada significação vieram a ter na historia litteraria de Portugal.

Figuremos o quadro.

Uma camara opulenta, forrada de razes magnificos, e alcatifada luxuosamente. A um lado, n'um

[1] *Chron. de D. Manuel*, part, I, cap. XLVI.
[2] Frei Luiz de Sousa, *Annaes*.

oratorio cheio de imagens piedosas, ardem os cirios bentos que accendeu a devoção. Esses cirios, e uma rica lampada de bronze marchetado pendente dos caireis doirados do tecto, allumiam frouxos a vasta quadra.

De um lado, n'um soberbo leito de pau sancto, muito lavrado de embutidos, entrevê-se entre os cortinados um formoso vulto de mulher, encostada nas almofadas, pallida, serena, e a sorrir para a conversação muito mança e cautelosa das camareiras, que de roda a estão velando. Além d'ellas, vêem-se sentados junto ao leito el-rei D. Manuel, a infanta D. Beatriz sua mãe, e a duqueza de Bragança.

Não longe do leito, que se alteia sobre um estrado, ergue-se, com as suas cortinas de brocado de oiro, o berço do recem-nascido.

Reina um silencio affectuoso, interrompido apenas pelos passos que vão e vêm, ou pelos vagidos infantís. Nada mais.

N'isto se estava, quando a porta se abriu, e entrou um vaqueiro.

— Um vaqueiro! — pergunta o leitor. — Um vaqueiro na camara da rainha!

Assim foi; mas para aquella nobre companhia o vaqueiro escondia no seu rustico trajar um familiar do paço, muito estimado de seus senhores, um engenho agudo e faceto, cujos chistes andavam de bocca em bocca, e cujas trovas e esparsas se cantavam nos saraus. A altura, o gesto, a voz, tudo o fez logo conhecer. É elle, é Gil Vicente.

Gil Vicente era uma especie de apaniguado e

servidor, um truão com foros de nobreza; artista na alma, grande leitor e amouco dos mysterios ou representações sacro-dramaticas da França, genio irrequieto e buliçoso, que em tudo se mettia, e que ora se encontrava (se é certo) a lavrar maravilhas de ourivezaria, ora a superintender nas armações de tablados e arcos para recepções reaes, ora a engenhar escabrosas trovas epigrammaticas para fazer rir os cortezãos.

Com taes prendas de genio facil e alegre, não admira que na nossa côrte bondosa houvesse Gil Vicente alcançado benevolencia e gazalhado que hoje nos espantam.

Entrou pois o vaqueiro Gil, em todo o rigor do trajo de um saloio do termo, e declamou com o maior chiste um monologo em verso, entre os sorrisos benevolos das princezas e as gargalhadas d'el-rei.

Começou por se lamentar de que lhe quizessem as guardas do paço tolher a entrada. Defendeu-se como pôde, ás punhadas, rompeu, subiu a escada, entrou, e eil-o aqui.

Mas onde está elle? Não se farta de admirar o que vê. Pasma de tudo: tanto luxo! tanta grandeza!

Depois avista a rainha, cujos formosos olhos atonitos se fitam n'elle, aproxima-se do leito, e psrgunta onde o trouxe o acaso? Nunca viu cabana tão formosa como esta, tão especial; parece-lhe um retalho do paraizo.

Seja como fôr, declara que vem em nome dos da sua aldeia a saber se sempre é certo que sua

alteza a senhora rainha de Portugal teve um menino. Observa-a, e diz que, pelo estado em que a encontra, lhe parece que sim.

(Sorriso nos circumstantes).

O vaqueiro então explica. Vê a rainha tão alegre, tão prasenteira, tão feliz, ainda mais do que de costume, e conclue que toda essa alegria revela as glorias intimas da maternidade. De contente que fica, o vaqueiro começa a dançar, e pergunta se não dançou bem.

Que grandes festas vão na aldeia com a noticia do acontecido! e que grande prazer não terá, ao sabel-o, a côrte castelhana!

Depois entra a tirar o horoscopo ao menino, o futuro D. João III, e augura-lhe todas as felicidades.

Conclue chamando outros pastores seus amigos, que entram tambem na camara, e em cujos rebuços provavelmente reconheceriam os principes alguns personagens da côrte mascarados, e com muitos sorrisos e festas offerecem ante o berço do menino varios presentes, leite, queijadas, ovos, queijos, e mel.

Riu-se muito a rainha, e como a scena foi curta, não tiveram provavelmente que ralhar os physicos do paço.

D'esta representação modesta e simples nasceu a protecção que ao talento dramatico do insigne troveiro, do extraordinario poeta, concedeu a bondosa rainha viuva D. Leonor. Da memoravel noite de 8 de junho de 1502 data pois o nascimento do theatro portuguez.

Cabe ao paço da Alcaçova a ufania de ter visto esses primeiros tentames da grande arte.

Não me leve o leitor a mal, que eu me espraiasse em taes pormenores n'um livro dedicado á memoria do visconde de Almeida Garrett.

*

Em 1503, no verão, celebrou-se n'uma sala d'este mesmo paço o juramento do pequenino principe D. João. Festa luzida, a que allude o minucioso Damião de Goes [1].

Logo em 24 de outubro do referido anno de 1503 nasce aqui a infantinha D. Izabel, o que trouxe á rainha muitos dias de enfermidade [2].

Finalmente em 31 de dezembro de 1504 nasce a infantinha D. Beatriz [3].

É por esse tempo o ultimo vestigio da vida da côrte no paço da Alcaçova, segundo no volume immediato hei de estudar mais detidamente.

*

Desamparado longos annos pelos monarchas portuguezes, ahi habitou e falleceu em 1530 a infeliz rainha D. Joanna, segunda mulher d'el-rei D. Affonso v, denominada a *Excellente Senhora*, com 68 annos de edade [4].

[1] *Chron. de D. Manuel*, part. I, cap. LXVII.

[2] Damião de Goes, *Chrón. de D. Manuel*, cap. LXXV.

[3] Damião de Goes, *Chron. de D. Manuel*, cap. LXXXII.

[4] *Hist. gen.*, t. III, pag. 70.

Creio que entrara n'este venerando edificio alguma ruina, visto como em 16 de setembro de 1544 escreveu el-rei D. João III á camara de Lisboa avisando-a do perigo que ameaçava toda a costa do paço do castello[1], e depois, em anno que ignoro, ordenou el-rei D. Sebastião á mesma camara o reformasse[2]. O mestre das obras reaes no tempo d'el-rei D. João chamava-se Torralva; mais um nome para a galeria dos nossos artistas, ou naturaes ou domiciliarios.

*

Em 1571 habitava ahi D. Sebastião; e do palacio existe descripção pelo Venturino, secretario do cardeal legado que então esteve na capital. Diz assim:

O palacio do castello, todo por fóra de cantaria, assim como não tem fórma alguma de architectura, por ter sido feito aos poucos em diversas epochas, tambem por dentro é mais commodo que vistoso.

Sobe-se por uma grande escada a um atrio que gira em volta, e que dá entrada para diversas quadras, ficando á mão esquerda da entrada uma porta, que dá para outra escada ingreme e estreita, pela

[1] Cartorio da camara municipal de Lisboa, liv. 3.º d'el-rei D. João III, fl. 31.

[2] Cartorio da camara municipal de Lisboa, liv. 2.º d'el-rei D. Sebastião, fl. 66. Livro que não existe já no cartorio da camara. Tirei esta indicação de um antigo *Repertorio* manuscripto dos documentos da camara, existente na bibliotheca nacional de Lisboa.

qual se sobe a alguns quartos bem ornados, nos quaes se alojaram varios prelados.

Tomando por outra escada, subimos a uma varanda, que dá passagem para as camaras d'el-rei, por cima das quaes fica uma grande sala, que tem quarenta e oito passos de comprido e dezoito de largo, dividida em naves, com um tecto pintado de brutescos, e forrada toda de bellas razes de Flandres e de lhama de oiro.

Seguia-se um quarto feito a modo de escada, por ser em degraus, onde os gentis-homens dos prelados comiam. O tecto d'este quarto era feito á maneira de pinha, e de muito mau gosto.

D'aqui subia outra escadinha de madeira para um aposento, ao lado do qual ficava outro, onde estavam os aparadores com a copa, assaz copiosa de peças de oiro e prata, mas não tanto como a do duque de Bragança.

D'esta casa se passava para uma sala forrada dos mesmos panos de Flandres, na qual os prèlados comiam.

No fundo d'esta sala se descia para uma varanda feita de novo, em cujo topo havia um bellissimo pano de Flandres, com uma imagem da Virtude, que segura pelo collo e pelos cabellos uma Fortuna, com seu lettreiro latino, que significa: NÃO SABE ESCAPAR, NEM PÓDE FUGIR A FORTUNA, QUANDO A VIRTUDE COM SUA FORÇA A RETEM.

Do meio d'esta varanda se desce para uma sala forrada de lhama de oiro, com seu docel de brocado, debaixo do qual está um estrado com tres degraus coberto de pano verde.

D'aqui se entra em uma camara ornada do mesmo modo, onde está um grande leito de brocado de oiro com travesseiro e duas almofadinhas de razo carmesim ricamente bordado de oiro.

Fica immediata outra, onde estava um leito para dormir o legado, cuja armação era de finissimos razes de seda e de oiro, com bem lavradas figuras poeticas, e franjas subtilissimas. Havia tambem ahi uma meza pequena de coiro preto da India, mais bello que o ebano, todo lavrado ao redor de folhagens de oiro.

Ao pé d'esta camara estava um oratorio armado de razes semelhantes aos da camara, com a differença de serem as figuras ao devoto......

D'estas camaras sáe-se por uma porta secreta para um terrado, d'onde se descobre uma extensa vista, tanto de mar como de terra.

Os quartos d'el-rei ficam por baixo d'estes, e em tudo lhes são semelhantes, salvo em alguma pequena diversidade nos estrados e doceis, e em serem bordados os panos de raz com historias do Testamento Velho, etc. ...[1]

Poucos annos depois, diz o padre Duarte de Sande, em 1584, que o paço da Alcaçova *não cede em magnificencia a nenhum dos outros, antes se avantaja a todos em antiguidade, extensa vista do Tejo, e das terras d'alem*[2].

[1] Traducção do latim por Herculano. Vide *Opusculos* do mesmo autor, tomo VI, pag. 85 e seg.

[2] Traducção do latim pelo sr. Antonio José de Figueiredo, *Arch. Pitt.*, t. VI, pag. 93.

No tempo de Filippe II gastava-se annualmente na fabrica d'este paço 100$000 réis[1].

*

Até 1755 soube o paço da Alcaçova conservar-se inteiro, atravez das vicissitudes que ao longo dos seculos atravessou. Creio porém que depois d'el-rei D. Sebastião nenhuma pessoa real voltou a habitar aquella residencia, consagrada provavelmente a servidores da casa, e a repartições publicas como a Torre do Tombo, a alcaidaria-mór, o thesouro das tapeçarias, etc.

O terremoto é que fez de tudo aquillo um cahos, peor para os archeologos do que as ruinas de Memphis ou Palmyra.

*

E com isto termino por agora a descripção do paço da Alcaçova, o maior brazão, talvez, da velha freguezia de Sancta Cruz, e um dos mais nobres da monarchia.

Continuarei com o leitor a explorar o riquissimo recinto das muralhas do castello.

[1] Luiz de Figueiredo Falcão, *Livro em que se contem toda a fazenda*, etc. pag. 15, edição de 1859.

CAPITULO V

É citado o sr. Vilhena Barbosa. — A freguezia de Sancta Cruz e o governador do castello Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado. — Citam-se algumas das obras d'elle. — Padrão de agradecimento dos moradores do presidio. — Cita-se o sr. Corrêa Paes. — Illumina-se a gaz a antiga fortaleza phenicia. — Verissimo Alves Pereira e a sua meridiana do castello. — Um balão que a vem substituir. — Novos melhoramentos materiaes.

Até ha pouco mais de vinte annos — escrevia em 1863 o sr. Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*[1] — *era nomeado este bairro* (a freguezia de Sancta Cruz) *pela extrema immundicie das suas ruas estreitas e tortuosas; porém o tenente general Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado, sendo governador do castello pelos annos de 1841 a 46, transformou-o n'um dos sitios mais aceados de Lisboa, aformoseando ao mesmo tempo a fortaleza com arvoredo, flores, e calçadas de mosaico; tudo disposto com tanta variedade e tão bom gosto, que a fazem digna de ser visitada como logar de recreio.*

Diz muito bem o sr. Vilhena Barbosa; e quem

[1] Tom. VI, pag. 194.

percorre os documentos municipaes encontra, por exemplo, que, em 28 de janeiro de 1842, a camara elogiou em officio o zelo com que o governador se empregava na limpeza e embellezamento do bairro, e auctorisava-o a terraplenar o cemiterio de Sancta Cruz, já então profanado, demolindo os muros e arrazando o terreno[1]. (Era o mesmo cemiterio visto pelo diligente Coelho Gasco.)

Um anno depois, em janeiro de 1843, resolveu a camara que se continuasse a dar ao governador o auxilio que por parte do municipio se lhe prestara até então, para acabar o embellezamento, não só do mesmo castello, mas das immediações[2].

Effectivamente, não deixaram as immediações de sentir a civilisadora influencia do benemerito official; em maio de 1844, por exemplo, determinava a camara, em vista de um officio d'elle, conceder uma gratificação aos forçados, que, além dos que já andavam nas obras do castello, fossem empregados na obra da calçada do Marquez de Tancos[3].

Ao governador, cujo nome ficou para sempre vinculado ás memorias do castello, tributaram devida homenagem os habitantes, mandando, no 23.º anniversario da rainha, collocar dentro na entrada principal, e de modo bem visivel, uma lapide ornamentada de florões e emblemas onde se lê:

[1] *Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa* em 1842, pag. 9.

[2] *Syn. dos prin. act.* etc. em 1843, pag. 7.

[3] *Syn. dos princ. act.* etc., em 1844, pag. 12,

ABRIL 4 DE 1842

O SABIO NÃO VAI TODO Á SEPULTURA
NA MEMORIA DOS HOMENS VIVE E DURA.
CAMÕES.

AO ILLUSTRE COMMENDADOR E BRIGADEIRO
E. C. C. P. FURTADO
GOVERNADOR DO CASTELLO DE S. JORGE,
OS PROPRIETARIOS E MORADORES AGRADECIDOS.

N. B. Esses versos nunca foram de Camões; são de Bocage, que assim começa uma elegia á morte de João dos Sanctos Bersane:

O sabio não vai todo á sepultura;
não morre inteiro o justo, o virtuoso;
na memoria dos homens brilha e dura.

Devo esta rectificação ao meu bom e illustrado amigo o dr. Xavier da Cunha.

Aos consideraveis melhoramentos com que o intelligente e zelosissimo governador soube metamorphosear esta praça de guerra, allude o sr. Miguel Carlos Corrêa Paes, nosso distincto engenheiro, n'um bello folhetim, de que hei de mais detidamente occupar-me lá para o deante, tratando do systema de empedramento hoje tão usado nas praças principaes da capital[1].

[1] *Diario de Noticias*, n.º 6267, julho de 1883.

Além de muitas accommodações militares, restauros, calçado de ruas, arborisação, etc., não posso esquecer uma obra que julgo tambem executada pelo general Eusebio Candido: a muralha da bateria da larga esplanada que deita para o sudoeste. Creio que foi edificada, ou reedificada, por 1841, ou 42, talvez[1].

*

A esses melhoramentos veio pôr dignissimo remate o genio dos progressos materiaes, accendendo nas viellas phenicias e visigodas do morro a luz do gaz. Quem folhear as actas do nosso illustrado municipio encontra na sessão de 14 de abril de 1856 a resolução, tomada pelos vereadores, de se officiar á companhia, para quanto antes mandar collocar candieiros no recinto do castello, nos logares que lhe forem indicados, afim de lá se poder quanto antes extinguir a illuminação de azeite[2].

Remate? que disse eu? ainda não estava posto o remate, nem tão cedo o estará. Houve um sonhador (excellente homem! conheci-o muito; vi-o em casa de meu pae desde 1847), houve um sonhador, que imaginou acertar os relogios todos da capital com uma meridiana collocada no castello de S. Jorge. Esse intelligente homem, bom como os melhores, foi o autor do *relogio universal*

[1] O anonymo autor do artigo *O castello de S. Jorge* no jornal *O Universo Pittoresco*, t. II, pag. 116, referindo-se a esse paredão, diz em 1842 que foi feito *ha pouco*.

[2] *Annaes do municipio de Lisboa*, 1856, n.º 4, pag. 27.

que o publico póde ver na estação dos telegraphos do Terreiro do Paço; chamava-se Verissimo Alves Pereira. Andava sempre com algum projecto, algum invento util, alguma facilitação industrial, alguma applicação novissima da mecanica; e (como todos os inventores) explicava em termos prolixos a quem quer que encontrasse as vantagens de tal ou tal apparelho, os pormenores de tal ou tal engrenagem, sem querer saber se o seu interlocutor se achava no ponto de vista d'elle, e commungava nas mesmas idéas. Perdoavel illusão! louvavel até.

Entre varios devaneios que lhe entretiveram as distinctas faculdades intellectuaes, figurou muito a meridiana. Elle queria obrigar o sol a dizer em alta voz a Lisboa inteira:

—Meus senhores, cuidado! cá estou eu no zenith. Acertem os relogios! vamos! e depressa!

Pois a realisação d'esse bonito projecto foi uma campanha. Vejamos:

Em sessão de 5 de janeiro de 1857 recebia a camara municipal de Lisboa um officio, em que o cidadão Verissimo Alves Pereira lhe remettia uma memoria ácerca da meridiana que elle projectava collocar no castello de S. Jorge, e que havia de annunciar o meio dia verdadeiro com a detonação de um morteiro incendiado por uma lente biconvexa. O autor offerecia o mencionado apparelho ao municipio, e pedia se nomeasse uma commissão para dar o seu parecer. Poucos dias depois resolvia a camara consultar, em vez da commissão apontada, um sabio professor da escola

polytechnica, o sr. dr. Guilherme José Antonio Dias Pegado[1].

Não sei se o dr. Pegado se escusou, ou não estaria em Lisboa; o que sei é que em sessão de 19 do mesmo mez determinava a camara se officiasse ao dr. Filippe Folque (nome bem conhecido, e de todos venerado), consultando-o ácerca da meridiana[2].

Creio que o parecer do abalisado Folque foi inteiramente favoravel, visto como, em sessão de 9 de fevereiro seguinte, a camara manifesta o desejo de comprar a meridiana, já por seu autor collocada no castello, e ordena se peça ao ministerio da guerra a polvora para o custeio do instrumento[3].

Saíu propicio o despacho do ministerio da guerra; em sessão de 2 de março resolvia a vereação comprar a meridiana[4]; e logo em 30 pedia ao mesmo ministerio mandasse fazer a obra precisa para assentar de vez o apparelho e os morteiros n'alguma esplanada d'aquella praça de guerra[5].

Quanto custou o apparelho não sei; acho auctorisadas pela camara duas prestações de pagamento a Alves Pereira: uma de 50$000 réis, outra de 67$680 réis[6]; seria a totalidade? talvez. Por fim,

[1] *Annaes do mun. de Lisboa,* 1857, n.º 25, pag. 196.
[2] *Annaes* citados, n.º 26, pag. 204.
[3] *Annaes* citados, n.º 28, pag. 220.
[4] *Annaes* citados, n.º 30, pag. 235.
[5] *Annaes* citados, n.º 33, pag. 259.
[6] *Annaes* citados de 1857, n.º 34, pag. 268; e de 1858, n.º 4, pag. 33.

em sessão de 9 de julho de 1857 recebia a camara informação do ministerio da guerra, de se acharem construidas as plataformas no castello para assentar as peças[1].

Aqui perco o rasto á meridiana; não sei por que motivo deixou de funccionar, e desappareceu.

O que vejo é que logo em sessão da camara de 1 de outubro de 1860 o vereador José Mendes da Assumpção propunha que, para regular todos os relogios da capital, se collocasse no castello de S. Jorge um balão a annunciar o meio dia[2].

Não encontro seguimento á proposta; mas hoje temos em logar d'esse o balão do arsenal da marinha.



Em 1861 continuavam no presidio as obras de embellezamento; e em 14 de fevereiro officiava o governador á camara, ponderando-lhe que, por não ter calceteiro apto, para o empedramento do jardim contiguo ao quartel, pedia á mesma camara providenciasse; e esta concedeu-lhe um operario por sua conta[3].

Pouco depois, logo em março d'esse mesmo anno de 1861, indo-se fazer uma vistoria para alinhamento no castello, a requerimento de um tal Antonio Joaquim da Costa Junior, compareceu o governador, sempre sollicito nos melhoramentos da

1 *Annaes* de 1857, n.º 40, pag. 324.
2 *Arch. mun. de Lisboa,* 1860, n.º 41, pag. 322.
3 *Arch. mun. de Lisboa,* 1861, n.º 60, pag. 474.

sua praça, e pediu se aproveitasse a opportunidade para dar melhor serventia á entrada principal, expropriando-se alguns pequenos predios, que affrontavam o portão [1].

*

Está-se pois a ver em tudo, no ponto grande e no ponto pequeno, quanto mudou de nomes, de usos, de aspecto, a limitada mas antiquissima freguezia de Sancta Cruz.

Foi ninho roqueiro de vetustos povoadores. Foi alcaçova de alcaide moiro. Foi paço de soberanos portuguezes, e séde da vida elegante de uma côrte opulenta. Hoje é um cahos, sem valia senão para archeologos. O silencio das suas pobres ruas e travessas, quebram-n'o os signaes das cornetas do quartel, as harmonias da banda magnifica de caçadores 5 ao saír cada manhã para render a guarda principal no Terreiro do Paço, ou o chilrear das creanças a fazerem regimentos. As festas da pobre freguezia historica cifram-se em ver, uma vez cada anno, saír e entrar, com os seus caparazões de brocado, os mansos cavallos brancos do estado de S. Jorge, ou em passear á tarde, no anniversario d'el-rei, na esplanada da praça de armas, ao som das peças concertantes da orchestra regimental.

Depois torna a dormir, e espera.

[1] *Arch. mun. de Lisboa*, 1861, n.º 76, pag. 604.

CAPITULO VI

Deixa o autor d'este livro o seu bilhete de visita ao habitante mais nomeado da freguezia de Sancta Cruz.—O celeberrimo S. Jorge.—Cita-se e extracta-se o *Novo regimento.*—Antiguidade do culto de S. Jorge em Portugal.—El-rei D. João I confere o nome do grande Sancto ao castello de Lisboa.—A casa dos vinte e quatro.—O estandarte de S. Jorge arrebanha os officios de ferro e fogo.—O cavallo do Sancto.—Vicissitudes e peregrinações da devota imagem.—Recorda-se ao leitor a grande procissão do Corpo de Deus em 1719.—Decadencia moderna da procissão.—Quadro de costumes: conduz-se o leitor a ver em Sancta Cruz a partida do Sancto e do seu sequito para a procissão em 1884.

Um dos habitantes mais illustres da modesta freguezia de Sancta Cruz, e um dos que mais gloria lhe dão, é sem duvida o grande Sancto da Capadocia, patrono da Inglaterra, e que (por este motivo principalmente) alcançou em Portugal tão espantosa nomeada. Já se vê que fallo em S. Jorge, cujo nome se fixou ao nosso castello, e cuja imagem adorna uma vez por anno a mais vistosa procissão da catholica Lisboa.

Estamos no castello; deixemos um bilhete de

visita, por cortezia, ao dono da casa; fallemos, alguns minutos ao menos, no bom Sancto, que deveu a Diocleciano as honras do martyrio.

Ha um documento, hoje muito valioso, feito em 3 de novembro de 1767, e intitulado *Novo regimento para governo da administração da meza do estandarte do martyr S. Jorge*. Creio que existe no archivo da camara municipal[1]. Foi composto para supprir outro analogo, que se incendiou no terremoto de 1755; e como se funda em cartas, alvarás, e outros papeis do regimento antigo, é hoje uma das fontes mais genuinas para a historia do culto de S. Jorge. Seguirei pois a passo e passo o *Novo regimento;* é o melhor que tenho que fazer.

O mais provavel, quanto á origem d'este culto em Portugal, é ter elle começado por occasião de vir auxiliar a el-rei D. Fernando a tropa ingleza em 1381; se bem não devamos escurecer, que a nossa sympathia pelos inglezes, e portanto a probabilidade da nossa devoção ao Sancto patrono da Inglaterra, começasse desde tempo muito anterior, como parece demonstral-o a historia das nossas relações com os cruzados inglezes em 1147, a escolha do clerigo inglez Gilberto para bispo lisbonense, e a circumstancia (attendivel de certo) de ter sido a segunda parochia fundada em Lisboa a de S. Jorge, como diz Carvalho da Costa na *Chorographia*.

[1] Saíu impresso a pag. 292 do tomo de 1857 dos *Annaes do mun. de Lisboa*, n.º 36.

Parece averiguado, seguindo a Frei Apollinario da Conceição na *Demonstração historica,* que os inglezes, domiciliados em Lisboa depois da conquista, fundaram na egreja dos Martyres irmandade, n'uma capella, que era a collateral da parte da Epistola. Ahi se conservou a irmandade quasi cem annos, até que em 1241 passou para o convento de S. Domingos.

Um seculo e tanto depois, firmado no throno o mestre de Aviz, reedificou, ou restaurou em grande parte, o castello de Lisboa, e deu-lhe então o nome de S. Jorge, assim como ordenou que na procissão do Corpo de Deus saísse o mesmo Sancto a cavallo. Começou este uso em 1387, anno em que el-rei casou; das quaes circumstancias transparece claramente uma especie de galanteio para com a nossa nova hospeda, a boa D. Filippa.

A côrte imitou o soberano, e foi geral a devoção. Na fundação da ermida de S. Jorge, que vi perto do mosteiro da Batalha, com o seu ar nobilissimo e a sua fronte coroada de ameias, reconheço não menos intenção de graciosa cortezania. O fundador foi Nunalvares.

Ao crear el-rei D. João em Lisboa a Casa dos vinte e quatro, teve principio o estandarte do martyr S. Jorge. Eu me explico:

A *casa dos vinte e quatro* era um tribunal popular, a quem competia a superintendencia e o exame dos diversos mistéres, ou officios mecanicos. Era de eleição, e tinha logar em muitas solemnidades do estado e da côrte. Cada *bandeira* aggremiava em torno de si os officios correlativos, que

assim n'esta união achavam força, incitamento, dignidade[1].

Ora ao estandarte de S. Jorge (por ser Sancto guerreiro) couberam os officios que trabalhavam em ferro e fogo; e na procissão, na celeberrima procissão do Corpo de Deus, que era antigamente uma especie do que foi em 1880 o cortejo civico de Camões, iam atraz da imagem de S. Jorge todos os misteres respectivos, com as suas insignias, e as suas melhores galas.

O proprio cavallo em que montava a imagem (e mais ninguem no resto do anno) era muito querido do povo. Offerecia-lhe este donativos de cevada e trigo; e a sua residencia ficou sendo uma estrebariasinha nas lojas de uma casa pertencente ao estandarte, junto a S. Domingos, no Rocio. Era esta casa uma especie de hospital, privativo dos membros da confraria, antes de 1492.

Foi n'esse anno que el-rei D. João II (como lá para o deante veremos) fundou n'essa vasta área o grandioso hospital real de Todos os Sanctos; tomou aos officios a sua casa, mas em compensação estabeleceu (diz o citado *Novo regimento,* com quanto Frei Nicolau de Oliveira nas *Grandezas de*

[1] O catalogo dos juizes do povo, interessante documento, vem no *Archivo municipal de Lisboa,* de 1862, n.[os] 135 a 143, e chega a 1834.

Foi n'esse anno, maniaco de reformas, que o decreto de 7 de maio, assignado pelo imperador e referendado por Bento Pereira do Carmo, extingue os logares de juiz e procuradores do povo, misteres, casa dos vinte e quatro, e os gremios dos differentes officios.

Lisboa nada diga) uma enfermaria intitulada de S. Jorge; e em troca da casa demolida deu aos irmãos outra *n'uma das varandas do novo hospital, a que fica á parte do norte, a qual tinha por cima da porta* (antes do terremoto) *uma inscripção com lettras gravadas que diziam ser doada por aquelle devotissimo rei*[1].

O S. Jorge, que provavelmente morava n'algum oratorio do tal hospitalzinho dos seus devotos, mandou-o el-rei D. João II trasladar, por mais decencia, para a capella-mór da formosa egreja do hospital; alli permaneceu alguns annos, até que D. Manuel lhe deu diversa capella, que foi a collateral da banda do Evangelho, onde estava, e se conservou, o Sacramento.

A Lisboa erudita ainda hoje recorda com admiração o esplendor nunca visto da procissão do Corpo de Deus de 1719; festa realenga, que um livro de Ignacio Barbosa Machado conseguiu immortalisar.

A esse prestito sumptuoso concorreu, já se vê, o S. Jorge, saindo de S. Domingos, e deslumbrando a cidade com a magnificencia do seu acompanhamento. Como essa magnificencia desdiz muito do que hoje se usa, descrevel-a-hei.

Depois de terem desfilado numerosissimas as bandeiras dos officios mecanicos, seguiam-se tambores a pé e trombeteiros a cavallo, vestidos de veludo carmezim agaloado de prata, e atroando as ruas com as suas fanfarras alegres. A estes se-

[1] Palavras textuaes do *Novo Regimento*.

guia-se o homem de ferro n'um cavallo acobertado á antiga; este guerreiro levava uma bandeira, e parecia capitanear quarenta e seis formosos cavallos da casa real, pombos, lazões, baios, castanhos, russos, e mellados, ricamente ajaezados de bronze e prata, com telizes franjados, e levados á mão por outros tantos sotas cavalhariços da casa.

Vinha depois a imagem de S. Jorge n'um soberbo cavallo branco; vestia o Sancto armas brancas, trazia gorra de velludo, guarnecida de brilhantes, e empunhava uma lança com bandeira adornada de Cruz. Levava em seu seguimento, e a cavallo, um menino como pagem, ricamente preparado, de capacete, cocar de plumas, e lança.

Rodeavam em alas o Sancto e o seu estado os irmãos de S. Jorge, cuja capella era então, como acima indiquei, na egreja do hospital do Rocio[1].



Em 1601 tinha o hospital padecido um incendio, que nada influira na celebre imagem; o incendio porém de 1750 (cinco annos antes do terremoto) arruinou a egreja, sendo preciso trasladar d'ella o Sancto, que esse não tivera damno. Levaram-n'o para o vizinho mosteiro de S. Domingos, onde se conservou até não sei que anno, passando então para Sancta Cruz.

[1] Descripção feita seguindo a passo e passo as indicações de Ignacio Barbosa Machado na sua *Historia critico-chronologica*, pag. 168 e seg.

*

Hoje todos estes ceremoniaes mudaram muito. A procissão do Corpo de Deus é a sombra do que foi, quando todas as ruas do transito se viam toldadas, colgadas de damascos e veludos, juncadas de areia e espadanas, apinhadas de gala, sorrisos, alegria. É um arremedo, que as posturas e os modernismos timbram em amesquinhar; amesquinhar em nome das falsas economias!

Para justificar o intencional decrescimento no esplendor das festas sacras e cidadãs da procissão do Corpo de Deus, invocou-se, por exemplo, a despeza que fazia o municipio em areia, espadanas, e bandeiras! Triste municipio, que se arruina por tão pouco!

Não ha esquina, não ha recanto de viella ordinaria, d'onde não sáia ao caminho, como goso impertinente, esta razão das economias, este argumento magro, vesgo, e traiçoeiro. Pois não vêem (encaremos a questão agora só pelo seu lado profano e pratico), pois não vêem que augmentando o esplendor das festividades nacionaes dão giro ao pequeno commercio, campo ás grandes industrias, distracção e muita vez instrucção ao povo, attraem toda a população do termo, e até das provincias, e illuminam com uns reflexos do bello o viver monotono e prosaico da cidade? Que maior serviço lhe podem prestar?

E comtudo, apesar de quanto se tem feito para demolir esta procissão antiga, e outras, o certis-

simo é que, ainda hoje em dia, a saída do estado de S. Jorge lá do seu albergue roqueiro de Sancta Cruz da Alcaçova (visto que toquei n'este ponto, profundal-o-hei) está sendo uma das scenas mais puramente medievaes que nos ficaram.



Vêr a procissão do Corpo de Deus de qualquer janella ou esquina da baixa é vulgarissimo; presencear a saída do cortejo do sancto cavalleiro é raro; ninguem se lembra de subir ao castello, e ir surprehender em flagrante o ensaio semi-religioso semi-theatral d'aquelle fragmento da ceremonia que amotina Lisboa. Lembrei-me d'isso eu, curioso incorrigivel, e fui postar-me em Sancta Cruz pelas 3 horas da tarde de 12 de junho de 1884, estudando assim a interessante procissão na sua origem, na sua fonte, na sua matriz; e não me arrependi. Assisti, com olhos de archeologo, e de bom lisboeta que sou, a um quadro ingenuo e primitivo, que me remontou alguns seculos atraz.

Estava uma tarde linda. O castello, desde a porta da entrada, ladeada de mezas portateis de bolacheiras (uma das fórmas mais tangiveis do regosijo popular) apresentava desusada animação, que eu nunca lhe vira. A orla da esplanada debruava-a uma fila de gente alegre; todas as serventias até ao adro de Sancta Cruz regorgitavam de populares festivos; e os casebres pobrissimos da freguezia pareciam sorrir, com o seu melhor ar domingueiro, ao sol de D. Affonso v ou D. João II,

Deante da porta principal do sympathico templosinho de Sancta Cruz juntaram-se muitas duzias de pessoas; reunião exclusivamente democratica ainda assim: jalecas, quinzenas, chapeos baixos de aba direita, barretes; o unico fraque da companhia, o unico chapeo alto... eram os meus. Fazia guarda de honra um piquete da municipal em grande uniforme, e junto á parede estendia-se a fila de quatorze cavallos da casa real, presididos pelo grande murzello branco, pura raça de Altér, destinado ao Sancto.

O murzello do S. Jorge é n'esse dia um personagem; todos olham para elle, e elle parece ter no cerebro a consciencia vaga da figura que representa. Agita a crina sedosa e corredia, meneia a longa cauda ennastrada de fitas de côr, e pensa (quem sabe?) nos seus illustres avoengos das caudelarias ducaes de Villa-Viçosa. Gostei de o contemplar de perto; ha muita nobreza n'aquella fronte; o ginete de Marco Aurelio não curveteia com mais garbo no seu eterno pedestal do Capitolio. Era um anafado animal, formoso e digno, bem emproado, de garupa redonda, delgado de travadouros, suave na andadura, bebendo o vento com as impaciencias de um dia de batalha, derrabando e arrebitando as orelhas ao minimo rumor, e mascando com brio intelligente a embocadura do freio sonoro e doirado.

Afaguei aquelle soberbo fucinho; o bicho resfolegava de gosto, e parecia desvanecer-se do frontal e do peitoral lavrado onde rutilavam as armas de seu amo. Vou jurar que o bom do murzello,

em cujas ancas possantes cavalgavam muitos janeiros, avaliava em cheio o que o levara a Sancta Cruz. E tremolava na airosa cabeça o penacho de varias côres, e escarvava de vagarinho o casco pela terra, com airosa suspensão de mãos, e retiniam-lhe as gualdrapas metallicas a cada fremito da sua ufania equina. O cavallo de Patroclo era aquillo.

Os companheiros d'elle, a não serem o bucephalo do homem de ferro, e a faca do pagem do Sancto (que esses tinham sellas de veludo á Marialva), acobertavam-se em grandes colchas vistosas de brocado e damasco, recente dadiva do sultão de Marrocos a el-rei (outra nota caracteristica).

Chegou, depois de longa espectativa, o pagem de S. Jorge. Era um formoso menino de onze ou doze annos, rutilando de oiros, e agitando sob um elmo reluzente de archanjo S. Miguel a cabelleira loira de uma virgem de Ossian. Foi uma apparição luminosa a d'aquella linda e sorridente creaturinha, franzina e graciosa, com o seu ar seraphico de quem chega do ceo, com os seus jubilos infantís de quem se sente alvo de todas as attenções, com o seu sorriso immaculado, tão puro como o do nosso firmamento peninsular. Apearam-n'o, e entrou no templo.

Passado largo espaço, os bons soldados da municipal afastaram o povo, e á porta da egreja foi conduzida a hacanêa do pagem. Subiram-n'o, metteram-lhe nos estribos as botinhas altas de pellica branca, n'uma das mãos a redea, na outra a grande lança, com o pendão do seu senhor, e ficaram-n'o escoltando quatro archeiros da casa real.

Seguiu-se o pesado homem de ferro, que alli representa o elemento da milicia de outras eras; casca de papellão ou folha de flandres (havia opiniões) dentro na qual se escondia um honrado gallego, que n'essa representação ia ganhar dois pintos de salario. Dois pintos! ó donzeis de D. Duardos e Amadis de Gaula! ó escudeiros de Tirante-el-blanco e D. Quichote, onde ficou sepultado o vosso desinteresse!!... dois pintos!...

Depois appareceram os pretos das charamellas, com os seus esgares pittorescos, aquelles bons pretinhos da côrte da rainha Ginga, tão acceitos sempre á nossa plebe, aquelles escuros do quadro, que, esquecendo por um dia a canna e a brocha hereditaria, alli iam, de vermelho agaloado de oiro, atroar contentissimos o recinto da velha alcaçova com as suas consuetudinarias melodias de sabor tão velho!...

Seguiu-se a final, trazido em braços pelos mordomos da sua casa, ao longo da nave da egreja, o illustre Sancto, que para nós recorda as tradições longinquas da affectuosa alliança de duas nações amigas, o Sancto que nos relembra a gloriosa e adoravel Filippa de Lencastre, o bom Sancto, que, pela sua vocação innegavel para a equitação, devida a não sei que engonços no alto da coxa, merece a honra de uma cavalgada annual nas ruas mais populosas de Lisboa. Chegou, com o seu ar juvenil e pasmado, com a sua barbinha aparada, o seu tabardo todo oiros, o seu chapeo á D. João v; e montado e engatado no selim á Marialva, lá partiu o heroe, bambaleado no seu arção, precedido dos

seus pagens, dos cavallos do seu estado, e de sete ou oito pretos com charamellas, ladeado de mordomos de capa e volta, levado á déstra por archeiros, e seguido de um piquete de cavallaria do Cabeço de bola.

E caminhou em passo lento e suave andadura o grave e curiosissimo prestito, meio sacro meio burlesco, meio moderno meio archeologico, ao longo das tortuosas viellas da parochia, direito á rua de S. Bartholomeu, e á da Saudade, até á sé.

Isto tudo vi eu, e não me pesa de ter arrostado com o temivel calor, visto haver contemplado esta scena preciosa, que nos ressuscita as antigas usanças, tão gratas ao povo, tão innocentes, e que, sob a sua apparencia ás vezes grotesca, lhe pintam, com as côres vivas que elle entende, sentimentos e crenças que lhe vão a final melhorar e perfumar o coração.

Havia um indefinivel encanto n'aquillo tudo: na seriedade com que todos assistiamos ao preparo da mascarada; no meio sorriso, todo elle bonhomia, com que o seculo XIX estava acolhendo aquellas reliquias do seculo XIV; na devoção com que o elemento feminino das janellas proximas via n'aquelle pagem um fugitivo das legiões celestes; e em summa: na tenacidade tocante, com que se perpetuam ao longo da historia os eccos longinquos das civilisações mortas!...

Oh! deixem ao povo estas fórmas concretas da sua religião! deixem-lhe estas usanças que não fazem mal a ninguem, e que são o revestimento

do sentimento archeologico popular, do respeito consuetudinario ao Portugal que foi!...[1]

[1] Na *Illustração*, jornal de Lisboa, publicado em 1845, vem no n.º 3 do vol. 1 um bom artigo do fallecido litterato e dramaturgo Antonio Augusto Corrêa de Lacerda, intitulado *Procissão do Corpo de Deus*. A estampa que vem acompanhando o artigo, cheia de côr local, é do lapis de Bordallo Pinheiro (pae), e representa o prestito do Sancto dando a volta na praça de armas do castello.

CAPITULO VII

Continúa o autor a sua peregrinação no castello.—As torres de Ulysses, da Menagem, Albarrã, etc.—Bibliotheca d'el-rei D. João III na torre Albarrã.—Um solho colossal do tempo d'el-rei D. Diniz.—O que era a casa dos leões?—O observatorio de 1779.—A cerca e ponte levadiça do antigo castello.—Conduz-se o leitor a ver um antiquissimo portal em ogiva.—A esphera d'el-rei D. Manuel.—Trocadilho historico.—As emprezas ou divisas.—Portal do castello de Torres Vedras.—Estado do castello de Lisboa no seculo XIV.—Folheiam-se alguns fragmentos da chronica do mestre de Aviz.—Rendição do castello ao mestre.—O mestre no paço dos bispos.—Providencias da auctoridade para conservar o castello como ponto estrategico.—El-rei D. Manuel procura povoar a costa do castello.—No verão de 1884 grandes obras n'essas immediações.—Opinião de Francisco de Hollanda.—Cadeia no castello.—Saídas subterraneas.—Julho de 1883; excavações interessantes.—Um thesouro na costa do castello.—O incendio de 1755.

Como o leitor acaba de conhecer, são importantissimas, são cheias de alto interesse, as memorias conservadas a dentro dos muros d'esta freguezia historica. Vamos a ver (apesar de me parecer que pouco sei no assumpto) se consigo juntar mais algumas noticias quanto ao velho castello, ou presidio militar propriamente dito. Como é difficil

andar lá por dentro, como só depois de muitas licenças se consegue penetrar para além de certos limites, que felizmente pude transpôr, graças á obsequiosidade de alguns militares alli empregados, quero repartir com os estudiosos uma parte do que observei.

Antes de mais: vê-se que a tradição erudita de Ulysses alli se conservou por largo tempo: a uma das torres se pôz o nome do supposto fundador de *Ulyssipo;* e a par com as torres da *Menagem,* e a *Albarrã, do Haver,* ou *do Tombo,* erguia a sua cabeça tisnada dos soes, e coroada de ameias, a torre *de Ulysses*[1].

Onde era não sei; caíu pelo terremoto; e diz Moreira que nem vestigios d'ella ficaram[2]. Pois era qualquer d'ellas grande e valente, a julgarmos pelas que restam, e que perfeitamente avultam a cavalleiro da barbacã sobre o largo ou terreiro ao lado norte de Sancta Cruz.

A da *Menagem* (nome commum a uma das torres de todos os castellos antigos) era, por assim dizer, a cidadella da cidadella; o logar de honra, e o logar forte; o ultimo entrincheiramento do alcaide em tempo de guerra para manter a menagem que do castello dera ao seu senhor directo, o rei; e tambem a sala nobre onde se conservavam em certa liberdade os presos de alta distincção, para

[1] Moreira, *Coll. de epitaphios, inscripções,* etc.—Mss. da academia real das sciencias—t. v, pag. 962. Muitos outros autores dizem o mesmo.

[2] Ibid. pag. 963 v.

quem a palavra de honra era a mais efficaz das prisões.

A torre *Albarrã* tambem tinha irmãs n'outros castellos do reino; parece que do arabe lhe provinha o nome[1]. Era um deposito, ou thesouro, das sobras das rendas reaes; alli se iam amontoando os cofres pejados do oiro dos tributos, para as horas angustiosas da guerra. A força ao serviço da prudencia. Tres chaves tinha a torre *albarrã*, ou *do haver* (como tambem se lhe chamava); uma na mão do guardião de S. Francisco, outra na do prior de S. Domingos, outra na de um beneficiado da sé[2].

Esta torre era mui forte, e nom foi porem acabada; estava em cima da porta do castello; dil-o Fernão Lopes; e é o mais que pude apurar.

Aqui n'esta mesma torre, segundo creio, é que el-rei D. João III fundou em 1540 uma bibliotheca. Loucuras do rei obscurante! indignidades vulgares no regimen antigo!... Sobre a porta mandou um seu neto pôr a inscripção seguinte, fielmente copiada do citado manuscripto de Moreira:

SEMPITERNÆ MEMORIÆ SACRUM.

JOANNES III REX PORTUGALLIÆ ET ALGARBIORUM, MAURITANICUS, LYBICUS, AETHIOPICUS, ARABICUS, PERSICUS, INDICUS, CUJUS CELSI ANIMI VIRTUS, PIA MENTIS RELIGIO, SUMMA PRUDENTIA, AC MIRABILIS DIVINI CULTUS OBSERVANTIA, INTER OMNES ÆTATIS SUÆ

[1] Frei João de Sousa, *Vestigios.*

[2] Fernão Lopes, *Chron. d'el-rei D. Pedro,* cap. XII.

PRINCIPES SUMMA CUM LAUDE INCREDIBILIS PACIS ARTE FLORUERE, BIBLIOTHECAM HANC IN COMMUNEM REIPUBLICAE UTILITATEM AC PERPETUUM MAJORUM SUORUM REGUM, ÆTERNIQUE NOMINIS SUI MONUMENTUM FIERI ORDINARIQUE CURAVIT. ANN. DOMINI MDXXXX. AETATIS SUÆ XXXVIII. ET REGNI XVIII. REGNANTE PETRO II. D. ANTONIO ALVARES DA CUNHA REGII ARCHIVI CUSTODE MAXIMO, ET PETRO SEMMEDO ESTAÇO IPSIUSMET ARCHIVI A SECRETIS HÆC INSCRIPTIO INSTAURATA FUIT. ANN. DOMINI MDCLXXXVII.

Traducção:

Consagrado á memoria sempiterna.

João III *Rei de Portugal e dos Algarves, Mauritano, Lybico, Ethiopico, Arabico, Persico, Indico, cuja elevada força de animo, religião da sua piedosa mente, prudencia summa, e observancia admiravel do culto divino, floresceram com louvor entre todos os Principes do seu tempo, graças á incrivel paz que o favoreceu, mandou fazer e coordenar esta Bibliotheca, para utilidade commum do Estado, e como monumento perpetuo aos Reis seus maiores. No anno do Senhor de 1540, trigesimo oitavo da sua idade, e decimo oitavo do seu governo. Reinando D. Pedro* II, *sendo guarda-mór da Torre do Tombo D. Antonio Alvares da Cunha, e secretario Pedro Semmedo Estaço, foi posta esta inscripção. No anno do Senhor de 1687.*

Accrescentarei que na parede fronteira á da inscripção se via uma grande pintura, não sei se em

azulejo ou em quê, representando ao natural um solho enorme pescado no Tejo; e dizia um letreiro isto:

NO ANNO DE MCCCXXI JUNTO A MONTALVÃO, NO TEJO SE TOMOU UM SOLHO DA GRANDEZA QUE REPRESENTA ESTA PINTURA; E PESOU PELOS PESOS DE SANTAREM XVII ARROBAS E MEIA, DE QUE HA JUSTIFICAÇÃO N'ESTE ARCHIVO, QUE N'ELLE MANDOU LANÇAR D. DINIZ, A QUEM SE PRESENTOU, COMO CONSTA DA MESMA JUSTIFICAÇÃO [1].

*

Sei que do lado do poente havia no castello uma torre sobre uma sala chamada a casa dos leões. *E se foram pellas escadas acima a huũa torre do dito castello, que está sobre a cassa dos lioões de contra o rressio* — diz o auto da acclamação d'elrei D. João II [2].

Que leões seriam estes? esculpturas? pinturas? quem o sabe?

Sei tambem que em 1779 se construiu n'uma das torres d'este antigo presidio o primeiro observatorio astronomico visto em Lisboa. Onde era não posso dizer [3].

*

Sei mais, que o *castello* propriamente dito tinha

[1] Moreira, *ibid.*, t. v, pag. 962.

[2] *Annaes do mun. de Lisboa*, 1856, n.º 20, pag. 159.

[3] Leio isso nos mss. de Moreira na academia real das sciencias, t. v, pag. 963.

ponte levadiça. Ahi vão palavras soltas de um antigo documento: *E daly se foram ás portas do castello, e quando chegarom á ponte esteuerom outra vez quedos*[1].



A não serem os baluartes moiriscos, a antigualha mais interessante das que logo dão nos olhos a quem, subindo a rua do Espirito Sancto, se encaminha para o *castellejo,* é um grosseiro portal de pedra tosca e negra, de volta ogival, e que parece estar denunciando obras consideraveis em dias d'el-rei D. Affonso III. Do lado esquerdo do espectador vêem-se effectivamente as armas do reino taes como as começou a usar aquelle soberano; e no alto da ogiva a esphera armillar d'el-rei D. Manuel.

A esphera armillar nos nossos monumentos do seculo XVI vale um *fecit;* é a assignatura do real autor com rubrica e guarda.

A proposito (porque todas estas noções teem a arte de se encadearem umas nas outras): contam os tres chronistas Ruy de Pina, Garcia de Rezende e Damião de Goes[2] ter sido el-rei D. João II quem deu a seu primo e successor a esphera por divisa, empreza, marca, ou distinctivo; e parecem insinuar (principalmente os dois primeiros autores) uma especie de intenção de trocadilho, ou *calembur,*

[1] Auto citado, pag. 158.

[2] Ruy de Pina, *Chron. de D. João* II, cap. XIV; — Garcia de Rezende, *id.*, cap. XLVII; — Damião de Goes, *Chron. de D. Manuel,* cap. V.

occulto na escolha da divisa. *Espera* se chamava então o que hoje chamamos *esphera;* dir-se hia que adivinhando os futuros, aliás provaveis, o reinante bradava ao duque de Beja: Confia, espera, aguarda a corôa.

Confirma essa mesma idéa Garcia de Rezende na sua *Miscellanea,* dizendo:

Teve por divisa a ESPERA;
ESPEROU; foi tanto avante,
quanto sua honra prospera.

Observo que estas insignias, que muitos principes e outros altos dignitarios adoptavam, eram um como brazão de uso particular, e independente da jurisdicção do rei de armas; pareciam o signete de cada qual. O escudo heraldico, blazonado segundo as complicadissimas regras da armaria, figurava a linha genealogica; a empreza, mais pessoal e peculiar, figurava o caracter, as tenções, memorava algum caso notavel da vida, e deixando de ser hereditaria tinha toda a autonomia de uma assignatura.

Com que attenção procurava cada qual a sua *empreza!* Desde o trocadilho dos *nós* da casa de Bragança, até á cabecinha de urso a dizer *não me sequem,* adoptada por um talentoso titular nosso contemporaneo, ha uma gradação de divisas, algumas cheias de sentido e graça. Quando el-rei D. Sebastião partiu para a segunda jornada de Africa, encommendou o seu emblema a uma commissão composta de tres fidalgos, um dos quaes

era nada menos que o espirituoso Jeronymo Côrte-Real[1].

*

Aquellas duas insignias que estamos observando na porta ogival do castello de Lisboa são, quanto a mim, vestigio evidente de que D. Affonso III e D. Manuel, ambos muito affeiçoados a obras, já nos seus paços, já nos edificios publicos, melhoraram o interior da alcaçova.

O que fizeram não consta ao certo; a architectura falla, mas explica pouquissimo; não desce quasi nunca a pormenores.

Sobre a porta ogival da entrada do castello de Torres Vedras vi eu em agosto de 1878 as armas do reino ao meio, e a cada lado a esphera armillar manuelina sobrepujada de cruz. O feitio e a apparencia da porta de Torres Vedras é o da nossa sem tirar nem pôr.

*

Sabe-se que em tempo d'el-rei D. Fernando, e em 1383 nos do mestre de Aviz, tinha o castello de Lisboa uma forte *cava*, ou fosso, de roda, segundo se tira de palavras de Fernão Lopes, quando descreve a rendição do mesmo castello ao partido do mestre[2]; mas tambem se vê que, passadas poucas dezenas de annos, já tal cava não existia, entulhada talvez por occasião de se desfazerem,

[1] *Aspecto de Lisboa em 1578.*—Vide Herculano, *Opusculos*, t. VI, pag. 111.

[2] *Chron. de D. João* I, cap. 42.

por exigencia do povo, as fortificações com que esse medonho presidio ameaçava de continuo a povoação. *Cava que estonce o castello* TINHA, diz Fernão Lopes, escrevendo a uns quarenta ou cincoenta annos de distancia.



Em dezembro de 1383 um dos pontos mais cubiçados pelo mestre de Aviz, nas ancias do vai-vem revolucionario, era, já se vê, o castello de Lisboa, chave que elle ambicionava apertar na mão. Esforçava-o o seu brioso companheiro Nuno Alvares, e outros do conselho, e diziam-lhe:

—Fiar em Deus, senhor! fiar em Deus. Elle que vos deu a cidade, não ha de tardar em dar-vos tambem o castello.

Achava-se a rainha em Alemquer nos transes da maior incerteza. A attitude que tomaria Lisboa era para ella importantissima; a fortaleza, carranqueando sanhuda no alto do seu monticulo, ameaçando dia e noite a cidade em alarma, e guardando como sentinella armada o principio augusto da legitimidade dynastica, tornara-se para a mente apavorada da formosa Leonor Telles, um espectro importuno e tentador, que lhe desvelava as longas horas. Em Alemquer tinha a regente as auctoridades constituidas, as auctoridades de facto, ao passo que em Lisboa e por outros pontos do reino levedava o fermento da insurreição popular.

Afim de sondar os animos, expediu a rainha, de concerto com D. João Affonso Tello alcaide-

mór de Lisboa, um seu dedicado partidario, um tal Affonso Eannes Nogueira, com a difficil missão secreta de alliciar vontades, a poder de blandicias, e de firmar quanto soubesse os mantenedores do castello.

Chegou o astuto emissario; correu com disfarce as casas dos tidos e havidos até alli como adeptos dos direitos de D. Beatriz; conversou-os, e, com grande pasmo, os viu a todos mui demudados em suas crenças, e propensos á parcialidade do mestre. Desenganado, restava-lhe o castello; e, ou porque se temesse de continuar poisando cá em baixo, entre inimigos poderosos, e cada vez mais ousados, ou porque intentasse algum furtivo golpe de mão, acolheu-se ao seu domicilio, armou-se o melhor que pôde, e acompanhado de uns dez ou doze escudeiros, armados tambem de ponto em branco, caminhou pela encosta do castello a cima, e penetrou nas fortificações pela porta da Traição.

Dominava a porta da Traição (segundo já n'outro volume conjecturei) todo o arrabalde do norte. Em conjuncturas tão anormaes tudo era serio, tudo inspirava receios, e graves. Foi vista subir da costa do castello a cavalgada. A imaginação do povo aterrou-se, e bordou o facto. Eram doze ou treze? constou que eram vinte ou trinta. Iam acolher-se lá em cima? disse-se que iam assaltar a alcaçova. Eram partidarios da rainha? soou que iam matar o mestre. Foi um rebate geral.

— Vão matar o mestre! vão matar o mestre!

E os ecchos da cidade repetiam em todos os tons:

— Vão matar o mestre de Aviz.

*

Uma explicação rapida:

Morava D. João nos paços do bispo de Lisboa, que eram junto da alcaçova; consta isso do citado Fernão Lopes[1]. Ora esses paços bispaes, onde aliás os prelados não habitavam então, eram umas *casas grandes e pequenas,* perto da egreja de Sancta Cruz, *com seus pomares e logradoiros.*

Ao bispo D. Gilberto deu el-rei D. Affonso Henriques, diz Coelho Gasco, *umas nobres casas junto com o priorado de Sancta Cruz, que fôra mesquita, as quaes estão cercadas de um alto muro, com suas ameias como os moiros edificam; teem um pateo e recebimento mui grande, em que assistem hoje* (hoje, quer dizer no primeiro quartel do seculo XVII) *alguns soldados castelhanos por guarda*[2].

Possuo um pergaminho, datado de 8 de junho de 1467, em que o arcebispo D. Jorge da Costa, então residente n'outra casa *a par de Sancto Eloy,* dá de aforamento as ditas poisadas da alcaçova a Pero Machado vigario de Sancta Cruz, por tempo de seis annos, sob certas condições; por exemplo: se lá quizesse fazer obras, fizesse-as sem alterar a feição do que existia; a saber: a casa ou camara que foi de olivel, que a corregesse de olivel; e a ladrilhada, de ladrilho e folhado; e ás que não tivessem portas podia pôr portas novas com seus

[1] No mencionado cap. 42 da sua chronica.
[2] *Prim. part. das antig. de Lisboa,* fl. 285.

ferrolhos e fechaduras; cortar e alimpar todas as laranjeiras e arvores dos pomares, e deitar-lhes agua aos pés; enxertar outras arvores; plantar vinte ciprestes, seis laranjeiras, e tres limoeiros, podendo o arcebispo mandar buscar para si todas as laranjas do seu consumo.

Ahi pois, n'esse paço, cujo sitio exacto não posso determinar, é que habitava, ao tempo da sua incubação, o grande D. João I. Foi alli a sua chrysalida real. Nova nobilitação para a pequenina freguezia.

*

Como corria voz de que se intentava matar á traição o mestre de Aviz, entrou a subir para o castello por varias bandas grande massa de povoleo armado. Tal rumor se fez, foi tal e tanta a vozeria em torno aos baluartes (tudo isso o conta admiravelmente o assombroso artista Fernão Lopes), que ao povo pediu o governador do presidio tregoas de quarenta horas até poder consultar o governo legitimo em Alemquer.

E partiu-se logo, a arrebentar cavallos, um expresso, e voltou com a ordem da rainha: entregue-se ao mestre o castello de Lisboa. E assim se realisou n'este memoravel dia 30 de dezembro de 1383.

Foi então D. João mestre de Aviz poisar definitivamente no paço da Alcaçova[1].

[1] Fernão Lopes, *Chron. de D. João* I, cap. 42.

*

Apesar de tudo quanto então se executou para arrancar á valente alcaçova as suas garras, está provado que por seculos continuou ella ainda a ser considerada praça de guerra, e ponto estrategico de primeira ordem; o que não impediu o governo d'el-rei D. Manuel de permittir, por alvará de 10 de janeiro de 1499, a construcção de casas desde a porta da Alfôfa ao longo da costa do castello até ao postigo de Sancta Maria da Graça; e mais ainda do que permittir: promovel-a, concedendo aos edificadores os mesmos privilegios e isenções de que gozavam os moradores da alcaçova, e além d'isso os terrenos livres de fôro algum[1].

Visivelmente houve o intento de chamar moradores para aquella zona deshabitada. Observa muito bem o sr. Eduardo Freire de Oliveira[2], que sem duvida existia causa, hoje ignorada, que assim conservou erma durante seculos a costa do castello, afugentando d'alli a população. Calcúlo eu que seria o receio dos esboroamentos n'um terreno cretaceo, e que por tantas vezes dera de si; e além d'isso a despeza grande do desaterro antes da construcção, n'um bairro afastado, e por assim dizer morto.

[1] Sr. E. F. de Oliveira, *Elementos*, pag. 382, citando o l. 1 d'el-rei D. Manuel, fl. 36, no cartorio da camara municipal de Lisboa.

[2] N'uma nota a pag. 383 dos *Elementos*.

Depois da permissão de 1499, parece viria arrependimento, e logo contraordem d'el-rei D. Manuel, prohibindo que se aforasse mais terreno algum ao longo do castello[1]; e treze annos passados, o mesmo D. Manuel manda apregoar pela cidade a prohibição expressa de se extraír areia, e de se abrirem caminhos na encosta do castello, sob pena de 2$000 réis de multa, e açoites, *se for pessoa em q̃ caiba açoutes.*

Além d'esta ha outra ordem de D. Sebastião para se não tirar da costa do castello terra ou areia[3]; outra de D. Filippe III afim se prover a fortaleza, e se aperceber para o caso de receio de inimigos[4].

Agora, n'este verão de 1884 parece que os proprietarios perderam a final todo o susto, e estão edificando na rua do Milagre de Sancto Antonio e em varios pontos da costa (e isto desde uns dois annos a esta parte) grandes predios (muito feios, valha a verdade).

Quando passo, observo sempre o trabalho. Começou-se por abrir no larguissimo corpo da muralha que sustenta a ribanceira enormes portas, por onde se foi extraíndo a terra de uma altura de muitos metros, desatulhando até ao nivel da

[1] Cart. da cam. mun. de Lisboa, l. III de emprazamentos, fl. 16.

[2] Carta regia de 26 de fevereiro de 1513, no cart. da cam. mun. de Lisboa, liv. IV do dito rei, fl. 10, citada a pag. 415 dos *Elementos* do sr. E. Freire de Oliveira.

[3] Cart. da cam. mun., liv. I d'el-rei D. Sebastião, fl. 23.

[4] Ibid., liv. III do dito senhor, fl. 95.

calçada. Então se viu a composição do terreno, sem um fragmento de rocha sequer.

*

O que era no seculo XVI e XVII o castello de Lisboa dizem-n'o as vistas antigas da cidade; o que porém nem todos sabem é que o insigne Francisco de Hollanda nos declara[1] que tinha já desenhado planos para a construcção, ou reconstrucção, do mesmo castello; e inclina-se muito a que as fortalezas sejam de tijolos, e não de cantaria.

El-rei D. João V mandou fazer uma nova cadeia no castello; dil-o Frei Claudio da Conceição, que não sei d'onde o tirou; este compilador nunca cita as fontes, e faz bem mal[2].

*

No seculo XVIII ainda, segundo o testemunho do autor da *Chorographia portugueza,* o castello de Lisboa possuia grandes torres, e *uma grande estrada encoberta debaixo do chão.* Por mais que procurei informar-me com habitantes da freguezia de Sancta Cruz, não pude já descobrir onde ia saír essa estrada encoberta.

[1] No seu mss. *Dos monumentos que fallecem á cidade de Lisboa,* publicado pelo conde de Raczynski, *Les arts en Portugal;* vide pag. 67.

[2] Vide *Gabinete historico,* t. XI, pag. 385.

Nas fortalezas antigas notava-se frequentemente o uso de saídas occultas para os campos do arredor, prevendo-se a eventualidade de cercos e surprezas. Tinha de certo o castello lissibonense algumas das taes arterias subterraneas, hoje ignoradas e obstruidas.

Em julho do anno de 1883, como parecesse apresentar alguns indicios de desabamento o predio n.os 27 a 31 da rua das Fontainhas, ao Borratem, fez-se-lhe vistoria, comparecendo o inspector dos incendios, o seu ajudante Conceição, o mestre geral das obras municipaes, e o encarregado Pinto. Viu-se então que a frente do referido predio assentava sobre uma antiga abobada da loja sita na rua de S. Pedro Martyr; abobada ogival, que seguia d'ahi, e passava por baixo da rua das Fontainhas de S. Lourenço. Não se lhe póde determinar a continuação da directriz por se achar em parte entulhada; mas suppozeram os peritos que fosse dar ao castello, e fosse *alguma estrada subterranea do tempo dos moiros*[1].

Tudo alli são mysterios. O visconde d'Arlincourt faria do castello de Lisboa um romance tenebrosissimo. Pois se ainda em sessão de 7 de dezembro de 1882 foi presente á camara municipal um requerimento de um sr. João Augusto Sande, para os effeitos do artigo 426.º do codigo civil, pedindo licença para fazer excavações e pesquizas na costa do castello em busca de um thesouro que alli se

[1] Veja-se a noticia dada no *Diario Popular* de 13 de julho de 1883.

julgava escondido! A camara consentiu; o resultado porém da pesquiza é que eu não sei[1].

Vejam lá se alguem vai pesquizar a rua do Sacramento da Lapa ou o largo da Estrella! Nada, nada. Nos bairros orientaes tudo respira ainda o mysterio das moiras encantadas.

*

O incendio no fatal dia 1 de novembro de 1755 deveu ser alli temeroso acontecimento; está-se a ver. *Communicando fogo ao castello* — diz o contemporaneo Moreira de Mendonça[2] — *correu uma voz, que se retirassem todos dos suburbios da cidade, pelo perigo de se incender a polvora que alli se achava, e matar os que tinham escapado do terremoto... Caminharam quasi todos aquella noite para fóra da cidade, uma, duas, e mais leguas.*

Parece que se está a ouvir a narração de Plinio ao seu amigo Cornelio Tacito, expondo-lhe os pormenores da erupção do Vesuvio em 79.

O citado Antonio Joaquim Moreira[3], homem curioso, que estudou muito, e estudava sempre, conta que o abalo lançou por terra algumas torres e porções da muralha, egrejas, e mais de 46 predios de casas; e que o fogo devorou o resto, acabando nos escombros 55 pessoas da parochia!

[1] *Arch. mun. de Lisboa*, 1882, pag. 741.

[2] *Historia dos terremotos*, pag. 118.

[3] Volumes mss. da academia real das sciencias, t. v, pag. 963 v.

O certo é que as poucas datas, ou em pedra ou em azulejo, que por alli se avistam, são posteriores ao terremoto. Na rua do Recolhimento sobre a porta n.º 9 leio: 1773; na primeira casa á direita entrando a porta principal do castello (casa onde, por signal, se admira uma preciosa porta muito antiga, de columnellos muito esbeltos e capiteis phantasiosos) leio: 1775; na rua das Flores de Sancta Cruz n.º 4, 1763.

CAPITULO VIII

A torre chamada do Tombo no castello de Lisboa.— El-rei D. Fernando I.— Opinião de Aragão Morato, e outra de Carvalho da Costa.— A torre do Haver troca o seu nome no de torre do Tombo.— Centralisação dos archivos nacionaes.— Brado das côrtes a el-rei D. Affonso v implorando a reforma diplomatistica.—Reformas começadas nos archivos reaes por el-rei D. Manuel.— Uma verba do seu testamento.— Fernão de Pina empreiteiro da *leitura nova*.— Palavras de Damião de Goes.— O celebre engenheiro Manuel da Maia.—Transferencia dos archivos para S. Bento depois de 1755.— Palavras do sr. José Silvestre Ribeiro. — Computações estatisticas da população da freguezia de Sancta Cruz.— Menção rapida de varias curiosidades da freguezia.—Trovas ineditas ao crucifixo da egreja.

Visto que fallei ainda agora nas torres celebres e historicas do castello de Lisboa, mencionarei agora a mais celebre de todas, a que deu titulo ao archivo geral do reino, em cuja denominação official se conserva ainda hoje o nome cinco vezes secular de *Torre do Tombo*.

Foi el-rei D. Fernando I quem ordenou que n'uma das torres da acrópole se guardassem devidamente os archivos ou tombos, os cartularios, os documentos emfim, nacionaes e reaes, de todo o reino.

Parece a alguns que até esse monarcha não havia logar permanente e fixo para se archivarem os documentos publicos; observa-o o douto academico Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato[1]. Comtudo é naturalissimo que logo que principiou a ter uma tal ou qual estabilidade a nascente sociedade sob o governo do conde D. Henrique, se organisasse um edificio qualquer para archivo ou tombo de documentos publicos. Dil-o Antonio Carvalho da Costa, escriptor que, apesar dos seus defeitos, não é para desprezar, pois viu muito, leu muito, compulsou muito; e se não tinha mais critica, imputemol-o ao seu tempo, e não a elle. Eis as palavras do douto autor da *Chorographia:*

Como o burgo (de Guimarães) *no tempo da posse do conde D. Henrique, tinha já algum principio, e na sua compostura dava mostras de continuar a grande povoação, assim pela concorrencia de todos os grandes de Portugal virem buscar a côrte do seu principe, como pela continuação dos fieis devotos, que vinham visitar o mosteiro de Mumadona, edificou* (D. Henrique) *no burgo, perto d'elle, casa de Relação, casa dos Contos, e Torre do Tombo, aonde se recolhiam os papeis de consideração, como hoje se faz na de Lisboa*[2].

*

Julgou el-rei D. Fernando dever centralisar os

[1] No seu discurso preliminar á edição academica da chronica d'el-rei D. Fernando por Fernão Lopes, pag. IX.
[2] *Chorogr.*, t. I, pag. 9 e 10.

archivos nacionaes, que, segundo toda a probabilidade, existiam dispersos pelos varios sitios onde a côrte dos reis antigos tivera residencia, e entendeu que tão precioso deposito cabia bem em Lisboa, na torre *do Haver*, ou *Albarrã;* trocando-se-lhe então o titulo no de torre *do Tombo*[1].

Foi um grande e incalculavel serviço esta centralisação dos archivos.

Porém com o andar dos tempos foram-se obliterando as memorias, foram-se gastando os documentos, foram-se interpolando de accrescentamentos e deturpando de razuras os foraes das cidades e villas, e já em dias de Affonso v se achavam por esse reino em miserando destroço os pergaminhos que eram a um tempo as franquias populares, e as authenticas da fazenda publica.

Oiçamos o brado eloquente com que nas côrtes de Coimbra e Evora, em 1472 e 73, se levantou perante el-rei D. Affonso v a urgencia da reforma diplomatistica dos documentos reaes e nacionaes:

Outro ſsy, Senhor — diz o capitulo 65 — *os Foraes de cada Luguar, per homde ſse maes rrege e guoverna voſso rregno, estes ſsom oje em dya caſsi todos ou moor parte falseficados, amtrelinhados, rrotos, nom autorizados, e os tirom de ſseu propio emtender, nem ſsam interpuados a uso e costume*

[1] Refere-se Trigoso a Fernão Lopes, nos cap. 12 da *Chron. d'el-rei D. Pedro*, e á *Chron. d'el-rei D. Fernando* no principio, e depois no cap. 48. Podia citar tambem Ruy de Pina, que diz haver no tempo d'el-rei D. Diniz a *torre do thesouro, de Lisboa, que agora* (no tempo do autor, seculo xv) *é do Tombo.* — *Chron. de D. Diniz*, cap. XXXI.

d'ora, nem ſsam comforme aalguuns artyguos e ordenaçooens voſsas homde ſse portageem deve paguar, ſsalvo de emtrada, ou ſsaida, e levam jaa jeerallmente de passada, homde ham de levar huum rreal de carregua levam quinze, porque jaa de toda carregua fazem carregua liada; muitos erros e per muytas maneiras erram nesses Foraaes, ſsam mostrados outros trellados desſalsefiquados, e os que taaes de mercee de voos ham, mandamnos tirar como querem e homde haa nam haa jaa fazem de novo. Senhor, seja voſsa mercee rreformardes ora de novo todos voſsos rregnos e examinardes, e exterpardes todas as bulrras e emganos de taaes Foraaes, per esta guiza: Senhor, mandarees vyr todos os Foraaes de voſso rregno que huum nom fique, posto que diguam os de alguum Luguar que nom ſse agravam, ou nom querem ſsobre ello rrequerer, porque, Senhor, no Foral desse Luguar em eſsas portajees, ou costumajes rrecebem outros Estrangeiros muitos agravos em mandardes vyr o proprio Foral, que jaaz na voſsa Torre, ou o trelado em pubrico e a custa do comcelho ou do senhor da terra, ou d'ambos, e em este caso ſse nom pagasse tamto do custume a esse, que a guarda e carreguo dessa Torre e escripturas tem como hee hordenado por ſser aſsy cousa tam jeerall, e mandar vyr o Percurador dos voſsos feytos, e asy o Percurador do Comcelho, e ſse examine esse Foral velho com o proprio da Torre, e os usos e custumes que nam por erro nem por posse e poderio ſse custumou de Longuos tempos e em voſsa Rolaçam per o Juiz de voſsos feitos e com pessoas de boa comciemcia que o melhor emtendam,

e esso que ahy sse acordar sse cumpra d'y avante e teenha per Foraal, e os outros custumes errados e falsuras ssejam anuladas e aniquiladas, e esta, Senhor, sseeraa a maaes onraada vezitaçam, provisam, e correiçam que Vossa Alteza possa fazer a vossos rregnos, nom dizeemos que esto faça juntamente, mas ssimgularmente, como o tempo o padecer, assy tenha Carreguo o Juiz de vossos feytos fazer vyr esses Foraaes, huuns e huuns, atee que todo o rregno sseja provisto e rreformado, e em esto voos depejarees quamto aa comciencia, e tirarees muitas duvidas que em esses Foraaes haa, e agravoos que ao Povo sse fazem, e farees a vossos Povoos muita mercee.

Conformou-se el-rei com o que lhe era representado, e ordenou o exame de todos os foraes do reino, começando-se pela comarca d'entre Tejo e Guadiana; para o que se escreveu aos alcaides e concelhos das villas e logares, e aos contadores, afim de que em determinados prazos levassem os foraes á presença do juiz para serem revistos[1].

N'esta importante providencia deve ver-se o germen da reforma dos foraes ordenada por el-rei D. Manuel, esse de cuja mão poderosa ainda hoje se percebem vestigios claros na organisação interna do real archivo.

*

Um dos seus actos sensatissimos, foi mandar por provisão de 13 de maio de 1511 (documento este,

[1] *Côrtes do reino* — Codice J — 5 — 37 da bibl. nac. de Lisboa, fl. 208.

que ao tempo de Carvalho da Costa se conservava no cartorio da camara de Guimarães) recolher a Lisboa os documentos antigos, que desde tempo immemorial se guardavam n'aquella villa[1].

Outras ordens do mesmo rei no indicado assumpto constam do seu testamento, lavrado em abril de 1517, mez em que se andava activamente trabalhando cá em arranjos *burocraticos*.

Diz elle assim:

Item eu tenho mandado entender no corregimento da Torre do Tombo e concerto das escrituras d'ella, no que já agora é começado e se faz, por me parecer que será coisa mui proveitosa, e ainda no modo como está ordenado a mais honrada coisa de semelhante calidade que em parte alguma do mundo se possa ver; porem (por isso) *encommendo e mando que se acabe tudo de fazer, assi a obra da mesma torre, como o concerto e treslado das escrituras d'ella no modo em que o tenho ordenado, segundo o tenho praticado e sellado com os officiaes que d'isso encarreguei*[2].

*

Diz Damião de Goes que el-rei D. Manuel, attendendo ás muitas duvidas que todos os dias appareciam quanto á interpretação das leis antigas e dos foraes velhos, determinou mandar copiar de novo, com clareza e systema, todos esses preciosos

[1] *Chorogr.*, t. I, pag. 10.

[2] *Testamento d'el-rei D. Manuel—Hist. gen., Provas*, t. II, pag. 333.

documentos. Para isso nomeou peritos, que trabalhassem sob a direcção de Fernão de Pina cavalleiro da sua casa, *homem bem entendido;* e a este commetteu o encargo de andar pelo reino officialmente, recolhendo por cidades, villas, e concelhos, os foraes velhos; no que se occupou muito tempo, sem comtudo concluir a tarefa.

Insinua Goes que esta não conclusão, e as imperfeições da obra, se deveram a ter sido dada tal commissão, por que assim o digamos, de empreitada, promettendo el-rei a Fernão de Pina, que, se desse tudo concluido dentro n'um certo tempo, lhe faria mercê de 4:000 cruzados, além do seu salario e mantimento ordinario (6:384$000 réis da nossa actual moeda). *A cubiça da qual mercê* — palavras de Damião — *foi causa do que disse, e de o dito Fernão de Pina fazer cinco livros, que na Torre do Tombo andam, d'estes foraes, cada um de sua comarca; convem a saber: Estremadura, Alem Tejo, Alem Douro, Beira, Tras-os-Montes, por tal ordem e tão abreviados, que seria necessario faserem-se d'estes outros de novo, em que se posesse por extenso o que elle (por ganhar tempo) ordenou; de maneira que se não pode d'elles dar despacho ás partes, senão com muito trabalho*[1].

Essa grande reforma do *treslado* dos documentos antigos para magnifica lettra moderna constitue os livros conhecidos hoje por *leitura nova* d'el-rei D. Manuel. Como o proprio reformador o declara, não chegou a ver concluida a tarefa; nem os seus

[1] *Chron. d'el-rei D. Manuel,* cap. XXV.

successores. Lá o diz (que o devia saber) Damião de Goes por estas palavras:

ElRei D. Manuel mandou escrever a mór parte da leitura da Torre do tombo do regno em livros de pergaminho muito bem escritos e illuminados, e poer na boa ordem em que agora estão; obra tamanha e de tamanho peso, que se não pôde acabar em seu tempo, nem no d'ElRei D. João III *seu filho, que n'isso trabalhou muito, e de que ainda estão muitas coisas por escrever, que d'isso teem assaz de necessidade por bem do patrimonio da coroa do regno, e dos vassallos*[1].

*

Em 1755 o espirito methodico e distincto do engenheiro guarda-mór Manuel da Maia acabava de organisar de novo, segundo plano todo seu, a papelada do real archivo. Veio o terremoto do 1.º de novembro, arruinou o edificio, como derrocou mais ou menos o castello inteiro; e á pericia e energia do infatigavel Manuel da Maia é que se deve o ter sido salvo do incendio aquelle thesouro inestimavel[2].

Em 19 de agosto de 1757 foi o guarda-mór auctorisado a alugar ao abbade do mosteiro de S. Bento as casas no dito mosteiro chamadas dos Bispos, por 480$000 réis annuaes.

Transportado o archivo desde logo para S. Ben-

[1] *Chron. d'el-rei D, Manuel,* p. IV, cap. LXXXVI.

[2] Dos serviços d'esse notavel guarda-mór trata o *Gabinete historico* de Frei Claudio da Conceição, t. XVI, pag. 217 e seg.

to, alli o conhecemos todos, com entrada pela calçada da Estrella, entrada que a serventia nova para a camara dos pares inutilisou. Hoje é por uma portinha mesquinhissima, ridiculissima, n'um patamar da *escada aerea* da camara dos deputados, que os empregados e o publico penetram para a Torre do Tombo. É o caso do *ad augusta per angusta*.

*

A todas as incalculaveis riquezas paleographicas e diplomatisticas, accumuladas desde seculos no real archivo, accresceram em 1834 *innumeraveis papeis e livros das repartições extinctas, e de casas religiosas* — pondera muito bem o sr. José Silvestre Ribeiro — *vindo d'estas ultimas varios codices e documentos importantissimos e de grande antiguidade, como são algumas Biblias manuscriptas, a Biblia dos Jeronymos, o atlas de Fernão Vaz Dourado, etc., e bem assim se creou uma bibliotheca especial contendo de quatro a cinco mil volumes, pela maior parte de legislação, historia, e litteratura portugueza.*

*

São importantissimas as collecções hoje existentes no real archivo da Torre do Tombo. Especificarei as seguintes:

1.º a divisão chamada *as chancellarias* dos soberanos, isto é, uma serie de livros de registo das mercês e doações dos successivos reinados; n'algumas d'essas chancellarias ha subdivisões;

2.º o corpo chamado *das gavetas,* comprehendendo muitos pergaminhos de diversas naturezas;

3.º o chamado *corpo chronologico,* comprehendendo talvez uns oitenta mil documentos soltos, formando tres partes; este corpo é uma grande miscellanea, que não remonta talvez para traz do seculo XV; foi organisado depois de 1755;

4.º o notavel e interessante archivo da extincta inquisição de Lisboa, e parte da de Coimbra, Evora, e Goa, comprehendendo os processos propriamente ditos, e os livros do conselho geral do sancto officio;

5.º papeis do antigo desembargo do paço, habilitações para diversos cargos da magistratura, etc.;

6.º papeis da mesa da consciencia e ordens, habilitações para as ordens militares, etc.;

7.º collecção especial, e chronologica, formada modernamente pelo benemerito official maior, o fallecido sr. José Manuel Severo Aureliano Basto, de pergaminhos do seculo XII em deante; acham-se á parte os de doações e mercês regias; d'esta collecção muito se aproveitou Herculano para os *Portugalliæ monumenta;*

8.º corpo de bullas pontificias;

9.º papeis e pergaminhos de muitos conventos extinctos, recolhidos em grande parte pelo proprio Herculano e pelo sr. José Manuel da Costa Basto, actual official maior.

Por aqui se percebe em globo o que é e o que vale esse respeitavel archivo de tradições, sem cujo auxilio ninguem póde escrever a serio uma pagina de historia nacional.

De mais a mais, é proverbial a hospitalidade que alli recebem os estudiosos, sejam quem forem. O pessoal do archivo timbra em auxiliar por todos os modos, com buscas, decifrações, e conselhos, os novatos dos estudos paleographicos. Isto são verdades reconhecidas, e por isso as deixo consignadas, com esta franqueza rude, que talvez possa melindrar a modestia d'esses funccionarios. Se assim foi... perdão.

*

Contavam-se na freguezia de Sancta Cruz, nos fins do seculo XVI, 160 casas; 237 vizinhos (ou fogos), e 1:176 almas[1]. Antes de 1755, 322 fogos; e ficou reduzida a freguezia a 251[2] pelo terremoto, ou 315 em 1757, segundo outro informador[3]. Em 1826 eram 1:240 os habitantes em 291 fogos[4]. Hoje, pelo censo de 1878, contem a freguezia 463 fogos, com 2:669 habitantes: 1:929 varões, e 740 femeas.

*

Resta-me ainda tratar de outras curiosidades da freguezia de Sancta Cruz: por exemplo o hospital dos soldados; o palacio dos condes de Santiago;

[1] Christovam Rodrigues de Oliveira, *Summario.*

[2] J. B. de Castro, *Mappa.*

[3] Padre Luiz Cardoso (Paulo Dias de Niza), *Portugal sacro-profano.*

[4] A. J. Moreira, vol. mss. da academia real das sciencias, fl. 963 v.

a casa pia, alli creada por Pina Manique (hoje em Belem), annexando-se-lhe o collegio dos meninos orphãos da Mouraria[1]; o thesouro da tapeçaria e roupas; o convento de Nossa Senhora da Conceição de religiosos de S. João de Deus erecto em 1673, para elles administrarem o hospital militar; a ermida de Sancta Barbara; o recolhimento das Penitentes da Paixão de Christo, d'onde saíram as fundadoras do mosteiro de Sanct'Anna; o recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação para orphãs nobres desamparadas, as quaes, depois de completarem a sua educação, eram enviadas para o ultramar, e lá casavam, tendo uma d'ellas, D. Maria não sei de quê, chegado a ser rainha das Maldivas por ter desposado em Goa o rei d'aquellas ilhas[2]. Tudo isso porém ha de entrar quando chegarmos chronologicamente ao logar que lhe compete nos reinados ulteriores.



Concluirei por agora mencionando umas trovas ineditas, que possuo n'uma *scelta* manuscripta, allusivas a um facto que se deu n'esta freguezia de Sancta Cruz.

Vê-se que o prior, certamente com os melhores intuitos, que hoje se ignoram ao certo, retirou da egreja o Sancto Christo, e, de accordo com o seu

1 Alvará de 24 de outubro de 1814, § 2.º

2 Muitas d'essas noticias encontram-se nos citados mss. de Moreira na academia real das sciencias, t. v, fl. 96 v.

padre cura, o transferiu para Sancta Martha. Porquê e para quê, não sei; tambem não consta quando; foi pelos principios do seculo XVIII, ou fins do XVII.

Irritados os freguezes interpellaram o padre; e elle respondeu que tinha desejado pôr uma banda nova no Sancto Christo, e para isso o remettera ás madres de Sancta Martha. Houve então um poeta, que rimou estas decimas facetas, onde aliás sobra merito, chiste, e bom sabor portuguez. Eil-as:

Ao Prior de Sancta Cruz do Castello

o qual tirou o Sancto Christo da egreja furtivamente,
com o pretexto de lhe pôr uma banda

Por honestar o delicto
de ter furtado o Senhor,
o nosso Padre Prior
buscou um meio exquisito.
Vendo que estava convicto
no furto e acção nefanda,
diz que mandara uma banda
pôr no Christo por piedade,
quando, com summa impiedade,
se cerrou com elle á banda.

Não foi zelo, e só foi roubo
o que nos fez do Senhor,
porque, em vez de ser pastor,
té co'o Bom Pastor é lobo.
Quer-se desculpar da acção,
mas não tem desculpa, não,
pois do Christo que procura
foi Judas o padre cura,
e elle foi o mau ladrão.

A Sancta Martha o conduz.
Vê, ladrão, que fazes n'isto!
que o proprio logar de Christo
é sómente a sancta cruz.
Dá-nos o nosso Jesus,
que retens com torpe acção,
que se bem (e com razão)
em casa de Martha está,
hospede sendo estará,
mas sendo furtado não.

A Sancta Martha se diz
que fôra o Christo mandado,
por um moxila levado,
como se fôra feliz!
Eu crer n'isto jámais quiz,
e a crer tal inda resisto;
porém digo, quando insisto
n'esta porfia em que estou,
que se o moxila o levou,
levou o ladrão a Christo.

CAPITULO IX

Restaura el-rei D. Affonso a diocese olisiponense.—O bispo D. Gilberto, clerigo inglez da armada dos cruzados.—Confirmação pelo Sancto Padre Eugenio III.—Sagração do bispo em Sancta Cruz da Alcaçova.

Tornando-nos ao seculo XII, e a el-rei D. Affonso: entendeu elle que, para accrescer importancia á formosa Lissibona recem-baptisada, era preciso restabelecer, e breve, a antiga diocese olisiponense, que ha certeza ter existido sob a dominação goda e sueva, mas cujo rasto se perde, do bispo Landerico por deante, em fins do seculo VII, e não consta de documento algum resistisse ao pezo do dominio mauritano.

Não vem para aqui a historia antiga d'este bispado, cujos primordios não passam de lendas vagas. Quem a quizer estudar, pergunte-a a D. Rodrigo da Cunha, a D. Henrique Florez, a João Baptista de Castro, a Carvalho da Costa, etc. Só tratarei agora da sé do tempo de Affonso Henriques.

*

Para a altissima dignidade de bispo de Lisboa

*

apontou o rei de sua mão um sacerdote virtuoso, d'entre os muitos que vinham na armada; e digo *os muitos,* visto como, a regularmos o seu numero pelo que assenta Osberno, subiam a mais de cento e sessenta[1].

Era um padre inglez, por nome Gisleberto, como lhe chama Osberno, ou Gilberto, como lhe ficámos chamando. Dizia-se natural de Hastings[2], ainda então bellissimo porto, e que, apenas uns oitenta annos atraz, fôra theatro da insigne victoria de Guilherme o Conquistador.

O motivo certo da escolha de Gilberto não se sabe; mas bastava que fosse o *sancto homem* que todos concordam foi, *e bom theologo, bem certo nas sanctas Escripturas,* como diz a paraphrase do *Indiculum*[3]; bom sabedor de sagradas lettras, e para sempre digno de piedosa memoria, pondera tambem o monge Otta[4]; sacerdote *de muito boa vida e costumes, e leterado em degredos* (decretos, decretaes, isto é, direito canonico), palavras de Duarte Galvão[5]; *homem sancto e leterado,* confirma Acenheiro[6].

Além do nobre desejo de premiar um justo, e

[1] *Ut singulæ naves singulos presbyteros haberent.*—*Port. Mon.*—Script.—pag. 392, col. 1.ª

[2] *Port. Mon.*—Script.—pag. 405.

[3] Edição do sr. Nepomuceno, pag. 32.

[4] *Bene instructum litteris sacris, et pia semper memoria dignum.*—Indic. fundat., etc.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 92, col. 2.ª

[5] *Chron. de D. Affonso* I, cap. XXXIV.

[6] *Chron. de D. Affonso* I, cap. VII.

de assim dotar com tal chefe a renascente diocese, houve talvez a intenção de conferir nova prova de consideração aos alliados, que por ventura melhor tinham pelejado no cerco.



Para a confirmação pelo Sancto Padre não foi necessario ir a Roma. Achava-se Eugenio III em Pariz desde 30 de março d'este anno de 1147, e lá permaneceu até 16 de junho do anno seguinte[1]. Acolheu paternalmente o chefe da christandade aos enviados do soberano; folgou de ouvir a narração minuciosa da campanha finda, e outorgou a Portugal grandes perdões e indulgencias[2].

Quem sagrou o novo bispo foi o arcebispo D. João Peculiar; segundo parece, foi no templo que é hoje Sancta Cruz do Castello. Era então mesquita; por se achar mais recolhida, mais afastada do theatro sanguinolento das ultimas batalhas, pôde com facilidade purificar-se e adaptar-se ao culto christão, ao passo que a mesquita grande, lá em baixo, em frente da porta do Ferro, essa fôra hospital de sangue, achara-se obstruida de mais de duzentos cadaveres, e carecia de muitas obras e longas restaurações.

Depois das commovedoras ceremonias da sagração, um dos espectaculos mais eloquentes do ri-

[1] Segundo a chronologia dos Pontifices pelos benedictinos de S. Mauro.

[2] Nepomuceno, pag. 33.

tual, prestou o prelado juramento de obediencia ao primaz das Hespanhas, titulo conservado ainda hoje no cargo archiepiscopal de Braga[1].

A fórmula d'esse preito, que em Brandão e em Cunha se póde ler, foi esta:

EU GILBERTO, BISPO DA SANCTA EGREJA DE LISBOA, PROMETTO, EM PRESENÇA DE D. JOÃO, PRESTAR PARA TODO SEMPRE A SUJEIÇÃO E REVERENCIA QUE DETERMINAM OS SANCTOS PADRES, CONFORMEMENTE COM O ESTATUIDO NOS CANONES, Á EGREJA DE BRAGA E AOS SEUS PRELADOS; E CONFIRMO ESTA PROMESSA TOCANDO O SAGRADO ALTAR COM A MINHA PROPRIA MÃO[2].

[1] D. Rodrigo da Cunha, *Hist. eccl.*, part. II, cap. I.—*Episcopum ibi et clericos ordinaverunt,* diz o velho Roberto do Monte—Appendix ad Chron. Sigeberti—apud bibl. J. Pistorii, t. I, pag. 628.

Hoje 7 de outubro de 1883 assistiu o obscuro escriptor d'estas memorias á imponente procissão que da egreja da Magdalena conduziu em grande estado para a sé o novo senhor patriarcha de Lisboa D. José Sebastião Netto, assim como á ceremonia da posse no venerando templo. Ao ver este acto tão solemne e grandioso, este casamento mystico do virtuoso e esperançosissimo pastor com a sua egreja archiepiscopal, pensava o autor nas longas e brilhantes tradições millanarias, que s. em.ª alli representava, e perguntava a si mesmo quantas outras vezes não teria aquelle templo presenceado identicas ceremonias! O povo do patriarchado faz votos para que s. em.ª encontre todas as venturas que merece ao longo do espinhoso caminho hoje encetado.

[2] O texto latino é este:

Ego Gilbertus, Sanctæ Ulixbonensis Ecclesiæ Episcopus, subjectionem et reverentiam a Sanctis Patribus constitutam, secundum præcepta canonum, Ecclesiæ Bracharensi, rectori-

A cáthedra olisiponense ficaram sujeitas as povoações de Alcacer, Palmella, Almada, Cintra, Santarem, e Leiria[1].

*

Temos pois Lisboa conquistada, Lisboa convertida, Lisboa séde de bispado. Todo o bispo suppõe uma cathedral. Ora como Sancta Cruz era hospicio mesquinho, e temporario, ficou a cathedral de D. Gilberto constituindo o seu solar na mesquita grande do culto mauritano, depois de purificada e adornada ao modo christão.

Vou expôr os fundamentos da minha affirmativa, e com o auxilio de um meu predecessor n'esta materia, o sr. conselheiro Mendes Leal, espero chegar a convencer os mais incredulos.

busque ejus, in præsentia Domini Johannis, perpetuo me exhibiturum promitto, et usque sanctum altare propria manu confirmo.

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 405, col. 1.ª

CAPITULO X

Monumentos nacionaes, livro do sr. Mendes Leal. — A sua memoria sobre a sé de Lisboa. — Compendia-se aqui a argumentação da memoria. — Opiniões varias quanto á origem do templo. — Tres grupos de argumentadores. — Respostas do sr. Mendes Leal. — Menciona-se o erudito archeologo Augusto Filippe Simões. — Inclina-se o autor da *Lisboa antiga* á origem romana do templo. — Porquê.

Foi n'uma publicação de 1868 (infelizmente truncada) que o sr. Mendes Leal repartiu com os estudiosos uma parte do muito que sabia da sé de Lisboa, hoje basilica de Sancta Maria Maior. Essa publicação intitula-se *Monumentos nacionaes*, e contem o castello de Almourol, o mosteiro dos Jeronymos, o paço da Pena, S. João de Alporão, a sé, e a torre de Belem.

N'este momento só tratarei da monographiasinha da sé; primor de lucidez, e modelo de argumentação; como esclarece de vez muitas e antigas duvidas que lavravam ácerca do enigmatico edificio, vou resumil-a, com a devida venia.

*

Em tres grupos se repartem as opiniões dos eru-

ditos quanto á fundação d'este magnifico templo, que é de todos os de Portugal (segundo aprecia o o dr. Augusto Filippe Simões) aquelle sobre que *mais se tem escripto, e de cuja fundação mais varias e memoraveis opiniões correm*[1].

Primeiro grupo: os que pensam fosse edificado nas primeiras eras da egreja. E enumera-os o sr. Mendes Leal. Em dois sub-grupos se dividem:

1.° os que o teem por obra romana, da mão de Constantino;

2.° os que o attribuem a suevos ou godos.

Segundo grupo: os que julgam fôra mesquita principal de Lissibona, convertida ao culto christão pelo nosso rei; e enumera-os.

Terceiro grupo: os que vêem na sé edificação nova do primeiro soberano portuguez; e tambem os cita.

*

Quanto aos primeiros:

— 1.° sub-grupo:

Não se oppõe peremptoriamente o sr. Mendes Leal a que a sé fosse obra romana de Constantino, isto é, dos principios do IV seculo. Só pondera que da estructura do templo actual (unico argumento) nada se póde inferir. Os monumentos religiosos dos seculos primevos eram geralmente mesquinhos, e de pouca dura, por serem quasi tudo madeira. A supposta semelhança pois da nossa cathedral

[1] *Reliquias da architectura romano-bysantina em Portugal*. pag. 22, col. 2.ª

com Sancta Sophia nada prova, porque da basilica primitiva de Constantinopla, obra de Constantino, nada resta.

Se o plano do nosso edificio actual ainda apresenta, como é certo, a feição das *basilicas,* isso tambem não colhe, por ser commum a muitas cathedraes de origem relativamente moderna.

Logo, da traça do templo nada se póde concluir ácerca da sua origem e fundação romana.

— 2.° sub-grupo:

Tambem o sr. Mendes Leal não nega a presumida origem sueva ou goda; o que diz é que de todo faltam provas.



Os do segundo grupo querem (e com razão plausivel) que houvesse já ao tempo da conquista sido a sé mesquita de moiros.

Mas ha quem objecte:

1.° a orientação do eixo maior do templo, de poente á levante;

2.° a existencia do *cruzeiro;*

3.° o não apparecimento de lettreiro algum arabigo, sendo só inscripções latinas que se teem encontrado;

4.° as pinturas e esculpturas de vegetaes e animaes, contra disposição expressa de Mafoma.

Responde o sr. Mendes Leal pouco mais ou menos:

1.° A orientação nada prova. Ao tempo da conquista sarracena, converteram os vencedores em

mesquitas muitas egrejas, sem que a sua orientação lhes fosse obstaculo. E cita varias.

2.° O cruzeiro ficou existindo nas mesquitas feitas de egrejas, por isso que, sendo parte tão essencial da construcção primitiva, não era possivel fazel-a desapparecer. E cita factos.

3.° A falta de lettreiros arabigos nada prova tambem; os christãos haviam certamente de empenhar-se em obliterar taes vestigios; e quem melhor se encarregou de os apagar foram os terremotos e as reconstrucções.

4.° O pateo dos leões na Alhambra, o Alcaçar de Sevilha, e tantos outros edificios mauritanos, cheios de vegetações architecturaes, estão protestando contra o argumento adduzido.

Nada mais verosimil portanto do que admittir que alli houvesse sido a mesquita maior. Nada mais verosimil (e eu accrescentarei: *nada mais provavel*), que alli fosse, desde o seculo IX, o edificio que Abd-er-Rahman, o sumptuoso califa, em Lissibona levantou, ou muito mais provavelmente accrescentou sobre paredes de templo christão, como succedeu n'outras partes da peninsula[1].



Restam-nos ainda os argumentadores do terceiro grupo. Esses adduzem os testemunhos: de Acenheiro, que diz positivamente: *Fez* (el-rei D. Af-

[1] Releia-se a opinião do sr. Mendes Leal, a pag. 177 da sua *Memoria*.

fonso) *a sée de Lisboa;* do Livro velho da mesma sé, que diz: *Da Egreja ... foi elle o fundador e o protector*[1]; do chantre Estevão, muito antigo, que diz: *A Egreja que elle ... constituiu ... e por sua mão propria e a expensas suas fundada erigiu*[2].

Começa o sr. Mendes Leal por invalidar habilmente o peso das affirmações de Rodrigues Acenheiro e do Livro velho, demonstrando nas palavras que antecedem e seguem as que transcrevi, inexacções e falsidades notaveis, que dão direito a reputarmos tambem pouco legitimada a asserção que nos importa. De mais, Acenheiro escrevia tres seculos e meio depois dos factos que expõe.

Quanto ao chantre Estevão, certo é que as suas palavras as traduzia assim o excellente latinista D. Rodrigo da Cunha: *egreja, que o Rei de seus proprios fundamentos levantara.*

Depois, pergunta o sr. Mendes Leal: se estes escriptores, que não assistiram aos factos, merecem credito para alguns, não o mereceriam muito maior as chronicas mais antigas, e as que se referem detidamente aos pormenores da conquista? ora essas é que nada dizem de tal, ao passo que são muito explicitas ácerca da fundação de S. Vicente e de Nossa Senhora dos Martyres. O *Indiculum* nada refere da fundação da sé, com ser uma cathedral; a *Chronica de S. Vicente* paraphrase do *Indiculum* faz mais: põe na bocca d'el-rei estas palavras:

[1] *Ecclesiœ ... extitit fundator et fautor.*

[2] *Ecclesiam quam ipse ... constituit ... manuque propria suriptuque fundatam edificavit.*



VISTA DO CABO DE S. VICENTE NO ALGARVE

COPIA DE UM ESBOCETO A OLEO PELO 1.º TENENTE DE MARINHA O SNR. JERONYMO E. LOPES BANHOS

Back of
Foldout
Not Imaged

Bispo, eu edifiquei em esta cidade DOIS *mosteiros;* e mais adeante: *Depois que esto houver feito, ... quero logo partir* (repartir) *com a egreja cathedral, que* HA DE SER *em esta cidade de Lisboa,* etc.

A mesma *Chronica* diz pela bocca do soberano: *Ora nos é compridoiro de avermos de tornar ao serviço de Deus, e faser em esta nobre cidade igreja cathedral, e enlegermos bispo e pastor.*

«*Faser igreja cathedral*» — pergunta o illustre poeta — não será aqui instituir sé correspondente a uma nova diocese? Não estarão indicando tão natural significado aquell'outras palavras *e enlegermos bispo?* Não serão estas palavras, mal interpretadas, a origem da tradição vulgar, e não determinariam ellas a fórmula repetida por Aceinheiro: *Fez a Sée de Lisboa?*

Mas dirão: «O texto é positivo.» Todavia — continúa s. ex.ª — esse texto nunca de todo convenceu os mais illustrados espiritos. Fr. Antonio Brandão, apesar de transcrevel-o, foge-lhe a penna para esta duvida: «*o modo antigo da construcção persuade ter sido mesquita de moiros.*» Antonio Paes Viegas, posto opinar que D. Affonso «*fundou a Igreja Maior,*» n'outra parte deixa caír: «*sagrou a mesquita.*» Jorge Cardoso, sem embargo das auctoridades contrarias, mostra-se pelo menos perplexo quando repete: «*sagrou a mesquita.*» D. Nicolau de Sancta Maria quasi nem vacilla, onde diz: «*restituiu á egreja principal da cidade a dignidade episcopal.*» Finalmente E. Garibay affirma resolutamente: «*fez cathedral a mesquita.*»

Ha porém testemunha que termina de vez todas

as hesitações: é o cruzado inglez Osberno. Diz elle, traduzido de latim para portuguez: ... *Foi* PURIFICADO *o templo pelo arcebispo acompanhado dos* QUATRO *bispos, e n'elle se* RESTABELECEU *a sé episcopal.*

Quatro bispos, e um arcebispo; este era o de Braga; aquelles, eram os nossos já conhecidos bispo do Porto, de Lamego, e de Vizeu, e mais o novo bispo D. Gilberto.

Querem prova mais clara?

—Tudo aqui se ajusta, exclama com satisfação o autor dos *Monumentos nacionaes*, tudo se explica, tudo é natural[1].

E eu permitto-me accrescentar tambem mais isto: tanto existia já o templo, que este proprio Osberno (como logo havemos de ver) o descreve.



Quem ler de espaço a memoria do nosso academico e diplomatico, ha de convencer-se (e n'isto, com a devida venia, permitto-me discordar da opinião de Herculano[2]) ha de convencer-se, quando

[1] Parece-me não ter razão Castilho quando nos *Quadros historicos* (nota a pag. 42, col. 3.ª) diz: *Que a origem d'este templo se deveu a D. Affonso Henriques, e não aos moiros, não consente duvida á vista do documento da trasladação de S. Vicente, que se conservava no cartorio da mesma sé e no convento de Alcobaça, e a que se deve todo o credito, segundo Brandão, por ser seu autor Estevam, chantre que era da dita sé, e vivia n'aquelle tempo.*

[2] Vide um artigo de Herculano no tom. VI do *Panorama*, pag. 241.

FAC-SIMILE DA ASSIGNATURA D'EL-REI D. FILIPPE II

NA PLANTA PRIMITIVA DA RECONSTRUCÇÃO DO MOSTEIRO DE S. VICENTE DE FÓRA

Back of
Foldout
Not Imaged

por acaso este sequissimo resumo, por descarnado de considerações intermedias, o não conseguisse.

O que o sr. Mendes Leal estabelece são tres proposições:

Quanto á origem constantiniana, escasseiam as provas.

Quanto á existencia do culto mussulmano n'aquelle sitio, superabundam.

Quanto á adaptação da mesquita velha ao culto catholico, testemunhas coevas a demonstram.

Adopto a opinião do sr. Mendes Leal. Foi a mesquita maior mudada em templo christão, e apropriada ao novo culto. Não me resta duvida; com quanto não deva escurecer que me fez muito peso ver que um dos nossos mais profundos sabedores de archeologias, o chorado Augusto Filippe Simões, parece não se dar por de todo convencido[1]. Quando um mestre hesita ainda, que farei eu? mas declaro: a argumentação do sr. Mendes Leal, que o dr. Simões acha apenas *engenhosa*, venceu-me.

O dr. Simões inclina-se a que não está provado que a tal mesquita transformada em sé, como Osberno, testemunha irrecusavel n'este ponto, o diz, seja o nosso actual edificio, visto notar o cruzado que eram *cinco as naves formadas por sete ordens de columnas*[2]. ... *Esta disposição interior* — continúa o sr. Filippe Simões — *é propria das mesquitas,*

[1] Vide *Reliquias da archit. bysant. em Portugal,* cap. ultimo.

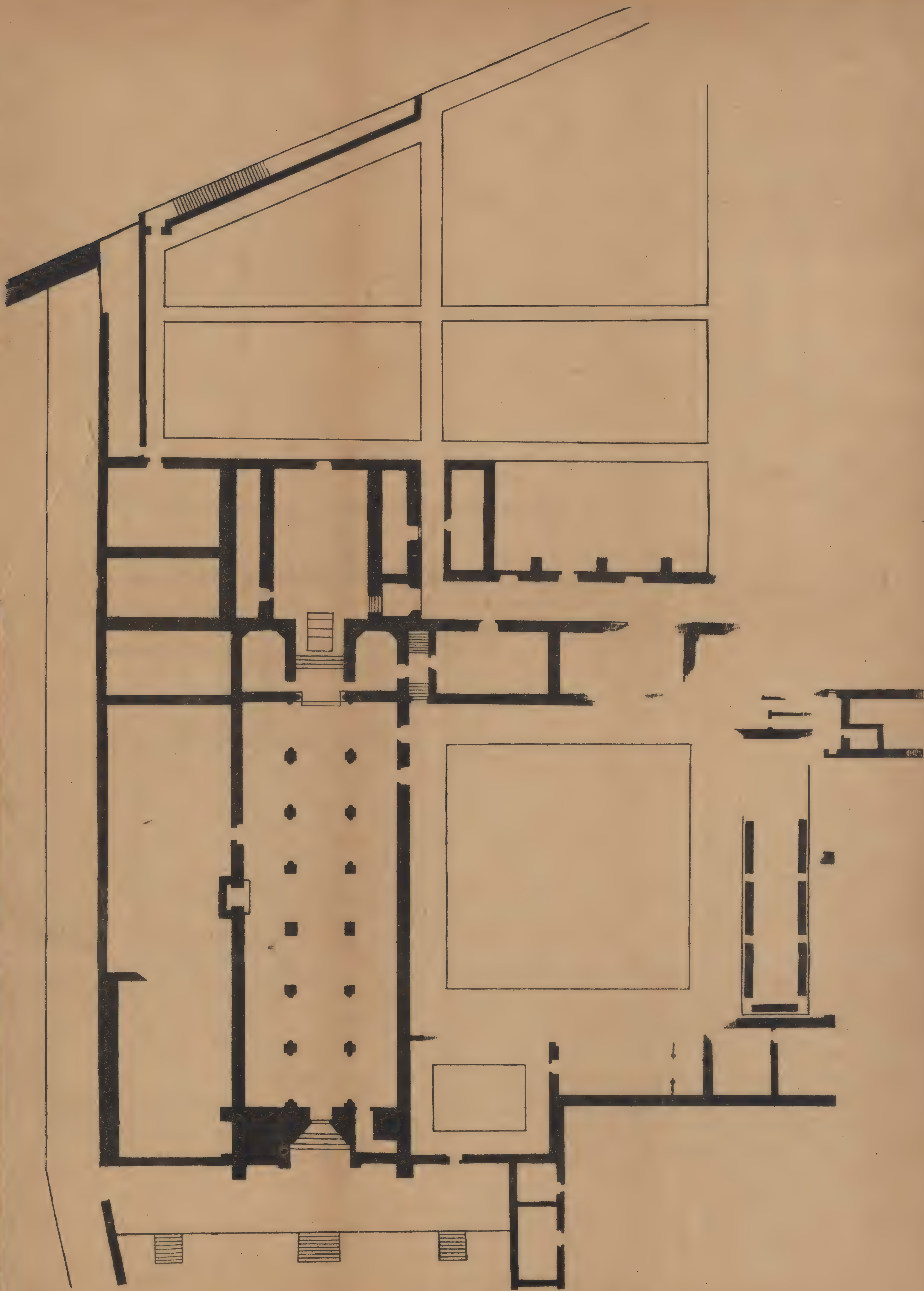
[2] A respeito d'esse numero das *sete* renques de columnas direi logo o que me parece.

como se vê na de Cordova. Deveriam sem duvida corresponder-lhe no estylo os arcos que se estribavam nas columnas, e todas as outras partes, que desappareceram sem deixar um só vestigio, que possa hoje attestar a existencia de um templo arabe, onde não vemos mais que uma basilica christã. A narração do cruzado sómente portanto prova, que na mesquita se restabeleceu em principio a sé. A observação diz-nos com toda a evidencia que, se a primeira occupava o mesmo logar, foi totalmente destruida, para talvez com os seus proprios materiaes se construir um templo christão[1].

Ora estas observações do nosso abalisado archeologo não destroem (depois de as meditar bem) a minha convicção; pelo contrario: eu vou mais adeante que o sr. Mendes Leal, e permitto-me discordar d'elle quando diz que escasseiam as provas da origem constantiniana do edificio, assim como discordo de Castilho, que, n'uma nota dos *Quadros historicos*[2], crê (sem razão, quanto a mim) que tudo que hoje a sé conserva *mais antigo* é de D. Affonso IV, e que, se *alguns vestigios mostra de tempo mais atrazado, ou da fundação, são poucos e incertos.*

Discordo; e justamente pela inspecção do edificio, e á vista da disposição geral das suas naves, entendo que se póde conjecturar, com visos de probabilidade, que foi isto uma egreja christã bysantina, erecta por algum dos successores proximos

[1] *Reliquias*, pag. 23, col. 2.ª
[2] Pag. 42, col. 3.ª



PLANTA DA EGREJA DE S. VICENTE NO TEMPO D'EL-REI D. AFFONSO I

Back of
Foldout
Not Imaged

de Justiniano, adaptada no seculo VIII ao culto mussulmano, e restituida ao christianismo no seculo XII; e applico a esses seculos remotos a observação do sr. Simões, quando diz que a propria planta da sé *em fórma de cruz, orientada de nascente a poente, e dividida em tres naves, com evidencia está declarando não ter sido traçada senão para um templo christão ou basilica*[1].

Tenho pois por menos bem fundamentada, talvez, outra asserção do mesmo insigne antiquario: *na peninsula não subsiste de pé um só edificio do tempo da monarchia visigothica e anterior á invasão dos arabes*[2]. Isso precisamente, quanto a mim, e salvo melhor juizo, é o que está por demonstrar.

Vejamos. Eu me explico.

*

Depois de Justiniano é que se entraram a sub-

[1] *Reliquias da architectura romano-bysantina em Portugal*, pag. 23, col. 1.ª

A sciencia acaba de perder em 1 de fevereiro corrente, de 1884, um dos seus mais distinctos cultores, o dr. Augusto Filippe Simões. O autor d'este livro apenas o conhecia; foi-lhe apresentado por occasião da exposição lisbonense de arte ornamental; consagrou-lhe sempre muito respeitosa estima e alta admiração. Ufana-se de consideral-o um dos seus mestres nas difficeis indagações archeologicas. Sente devéras que, nos varios passos em que no correr d'estas paginas tem de afastar-se de opiniões do erudito archeologo, não possa já ser lido e esclarecido por elle proprio. Deixa-lhe n'este logar uma expressão de saudade.

[2] Loc. cit., pag. 8, col. 1.ª

stituir na nave central das egrejas as columnas romanas por pilares, já quadrangulares, já flanqueados de meias columnas, supportando as abobadas em vez de aguentarem as architraves dos entablamentos classicos. Exactamente o que se dá na sé. Os seus pilares teem por gerador o quadrangulo. A base apresenta as esquinas cortadas em angulo recto reintrante, d'onde ressaem outros columnellos. O fuste é o quadrangulo de esquina chanfrada, ou estriada, em semi-circulo, onde se applicam meios columnellos; e das quatro faces lisas do mesmo fuste quadrangular saem por meio diametro columnas nichadas, erguidas até ao alto. Tudo disposições peculiares da architectura romano-bysantina.

Mais: ao longo da nave central costumavam correr os varandins destinados ás mulheres, e chamados *gynæconitis* ou *triforium*. Lá estão, e são uma das provas mais concludentes da vetustez d'este edificio; porque nos primeiros tempos da Egreja recommendavam muito os Sanctos Padres a separação dos sexos no templo; e essas disposições regulamentares vieram a exercer muita influencia nos planos das egrejas executadas por todo o imperio, já christão. No Oriente foi que se inventaram, em seculos remotos, as galerias, taes quaes as vemos na sé, reservadas outr'ora ás mulheres[1].

Mais: o pavimento d'este *gynæconitis*, ou galeria, é marcado por um cordão saliente, que se es-

[1] Charles Texier, *L'archit. bysant.*, pag. 9.

conde atraz do fuste das columnas ao passar por ellas; outro signal caracteristico[1].

Mais: á entrada, na frente do sanctuario usava-se uma divisão denominada *narthex*. Essa desappareceu, mas bem se póde crer que ficava sob o que é hoje o côro. Á porta finalmente lá está ainda o vestibulo, que é sem tirar nem pôr o *exo-narthex*, ou *narthex* exterior dos templos bysantinos.

Não ha nada mais claro.

Contraprova: a vetustissima egreja de S. Demetrio de Thessalonica (seculo v) apresenta a *mesmissima* disposição das naves da cathedral lisbonense: é orientada de nascente a poente; tambem tem uma ordem de galerias sobre as arcadas da nave central; e reina a volta inteira[2].

Nos templos onde não chegaram influencias do estylo arabe, não se empregou nenhum outro arco (a não ser o de volta inteira) *até ao seculo* XII, *nos fins do qual já estava geralmente substituido pela ogiva;* são palavras de um alto entendedor, o ci-

[1] E se não, oiçam o que diz Viollet-le-Duc no seu Diccionario, art. *Bandeau:*

C'est une assise de pierre saillante décorée de moulures ou d'ornements sculptés ou peints, qui sépare horizontalement les étages d'un monument. Le BANDEAU *indique un plancher, un sol; il ne peut être indifféremment placé sur une façade ou dans un intérieur; c'est un repos pour l'œil, c'est l'arase d'une construction superposée. Dans les églises de l'époque romane, un bandeau intérieur indique presque toujours le sol du* TRIFORIUM; *il est interrompu par la ligne verticale des colonnes engagées, ou passe devant elles.*

[2] Veja-se *L'architécture bysantine,* por Charles Texier. estampa XVII, e pag. 138.

*

tado Augusto Filippe Simões[1]. Ora justamente, repito, é a volta inteira, isto é, o arco dominante antes do estylo ogival, que apparece em toda a composição do corpo da egreja.



Tudo pois quanto estamos vendo na sé, cheio de signaes architectonicos tão caracteristicos, vem remontar (quanto a mim indubitavelmente) a origem do nobre templo a eras proximas de Justiniano. Será devaneio? não é; não é.

As varias, e ás vezes minuciosas, relações dos estragos succedidos no edificio, dão logar a crermos antiquissimos esses seus trechos que estudámos. Logo averiguaremos essas relações authenticas, e nos convenceremos de que toda a nave central, o transepto, grande parte da frente, e todo o lado norte, estão, quanto possivel, intactos, são, sem questão, primitivos. A capella-mór, essa alluiu varias vezes; a abside é do seculo XIV; a cupola do cruzeiro caíu em 1755, mais a torre do relogio, mais a parte da abobada do lado do mar; mas nenhuma d'essas faltas invalída a minha argumentação (salvo melhor juizo).

Vamos de vagar. O que apresento vai ser a pouco e pouco demonstrado pelo minucioso exame d'esta interessantissima cathedral. Descance o estudioso alguns minutos, e disponha-se a acompanhar-me em tão espinhosas indagações.

Acabou aqui a symphonia de abertura.

[1] *Da architectura religiosa em Coimbra*, pag. 18.

CAPITULO XI

Sagração da mesquita, e sua transformação em sé episcopal. — Coelho Gasco. — Vilipendios modernos á antiga architectura do templo. — O conego Luiz Duarte Vilela da Silva. — Menção do arcebispo D. Rodrigo da Cunha.

Será possivel marcar ao certo o praso em que se christianisou a mesquita, que, segundo acabamos de ver, tinha talvez sido primeiramente egreja christã? é; a data da ceremonia consta do depoimento de uma testemunha de vista: Osberno. Foi isso no dia de Todos os Sanctos, sabbado 1 de novembro de 1147[1].

Achava-se a mesquita grande, pelos destroços da guerra, inteiramente obstruida de quasi duzen-

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 405, col. 1.ª

Referindo-se ao facto da dedicação da mesquita á Virgem, diz Roberto do Monte: *Cum hymnis ecclesiam dedicantes*, etc. — Appendix ad Chronicon Sigeberti — apud bibl. Joann. Pistorii, t. 1, pag. 628.

E o cardeal de Aragão diz isto: *Ingressique ipsam (civitatem) cum hympnis et canticis spiritualibus Ecclesiam dedicant, Episcopum ibi et clericos ordinantes.* Apud Muratorium — Rerum ital. script. — t. III, p. I, pag. 438, col. 1.ª D.

tos cadaveres, e mais de oitocentos feridos[1]. Nos dias que decorreram entre a procissão que descrevi, e a consagração da mesma mesquita ao nosso culto (e não foram muitos), limpou-se todo o recinto, purificou-se, preparou-se, e aderessou-se quanto possivel para a sua dedicação official ao Deus dos christãos.

Assim o diz Coelho Gasco por estas palavras: «*Tanto que se alimpou* A MESQUITA *d'esta cidade, que agora é a* SEE CATHEDRAL DELLA, *cellebrou o sancto rey Dom Affonso, hua grãde, e solemne procissão com muyta cleregia e Bispos; indo todos vestidos de ricas capas, de flores e boninas coroados, indo elrey em pessoa nella, com a mais victoriosa gente, assim de cavallo como de pé; iam todos postos em sua ordem militar, com suas lustrosas e victoriosas bandeiras alevantadas, e com as muitas que alcançaram dos moiros arrastadas, e levadas pelos mais honrados captivos que n'esta gloriosa empresa tomaram. Acompanhavam tambem a tal solemne procissão os soldados estrangeiros, e fidalgos de Monsiur Guilherme de Longa espada, seu capitão general, D. Childe Rolim, D. Liberche, e D. Liguel, e outros muitos grandes senhores d'ella, e capitães, com muitas trombetas, sacabuxas, e atabales; e entraram com grande pompa na mesquita maior, e logo pelos Bispos, com muitas lagrimas, e de mais povo, foi consagrada e dedicada á Virgem Sacratissima Senhora Nossa*[2].

[1] Osberno. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 405, col 1.ª

[2] Citado manuscripto da bibl. nac. de Lisboa.

Que acto e que festividade!

Estou a ver o edificio velho, insultado e roto ainda das balistas, mas adornado outra vez do symbolo christão na sua tisnada frente.

A mesquita mussulmana, como que atonita, e mal affeita ás galas do culto novo, que lhe reveste de sedas, brocados, e oiro, as arcarias de volta inteira, e os azulejos multicores, ao ouvir de novo ressoar na sua abobada o cantochão da liturgia catholica, e a enthusiastica poesia, tão nobre e tão alta, do hymno *Te Deum laudamus,* regorgita de povo, que lhe apinha as serventias até á porta do Ferro.

Terrivel é este logar; é esta a casa de Deus, e a porta do ceo—brada a Egreja com as suas phrases ás vezes clangorosas como a trombeta do juizo final.

*

Detenhamo-nos, detenhamo-nos no exame d'este soberbo monumento, a cujas naves de granito sobrepozeram, por escarneo, os mais ignobeis e pintalgados estuques que se encontraram. A penumbra religiosa do seu cruzeiro, a severidade dos seus pilares agigantados, e a *pátina* adusta de tantos seculos, tudo acabou, perante uma ignorantissima e ridicula mascarada, que já a auctoridade de Herculano verberava com energia[1]. Fez mal quem quer que realisou o desacato; se lhe não doeu, foi porque o não comprehendia. Fez o mal, julgando

[1] *O Panorama,* t. IX, pag. 21, col. 1.ª

fazer o bem; e a prova é o enthusiasmo, com que o beneficiado Bento Morganti não duvída chamar-lhe templo *excellentemente reparado de bellissimos estuques, e duraveis pedestaes de boa pedra marmore!*[1].

*

A sé de Lisboa, verdadeiro castello medieval, com os seus botareos tisnados, a estatura arrogante das suas paredes, as suas setteiras, as suas torres quadradas, já descoroadas dos antigos curocheos, o seu isolamento estrategico entre quatro ruas, a sua apparencia severa, monachal e cavalleirosa, é ainda hoje, é a despeito de tudo e de todos, admiravel especimen, que era preciso respeitar; digno *repairo* dos seus bispos aderessados de ferro. Não o entenderam assim, e deshonraram aquelle templo bysantino, romanico e ogival, com a mais insensata restauração pseudo-classica. Ao bello e rude, substituiram o bonito; á pedra, o gesso; á meia luz religiosa, uma torrente de sol; aos bestiães heraldicos, uns bastardos capiteis de Vignola.

A sé de Lisboa é porém, apesar de todos esses e outros desacatos, monumento de tal valia, que ainda assim merece que a visitemos, e esquadrinhemos com minucia os segredos que em tal sacrario se furtam a olhos indifferentes.

[1] Descripção funebre das exequias que a basilica patriarchal dedicou ao senhor rei D. João v. Lisboa, 1750, 4.º, 1 vol., pag. 8.



Ha para guia na peregrinação o conego Luiz Duarte Vilela da Silva, alto apreciador de antigualhas, e a quem se refere com merecidos louvores Cyrillo Volkmar Machado no prologo da sua *Collecção de memorias*. Era Vilela autor de um valioso estudo, que ficara manuscripto em poder da sociedade propagadora dos conhecimentos uteis, memoria que Herculano viu, manuseou, e extratou, tencionando publical-a no *Panorama*, e que a final, depois de tantos baldões, só viu a luz em 1857 na *Revista Universal*, graças á diligencia de Sebastião Ribeiro de Sá[1].

Mas que pena não ter o grande D. Rodrigo da Cunha realisado o que projectava[2], que era descrever por miudo a sua cathedral! que bom livro elle não teria deixado! tão sabio como era, tão apreciador, tão applicado, e tão longe ainda do fatal terremoto do seculo ultimo!

Conjecturemos o possivel.

Irei o mais rapido que podér. Escreveria um grande livro sobre si quem quizesse deixar a historia completa da sé de Lisboa. Agruparei apenas algumas memorias ácerca d'esta mole vetustissima, que ouriçada de enigmas se ergue ha seculos sem conta n'aquelle sitio historico, onde tantas coisas tem visto!

[1] N.os I a 22 do dito periodico.

[2] Vide a *Hist. eccl.*, part. II, cap. LXXXVIII, n. 7.

CAPITULO XII

Analysa-se minuciosamente a frontaria actual da sé. — O adro. — A galilé. — A nave central. — Restauros anachronicos.

Venha o leitor comigo. Paremos na praça arborisada ao sul de Sancto Antonio, o glorioso vizinho, de quem lá para o deante havemos de ter muito que estudar. Que vemos?

Uma frontaria pesada e solemne, que, entre os seus anachronicos restauros, está a dar-nos provas evidentes de altissima antiguidade, e a protestar contra a falta de senso artistico, sestro da nossa terra.

O corpo central, mesquinho e pobre, sobrepujado de platibanda, ostenta uma rosaça moderna; por baixo d'ella, e aos seus dois lados, abrem-se duas insolentes sacadas do seculo XVIII, unidas por varanda de ferro, como em qualquer habitação burgueza da cidade; e o largo portal, que dá sobre o adro, não passa de um *pasticcio* pobrissimo, de volta inteira, guardado por um portão de grades prosaicas e semsabores, sem belleza nem caracter.

Aos dois lados d'este corpo central, que (embora singelo) devia ter perpetuado a sua feição primeva,

erguem-se duas torres, que mais pesadas parecem por estarem visivelmente cercias, pelo menos a dois terços da sua altura natural. São dois carrancudos gigantes de granito, orlados de grossos ressaltos, ou contrafortes, que veem quebrar a monotonia de uma parede nua, e contribuir com a affirmação das longas parallelas verticaes para o effeito soberbo do conjuncto.

Até tres quartos da sua altura actual sobem nuas estas duas torres, apenas interrompidas de setteiras, e de duas janellinhas quadradas de vidraças ridiculissimas, já n'outro plano das sacadas da frontaria. A quarta parte de cada torre é occupada lá no alto por uma ventana, levemente ogival, onde moram os sinos, por cima de um cordão de cantaria, que segue a linha da platibanda central, e na torre do sul se interrompe para dar logar ao mostrador moderno do relogio.

Quem olha para aquelles torreões desgraciosos, está a pedir a sua conclusão n'outro corpo de ventanas, e a sua coroação final na linha arrojada de uns curocheos, que levantassem vôo para o infinito. Lá estiveram, mas caíram; por signal que eram azulejados, o que devia dar-lhes uma graciosa feição peninsular.

*

Basta. Agora subamos os degraus do adro. Este adro devia ter sido antigamente muito maior do que é. Encontro no cartorio da camara municipal[1]

[1] Livro 1.º de sentenças, fl. 75 e 76.

uma ordem d'el-rei D. Manuel, de 21 de julho de 1513, para que o adro e o muro que o sustentava se refizessem pela camara, por prejudicarem as ruas, uma que passava por cima, e a outra pela outra banda.

No principio do seculo ultimo ainda os arredores eram tão desaffrontados, que do adro da sé se via o mar[1]; o que já hoje não succede. Depois do terremoto é que se refez, segundo creio, o adro como está hoje, com esta differença: ainda em 1817, quando se gravou a estampa que vem na *Mnemosine Lusitana*[2], não havia lá as grades incriveis que hoje estão dando áquelle adito limitadissimo umas divisorias boas para crear gallinhas ou patos.

*

A respeito de grades, tenho que dizer ao transeunte uma coisa: as que ouriçam o muro do largo sobre a travessa de Sancto Antonio da Sé são modernas. A idéa deve-se ao vereador Gregorio Vaz Rans de Campos Barreto Froes, que em sessão de 20 de agosto de 1866 propoz á camara municipal se mandasse fazer o orçamento do custo d'essa obra, já anteriormente approvada pela camara[3].

*

Esse adro da sé, tão mudado hoje do que era

[1] Carvalho da Costa, *Chorogr.*, t. III, p. 343.
[2] Tom. II.
[3] *Arch. mun. de Lisboa*, 1866, n.º 349, pag. 2818.

ha cinco seculos, foi em 1373, ao tempo do cerco dos castelhanos, theatro de uma scena horrivel, que os antigos chronistas nos descreveram.

Estava junto ao portal da sé armado um engenho de arremeço, com que se defendiam os portuguezes, a dentro da *porta do Ferro*. Quando a plebe desmandada e furiosa entendeu, nos excessos da sua justiça, acabar com uns poucos de suspeitos de connivencia com o estrangeiro, e de amizade com o traidor Diogo Lopes, foi agarrado um dos taes, posto na funda do engenho, e atirado ao ar. Caíu no adro, e como estivesse vivo ainda, tornaram a pôl-o na funda, desfecharam, e deram com elle no Tejo[1].

Herculano, que buscava sempre o pittoresco historico para as descripções dos seus romances, figurou que ainda o dito engenho, *negro, meio podre, coberto de limos,* alli se via em tempo do mestre de Aviz. Foi uma nota felicissima de côr local[2].

*

Penetremos agora na galilé, ou portico de entrada, veneravel peça, nua e singelissima, onde havemos por força de deter-nos. A porta, que dá ingresso á nave do templo é bem curiosa. Lembra o que ha de mais genuino no estylo romanico; tenho-a como coeva com o decennio da chegada

[1] Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando,* cap. LXXV; — Duarte Nunes, *Chron. de D. Fernando,* fl. 204 v.

[2] *O Monge de Cister,* cap. II.

dos christãos a Lisboa. Eu disse *genuino?* não disse bem, applicando o termo a uma architectura mesclada, transitoria, como a romanica, degeneração do antigo, adaptação aos usos novos; mas apesar da minha impropriedade, o leitor entendeu-me, e era o essencial.

A volta da curva é redonda; a parte interior é moderna. A volta acompanham-n'a parallelamente, e gradualmente ressaídos, quatro ribetes de archivolta, singelos e sem adorno, correspondendo a outros tantos columnellos por banda. Estes erguem uns capiteis grosseiros mas cheios de caracter, com figurinhas, que me parece não terem significação. O primeiro da esquerda apresenta uma mulher coroada; o segundo uma cabeça entre silvados; o terceiro ornatos; o quarto dois homens a cavallo pelejando entre si a golpes de maça. Do lado direito o primeiro capitel de dentro tem ornatos; o segundo o mesmo; o terceiro S. Miguel com o diabo aos pés; o ultimo um clerigo entre dois meninos do côro.

Sóbria ornamentação na archivolta.



Objectava-me alguem não ser provavel tamanha antiguidade n'esse formoso portal, attenta a sua perfeitissima conservação, principalmente comparada com a do portal do Carmo, por exemplo, e até mesmo attenta a perfeição d'aquellas esculpturas, anteriores duzentos e cincoenta annos ao mosteiro do condestavel.

Respondi isto: primeiro que tudo, o portal do Carmo está ao ar livre, e o da sé resguarda-o o vestibulo; nunca soube o que era chuva. Em segundo logar, tenho por mim a opinião indirecta de um mestre, o fallecido dr. Augusto Filippe Simões, que levanta qualquer duvida provinda da perfeição relativa dos lavores: ... *A reunião das columnas em feixes* — pondera elle — *e a existencia de gárgulas bem esculpidas, correspondem á epocha mais perfeita do estylo romano-bysantino, ao seu ultimo periodo, que alguns archeologos consideram ter decorrido de 1100 a 1200. Os lavores dos capiteis são tão perfeitos* (note-se; fallava de S. Christovam e da sé velha de Coimbra), *que difficilmente se encontrarão outros que os excedam, ainda nos templos do estylo ogival, construidos dois ou tres seculos depois*[1].

Querem resposta mais clara? demonstração mais cabal? prova mais frisante? não as conheço.

*

Ao penetrar o visitante no ambito da nave central da sé de Lisboa, não corresponde o que presenceia ao que o portal da galilé já promettia. E sabe o leitor porquê? pela inopportuna claridade da egreja, pelas mal entendidas côres da ornamentação, e pela miseranda garridice d'aquelles pobres estuques pretenciosos, que são um horror para que não encontro qualificativo.

[1] *Da archit. relig. em Coimbra*, pag. 22 e 23.

Pois tiveram quem os elogiasse, e clamasse com visivel satisfação: *as columnas, toscas e carcomidas do tempo, foram cobertas de estuques, e ennobrecidas com bases e capiteis doirados de ordem corinthia; as abobadas e arcos, com molduras e ornatos em relevo, e pinturas analogas á invocação d'esta sancta basilica!*[1].

Discordo, discordo d'esse modo de apreciar. E além d'isso: a luz é demasiada e mal distribuida, sem arte, sem intelligencia de claro-escuro. Na architectura religiosa (desenganemo-nos) é indispensavel a meia luz. Diz com a solemnidade do mysterio; diz com a immensidade das aspirações intimas. A meia luz obriga á meia voz, e pelo seu vago abre-nos o infinito.

Os matizes estrillantes dos medalhões e composições do tecto e do cruzeiro, são um *charivari* sem magestade, acairelado de doiradinhos que fazem dó.

Os estuques então nem teem nome. Cobrem o granito antigo d'aquelles pilares velhos com uma capa de prosa amassada a colherim, e na presença do que é *pedra* teem a louca presumpção de querer *arremedar pedra.*

Além d'isso, columnas corinthias desproporcionadas! capiteis de estuque muito peralvilhos a desdizerem do módulo do fuste! uma confusão sem graça, sem a ingenuidade, ao menos, do bysantino!

É sempre barbaridade inaudita querer adaptar

[1] *Mnemosine Lusitana*, t. II, pag. 82.

o estylo classico ás phantasias das architecturas ogivaes e romanicas. Das altas columnas aggregadas do templo velho, fizeram umas coisas que nada são. A columna classica é severa, é (até certo ponto) restricta a consonancias certas (salvo comtudo o quinhão inventivo peculiar do architecto), e não póde transigir, nem com o obeso de certos fustes bysantinos, nem com os impetos em que parece alar-se para os ceos a esbelta columna do estylo ogival.

Por isso digo: a impressão geral que se experimenta é mesquinhissima. Em vez do solemne, reina o vulgar. Em vez da rude sobriedade de um pobre templo medievico, em vez das taes *columnas toscas e carcomidas do tempo,* encontramos o amaneirado decadente da nossa era!



Logo depois de entrar, começa o observador a reparar, a deixar-se repassar de silencio, e vê, a despeito de tudo, que está n'um templo antiquissimo. O arrojo das duas renques de columnas aggregadas em volta dos pilares brutaes que esboçam as tres naves; o pittoresco desusado do recinto; a caracteristica disposição dos varandins bysantinos, que são, sem tirar nem pôr, o *gynæconitis,* ou o *triforium,* das egrejas antigas, isto é, galerias em roda da nave central reservadas ás mulheres; o esfumado da longa perspectiva da abside, que se entrevê de longe; tudo são teclas a vibrarem-lhe na alma.

Pára sem o querer; e por entre tão flagrantes discordancias artisticas, sente penetrar-lhe no coração attonito o que quer que seja de um pasmo colossal!...

CAPITULO XIII

Abre-se o livro de Mendonça para esclarecimento do leitor. — A descripção mais antiga da sé de Lisboa. — As suas cinco antigas naves. — Procura o autor demonstrar que ainda lá existem. — Obras no primeiro reinado. — Os architectos primitivos. — El-rei D. Sancho. — A rainha D. Urraca. — El-rei D. Affonso III. — Mestre Roberto de Lisboa. — Terremoto a 9 de dezembro de 1321. — A capella de S. Gervasio instituida pela mãe do conde D. Pedro de Barcellos. — Hospitaes de Lisboa. — Obras d'el-rei D. Affonso IV. — Transcreve-se uma esquecida inscripção commemorativa. — O tumulo do bispo D. Gonçalo Pereira.

Mas antes do detido exame do templo, abramos o livro de Moreira de Mendonça; diz-nos elle, que alguns abalos de terra damnificaram em eras antigas as paredes da sé.

Isto serve para mostrar *a priori* o pouquissimo que hoje podemos rastrear intacto da fabrica primitiva. Encontramos, sim, o plano geral, se bem que muito alterado; um ou outro fragmento desconnexo e fóra do seu logar; um amálgama de architecturas, que brigam entre si; e essa briga faz rumor incommodo; perturba a solemnidade do silencio da nave.

A sé de Lisboa é um enorme *casse-tête;* fique-o sabendo o leitor.

Vamos pôr partes.

*

A descripção mais antiga que existe d'ella, acha-se no escripto do cruzado inglez Osberno, tantas vezes citado n'estes meus livros; preciosa, apesar de tão succinta! Diz elle:

Templo erguido em sete renques de columnas (note-se) *com outras tantas simalhas,* isto é, talvez, *com as suas competentes arcadas* (?)[1].

Palavras vagas e escuras, d'onde, se não me engano, vai o leitor dentro em pouco ver jorrar torrentes de luz.

Parece, á primeira vista, que da traça antiga é impossivel achar vestigio, n'um templo, que em vez de seis naves, como as *sete* (VII) ordens de columnas querem indicar (admittindo mesmo que as duas ordens lateraes fossem conjunctas com a parede mestra), apenas tem hoje, e ha já seculos, tres naves. Pois é possivel, e muito possivel.

Peço ao leitor, que examinando com minuciosidade um plano da sé, procure seguir a minha argumentação.

Intentou o diligente conego Luiz Duarte Villela da Silva estabelecer com certeza o perimetro e as divisorias do templo, e nada conseguiu, com quanto

[1] *Eorum templum, quod* VII *columpnarum ordinibus, cum tot cumalis, in altum consurgit.* — *Port. Mon.* — Script. — pag. 405.

lhe devesse, como elle confessa, *particular attenção* esta parte do seu estudo. Quiz eu fazer obra pelas minhas proprias observações, e fui-me estudar o assumpto, percorrendo a sé em 13 de janeiro de 1883.

Comecei por pesar bem as palavras de Osberno. Sete ordens de columnas? ha engano, suspeitava eu.

Sete ordens de columnas dão seis naves, com uma ordem de columnas ao meio do templo, o que é absurdo. Entrou-me logo a suspeita vaga de um lapso de copia; e para experimentar parti do principio de que no manuscripto do inglez estivesse *seis* em vez de *sete* (VI por VII, nada mais admissivel). Ora seis renques dão *cinco* naves, o que é verosimil.

D'essas cinco antigas naves já o intelligente Villela averiguara vestigio, *pois* — diz elle — *na casa onde se revestem os conegos em habitos choraes, se descobrem pedaços de columnas*[1].

Do tempo de Villela até agora houve mudanças no regimen caseiro da sé; por exemplo: a casa onde se revestiam os conegos serve hoje para o senhor patriarcha se revestir e descançar quando vai ás festividades. Sua eminencia entra pela porta travessa do norte (chamada de Ferro, por ser gradeada); e este recinto onde se reveste toma dois quartos, ou camaras, desde a porta de Ferro até ao braço da cruz do cruzeiro. Ahi estive, graças ao meu respeitavel amigo o ex.^mo^ conego thesou-

[1] Vide Memoria citada na *Revista Universal*, cap. v.

reiro-mór, João Antonio Ribeiro Pessoa Cabral, que foi o mais amavel, o mais incançavel dos *cicerones*.

Ainda no alto da parede interior para o lado da rua, se veem uns capiteis grosseiros (não sei se alguma vez tiveram fuste até a baixo, ou se sempre assim foram), que são as mísulas sobre que recaem os ribetes da abobada ogival. São, sem duvida, os *pedaços de columnas* a que se referia Villela.

Este recinto todo, parallelo ao eixo maior do templo, formava já por si uma nave, cujo outro lado era o que hoje é parede intermedia para a egreja. Dá idéa da largura exacta de tal nave a dimensão da capella de Bartholomeu Joannes, que é a primeira da esquerda, em baixo, ao poente, perto da pia baptismal. As antigas columnas divisorias estão clarissimas ao longo da parede, e como a queixar-se dos diaphragmas que as reunem.

A esta renque de columnas segue-se parallelamente outra renque; e ahi podemos pois imaginar já duas naves. Vem depois a nave central, cujo tecto é muito superior ao das outras. Depois a outra nave do sul; e emfim outro espaço, occupado pela vasta e bella sachristia, e que bem poderia tambem em tempo antigo ter sido outra nave praticavel.

Conte o leitor; e fazendo as concessões que indiquei, suppomos cinco naves; das quaes só as tres do centro apparecem hoje, e as duas lateraes estão occupadas e isoladas por parede.

Com a devida cautela pois (repito), tenho por

menos exacta a asserção de Osberno, quando nos diz *sete renques de columnas;* elle queria dizer: *seis renques;* os copistas do codice da universidade de Cambridge, d'onde veio esse precioso documento, escreveram VII em vez de VI.

O aproveitamento das duas naves lateraes para officinas, como as que indiquei ha pouco, deve ser já muito antigo, a julgarmos pela estructura da capella de Bartholomeu Joannes, que é tomada á antiga nave do norte. Ninguem pensou mais em seis naves; ficou o templo reduzido a tres. Assim o descreve em 1712 a *Chorographia* de Carvalho da Costa[1]: de tres naves, cercado de varandas e columnas por dentro, *como Sancta Sophia de Constantinopla*[2].

*

Deviam pois ser cinco, segundo acabamos de ver, as naves no meio do seculo XII.

El-rei D. Affonso Henriques e o bispo D. Gilberto procederam necessariamente a obras consideraveis no templo e suas dependencias; mas quaes fossem essas obras ignora-se. Aponto a porta prin-

[1] Tom. III, pag. 343.

[2] É fraquissima (ou antes é nenhuma) esta tão fallada semelhança da cathedral com Sancta Sophia de Constantinopla; e apesar d'isso todos repetem a mesma coisa. O templo actual de Sancta Sophia é bem conhecido pelas estampas; mas esse é renovação. Do antigo nada resta senão vagas descripções pelos historiadores gregos: templo em fórma parallelogramica, e coberto com um simples tecto de madeira.—Charles Texier, *L'architécture bysantine,* pag. 10.

cipal, e não vejo outra coisa, a não serem os gigantes da parte do norte.

Os gigantes, diz o dr. A. F. Simões, não apparecem commummente nas egrejas construidas antes do seculo XI, e apparecem com frequencia desde esse seculo até ao XIII[1].

Mais que demonstrado está o desvelo que mereceram as obras da sé ao nosso grande soberano. No seu testamento, que o infatigavel D. Antonio Caetano de Sousa conservou, copiado de um pergaminho original da sé de Vizeu[2], manda el-rei que os seus moiros de Santarem, e todos quantos tiver em Lisboa, captivos seus, ao tempo do seu fallecimento, os dêem para trabalharem nas obras do templo[3]; e depois de concluidas essas obras, mandem para as de Sancta Cruz de Coimbra os moiros que tivessem trabalhado em Lisboa; e tambem recommenda que não esqueça remetterem para Coimbra o seu moiro carpinteiro[4].

*

El-rei D. Sancho seguiu as pisadas paternas, e

[1] *Reliquias*, pag. 7, col. 2.ª

[2] Vide *Hist. gen. da casa real — Provas*, tom. VI, pag. 573 e 574.

[3] *Mauros de Starem quoscumque ibi habuero, et quos habuero in Ulixbona, mando, ut dent illos pro captivis operis Ulisbonensis Ecclesiæ.*

[4] ... *Et mando ibi* (isto é para Sancta Cruz) *meos mauros qui sunt in opere Sanctæ Mariæ* (a sé de Lisboa) *completo opere, et maurum meum carpentarium mando etiam Monasterio Sanctæ Crucis.*

mandou dar á sé mil maravedis, *mille morabitinos* (2:326$000 réis da nossa actual moeda) e mais um calix de oiro; o que tudo consta do seu testamento lavrado em 1209[1].

*

Sua nora a rainha D. Urraca fazendo testamento em 1214 legava ao bispo de Lisboa D. Sueiro Viegas trezentos maravedis (697$800 réis de hoje), e ao cabido da sé outros trezentos para suffragios annuaes[2].

*

Finalmente el-rei D. Affonso III deixou á mesma sé, por clausula do seu testamento de 1271, mil libras (720$000 réis de agora) para obras e paramentos[3].

*

Vê-se que a reedificação, os restauros, os augmentos, proseguiam com certa actividade por todo o seculo XII e pelo XIII tambem. Nem admira. Esti-

1 *Hist. gen.—Provas*, t. I, pag. 18 e 19.

2 *Hist. gen.—Provas*, t. I, pag. 37.
Devo observar que o testamento da rainha, tal como o transcreve D. Antonio Caetano, indica o bispo de Lisboa apenas pela inicial G. Mas como n'essa data era bispo D. Sueiro Viegas, não hesitei em lhe pôr o nome, attribuindo ou a erro typographico, ou a lapso de cópia, um G por um S. Nada mais facil do que trocarem-se essas duas lettras na escriptura paleographica. Ainda os menos versados em decifração de pergaminhos velhos concordarão comigo.

3 *Hist. gen.—Provas*, t. I, pag. 55.

veram alli as escolas dos conegos; era alli o paço dos bispos; não é pois possivel que deixassem tão variadas exigencias de requerer a contínua presença do *pedreiro*. Conjecturemos portanto que aos trabalhos que no restante do seculo XII se fizeram, não seria estranho (além dos moiros citados) o *mestre* Roberto de Lisboa, architecto celebre pelos annos de 1168, a quem se refere o *Livro preto* da sé de Coimbra[1].

*

Em 1321, a 9 de dezembro, dia de Sancta Leocadia, ao nascer do sol, sobreveio um terremoto em Portugal, que aterrou a população. Era no tempo das discordias entre el-rei D. Diniz e seu filho Affonso (depois rei); achava-se aquelle em Santarem, este em Coimbra. Durante tres horas o abalo repetiu-se tres vezes; da primeira com menos força, da segunda com mais, e da terceira com a maior. O vestigio litterario mais antigo d'esta calamidade, vem no Livro de Noa de Sancta Cruz[2].

Se o terremoto damnificou a sé, não consta muito

[1] Communicação feita por Herculano ao conde Raczynski. Vide *Les arts en Portugal* por este ultimo, pag. 421.—Menciona tambem a mestre Roberto o dr. Augusto Filippe Simões na sua obra *Da architectura religiosa em Coimbra*, pag. 23.

[2] *Hist. gen. da casa real—Provas*, t. I, pag. 381.—Moreira de Mendonça a pag. 44 da sua muito curiosa *Historia dos terremotos* engana-se dizendo que foi em 1320; é lapso de penna, porque elle viu a fonte.

ao certo; mas é bem provavel que sim; pelo menos, de algures o tirou D. Rodrigo da Cunha, quando, referindo-se ao anno de 1334, affirma ter caído a capella-mór com um grande terremoto[1]. Ora o terremoto anterior áquelle anno é justamente o de 1321.

*

Ia continuando, ia-se enraizando cada dia, a sympathica devoção dos grandes para com o venerando monumento da sé de Lisboa.

Uma senhora, D. Gracia, mãe do conde D. Pedro de Barcellos filho d'el-rei D. Diniz, determinou em testamento, lavrado a 17 de dezembro de 1322, que no cruzeiro do templo se instituisse por sua conta e despeza uma capella dedicada a S. Gervasio, junto da de Sancta Catharina, e ordenou ser ahi sepultada[2].

Possuira esta D. Gracia umas casas em Lisboa; ficaram a seu filho o conde D. Pedro, o qual, segundo parece, as deu a sua terceira mulher D. Tareja Annes de Toledo, dama da rainha D. Brites mulher d'el-rei D. Affonso IV; e D. Tareja, fazendo testamento em 7 de dezembro de 1348 (seis annos antes da morte do conde, fallecido em 1354[3]), fundou uma capella na sé de Lisboa, annexando-lhe um hospital, que desejava se estabelecesse nas

[1] *Hist. eccl.*, part. II, cap. LXXXVIII, n. 5.

[2] *Hist. gen.*, t. I, pag. 257, e *Prova* n.º 19; — *Gab. hist.*, t. II, pag. 11.

[3] *Hist. gen.*, t. I, pag. 263.

mencionadas casas da sua fallecida sogra, deixadon para isso grandes rendas, etc. [1].

Effectivamente o viuvo cumpriu a piedosa disposição, e em seu testamento, lavrado em Cintra a 25 de agosto de 1351, nomeou provedor do hospital a Pero Esteves seu affim, sobrinho de D. Tareja [2].

É sempre e em tudo um alto pensamento benefico, e uma idéa espiritualista, o que animava n'aquelle tempo aos doadores e fundadores de albergarias, capellas, e hospitaes. Formosos e tocantes pormenores da historia da beneficencia portugueza!

Havia por Lisboa uma quantidade grande de hospitaes, graças á caridosa intenção de generosos doadores e legatarios; entendeu el-rei D. João II, para conveniencia da administração, reunil-os n'um só; mas como essas fundações philanthropicas eram ao mesmo tempo fundações religiosas, impetrou a indispensavel licença da Sancta Sé; e foi Innocencio VIII quem lhe concedeu o *poder tomar em um só esprital todos os espritaes de Lisboa, que eram muitos; e assi os de Santarem e Evora,* dizem Garcia de Rezende [3], e Ruy de Pina [4] quasi pelas mesmas palavras.

Creio que não poderia D. João II levar a cabo o intento, mas coube ao seu successor o realisal-o,

[1] *Hist. gen.*, t. I, pag. 261, e *Prova* n.º 20.
[2] *Hist. gen.*, t. I, pag. 263, e *Prova* n.º 21.
[3] *Chron. de D. João* II, cap. LVIII.
[4] *Chron. de D. João* II, cap. XX.

com applauso geral, segundo transparece de phrases de Damião de Goes, quando conta que D. Manuel *desfez muitos hospitaes, albergarias, e confrarias que havia pelo reino, e as reduziu em poucas, porque* (ahi é que estava o tocado da maçã) *soube de certo que se tratavam estas coisas por tantas mãos, que o mais se consumia entre as dos provedores, e outros officiaes; que foi obra pia, e muito necessaria*[1].

Foi então annexado no grande e sumptuoso hospital de Todos os Sanctos, que tem capitulo vasto e muito especial n'um dos futuros volumes da *Lisboa antiga*, o hospital instituido pelo conde D. Pedro; e por isso é que o leitor das *Grandezas de Lisboa* de Christovam Rodrigues de Oliveira, ao estudar o Tratado v[2], encontra, entre as pessoas que no seculo XVI recebiam alimento e casa por conta do hospital do Rocio, *quatro merceeyras da Capella de Dom Pedro sita na See; e tinha cada uma um tostão cada mez* (uns 383 réis da nossa moeda), *e dois crusados cada anno para casas pagos por S. João e Natal* (uns 4$320 réis de hoje).

Logo a deante[3], menciona o mesmo precioso livro o *capellão da Capella do Conde Dom Pedro;* e diz que tinha obrigação de Missa quotidiana, e recebia de ordenado 42$000 réis, e 2$000 réis para sobrepeliz, além de grãos, carneiro, e porco, e 90 réis para barba. Essas Missas, que eram pagas a

1 *Chron. de D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXVI.
2 Cap. v, ed. de 1804, pag. 235.
3 Pag. 240.

pataco (uns 140 ou 150 réis da actual moeda), importavam de despeza ao hospital n'uns 14$600 réis[1].

Seria bem interessante indagar em que pára hoje a piedosa fundação do conde; mas não posso embrenhar-me agora n'essa azinhaga, e volto á estrada real.

*

Em 7 de janeiro de 1325 falleceu em Santarem o *Lavrador*, depois de ter legado em 1322 á sé lisbonense, e ás outras oito cathedraes do reino, duzentas libras (288$000 réis actuaes) para suffragios[2].

Procedeu el-rei D. Affonso IV a consideraveis obras na cathedral, motivadas certamente pelos estragos do tremor de 1321. Concluiu-as em 5 de abril de 1334 (era de 1372) segundo diz o arcebispo D. Rodrigo, fundando-se no que se lia n'um padrão epigraphico; Acenheiro tambem menciona o mesmo padrão na sua chronica d'el-rei D. Affonso IV, *in fine,* e diz achar-se *nas costas da capella mór ... quando a ella entram da parte direita.*

Procurei muito a inscripção de que se trata, mas não a encontrei; talvez jaza escondida por umas coisas de madeira que lá estão a pejar a passagem por traz da capella-mór actual, e onde se guardam rebanhos de castiçaes.

1 Livro citado, pag. 248.
2 *Hist. gen.—Provas,* t. I, pag. 100.

Eil-a transcripta da *Historia ecclesiastica* de Cunha:

Era m.ccclxxii[1].em 5.de Abril o mui alto principe senhor Dom Afonso 4. pela graça do Senhor, Rey de Portugal &. dos Algarves, filho do mui nobre Rey Dom Dynis, por essa mesma graça Rey dos sobreditos reynos, mandou &. fez edificar, & acabar â sua custa esta capella, com a charola, e todas as de detras capellas de redor d'ella, á honra & louuor de Deos & da sagrada & gloriosa S. Maria, & do martyr S. Vicente, padroeiro, & coluna de pedra dos reynos de Portugal, & dos Algarues, e dos naturaes, & moradores dos ditos reynos, na qual capella o dito senhor Rey elegeo sepultura, com a Raynha Dona Brites sua molher, para si, & para seus filhos, & para os outros de seu sangue, que delles descenderem por direita linha, os quaes senhores, Rey, & Raynha, & seus filhos mantenha Deos em seu seruiço, & os leve, desque deste mundo sairem, para o seu santo reyno do paraiso. Amen.

*

Aproveitando-se talvez da ruina d'esses mesmos annos, edificou para seu jazigo o bispo de Lisboa D. Gonçalo Pereira (1322 a 1326), depois arcebispo de Braga, uma capella junto á porta travessa do templo, *que olha para os paços arcebispaes* (diz D. Rodrigo da Cunha, porque no seculo XVII ficava

[1] Anno 1334.

o paço dos arcebispos onde é hoje a cadeia do Aljube). Era essa capella obra de boa architectura; ahi veio muitos annos depois a ser sepultado o grande D. Gonçalo, em tumulo alto, lavrado de figuras, com a sua estatua em cima vestida de pontifical[1]. Nem vestigio se encontra hoje de taes magnificencias.

[1] *Hist. eccl.*, part. II, cap. LXXXVII, n. 7.

CAPITULO XIV

Terremoto em 24 de dezembro de 1337.—Outro em 1344. —Concerta el-rei D. Affonso IV os destroços occorridos na sé.—Analyse de umas inscripções muito vetustas do primeiro botareo do lado norte do templo.—Terremoto de 1347.—A vista mais antiga da sé de Lisboa.—Descripção de um sêllo precioso da camara municipal.—Palavras de um italiano do seculo XIV ácerca da cathedral lisbonense. —A torre quadrada.—Menciona-se Miguel Leitão de Andrada e a sua *Miscellanea*.

Em 1337, uma sexta feira, vespera de Natal, antes da meia noite, deu-se novo terremoto, que não consta os destroços que deixou[1].

Em 1344 outro que de novo arruinou a sé, e muitos mais edificios.

Con temeroso y descomunal ruido temblò la tierra en Lisboa (diz o historiador Marianna); ... *y con mucho espanto de las gentes temblaron los edificios, y se cayò el cimborio de la iglesia mayor. Lo qual fue principio y presagio de otros mayores males*[2].

[1] Moreira de Mendonça, *Hist. dos terrem.*, citando o *Livro de noa*, ibid.

[2] Marianna, *Hist. de Esp.*, ed. de 1601—t. II, pag. 40.—Moreira de Mendonça, citando a Marianna, a Frei Raphael de Jesus, a Garibay, etc.

Mandou el-rei D. Affonso IV certamente concertar os estragos; e a essas obras todas que em sua vida realisou, e se vê eram consideraveis, allude o mesmo senhor no seu testamento lavrado em Leiria (doze annos antes de fallecer) em 13 de fevereiro de 1345 (era de 1383).

Dizem as suas palavras:

Porem (por isso) *D. Affonso* IV, *pela Graça de Deus Rey de Portugal, e do Algarve, a honra e louvor de Deus e da gloriosa Santa Maria sa Madre, e do Martre S. Vicente* (ordenei), *fosse edificada por minhas proprias despezas na Igreja Cathedral de Lisboa û o Corpo do Bemaventurado S. Vicente jaz, a ousia* (capella [1]) *principal da ditta Igreja,*

[1] A *Hist. gen.*, d'onde extráio este documento, traz claramente, e mais de uma vez, *ouvia principal*. Como não conhecia a palavra, procurei-a por toda a parte, e nunca a encontrei. Foi o meu amigo e collega o sr. José Gomes Goes, que aventou erro typographico, e com a sua sagacidade de paleographo adivinhou que seria *ousia*. Effectivamente, Moraes traz a palavra: *ousia, oussia*, e *ussia*. Engana-se porém ao dar-lhes como equivalente *adussia;* segundo o mesmo sr. Goes *adussia* outra coisa não é senão *a oussia*, mal escripta e mal decifrada. Confirmo a opinião d'este meu bom amigo, e muitas vezes guia em taes assumptos (folgo de o confessar) com o seguinte: na rapida descripção da sé de Spira, que vem no diario da jornada do conde de Ourem ao concilio de Basilêa (*Hist. gen. da casa real—Provas*, t. V, pag. 627) se diz que a dita sé tem duas *ousias*. E diz Frei Manuel da Esperança a pag. 624 da parte I da sua *Historia serafica da ordem dos frades menores de S. Francisco*, fallando da capella-mór da egreja de S. Francisco de Lamego: *A sobredita capella, que por ser logar sancto e sagrado se chamava* OUSIA, *conforme a lingua grega.* E diz um documento de 1450 citado no pre-

com outras Cappellas darredor, a qual ousia eu hey por minha Cappella, e em esta Cappella escolha-se por devação minha sepultura[1].

*

Conjectura o sr. Mendes Leal, que umas pedras, que no segundo botareo ou gigante do lado do norte se viam não ha muito, segundo s. ex.ª, *restos de inscripções gothicas cercadas de lavores, entre os quaes umas aves, tudo já muito carcomido e gasto da acção do tempo,* fossem fragmentos de ornamentação interior antiga, que depois de algum dos desastres, talvez o de 1344, passaram a ser empregados como materiaes na obra externa[2].

Não vejo lá isso. O que encontro no primeiro gigante a contar do nascente, na face do norte, cá em baixo junto ao plano inclinado, é uma pedra de alto apreço, que é pena não se conservar com mais carinho. Desenhei-a, e lamento não poder estampal-a aqui. O que apenas se percebe, muito carcomido, é isto: tres arcaturas ornamentaes, em estylo bysantino, de um decimetro de altura, separadas por columnellos, e lavradas de folhagens; o timpano dos arcos tem umas canelluras concentricas de gosto grego; e no vão do arco da esquerda

cioso *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes da camara municipal de Coimbra* pelo sr. Ayres de Campos: *Em a Cidade de Cojnbra a oussya de ssam bertollameu.* — Parte I, pag. 38.

[1] *Hist. gen.* — *Provas*, t. I, pag. 221.

[2] *Mon. nac.*, pag. 155.

*

enxerga-se um animal, que nem Cuvier já classificava; talvez um cordeiro, uma cabrinha, um canito. Lettras, nem sombra.

Inscripções, mas quasi illegiveis para mim, apparecem no segundo botareo; apenas percebo n'uma pedra um M e um A onciaes; e n'outra isto, que alguem mais feliz completará talvez:

......BA....AT....ŌS
......FRANCA.....T
....

N'outra pedra emfim, na parede, entre os dois botareos mencionados, lê-se a custo:

......IC : IACET : AL.....ON : ....
..............................S : DE......
.....................A : IN : ANNO....
..................................O........

Lá estivemos mais de uma vez, o meu talentoso amigo Xavier da Cunha, e eu, munidos de oculo de theatro, e de lapis em punho, observando, combinando, impavidos perante a agglomeração gradual de rapazio e transeuntes em roda de nós, a commentarem-nos como bichos raros. Confesso que eu por mim pouco teria deletreado nas taes lapides, se não fosse a paciencia e sagacidade do meu companheiro; a elle se deve quasi toda a restituição dos gerogliphicos; e ainda assim (tão corroido está tudo) não respondemos pela exacção rigorosa de algumas lettras.

*

Continuando n'este lamentavel sudario, accrescentarei que logo em 1347 houve outro terremoto, que provavelmente accrescentou os destroços[1].

*

Mas antes de irmos a deante: Procuremos se não será possivel encontrar vista antiga d'este notavel edificio, vista que possa dar alguma idéa approximada do que elle era no seculo XIV (parece ter sido esse o seu periodo de mais esplendor). Para satisfação do leitor respondo: existe o suspirado retrato. Vem na *Historia genealogica*, no tomo das medalhas e moedas. É um grande e formoso sêllo, a que já tive que alludir no livro I[2].

Pertenceu o dito sêllo á camara da cidade de Lisboa do tempo d'el-rei D. Affonso IV, anno de 1352.

Apesar de muito mal tratado, ainda assim consegue dar-nos valiosas indicações archeologicas, que em balde procurariamos n'outra parte. Com a singeleza convencional da graphia sphragistica, apparece-nos n'este redondo uma vista completa da cidade de Lisboa. Aos pés o Tejo; navega n'elle a barca de S. Vicente; lá vai o cadaver, e á proa

[1] Moreira de Mendonça, citando o conhecido *Livro de noa* nas *Provas* da *Hist. gen.*

[2] *Hist. gen.*, t. IV, taboa I.

o corvo. Junto á orla do rio a muralha torreada, que envolve todo o recinto até ao castello, cujo ambito perfeitamente se lobriga.

E ao centro da composição, o brazão principal da cidade, a sua nobilissima sé episcopal. Lá está ella com as duas torres (mais minaretes do que torres) apontadas de curocheos; as suas ameias floreteadas; o seu portão meridional; e as ogivas e botareos da parte oriental; lá está ella carregada da sua enorme torre quadrada, que a tantos seculos resistiu, e caíu em 1755. Tal como alli a estudamos, devemos consideral-a approximado desenho da reedificação por el-rei D. Affonso IV.

Creio que ao estado em que o templo se achava por então, se referiam as palavras de certo italiano do seculo XIV, que escreveu:

Dentro nos muros da dita cidade (Lisboa) *ergue-se uma egreja de admiravel grandeza dedicada á honra da Virgem Maria*[1].

Merecidos encomios!



Em todas as vistas antigas de Lisboa me apparece tambem a celebre torre quadrada, *tão formosa, tão grande, e tão alta,* diz o minucioso Andrada na sua *Miscellanea*[2], ... *que é lastima vel-a tão mal tratada.*

[1] *Intra cujus muros ecclesia quædam miræ magnitudinis ad honorem gloriosæ Virginis Mariæ fabricata consistit.*—Vita Sancti Antonii.—*Port. Mon.*—Script.—pag. 117, col. 1.ª

[2] Dialogo 2.º, ed. de 1867, pag. 45.

A torre quadrada era uma especie de zimborio (se assim se lhe póde chamar) erguido sobre o cruzeiro; torreão immenso, mais alto que os campanarios, com tres andares de janellas, e um sino no eirado. Tal é o desenho do sêllo de 1352, e tal é a pintura a oleo da academia das bellas artes (principio do seculo XVIII).

Não affirmo que el-rei D. Affonso IV fosse o autor d'este colosso, como querem alguns; ha porém inducções que me levam a suspeital-o, ou pelo menos a julgar que esse monarcha fosse o reconstructor do dito zimborio, que (se é authentica a asserção de Marianna[1]), caíra no terremoto de 1344.

O certo é que, segundo disse, de 1352 para cá apparece a alludida torre em todas as vistas que possuimos da sé.

Muitas cathedraes antigas apresentam egual disposição, que dá um todo guerreiro e medieval á casa de Deus. Traz Viollet-le-Duc varios exemplos de egrejas com torres identicas. A essas accrescentarei outras: por exemplo: a cathedral de Norwich tem sobre o cruzeiro uma rica torre quadrada com elevadissimo curocheo. A cathedral de Winchester tambem tem uma torre, mas muito menos ornamentada que a primeira, muito mais pesada e sobria, e talvez por acabar[2].

E não só lá fóra, mas tambem por varias partes

[1] Citado pouco acima.

[2] Veja-se no supplemento da *Illustrated London News* de 3 de dezembro de 1881.

da peninsula: pela Hespanha[1], e nomeadamente cá, por exemplo na sé velha de Coimbra, onde, segundo o eruditissimo archeologo Augusto Filippe Simões, se via ainda no seculo passado, em vez do zimborio azulejado que lá está hoje, *um grande torreão com quatro andares, e em cada andar janellas voltadas aos quatro ventos*[2].

A nossa torre quadrada, que nada tinha de gracioso, outra coisa não era senão uma enorme claraboia allumiando o interior do transepto, ou cruzeiro, e terminando pela parte superior em campanario.

Aquella torre parecia uma fortaleza a cavalleiro de um templo.

O incomparavel Miguel Angelo ergueu na sua mão possante o Pantheon de Agrippa, e poisou-o no alto do cruzeiro de S. Pedro. Affonso IV (se foi elle) levantou aos hombros um castello moiro, e sobrecarregou-o aos quatro pés direitos do cruzeiro da sé romanica de Affonso Henriques.

O que me admira é que essa excrescencia brutal resistisse aos terremotos; com quanto, em tempo d'el-rei D. Manuel, ameaçasse ruina, que provavelmente se atalhou[3]; e no primeiro quartel do seculo XVII exclamava indignado Leitão de Andrada:

Sendo esta sé de Lisboa um edificio tão nobre, é

[1] Dr. Augusto Filippe Simões, *Da archit. relig. em Coimbra*, pag. 20.

[2] Id., *ibid.*, pag. 14.

[3] Miradoiro da sé. Sobre o perigo d'elle escreveu el-rei D. Manuel á camara. — Livro IV do dito senhor, fl. 7, no cart. da camara municipal de Lisboa.

lastima vel-o assi, por sua antiguidade e extraordinaria traça, e por aquella admiravel torre que tem no cruzeiro, sobre os quatro pedestaes ou columnas d'elle, que lhe fica como zimborio, tão formosa, tão grande, e tão alta; pelo que, e por ser como metropole d'este reino, e o merecer ser de Hespanha, e quiçá da christandade (não tratando de Roma) ... merecia ter-se em muita estima e veneração, que é lastima vel-a tão mal tratada[1].

Quem bem observa hoje de fóra este sitio do venerando edificio, por cima do cruzeiro, vê levantar-se ainda a parte inferior da grande torre quadrada, escapa ao terremoto.

[1] *Miscellanea,* Dial. 2.º, ibid.

CAPITULO XV

Descripção da *charola*. — As capellas affonsinas. — 1.ª capella, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª — O presepio de Machado de Castro. — Digressão ácerca dos presepios. — A grande cadeira de pedra. — Conjectura de Herculano. — Conjectura do autor d'este livro. — 6.ª capella. — Os dois soberbos tumulos de Lopo Fernandes Pacheco e sua mulher. — As armas da familia Alpoim no columnello direito d'essa capella. — Referem-se algumas antiguidades relativas a antepassados da familia dos Alpoins, ou Alpoens. — Epitaphios. — 7.ª capella. — 8.ª capella. — Analysam-se algumas curiosidades que ella encerra. — Lapide funeraria na parede interior da charola.

Entra agora a descripção succinta da *charola*, ou recinto semi-circular por traz da capella-mór, denominado *as capellas affonsinas*. Sabe-se que foi el-rei D. Affonso IV quem o construiu. Podiam e deviam ser um brinco estas formosas talhadinhas ogivaes da meia laranja que fórma a cabeceira do edificio; mas não são, infelizmente. Vamos correl-as.

Ha grande divergencia, quanto ao orago de cada uma, nos diversos informadores, Carvalho da Costa, Villela, e outros. Não admira. Depois do terremoto de 1755 supprimiram-se varias capellas da sé, *cujos rendimentos*, diz um escriptor, *se applicaram para a reedificação da parte arruinada*

do templo[1]. Sempre as economias e poupanças! As nações pobres, como a nossa, fazem de vez em quando essas operações de thesouraria.

Vou narrar o estado actual, seguindo sobretudo as minhas informações, pessoalmente obtidas, ás vezes com grande custo.

CAPELLAS AFFONSINAS

1.ª Capella

A 1.ª diz Carvalho da Costa que era de Nossa Senhora da Luz. Hoje não existe; foi transformada na recamara da do Sacramento.

No que d'antes foram as costas d'essa capella da Luz vê-se hoje uma inscripção de pedra, que vou transcrever, porque historía uma parte do que desejamos investigar. Eil-a:

NAS COSTAS DESTE EPITAPHIO, FICA A CAPELLA QUE FOI DE NOSSA SENHORA DA LUZ, INSTITUIDA POR D. CATHARINA DA CUNHA, DE QUE FORÃO ADMINISTRA= DORES D. PEDRO ALVARES DA CUNHA, E SEOS ASCENDẼ= TES DA QUAL PERTENCE O UZO, E ADMINISTRAÇÃO Á IRMAN= DADE DO SANCTISSIMO SACRAMENTO DESTA SANCTA SEE METROPOLITANA, POR CONTRACTO CELEBRADO COM O DICTO ADMINISTRADOR NAS NOTTAS DO TABELLIÃO PUBLICO DAS CA= PELLAS MANOEL CORREYA DOS SANCTOS EM 18. DE IUNHO DE 1719. PRECEDENDO PROVIZAM REGIA, E MAIS SOLEMNI= DADES PER DIREYTO NECESSARIAS. LISBOA ORIENTAL 20 DE SEPTEMBRO DE 1720.

[1] *Mnemosine Lusitana*, t. II, pag. 82.

A cada lado da inscripção vê-se o brazão dos Cunhas: esquartelado; ao primeiro cruz florída; ao segundo nove cunhas; e assim os contrarios; bordadura a todo o escudo com as cinco quinas.

2.ª Capella

A 2.ª diz o mesmo Carvalho que era do Espirito Sancto. Tambem não existe; creio que é um espaço gradeado, junto á passagem para os claustros, no qual se revestem os meninos do côro.

3.ª Capella

A 3.ª, segundo Carvalho, e 1.ª segundo Villela, era da Trindade para um, de Sancto Aleixo para o outro. Hoje é a 1.ª das affonsinas (começando da esquerda); o seu orago é a Senhora da Penha de França.

Nada tem esta capella de notavel, a não serem os capiteis das columnas da ogiva do arco; esses são muito bons, como em todas as outras da charola. O resto é moderno, e pobre. Na machineta do altar vê-se Nossa Senhora, e aos dois lados S. José e S. Francisco. Por traz d'estas duas ultimas imagens ha duas pinturas antigas, menos más: Sancto Antonio, e S. Miguel.

4.ª Capella

A 4.ª segundo Carvalho, e hoje 2.ª, era, e é, de Sanct'Anna. Ahi entrei com o ajudante do the-

soureiro o sr. Sampaio, em 7 de fevereiro de 1883, e depois de andarmos nós mesmos a afastar uma porção de castiçaes de madeira que dormiam por traz do altar, arredámos uma enorme taboa, e vi um tumulo, ou arca de pedra, com uma estatua de mulher deitada a ler n'um livro, e em roda da arca esculpidos os brazões alternados de Portugal e dos Manueis. Quem dorme alli? Pergunta a que só o ecco me respondeu.

Recommenda-se esta capella pelos seus bellos mosaicos de marmore florentino, e pela sua obra de talha doirada.

Além de varios Sanctos em vulto no altar e aos lados, vêem-se nas paredes lateraes dois bellissimos quadros antigos: o da esquerda representa uma Sancta, talvez Sanct'Anna, dando affectuosamente a mão a um Sancto ancião, talvez S. Joaquim; o da direita representa o nascimento da Virgem.

5.ª Capella

A 5.ª, segundo Carvalho, hoje 3.ª, era no tempo d'aquelle autor chamada de Sancto Ildefonso, que ainda lá está no altar. Tem na talha doirada o brazão de armas de Portugal, Castella e Leão em duas pallas, com a corôa real. Hoje é esta capella conhecida pela *do Presepio,* pois contém um grande presepio de figuras de barro.

Define Bluteau os presepios... (é indispensavel, creio, explicar o que eram aquelles engraçados theatrinhos, que fizeram o encanto das meninices de ha cincoenta annos) define-os *umas representa-*

ções das circumstancias do nascimento de Christo Senhor Nosso com figuras vivas, ou ao vivo, em casas particulares, ou nas egrejas.

Mais a baixo diz o mesmo insigne diccionarista:

Presepios tambem, ou presepes, se chamam umas lapas com o Menino Jesus, acompanhado dos Anjos, Pastores, etc., ou umas representações que a devota industria de alguns curiosos expõe aos olhos dos espectadores, com as causas, motivos, e circumstancias do dito Nascimento, com varias figuras, apparencias, perspectivas, dialogos, harmonias, e alegres entretenimentos.

É isso tal qual. Vi presepios riquissimos nos Açores, ha-os na provincia; e ainda por Lisboa, n'uma ou n'outra familia antiga e devota se celebra o Natal abrindo e illuminando, para a creançada e para as visitas, o presepio da casa, todo cheio de burrinhos, vaquinhas, saloias, flores, pastilhas, boroas, lentejoilas, e passaros empalhados ou vivos.

Não affirmarei que os presepios sejam usança especialmente nossa; mas inclino-me á affirmativa, pelo que me diz Frei Luiz de Sousa na *Historia de S. Domingos*[1]. Eis aqui as proprias palavras do grande mestre:

Por tradição antiga se conta, e está recebido entre estas madres (as do mosteiro do Salvador em Lisboa) *que a primeira representação, que se fez na cidade, do glorioso Nascimento do Filho de Deus no seu presepio de Belem foi e teve origem n'esta casa,*

[1] Part. II, l. I, cap. XXII.

dando occasião a isso uma devota visão de uma madre, a qual fez logo pintar o que n'ella vira, e no primeiro dia de Natal seguinte mandou levantar no meio da egreja um edificio arremedado, da porta, da cova e portal de Belem, com figuras que representavam o que alli obrou a Misericordia Divina, acompanhadas de sua pintura... E d'aqui se começaram a fazer por outras egrejas os presepios que hoje se fazem em quasi todas.

Lembro-me de uma peça do *Anatomico jocoso*[1], em que se vão descrevendo de per si as varias figurinhas de um presepio; poesia modesta, certamente, mas que muito á propria consegue copiar os buliçosos grupos de barro da grande scena.

Diz o poeta apontando para um cabreiro:

Venha muito embora,
mui arremangado[2]
a metter-se em restea[3]
o pastor dos alhos;
vestido de pelles,
corpo de chumaço,
cara de cortiça,
bigodes de rato.

Depois olha para uma camponeza, e assim descreve

a que traz o mel,
velha abençoada,
serpe com mantilha,
bacalhau com saia;

[1] T. III, pag. 355.
[2] De mangas arregaçadas.
[3] Isto é, a metter-se na procissão, no desfilar dos grupos.

embora ao Menino
o doce mel traga,
que de puro velha
já chega mellada.

Depois vira-se para uma pastora de Odivellas, e exclama:

E a fera pastora
co'os ovos na giga,
com bocca de ilhó
e cara franzida,
lenço soqueixado [1],
manteo de parrilha [2],
bota até o artelho,
gibão de pretinas! [3]

Mais a deante, saúda com estas phrases uma fiandeira que se approxima a descer um cômoro:

Venha ella embora,
focinho de rata,
Maria fiandeira,
Monica pregada!
o cabaz no braço,
a roca na ilharga,
toalha de estopa,
saia arregaçada.

E por fim, tambem comprimenta a saloia dos queijinhos frescos, que lá vem caminhando toda sécia:

Tambem a senhora
saloia dos queijos,

[1] Atado debaixo do queixo.
[2] Saragoça ordinaria.
[3] Especie de gibão, com um como cinto que o apertava.

cara de toranja [1],
olhos de morcego,
gibão de pretinas,
collete vermelho,
saia debruada,
manteo amarello!



Este nosso presepio é magnifico; e nem admira: é obra do grande Machado de Castro, que o esculpiu para um tal beneficiado Oliveira; e este doou-o á sua sé [2].

Não se fartam os olhos de correr uma por uma as minucias tão graciosas e pittorescas do presepio, onde, como em todos, a representação das scenas plebêas serve de moldura brutesca ao assumpto principalissimo: o nascimento do Filho de Deus. Perto dos Anjos, e não longe da cavalgada rutilante dos Reis magos, formigam, pelos oiteiros, aqui, alli, graças a uma esthetica anachronica da maior ingenuidade e graça, os grupos de pastores, saloias lisboetas, vaqueiros, ou tocadores; tudo animado do mesmo pensamento, tudo alegre, tudo por assim dizer a rutilar os reflexos da luz immortal.

Aos autores e espectadores dos presepios não importa para nada saber se no tempo de Herodes havia cabazes, gaitas de folles, mantilhas, gibões,

[1] Ou *toronja*, laranja azeda; cara de laranja azeda, como ainda hoje se diz.

[2] Cyrillo V. Machado, *Memorias*, pag. 267.

barretes de lã, chapeos de Braga, ou jalecas de alamares. O que elles querem é o espectaculo, que lhes traduza ao vivo, em globo, em imagens coloridas, as alegrias da Redempção.

A arte dos presepios parece timbrar nos seus anachronismos intencionaes; quer ser entendida do povo, e falla-lhe sem rebuço a linguagem d'elle.

O presepio é o vestigio derradeiro do *mysterio* medieval entremeado de chocarrices, e representado na capella-mór dos templos, por occasião das solemnidades grandes. Se o *mysterio* era o presepio em carne e osso, o presepio ficou sendo a iconographia do *mysterio*.

S. Gregorio Nazianzeno e Gil Vicente compozeram *presepios* litterarios, assim como Joaquim Machado e o esculptor Antonio Ferreira fizeram *aytos de devaçam* em *terra cotta*.

*

Junto d'esta capella do presepio ha uma porta sobre a qual se lê a inscripção seguinte:

ESTA SANCRISTIA
SE FES NO ANNO DE
1629

Essa porta foi visivelmente em eras antigas alguma capella, das supprimidas.

Por cima vêem-se esculpidas em pedra as armas do reino, já com os sete castellos, e uma d'aquellas antigas corôas que mais parecem ducaes que reaes. Por baixo a data filippina de 1629.

Cadeira

Ahi, entre a porta e a capella do presepio, dá o visitante com uma rude cadeira, a expressão mais genuina da cadeira da edade de pedra, *fauteuil* desgracioso, que é, segundo se crê, uma preciosidade. Pergunta, e ninguem lhe sabe dizer coisa certa. No espaldar estão gravadas a preto umas armas portuguezas, com a data de 1629; e em roda do assento ha um gradeamento de bicos, muito modernamente posto com o ridiculo intuito de impedir que alguem alli se vá sentar! Tudo enigmas!

O *Panorama* traz a gravura d'este throno, perante o qual passam as gerações, sem saberem dizer o porque se lhe inclinam[1].

Ha duas conjecturas: uma é de Herculano; a outra (com a devida venia) é minha.

Vamos á primeira.

Diz a tradição oral, que foi aquelle o sitio onde ia sentar-se a dar audiencia ao povo el-rei D. Affonso. Mas qual d'elles? o VI está excluido pela data; no tempo do V não era já uso administrar justiça senão nos paços e tribunaes. *O costume* — palavras textuaes do mestre — *de irem os reis,*

[1] Vide *O Panorama*, tom. IX, pag. 20.

*

ou chefes do estado ouvir os povos nas cathedraes, ou ás portas d'ellas, é anterior, e só por algum tempo contemporaneo, da monarchia. Quem nos afiança que este pequeno monumento não seja obra dos primeiros soberanos? A data, que se intenta dar como prova da sua origem, não poderá por ventura ter sido alli posta como indicadora do seu reparo?

E mais a baixo pondera Herculano:

A capella-mór da sé, como todos sabem, era antigamente rota para todos os lados. Não se tinham construido os claustros actuaes, e o altar-mór vinha portanto a ficar erguido e solitario no meio de uma ampla quadra. Combina portanto esta circumstancia com a tradição; e é provavel que já n'essa epocha alli estivesse aquella cadeira. A sua posição á direita do altar, no centro de um grande espaço, parece justificar o uso patriarchal que lhe é attribuido.

Logo, segundo a presumpção do grande escriptor, póde attribuir-se a seculos muito remotos a origem da cathedra singularissima que nos occupa, e nada se oppõe a que descançassem n'ella os Affonsos da primeira dynastia.

O uso de virem os soberanos fallar e conferenciar com o povo ás abas dos templos é que não me parece (salvo o devido respeito) apenas *anterior, e só por algum tempo contemporaneo da monarchia.* Haja vista, sem citar mais exemplos, el-rei D. Fernando, que aprazou o povo para a alpendrada de S. Domingos[1].

A ter sido, como se julga, aquelle o throno de

[1] Fernão Lopes, *Chron. d'el-rei D. Fernando,* cap. LX e LXI.

audiencia de um rei, democraticas audiencias, mais de pae com filhos, do que de soberano com vassallos, é vestigio precioso da affabilidade hereditaria, e constante, dos nossos monarchas. Quem se não recorda das audiencias d'el-rei D. Pedro I? do modo como elle se misturava com o povo, para o ouvir, para o estudar?

Quando em 27 de agosto de 1878 estive de visita no Varatojo, mostrou-me o meu querido amigo o muito revd.º Frei Antonio do Presepio a janella gothica, sobre o adro da entrada, onde chegava el-rei D. Affonso V a certas horas, para fallar com o povo. Conservou-se alli a tradição d'essas caracteristicas audiencias, pura edade media: elle a ouvil-os, a interrogal-os pelos seus nomes; e elles, os bons populares, a admirar-se de que o *Africano* fosse tão amoravel, e tão *achegadamente* os conversasse.

N'uma publicação ingleza, preciosa para usos nossos no principio d'este seculo, intitulada COSTUME OF PORTUGAL, vejo uma gravura colorida, que se intitula *The audience of the Prince.* Ahi apparece o principe regente, D. João, ao saír do paço, escutando affavel uma pobre mulher de *josesinho* encarnado, que lhe entrega um papel. É um quadro de costumes portuguezes.

Hoje mesmo, quem desconhece a lhaneza com que os nossos reis, educados na boa tradição antiga, recebem a todos, grandes e pequenos, ricos e pobres! Não ha côrte mais *republicana* e democratica. Alli não se pergunta a quem chega: D'onde vem?; diz-se-lhe apenas: Entre.

É mais difficil fallar a um ministro, a um director, ou a um chefe de repartição, do que fallar ao rei de Portugal.

Quem passar pela cadeira da sé de Lisboa, póde portanto ver n'ella um symbolo do affecto dos nossos monarchas ao sancto povo portuguez.

....

E comtudo, devo dizer que tenho a respeito d'este enigma de pedra idéas muito diversas das que apresento aventadas pelo insigne Herculano.

Vamos á segunda hypothese:

Quanto a mim não se deve considerar este cadeirão como throno real, mas sim como cathedra de bispo.

Todos se recordam de que nas egrejas primitivas era ao fundo da abside que se collocava a cadeira prelacial; disposição que ainda se conserva em algumas basilicas italianas[1]. Certo é que esta nossa não está rigorosamente no extremo do eixo maior

[1] Viollet-le-Duc, *Dict. rais. d'architéct.*, artigo *Chaire*. Eis as suas palavras: *Dans les églises primitives, le siège de l'évêque était placé au fond de l'abside, derrière l'autel. Cette disposition existe encore dans quelques basiliques italiennes; on la retrouve conservée dans la cathédrale de Lyon, le sanctuaire étant fermé et dépourvu de collatéraux. Le siège de l'abbé, dans les églises abbatiales antérieures au* XII[e] *siècle, était placé de la même manière. Ces chaires, généralement fixes ... étaient de marbre, de métal, de pierre ou de bois, et se reliaient à des bancs ou stalles disposés de chaque côté le long des murs de l'abside. Nous possédons encore en France quelques exemples, en petit nombre, de ces meubles fixes tenant à la disposition architectonique du sanctuaire; seulement ils ont été déplacés.* (Note-se esta asserção ultima.)

do templo, e sim um pouco ao lado direito; mas isso nada prova. Nas varias reconstrucções da capella-mór bem póde ter mudado de logar, como succedeu a outras cathedras monumentaes a que se refere Viollet-le-Duc. Inclino-me pois a ver n'esta o assento official dos primeiros bispos, conservado cegamente, e por uma felicidade inaudita, atravez das successivas vicissitudes do templo velho.

No fundo do sanctuario da cathedral de Reims, diz o archeologo Didron[1], por traz do altar-mór, via-se antes de 1793 uma cadeira de pedra, de 1^{m},70 de altura, e 0^{m},70 de largura, onde se fazia a enthronisação dos arcebispos. Chamavam-lhe *cathedra de S. Rigoberto*. Em sé vacante era uso collocar-se ahi o baculo mais vetusto do thesouro da cathedral, e julgava-se, por uma illusão piedosa e respeitabilissima, que assim ficaria regendo interinamente a diocese algum dos antigos prelados, a quem por ventura o baculo houvesse pertencido: ou S. Nicasio, ou S. Remigio, ou S. Rigoberto, ou Hincmar, até á nomeação e posse de novo arcebispo.

Nós, que obliteramos por desleixo (muita vez por maldade) as memorias do passado, por mais poeticas, por mais gloriosas que sejam, esquecemos o velho cadeirão; e como a nova fórma do templo influiu nas circumstancias liturgicas, atirámos com elle para o sótão das conjecturas. É triste.

[1] Na pag. 175 do tom. II dos seus *Annales archéologiques*, citado por Viollet-le-Duc.

6.ª Capella

A 6.ª capella segundo Carvalho, agora 4.ª, era para aquelle escriptor titulada de Sancta Cecilia; outros dão-n'a como de S. Cosme e Damião. Hoje não tem orago; está profanada, e serve para gabinete do sr. deão da sé. Ahi se erguem ainda, aos dois lados, as formosas arcas, onde jazem: á banda do Evangelho o grande Lopo Fernandes Pacheco, e á da Epistola sua segunda mulher.



Era já antiga, e muito auctorisada, a linha genealogica d'onde provinha Lopo Fernandes Pacheco. Estudemol-a de relance.

Fernão Rodrigues Pacheco casou com D. Constança Affonso de Cambra, filha de D. Affonseannes de Cambra; tiveram:

João Fernandes Pacheco; casou com D. Estevainha Lopes filha de Lopo Rodrigues e de D. Tareja Martins, filha de Martim Xira senhor da Albergaria de Payo Delgado. Tiveram:

Lopo Fernandes Pacheco, rico-homem, grande fidalgo e valído do tempo d'el-rei D. Affonso iv, senhor de Ferreira de Aves, e chanceller da rainha D. Brites. Casou duas vezes: a primeira com D. Maria Gomes Taveira, filha de D. Gomes Lourenço, da qual teve:

Diogo Lopes Pacheco, com quem se continua; e

Violante Lopes, que se casou primeiro com Mar-

tim Vasques da Cunha, de quem teve Vasco Martins da Cunha; depois com Diogo Affonso filho de D. Affonso Diniz; com geração.

Segunda vez casou Lopo Fernandes, com D. Maria Rodrigues, filha de Ruy Gil de Villalobos, e da condessa D. Tareja Sanches filha d'el-rei D. Sancho de Castella[1]; teve d'ella:

D. Guiomar, mulher do conde D. João Affonso[2].

Diogo Lopes Pacheco, o celeberrimo politico e homem de armas, estudado já no livro antecedente d'esta obra, e indigitado como principal matador de Ignez de Castro.

D'entre todos esses nomes o que melhor avulta ainda hoje, é o do chanceller da rainha D. Brites, Lopo Fernandes Pacheco. Dedicado amigo de Affonso IV, acompanhou-o sempre, já no conselho, já na guerra. Em 1340 vemol-o a pelejar nos campos do Salado contra os moiros; e entre os annos de 1335 a 1342 vemol-o receber em Avinhão, das mãos do proprio pontifice Benedicto XII a rosa de oiro.

A *rosa de oiro* é uma das mais altas distincções que n'este mundo se podem receber. Na quarta dominga de quaresma benze o proprio Sancto Pa-

[1] Essa é a versão do *Nobil. do conde D. Pedro*, t. L. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 352. Fernão Lopes, no cap. LXXXI da sua *Chronica d'el-rei D. Fernando*, chama a essa senhora D. Maria de Villalobos; e Gomes Eannes de Azurara, na *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, cap. III, tambem lhe presta o mesmo nome, e dá-a como neta d'el-rei D. Sancho de Castella.

[2] Tudo isso diz o *Nobil. do conde D. Pedro*, tit. L. — *Port. Mon.* — Script. — pag. 352.

dre uma rosa de ourivesaria, incensa-a, depõe-n'a no altar, e envia-a depois a alguma princeza ou principe. Quando elle proprio a entrega em mão (como succedeu com o nosso glorioso patricio) manda o ritual que lhe dirija o Pontifice estas palavras:

«Acceita esta rosa, symbolo da Jerusalem militante e da Jerusalem triumphante; possa ella demonstrar aos christãos, que a mais formosa d'entre as flores é a digna corôa e o jubilo dos Sanctos. Acceita-a, filho meu dilecto, nobre, poderoso, e digno, afim de que Nosso Senhor Jesu-Christo te accrescente ainda em nobreza, como se fosses rosa á beira de aguas. Peço ao Deus tres vezes Sancto, e unico em toda a eternidade, haja de conceder-te essa mercê na sua bondade misericordiosa. Amen.»

Quem instituisse esta vetustissima ceremonia não consta. Conservou-se, e ainda bem!



Estes dois tumulos, perante os quaes nos detivemos agora, são em verdade muito bellos, e muito mais apreciaveis ainda por serem de um genero já muito raro em Lisboa. É pena estarem sonegados ao publico. Temos tão poucos monumentos historicos!

Lembram os tumulos de Alcobaça, com quanto incomparavelmente menos ricos no desenho e na execução, é claro; mas teem o mesmo pensamento, e quasi a mesma traça.

O tumulo de Lopo é uma caixa singela. Em cima

vê-se deitada a figura em pedra do grande cavalleiro, com a cabeça encostada a duas almofadas. Physionomia nobre; barba ponteaguda, e entrançada; cabello comprido. Vestes talares ao costume dos nobres antigos; nas mangas uns bicos bordados, onde se veem as caldeiras das armas dos Pachecos. A figura está no acto de desembainhar a espada, no extremo de cujo punho tem tambem a caldeira, e em volta da bainha uma fita onde se lê: AVE MARIA GRATIA PNA ... VS ... Sapatos ponteagudos com corrêas. Os pés assentam sobre um rafeiro já sem cabeça. Em roda do tumulo, quatro por lado, um na cabeceira, outro aos pés, os brazões do defuncto: escudo á antiga, com duas caldeiras em palla veiradas, com cabeças de serpe aos lados.

Defronte d'esta arca vê-se a outra. A estatua da morta apparece deitada sobre a tampa, com um vestido sem feitio na cintura, tendo no peito sete botões, onde se observam alternados os brazões de Pachecos e Villa Lobos. Tem uma capa, ou tunica, abotoada no peito por um grande broche com as armas de Villa Lobos. A cabeça envolta em pannos, como usavam as senhoras nobres, e um diadema, ou corôa, de flores de ourivezaria. A cabeça descança sobre duas almofadas, sob um lindissimo baldaquino ogival. Os pés assentam sobre um cãosinho. As mãos seguram um livro, a que a figura parece estar attenta, e onde se lê o *Pater Noster* e a *Ave Maria* em latim. De roda da arca, quatro por face, um á cabeceira, outro aos pés, os escudos de armas dos Villa Lobos: dois lobos passantes.

Junto ao baldaquino ha tambem de um lado um escudete pequenino com os lobos, como deixado alli ao desdem em cima da tampa.

Na parede por cima do tumulo de Lopo lê-se n'um quadro de pedra, com dois brazões dos Pachecos a cada lado, fingindo estar pendentes de uma especie de azelha, a seguinte inscripção por mim copiada em 13 de fevereiro de 1885. Dou-a como exacta, e admiro a maneira erradissima com que certos livros antigos a transcreveram. Pois ella é facillima de ler.

✠ AQ[I] : IAZ : LOPO : FERNÃDEZ : PACHECO : SENHOR : DE
FEREIRA : E : MOORDOMO : MOOR : DO : IFANT̄Ē : DO
M : PEDRO : E : CHÃCELER : DA : RAINHA : DONA : BEATR
IZ : OQVAL : FOI : MERCEE : E : FEITVRA : DELREI : DOM : AFO
NSO : O QR̄T̄O : E : FOI : CÕ EL : NA : LIDE : Q : OUUE : CÕ : ELREI D
E : GRAADA : HU : ESTE : REI : FOI : FAZER : AIUDA : A : ELREI :
DOM : AFÕSO : DE : CASTELA : QD̄Ō : ELREI : DE : BANAMA
RIN : IAZIA : SOBRE : TARIFA : NA : ERA : DE : MIL : E : C̄C̄C̄ : E :
L̄X̄X̄ : E : VIII : ANOS : AO : Q̄L : LOPO : FERNÃDEZ : FOI : EN
AUINHON : DADA : CÕ : GRÃDE : HÕRA : PL̄O : PAPA : BE
NEDITO : HŨA : ROSA : DOURO : QUE : ELE : CON : GRÃDE :
HONRA : POS : EN : ESTA : SĒE : TANTO : Q : DALO : CHEGO
U : OQVAL : FOI : CASADO : CON : DONA : MARIA : FILHA
DE : DOM : RUI : GIL : DE : UILA : LOBOS : E : DE : DON
A : TAREIIA : SANCHEZ : Q̄ : FOI : FILHA : DELREI :
DOM : SANCHO : DE : CASTELA : EFOI : EN : TERRA
DO : EN : ESTE : MOIIMENTO : XX : E : DOUS : DIAS :
DE : DEZENBRO : DA : ERA : DE : MIL : C̄C̄C̄ : E : LXXX :
E : SETE : ANOS :

Á porta d'esta 6.ª capella, onde jaz um tão insigne cavalleiro, vê-se no chão uma lapide muito gasta onde consegui ler isto:

S^A DE SIMÃO ROIZ DAL
HA Q̃ D̅S̅ TẼ Q̃ FALE
EO AOS 11 DIAS DOM
FR D 1567 ANOS E DE
VA MOLHER ISABEL DI
... E DE SEVS ERDEIRO
....
....

7.ª Capella

A 7.ª capella está hoje profanada. Ahi se arrecadam alfaias velhas, e n'um recinto interior é o thesouro.

No columnello da direita da entrada d'esta mesma capella vejo um brazão de armas, que me deu que scismar; e foi Coelho Gasco, outro maniaco de antigualhas, como eu sou, quem me pôz no caminho da verdade. Aquellas armas são as antigas da familia Alpoim: *em campo azul cinco flores de liz de oiro em sautor*[1].

Ora a familia *Alpoim* pretende descender de um cavalleiro francez, que se diz ter assistido entre os cruzados á tomada de Lisboa. Godofre, ou Godulfe de Puy (era o nome d'elle) foi um mancebo

[1] Visconde de Sanches de Baêna, *Archivo heraldico genealogico.*

de alta estirpe, segundo affirmava um instrumento de nobreza tirado em publica fórma no anno de 1587 pelos seus descendentes, e outr'ora existente no cartorio de Sancta Cruz de Coimbra.

Quem repara com attenção lê na orla do mencionado escudo de armas esta legenda:

...OTRA : DAMA : DALPOI

isto é: *Notra Dama dal Puy*, d'onde, pela conformidade phonica, se originou o appellido portuguez.

Alvaro de Alpoem, primogenito de um Lopo de Alpoem, pelejou em tempo d'el-rei D. João I, e foi senhor da Gollegã e da Azinhaga. Casou com Tareja Rodrigues, filha de Gonçalo de Sousa alcaide-mór de Lisboa. Fez a capella denominada do Salvador na sé da mesma cidade, ainda que outros dizem que a fez seu sogro. Morreu em Santarem, d'onde foi trasladado para a dita capella[1], onde tambem jaziam seu filho, e seu neto.

Do referido Godofre do seculo XII descendia legitimamente, segundo se dizia, um Gomes de Alpoim de Brito, casado com D. Anna Figueira, filho de Paulo de Alpoim, e neto de Amador de Alpoim. Vivia esta familia na freguezia dos Olivaes, d'aqui a uma legua, e possuiam na sé esta capella da charola, com a denominação do Bom Jesus (visivelmente é a mesma do Salvador). Tudo isto

[1] Informações do mss. genealogico de Manço de Lima na bibl. nac. de Lisboa—familia *Alpoem*, fl. 438 v.

m'o diz o meu velho Coelho Gasco[1]. Accrescento que me parece dever ter relação muito proxima com a mesma gente a extincta *travessa d'Alpoem*, na freguezia de Sancto Estevam de Alfama, mencionada por Christovam Rodrigues de Oliveira.

A capella da sé mudou de nome, tendo-a os seus padroeiros perdido por desleixo (insinua o mesmo Gasco). O brazão dos antigos senhores, esse ainda lá permanece. E dizem que as pedras não fallam!

O que já lá não está é um lettreiro de campa, visto por Gasco, e trasladado cuidadosamente por sua mão. Resava assim:

DE BAIXO IAZ TERRA, Q̃ FOY DE JOÃO DALPUY DO CONS.° DELLREY D. DUARTE E CHANCELER DA CASA DO CIVIL. EM TEMPO, QUE OS LETRADOS, ERAM FIDALGVOS, CO MO ELLE FOY: CUIAS ARMAS FORAÕ DE SEUS AUÓS, E AS DO ESTADO, E CASA DE SEUS DESSENDENTES[2].

Além d'este jazigo diz-nos o mesmo incançavel informador que em Sanctiago de Coimbra possuiam os Alpoims outro com as mesmas armas das lizes em aspa, tal como se vê na charola da nossa cathedral.

Quando esta antiga capella do Bom Jesus trocasse o orago, e porquê, não saberei dizel-o.

[1] Mss. citado, fl. 296, e 296 v.
[2] *Antig.*, fl. 297 v.

8.ª Capella

Finalmente a 8.ª capella segundo Carvalho, e hoje 6.ª, era e é de S. Sebastião, do padroado dos viscondes de Villa Nova de Cerveira. Fundou-a D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, e depois arcebispo de Braga [1], prelado a quem a inscripção que vai ler-se chama D. João de Vasconcellos (provavelmente com todo o fundamento). A instituição é do anno de 1305, e recaíu o padroado d'esta capella no herdeiro e administrador do morgado de Soalhães fundado pelo mesmo D. João. Este annexou tambem á capella certos bens patrimoniaes, assim como o padroado e rendimento da egreja de Nossa Senhora das Abitureiras, e de Sancto André de Mafra, com consentimento de D. Maria de Lima, de cujo padroado era esta ultima [2].

Na parede do poente da capella de S. Sebastião lê-se a inscripção seguinte em caracteres romanos:

NO . ANO . DE . M.CCC.XLIII .
D . J . DE . VASCOCELOS . BPÕ . DE . LIX . INSTITVIO .
ESTA . | CAPELA . DE . S . SE BAST . AQL . ANEXOV . A .
IGREI . DE . NOSA . SRÃ . DAS . ABITVRE | IRAS . Q̃ . HERA .
DE . SEV . PADRO^{A}DO . SECVLAR . E . A . IGREI . DE . S .
ANDRE . DE . MA | FORA . CÕ . CÕ . SENTIM^{O} . DE . D . M^{A} .
DE LIMA . DE . CVIO . PADROADO . ERA . E . OV | TROS .

[1] *Hist. gen.*, t. II, pag. 25.
[2] *Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 7 e 8.

BẼS . PFANOS . È . ACONESIA . DA . 5 . CADEIRA .
DA PART . DO . CHANT | DESTA . SE . ADMINIST . E .
ORDENOV . Q . OCONEGO . DELA . FOSE . ADMINIST |
DESTA . CAP . E . MÃDASE . DIZER . NELA . CADADIA .
DVAS . MISAS . HṼA . POR | ELREI . D . DINIS . E . OV
TRA . POR EL . O . BP̃O . E . SEVS . PARẼTES . DEFVTOS .
E . A | PVESE . DO . NECESARIO . AO . CVLTO . DIVINO .
E . DESE . AO . CABIDO . CADANO | X . LIV . POR . NATIVID .
DE . N . S . E . X . POR . DIA . DA . ANṼCAC . E . X . POR .
ASṼP . NAS | QVAIS . FESTAS . O CAB.DO HADE . VIR . AESTA
CAP . DIZER . HṼ . R . POR . ELREI . D . | DINIS . E . POLO .
BPÕ . E . X . NO . 1.º DIA . DEMAIO . EMQ̃ . ELE . FL.CO O CAB.DO
HADE . FA | ZER . P̃ . ELE . HṼ . ANIVERS . E . X . LIV . SE .
DARAÕ . MAIS . AO . ARCBP̃O . SE . HṼA | VEZ . NO . ANO .
DIXER . NESTA . CAP . OVTRO . TAL . R . ENÃO . SE .
FAZẼDOISTO | SE . DARÃ . ESTASLIV APOBRES . EORDENOV
Q . ESTA . CAP . FOSE . DO . PADROADO | DOS . SS . DO
MºRGADO . DE . SOALHAĨS . Q̃ . ELE . INSTITVIO . E . Q .
APRESẼTẼ . | CLERIGO . IDONEO . DESCẼDẼTE . DE . SVA .
LINHAG̃ . E . GERACÃ . E . NAÕ . OAVẼ . DO | APRESẼTẼ .
OVT . CLERIGO . IDONEO . SENDO . P.º LOVR.CO DE .
TAVORA . DESCÊDẼ | TE . DE . S . LINHAG . ADMINIST . A .
CAP . ELHE . ABRIO . ACLARIDADE . Q . ORATEM | E . FEZ .
O . RETABOLO . M . D . LXXXVIII |

Interpretação:
No anno de 1343[1] *D. J. de Vasconcellos, bispo*

[1] A inscripção diz *anno de 1343;* é visivel engano; n'esse anno era bispo D. Vasco Martins. Essa data deve referir-se á era de Cesar, que responde ao anno de Christo de 1305. Auxiliou-me immenso na interpretação d'esta lapide o meu amigo e mestre José Gomes Goes.

de Lisboa, instituiu esta capella de S. Sebastião, á qual annexou a egreja de Nossa Senhora das Abitureiras, que era de seu padroado secular, e a egreja de Sancto André de Mafra, com consentimento de D. Maria de Lima, de cujo padroado era, e outros bens profanos, e a conesia da quinta cadeira, da parte do chantre d'esta sé administrada; e ordenou que o conego d'ella fosse administrador d'esta capella, e mandasse dizer n'ella cada dia duas Missas, uma por el-rei D. Diniz, e outra por elle, o bispo, e seus parentes defunctos, e a provesse do necessario ao culto divino, e desse ao cabido cada anno dez livras por natividade de Nossa Senhora, e dez por dia da Annunciação, e dez por Assumpção, nas quaes festas o cabido ha de vir a esta capella dizer um responso por el-rei D. Diniz e pelo bispo, e dez no primeiro dia de maio, em que elle falleceu; o cabido ha de fazer por elle um anniversario; e dez livras se darão mais ao arcebispo, se uma vez no anno disser n'esta capella outro tal responso; e não se fazendo, se darão estas livras a pobres; e ordenou que esta capella fosse do padroado dos senhores do morgado de Soalhães que elle instituiu, e que apresentem clerigo idoneo, descendente de sua linhagem e geração; e não o havendo, apresentem outro clerigo idoneo. Sendo Pedro Lourenço de Tavora descendente de sua linhagem, administrou a capella, e lhe abriu a claridade que ora tem, e fez o retabulo.—1588.

No altar vêem-se tres imagens: ao meio S. Sebastião; á direita d'elle S. João Evangelista; á esquerda S. José. Boas esculpturas, obra de Joa-

quim Machado de Castro. O retabulo a que se refere Pedro Lourenço de Tavora é que desappareceu.

N'este mesmo recinto jaz n'uma caixa de pedra com tampa, em grande altura, em frente de quem entra, o primeiro arcebispo de Lisboa D. João Annes[1], parente do arcebispo D. João Martins, e fallecido em 3 de maio de 1402. Primeiro descançava a tumba sobre quatro leões de pedra, e embaraçava o serviço[2]. Foi o referido Pedro Lourenço de Tavora quem, segundo João Baptista de Castro, mandou collocar a arca funebre onde hoje a vemos, com esta inscripção, que lá está:

AQVI . IAZ . DOM . I^o . PR^o . AR
CEB̄PO . DELX^A . E PASO^V
III . DEMAIO . ERA . DE .
M . CCCC . E . XL . ANOS .[3]

[1] A egreja episcopal de Lisboa foi promovida a metropolitana em 1394. (*Hist. gen.—Provas*—t. 1, pag. 364.)

[2] Sobre o numero dos leões ha duvidas. D. Antonio Caetano de Sousa diz quatro; Antonio Coelho Gasco diz *dois meios leões.*

[3] Essa inscripção está textualmente reproduzida por mim; apenas o V da palavra AQVI não póde ser expresso, como lá está, incluso no Q. Coelho Gasco, apesar de dizer varias vezes que viu e copiou com exacção as inscripções, engana-se, ou o seu copista por elle. Esta tral-a assim: *Aqui iaz Dom | Ioaõ ó primeyro Ar- | cebispo de Lixboa. | Faleçeo a. 30 de Ma- | io. Era de M | CCCC & XL | Annos.*

Póde o leitor confrontar as divergencias. Isto não é gosti-

Por cima está um brazão esquartelado; ao 1.º enxaquetado de cinco peças em faxa; ao 2.º leão rompente; e assim os contrarios. Ignoro as côres.

O azulejo d'esta 8.ª capella tem todo o caracter do seu tempo, e traz a seguinte data n'este lettreiro, que se não póde talvez recommendar como primor de orthographia:

FECCE.NO A
NNO
1706

Sobre uma pobre portinha seiscentista que mascara uma ogiva d'esta interessante capella vê-se um brazão dos Tavares, cinco estrellas em aspa, e sobre a verga da porta isto:

IN ANATHEMA OBLIVIONIS.

Lá dentro, dá o observador com uma grande lapide, que está a recordar as desgraças e os muitos trabalhos politicos de um antigo patriota, o conego da sé de Lisboa Antonio Tavares. Estudemos esse caso.

A lapide é immensa, e só quem vai munido de paciencia descommunal póde arrostar com o trabalho horrivel da sua leitura. Ahi se transcreve um breve do Sancto Padre Paulo v, illibando a Antonio Tavares de todas as culpas que lhe imputavam; não se declaram essas culpas, e confesso

nho de dar quinau; é restituir a verdade, *sans rancune.* Vide Gasco, *Antig.*, fl. 325 v.

que me aguçaram em alto grau a curiosidade. Suspeitando que o padre fosse escriptor, procurei-o em Barbosa Machado; e foi este bom informador quem me disse o seguinte:

Era natural de Lisboa, filho de Francisco Tavares senhor de Mira, e de sua segunda mulher D. Joanna de Tavora, filha do reposteiro-mór Bernardim de Tavora. Foi prior das Abitureiras no arcediagado de Santarem, e depois conego da sé de Lisboa, na capella instituida por D. João Martins de Soalhães.

Os seus crimes eram ser portuguez no ultimo quartel do seculo XVII, e amigo da dynastia legitima. Implicado nas pretenções do prior do Crato, foi preso em Roma a instancias do duque de Sessa embaixador de Castella, em 1603, e depois de ter servido nas galés tres annos, foi encarcerado seis annos em S. Lucar de Barrameda. Curtidos doze longos invernos de tristezas, foi a final julgado, conforme as ordens apostolicas, por Antonio Pimentel conego de Sevilha, e absolvido inteiramente, restituindo-se-lhe todos os seus bens e rendimentos; o que tudo confirmou o citado breve de Paulo V de 13 de agosto de 1613.

Filippe III o nomeou em 28 de fevereiro de 1618 deputado da mesa da consciencia e ordens, cargo que não acceitou; e sendo já muito idoso ao tempo da restauração, foi elevado a bispo e esmoler-mór, até que falleceu em 18 de fevereiro de 1642. Jaz n'esta sua capella de S. Sebastião. Não se está a perceber n'este homem um portuguez de antes quebrar que torcer?

Procurei de balde o livro que Barbosa Machado me denunciou *Proceso de la causa del Canonigo de Lisboa Antonio Tavares.*

A lapide diz isto:

PAVLVS . PP . V

DILECTE FILI, SALVTEM, ET APOSTOLICAM BENEDICTIONEM. VITÆ AC MORVM HONESTAS . ALIAQVE | LAVDABILIA, PROBITATIS, ET VIRTVTVM MERITA, SVPERQVIBVS APVD NOS FIDEDIGNO COMMENDARIS TES | TIMONIO: NOS INDVCVNT UT TE SPECIALIBVS FAVORIBVS ET GRATTIS PROSEQVAMVR. CVM ITAQVE SICVT EX FIDE DI | GNORVM RELATIONE ACCEPIMVS TV PRO CERTIS PRÆTENSIS DELICTIS ET EXCESSIBVS, CONTRA CHARISSIMVM IN | CHRISTO FILIVM, PHILIPPVM PORTVGALLIÆ ET ALGARBIORVM REGEM, DE QVIBVS SIN ACTIS CAVSÆ, SEV CAVSA | RVM CONTINERI DICITVR IN REGNO PORTVGALIÆ. INQVISITVS, ET PER NOVEM ANNOS CONTINVOS CARCERIBVS | MANCIPATVS FVISTI . TANDEMQVE DILECTVS FILIVS ANTONIVS PIMENTEL CANONICVS ET CANTOR ECCLÆSIÆ | HISPALENSIS, IVDEX IN CAVSA, ET CAVSIS HVIVSMODI APOSTOLICA AVTHORITATE DELEGATVS, SERVATIS SERVANDIS | SVAM DIFFINITIVAM SENTENTIAM ABSOLVTORIÃ AD TVI FAVOREM TVLIT ET PRONVNTIAVIT, CVJVS TENOR EST | QVI SEQVITVR: VISIS ACTIS ET MERITIS HVIVS CAVSÆ, QVÆ CORAM NOBIS PEPENDIT ET PENDET DE ORDINE SV | Æ MAIESTATIS, ET COMMISSIONE ILLVSTRISSIMI D. CARDINALIS DON DECII GARRAFÆ NUNTII, NVPER IN HIS HIS | PANIARVN REGNIS, INTER PARTES EX VNA, LVDOVICVM HIERONIMVM DE QUADRO FISCALEM PER NOS NOMINA- | TVM, ACTOREM ACCVSANTEM, ET ANTONIVM DE TAVARES CANONICVM SANCTÆ ECCLESIÆ VLIXBONENSIS | REVM ACCVSATVM, EX ALIA . INVENIMVS PRÆDICTVM FISCALEM, ETIAM FACTIS TOT ET TAM EXTRAORDINARIIS DI | LIGEN-

TIIS PRO VERIFICATIONE HVJVS DELICTI, NIHIL PROBASSE, EX IIS QUÆ SIBI PROBARE INCVMBEBAT PRO JUSTIFI | CATIONE SVÆ ACCUSATIONIS, ET PETITIONIS. DAMUS ILLA PRO NON PROBATA, ET PRÆDICTUM ANTONIVM | DE TAVARES PROBASSE SVAS EXCEPTIONES ET DEFENSIONES, CVM MAGNO NVMERO TESTIVM QVALIFICATORVM | ET OMNI EXCEPTIONE MAIORVM, QUI SIMVL DEPONVNT DE ILLIVS NOBILITATE, VIRTUTE, ET FIDELITATE ER | GA SVOS REGES DAMVS ILLAS PRO BENE PROBATIS. ET ITA IVSTITIAM MINISTRANDO, DAMVS PRO LIBERO PRÆ | DICTVM ANTONIVM DE TAVARES, AB OMNIBVS DE QVIBVS PER DICTUM FISCALEM FVERAT ACCVSATVS IN HAC CAV | SA DECLARANDO PROVT DECLARAMVS, EX ILLA NIHIL RESVLTARE CONTRA BONAM FAMAM VITAM ET OPINI | ONEM, QVAM SEMPER HABVIT, ET HABET IDEM ANTONIVS DE TAVARES, NEC CONTRA DOMVS AC SANGVINIS SVI AN | TIQVAM NOBILITATEM . ITEM DECLARAMVS FVISSE PER TOT ANNOS INCVLPABILITER CARCERATVM IN QVORVM | CONSEQVENTIAM ILLI RESTITVI MANDAMVS OMNIA ET QUÆCUNQUE BONA QVÆ OC...IONE HVIVS CAVSÆ SE | QVESTRATA FVERANT VEL ILLI SOLVI DESIERVNT TAM DE PATRIMONIALIBVS, QVAM EX FRVCTIBVS ET REDDITI | BVS SVI CANONICATVS, ET PRÆBENDÆ, ET BENEFICIORVM, TAM DE GROSSA, QVAM DE DISTRIBVTIONIBVS QUO | TIDIANIS, ET DE OMNIBVS ILLIS QUÆ PRÆSENS INDICTA ECCLESIA LVCRARI POTVIT, ET LVCRARI DESIIT, SIQVIDEM | PER EVM NON STETIT RESIDENTIAM NON FECISSE ITA PRONVMTIAMUS ET MANDAMVS IN HIS SCRIPTI..., ET PER | ILLA ET FISCALEM IN EXPENSIS CONDEMNAMVS . NOS TE SPECIALIBVS FAVORIBVS ET GRATIIS PROSEQVI VOLẼ | TES A QVIBVSVIS EXCOMMVNICATIONIS, SUSPENSIONIS, ET INTERDICTI, ALIISQVE ECCLESIASTICIS CENSVRIS | ET PŒNIS, A IVRE VEL AB HOMINE, QVAVIS OCCASIONE VEL CAVSA LATIS, SIQVIBVS QVOMODOLIBET INNODA- | TVS EXISTIS, AD EFFECTVM PRÆSENTIVM DVMTAXAT CONSEQVEN-

DVM, HARVM SERIEM ABSOLVENTES, ET AB | SOLVTVM FORE CENSENTES: SVPPLICATIONIBVS PHILIPPI REGIS, AC TVO ETIAM NOMINE, NO | BIS SVPER HOC HVMILITER PORRECTIS INCLINATI: SENTENTIAM PRÆDICTAM APOSTOLICA | AVTHORITATE TENORE PRÆSENTIVM CONFIRMAMVS ET APPROBAMVS, ILLISQVE INVIOLA | BILIS APOSTOLICÆ FIRMITATIS ROBVR ADIICIMVS OMNESQVE ET SINGVLOS TAM IVRIS QVAM | FACTI DEFECTUS, SIQUI DESVPER, QVOMODOLIBET INTERVENERINT SVPPLEMVS. DECERNEN | TES PRÆSENTES LITTERAS, FIRMAS, ET EFFICACES, EXISTERE, ET FORE, TIBIQVE IN OMNIBVS ET PER | OMNIA PLENISSIME SVFFRAGARI AC IRRITVM ET INANE, QVIDQVID SVPER HIS, A QUOCUMQME | QUAVIS AUTHORITATE SCIENTER VEL IGNORANTER CONTIGERIT ATTENTARI. Quo circa dile- | ctis filiis Archipresbitero Bracharensi, et Francisco de Bragantia Canonico Elborensi, per | præsentes committimvs et mandamvs, quatenvs ipsi, vel alter eorvm per se vel alivm, sev alios | præsentes literas, vbi et qvando opvs fverit, et qvoties, pro parte tva fverint reqvisiti solenni- | ter pvblicantes: tibiqve in præmissis efficacis deffensionis præsidio assistentes, faciant avthoritate | nostra, sententiã prædictam ab omnibvs ad qvos spectat inviolabiliter observari, teqve illa et | in ea contentis pacifice frvi et gavdere, non permittentes te desvper, a qvoqvam qvavis avthori- | tate indebita molesyari contradictores qvoslibet et rebelles, per sententias, censvras et poe | nas Ecclesiasticas, aliaqve jvris, et facti remedia, appellatione postposita compescendo, in vo | cato etiamsi opvs fverit, avxilio brachii secv-

LARIS. NON OBSTANTIBVS CONSTITVTIONIBVS, ET ORDINA | TIONIBVS APOSTOLICIS, CÆTERISQVE CONTRARIIS QVIBVSCVNQ. DATVM ROMÆ, APVD SANCTAM MARIAM MA | IOREM, SVB ANNVLO PISCATORIS DIE DECIMOTERCIO AVGVSTI MILLESIMO SEXCENTESIMO DECIMOTERTIO | PONTIFICATVS NOSTRI ANNO NONO. |
DILECTO FILIO ANTONIO DE TAVARES CANONICO ECCLESIÆ VLIXBONENSI | OBIIT MENSE FEBRVARII. XVIII. ANNO DOMINI MDCXLII.

Em roda d'esta inscripção vê-se uma corrente partida, allusão clara ao captiveiro; e por baixo estas lettras:

LAQVEVS CONTRITVS EST.

Via-se d'antes no chão junto ao degrau do altar uma loisa com esta inscripção:

P. E. T. M. S
PETRI LAURENTIJ. DE TAVORA CANONICI PRÆSBY TERI HUJUS CAPELLÆ ADMINISTRATORIS, CORPUS LAPIS HIC VITÆ RESERUET POSTERÆ. VIXIT ANNOS SEXA GINTA, OBIIT MENSE FEBRUARIO QUATUORDICIM ANNO DOMINI — D......

Na parede da recamara interior d'esta capella de S. Sebastião lê-se isto em caracteres antigos:

HIC : IACET : IOHANS
.... : PRESBIT : HUIUS :
ECCE : CAOIC[s] : Q[i] : OBIIT
.......E : M : CCC : L : IIII

Traducção:

Aqui jaz o presbytero João .... conego d'esta egreja, o qual falleceu em ... da era de 1354 (anno 1316).

*

Na parede que fórma a divisoria d'este corredor das capellas para a capella-mór lê-se uma inscripção em formosissimas lettras monachaes allemãs, que diz assim:

U^{E} : AÑS : T^{AM} : E·
UASALO · DEL
REI·

Este Vasque Annes, tabellião e vassallo d'el-rei, era nada menos que um elevado funccionario das chancellarias dos senhores D. Affonso IV e D. Pedro I, que em varios documentos se intitula *tabaliam geerall do senhor Rey em todo sseu senhorio.* É vulgar a união do nome *Vasco* e do patronimico *Annes;* mas Vasco Annes tabellião real era um só; e a honra que assim se lhe conferia, de estabelecer a sua sepultura no corredor das capellas (tanta vez mencionadas pela sua nobre penna de notario) está a revelar o valimento que merecera em vida o personagem.

Creio que não serei ousado conjecturando haver sido este Vasque Annes pae de *Pero Vasques vasalo delRey e seu pubrico tabaliam,* que apparece na chancellaria d'el-rei D. João I, d'el-rei D. Duarte, etc.

CAPITULO XXVI

Terremotos de 11 de junho de 1355, e de 24 de agosto de 1356. — A rainha D. Brites. — Obras em dias d'el-rei D. Pedro I. — Os tumulos reaes. — Capella instituida pelo infante D. Pedro filho d'el-rei D. Diniz. — Assiste el-rei D. João I moribundo á Missa solemne na capella-mór da sua sé. — Descripção e destino dos dois mausoleos reaes acima mencionados. — O terremoto de 1755. — Os actuaes mausoleos aos dois lados da capella-mór.

Fallei ainda agora no terremoto de 1347; veio outro em 11 de junho de 1355, e logo outro em 24 de agosto de 1356; com elles tornou a fender-se a capella-mór da sé; de crer é que restaurassem o destroço, que porém não estaria ainda remediado d'ahi a dois annos, em 1358, quando a nobre viuva de Affonso IV, a bondosa e sancta rainha D. Brites, lavrava o seu testamento, e se mandava enterrar (palavras suas) *em aquel lugar e Capella hu ElRei D. Affonso meu Senhor, a q̃ Deos perdoe, jaz: ou houver de jazer,* accrescenta a rainha, por saber que a sepultura primeira de seu marido era provisoria em quanto se não restaurassem os destroços da capella-mór[1].

[1] *Hist. gen.*, ibid.

Mas é que foi de véras medonho aquelle dia de S. Bartholomeu! *Anda o diabo ás sôltas,* costuma dizer o povo; com bem razão o diria n'esse anno. Derribou o abalo muitas casas, e arruinou outras. O *Livro de noa* de Sancta Cruz o conta, que faz pavor[1]. Durou um quarto de hora. Era á tarde. Tangeram por si mesmas as campas nos campanarios; sinistro badalar de Trindades! e fugiam todos os habitantes da cidade em horrivel confusão.

Havia pouco mais de dois mezes, subira á cathedra episcopal de Lisboa o prelado francez D. Reginaldo, que ausente governou o bispado pelo seu vigario geral. Teve o desgosto de ouvir que se alluira outra vez (pelo menos em parte) a recem-construida capella-mór; caso de grande agoiro para el-rei, que o tomou como presagio de morte, e em maio seguinte acabou[2].

Continuaram porém as obras, já no reinado d'el-rei D. Pedro, segundo se deprehende de uma provisão, que o arcebispo Cunha viu, e em que o 32.º bispo de Lisboa, D. Lourenço Rodrigues, nomeava a um tal Ayres Vasques *procurador das obras da sé*[3].

Entre essas obras figuravam de certo os moimentos do rei defuncto, e da rainha (ainda viva então). Consta do testamento dá mesma senhora[4],

[1] *Hist. gen.—Provas*—t. I, pag. 383.

[2] Tudo isso vem em D. Rodrigo da Cunha, *Hist. eccl.*, part. II, cap. LXXXXVII, n. 3.

[3] *Hist. eccl.*, part. II, cap. LXXXXVIII, n. 5.

[4] *Hist. gen.—Provas*—t. I, pag. 229, lin. 22.

que el-rei fôra sepultado no côro da sé, apesar do que ordenara, visivelmente, como acima apontei, por não se achar ainda a capella-mór apta para o receber. No côro determinara a rainha ter sempre acceza uma lampada. Mandara fazer o seu tumulo, e ordenava que a sepultassem n'elle, e o pozessem junto do d'el-rei, quando o mausoleo do monarcha houvesse de ser definitivamente collocado. Vê-se que era a sua idéa fixa. Não queria, nem depois de morta, separar-se de Affonso!

*

Como já disse, tinham dado muito de si as paredes da capella-mór da sé, com o terremoto de 1356. Para cumulo de infortunio, veio sobre ellas um raio, já no tempo d'el-rei D. João I[1], e novo terremoto em 1404[2]. As ruinas (ou pelo menos o tal ou qual destroço) conservou-se annos, se bem que el-rei D. João *começasse* em sua vida a restauração da dita capella-mór.

Que elle, e outros principes, alli fizeram innovações ou restauros mais ou menos consideraveis, está provado.

Em 1358, por exemplo, instituiu o infante D. Pedro filho d'el-rei D. Diniz, e irmão de Affonso IV, uma capella da invocação de Nossa Senhora da Conceição, e lhe determinou capellão, com 10$000 réis de ordenado, obrigação de Missa quoti-

[1] Cunha, *Hist. eccl.*, part. II, cap. LXXXVIII, n. 7.
Moreira de Mendonça.

diana, e bem assim fundou logares para *merceeiros*, etc.[1].

Era este senhor chamado D. Pedro Affonso, e tinha o mesmo nome proprio de seu irmão o celebre conde D. Pedro do *Nobiliario*. Foi sepultado na capella de Sancta Izabel d'esta mesma sé, onde Faria, citado por D. Antonio Caetano de Sousa, lhe viu o epitaphio[2].

*

A dureza dos tempos, as guerras e despezas obrigadas, não deram porém ensejo á conclusão das obras; e n'isto se estava, quando, adoecendo D. João I em Alcochete, em agosto de 1433, e conhecendo a morte, desejou que o trouxessem a Lisboa, e se foi aposentar nos seus paços da Alcaçova; d'ahi mandou que o levassem á capella-mór da sé, e o pozessem com grande ceremonial defronte do altar de S. Vicente, que ainda então era alli. Ouviu missa solemne; e pezando-lhe que essa mesma capella-mór, já aliás começada a restaurar por sua ordem, não estivesse concluida, temeu-se de que os seus successores não a levassem a cabo. Mandou portanto buscar logo ouro amoedado, avaliou-se o custo da conclusão, e foi entregue a quantia necessaria ao védor com recommendação de não levantar mão da empreza[3]. D'ahi foi a Nossa Se-

[1] Dil-o a *Estatistica*, mais de uma vez citada por mim, fl. 65 v. É mss. da bibliotheca nacional de Lisboa.

[2] Consulte-se a *Hist. gen.*, t. I, pag. 280, citando a *Europa portugueza*, part. II, cap. 2.°, fl. 149.

[3] Duarte Nunes, *Chron. de D. João I*.

nhora da Escada, depois tornou-se para o castello, e poucas horas depois, em 14 de agosto, falleceu[1].

Da visita do antigo mestre de Aviz á cathedral concluo, que nunca o destroço haveria sido tamanho, que empecesse o culto, visto que ainda se podia dizer Missa solemne na capella-mór.

Foi por então, creio, fundado no que diz Ruy de Pina[2], que se collocaram na capella-mór, do lado do Evangelho, um ao pé do outro, os tumulos d'el-rei D. Affonso IV e da rainha D. Brites, e no lado fronteiro o altar de S. Vicente, cujas reliquias se achavam na sé desde 1173. Essa disposição dos altares e dos tumulos conservou-se até ao terremoto grande do seculo XVIII. Assim os viu, por exemplo, Filippe II na sua viagem a Lisboa em 1619[3].

Aquelles dois mausoleos eram interessantissimos; infelizmente ficaram reduzidos a nada em 1755. O que apenas consta é terem sido arcas de pedra, sobre as quaes jaziam os vultos dos dois soberanos.

Conservou-nos a *Miscellanea* a medida da estatua de D. Affonso: tinha doze palmos de comprido; e a da rainha quasi tanto[4]. Em 1619 viam-se intactos os dois tumulos; menciona-os J. B. Lavanha: elles ambos do lado direito, e do lado esquerdo o corpo de S. Vicente[5].

[1] Acenheiro, *Chron. de D. João* I.

[2] Apud Mon. Lusit., part. VII, liv. VII, cap. 9, e liv. X, cap. 22, n. 3.

[3] Lavanha, *Viagem de D. Filippe*, fl. 34 v.

[4] Dial. II.

[5] *Viagem de D. Filippe*, fl. 34 v.

No anno de 1623 (não posso saber por que motivo) abriram-se os dois sepulchros, para se pôrem n'outra parte, diz Miguel Leitão de Andrada; e n'essa occasião, á vista do compillador da *Miscellanea,* mediu o conego Manuel de Andrade o corpo d'el-rei; contou sete palmos e meio, pouco mais. Tinha o rosto quasi inteiro, e barba branca[1].

Em 1735 (data da publicação do tomo I da *Historia genealogica*) ainda existiam as mesmas *magnificas sepulturas* do rei e da rainha, *com estatuas ao natural, obra de primor e arte,* diz D. Antonio Caetano[2]; e junto do tumulo de D. Affonso jazia tambem sua bisneta (filha do mestre de Aviz) a infantinha D. Branca *em sepultura separada, na qual se vê uma estatua que a representa.* Era a mais velha de todos seus irmãos; falleceu de oito mezes[3].

E conservou-nos João Baptista de Castro, entre outros, alguns traços do desenho do mausoleo d'el-rei[4]. Tinha relevos figurando os martyrios de S. Vicente, *na face que se deixa ainda ver* diz o autor, depois de 1755; o mais jazia alagado de caliça.

Os epitaphios primitivos tral-os D. Antonio Caetano de Sousa[5]; eram de uma singeleza mais que lapidar, e mais que semsabor. O d'el-rei:

ALPHONSUS NOMINE QUARTUS,
ORDINE SEPTIMUS PORTUGALIÆ REX.

[1] *Miscellanea,* Dial. II, ed. ultima, pag. 51.
[2] Pag. 311 do citado tomo.
[3] *Hist. gen.*, t. II, pag. 36.
[4] *Mappa de Portugal,* ed. de 1870, t. III, pag. 199.
[5] *Hist. gen.*, t. I, pag. 311.

O da rainha:

BEATRIX PORTUGALIÆ REGINA,
ALFONSI QUARTI UXOR.

Na parede ao lado de uma das sepulturas, pendia um painel da batalha do Salado; ao lado da outra, outro painel representando a vinda da rainha de Castella, D. Maria, a Portugal a implorar o soccorro de seu pae.

O tumulo da rainha D. Brites (a cumprir-se, como é de crer, uma das clausulas do testamento real) achava-se revestido sempre com um rico pano, antigo presente da rainha de Aragão; tinha sete escudetes, de castellos e leões, bordados á cabeceira, e outros sete sobre os pés.

No tempo d'el-rei D. João IV, cobriram-se os dois mausoleos com seu pavilhão de talha doirada, tendo no remate uma figura com uma busina, altamente historica. Foi o caso, que na batalha do Salado, offerecendo el-rei de Castella ao seu alliado a parte do despojo que lhe agradasse, Affonso, o mais fidalgo dos nossos reis, respondeu que o não movera áquella jornada cubiça de lucro, senão amor da gloria: e contentou-se com *algumas espadas e alguns jaezes, e um infante moiro, que elle captivou, e cinco bandeiras, que tinha ganhado, e que fez pendurar por voto ao Deus dos exercitos na capella maior da sé de Lisboa, e em outras partes*[1].

Entre os jaezes figurou um dos anafís, ou busi-

[1] *Hist. gen.* t. I, pag. 307.

nas, dos moiros. Isso lá vinha referido n'estes dois disticos latinos em tarja doirada:

HÆC TUBA, QUAM MAURIS ALPHONSUS NOMINE QUARTUS
ABSTULIT, UT FAMA PRIMUS IN ORBE FORET,
DUM RESONAT REGEM, PARTUMQUE A REGE TRIUMPHUM,
ALPHONSUM AD FAMAM SURGERE, VOCE JUBET[1].

Isto é:

Esta busina, que aos moiros Affonso, quarto do nome, tomou, para se tornar primaz no mundo, ao passo que soa por el-rei, e pelo triumpho que elle alcançou, está ordenando a Affonso que se erga para a gloria.

Fez-se a obra do pavilhão, sendo provedor das capellas dos reis D. Affonso e D. Brites o conego D. Diogo Lobo, da casa de Alvito.

Quanto á celebre busina, diz o sr. Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*[2], mas não cita a fonte, que esteve primitivamente pendurada na parede por cima da sepultura d'el-rei; depois da trasladação para a capella-mór, esteve collocada sobre o mausoleo; e por industria de D. Diogo Lobo é que passou para a mão da estatua da Fama.

Nem a Fama lhe valeu; pois devia ter valido. Assim como Tolosa mostra ainda aos seus visitantes a busina do paladim Roldão, assim tambem Lisboa mostraria hoje com ufania a busina de Affonso IV. Mas não; o terremoto de 1755 sumiu essa

[1] Vem no citado tomo I da *Hist. gen.*; o ultimo verso porém está: *Attamen Alphonsum.*

[2] Tom. VI, pag. 207.

*

reliquia veneravel, quando destruiu, como disse, os dois mausoleos historicos.

Tenho pois sem a minima duvida por menos exacta a (aliás valiosa) *Mnemosine Lusitana*, quando ao fallar da sé em 1817, diz que SE VÊ o tumulo d'el-rei *com uma figura em cima representando a Fama, com a trombeta que este valoroso monarcha tomou na batalha do Salado*[1]. Informação de quem seguiu a *Historia genealogica* ás cegas, e não teve paciencia de verificar por seus olhos.

*

O terremoto de 1755 arruinou muito mais que estes mausoleos reaes tão só. Deitou a baixo a torre do relogio, e outros fragmentos do sumptuoso edificio; e depois sobreveio o incendio, que lambeu tudo que pôde, capellas e officinas, paramentos e casas interiores, ficando apenas illesa a imagem de Nossa Senhora a Grande, sem que as chammas se lhe atrevessem com os vestidos[2]. Horrivel destroço! e mais horrivel ainda para um pobre desgraçado, que lá esteve algures sepultado sete dias, antes que o podessem desentulhar!![3]. Episodio que lembra os de Casamicciola em 1883.

*

Ficou o templo annos em pasmosissima con-

[1] Tom. II, pag. 82.
[2] Moreira de Mendonça, pag. 127.
[3] Id., pag. 123.

fusão, até que pela sua carta regia de 22 de abril de 1767[1] determinou el-rei D. José tomar providencias serias no assumpto. Caíra o zimborio, torre, ou miradoiro immenso, a que me referi lá em cima; caíra quasi toda a torre do relogio (a do sul, da banda do Tejo), e o incendio alluira e devorara quasi tudo quanto podia devorar. Que triste quadro!

Fizeram-se planos da reconstrucção, e foi encarregado da direcção das obras o principal D. Luiz da Camara. Transcreve Villela no capitulo v da sua Memoria a carta d'el-rei D. José ao patriarcha de Lisboa, dando-lhe officialmente parte das obras, e pedindo-lhe a sua cooperação.

Passaram doze annos. Entendeu a rainha D. Maria I, que não estavam decentemente os ossos dos dois soberanos meio sumidos entre escombros, e deu ordem para que se depositassem em logar conveniente.

Procedeu-se á exhumação; acharam-se estalados e calcinados do fogo os dois sarcophagos; tinham porém escapado os ataúdes, em que estavam os ossos reaes[2].

Conta Villela minuciosamente o que então se fez, e a procissão com que foram levados, ao som do *Miserere* para a capella de Nossa Senhora da Tocha, em 2 de fevereiro de 1779.

Alli estiveram, até que em 30 de novembro de 1781 foram por ultimo levados aos novos mauso-

[1] Citada por Fernandes Thomaz no *Repertorio*.
[2] Villela, *Memoria*, cap. x.

leos, onde ainda hoje estão. Villela traz o termo da trasladação, e as pessoas que assistiram[1], o que por brevidade omitto.

Quanto á descripção dos actuaes mausoleos, pergunte-a o leitor estranho a Lisboa ao meu amigo o sr. Vilhena Barbosa, e elle lh'a dará n'um seu substancial artigo do *Archivo Pittoresco*[2]. Para se avaliar o merito artistico de taes sarcophagos, baste dizer-se que executou toda a esculptura d'elles um mestre, grande entre os maiores mestres: Joaquim Machado de Castro[3].

[1] Cap. XI.

[2] Tom. VI, pag. 207.

[3] Vide o que se diz do insigne esculptor n'um artigo excellente, e cheio de investigações proseguidas com verdadeira intelligencia, e entranhado amor do bello. Saíu anonymo no logar respectivo do *Diccionario universal portuguez* (ainda em publicação), mas é da penna do meu amigo José de Arriaga.

CAPITULO XVII

O testamento de Affonso iv. — Instituição das suas mercearias. — Onde era a casa primitiva d'esse estabelecimento piedoso. — A torre da Ribeira Velha. — Contrariedades experimentadas pelos asylados. — Providencias reaes. — Estado presente das mercearias. — O claustro d'el-rei D. Affonso. — Seu estado actual. — Analysam-se as capellas do dito claustro.

Paremos aqui alguns momentos junto do tumulo d'el-rei D. Affonso iv, e abramos o testamento do grande cavalleiro. Ha n'elle uma clausula, que merece logar distincto na historia da beneficencia portugueza: a instituição das mercearias: *um hospital por que sejam mantheudos para sempre homens e mulheres pobres.* E diz o fundador:

Entendemos, eu e a ... Rainha dar tantas e taes possessões, por que os capellães e pobres meus e seus sejam mantheudos para sempre.

E mais adeante:

Mandamos e ordenhamos, que nas casas que nós comprámos na freguesia da Sée se faça um hospital a serviço de Deus, no qual se mantenham para sempre vinte e quatro pobres; convem a saber: doze homens bons, e doze mulheres, pelos bens da Rainha,

de bons costumes, e de boa fama e vergonha; e assignadamente filhem para esto homens bons, e mulheres que houverem honra, e houveram algo de seu e boa vivenda, e caíram d'ella, não por maus feitos que fisessem, nem por más manhas, nem por maus costumes que houvessem.

Depois segue o minucioso regulamento, que é o mais paternal que póde ser[1]

Ora o predio onde se estabeleceu o hospital mixto d'estes merceeiros reaes, foi comprado por el-rei antes de 1345[2]; e diz-nos João Baptista de Castro, citando tradições que indagou, e documento fidedigno[3], visto por elle, que era junto do mar, no sitio onde se edificaram as casas dos senhores de Bellas, até ás que foram dos marquezes de Gouvêa, condes de Portalegre, defronte do *campo das Cebolas* na Ribeira[4]. (Recordo ao leitor que havia alli *rua* e *travessa do Conde de Portalegre*, e *largo do senhor de Bellas*.)

Pelo que se acaba de ler, ficavam as mercearias

[1] Acha-se o testamento na *Hist. gen.—Provas*—tom. I, pag. 221.

[2] Diz no testamento feito em 1345, segundo acima se viu: *nas casas que nós comprámos na freguezia da sé*, etc.

[3] Uma provisão do anno de 1429, no livro dos Testamentos, fl. 58 v. da Mesa da Consciencia. Era effectivamente a Mesa da Consciencia e Ordens, quem tinha a seu cargo a jurisdição nas capellas d'el-rei D. Affonso IV e da rainha D. Brites na sé de Lisboa, e nomeava todos os merceeiros, e merceeiras, e o provedor, a quem mandava tomar contas cada tres annos. Dil-o Frei Nicolau de Oliveira nas *Grandezas de Lisboa*, trat. VI, cap. IV.

[4] *Mappa de Portugal*, ed. de 1870, t. III, pag. 205.

d'el-rei D. Affonso IV sobre o lanço da muralha que seguia ao rez das aguas.

Ainda hoje quem passa no *campo das Cebolas,* vê no sitio da antiga muralha, e junto ao ponto onde a rua se bifurca na da Alfandega e na dos Bacalhoeiros, uma torre, com o angulo ao sul, encravada na mais casaria, mas a protestar quanto póde. Lá no alto do antigo adarbe, que é hoje um terradinho burguez, campeia um velho brazão de pedra, a que já se refere de passagem o minucioso e intelligente Coelho Gasco[1], e onde os entendedores de armaria lêem as armas dos Atouguias Corrêas senhores de Bellas, hoje representados, segundo mostrei no antecedente volume, pelo sr. conde de Pombeiro e marquez de Bellas. É ahi, ahi mesmo, o sitio da antiga fundação piedosa do vencedor do Salado e da sua digna e nobre companheira.

Lembre-se o transeunte d'isto que lhe digo; e quando olhar para a tal torre, lembre-se de que lá por cima foi o primeiro solar de um dos mais tocantes estabelecimentos beneficos de Portugal; e quando encarar o brazão, que é em campo de goles cruz de oiro firmada com quatro flores de liz de oiro, e orla do mesmo, recorde-se de que ahi está o sangue de D. Guilhim de Licorni, um dos heroes do cerco de Lisboa, um dos historico-legendarios companheiros de Affonso Henriques.

Que preciosidades não encerra de certo para o assumpto o cartorio da casa de Bellas!

[1] *Antig.*, fl. 306 v., mss. da bibl. nac. de Lisboa.

No emtanto, resta só que a imprensa um dia entre por capricho a gritar que é preciso derrubar aquelle *empacho,* aquella *recordação medieval,* aquelle *anachronismo fossil;* e depois... uma camara municipal qualquer lavre a sentença... e não core de a executar!

*

Como disse ficava a casa dos merceeiros encostada á muralha moirisca, pela parte de cima. Essa muralha (segundo se viu no livro antecedente) caía sobre o Tejo, e era ainda no seculo XIV, e depois, banhada pelas marés. Ora succedia que muita gente, tomando o hospital dos merceeiros como logar publico, entrava no pateo com a maior semcerimonia, e, contra vontade dos pobres habitantes, costumava ir arrojar do alto da muralha ao mar cães mortos, e immundicies. Outros, tanto homens como mulheres, cortavam com todo o desplante os ramos das arvores do logradoiro dos merceeiros, colhiam a fruta, as uvas, a hortaliça, faziam do muro e das arvores enxugadoiro de roupas, e quando os da casa se lhes oppunham, insultavam-n'os, e até lhes arrombavam as portas.

Tudo isto se dava, com grande escandalo do bom senso, ainda no verão de 1429. Então ordenou el-rei D. João I que o provedor das mercearias, Affonso Peres, mandasse compôr e cerrar com toda a devida segurança, os portões do hospital, com boa madeira, fechaduras, e chaves; fazendo ao mesmo tempo lançar pregão em toda a cidade, de que por mandado do soberano seriam mul-

tados os contraventores com 100 reaes brancos pela primeira vez, e 200 pela segunda, em favor dos presos[1].

*

Teve o hospital dos pacificos merceeiros d'el-rei, que experimentar mais algumas contrariedades, que deixaram vestigio monumental. Querem ver a minha verdade?

Junto d'esta casa de reclusão caridosa possuia um folhudo quintal certa dona por nome Constança Peres, viuva de um tal Fernão Boyão. Por sobre o muro do quintal pendiam para o telhado dos merceeiros umas copadas arvores (por signal eram romeiras), bracejando com muito viço as suas ramadas a chumbar de fruto, e arranhando, e esgar-

[1] ... *Que pessoas, assi homens como mulheres vão dentro do dito esprital, e que levam a ello bestas e cães mortos, e esterco contra talentos dos merceeiros ...... para os lançarem ao mar per cima do muro, e que outrosim cortam e podam os ramos das arvores e lhes colhem o agraço e uvas, e fruita e hortaliça que hi tem em duas parreiras e arvores, e que se lh'o contradisem os doestam e deshonram e tgem mal de muitas más palavras, e que lhes britam as portas do dito Esprital se estam fechadas, e que as ditas mulheres lançam allo suas roupas a enxugar asi no curral como sobre as arvores*, etc.—Alvará d'el-rei D. João I, de 26 de agosto de 1429.—Vem no codice mss. da bibl. nac. de Lisboa contendo providencias sobre as mercearias—F—4—22—fl. 133 e seg.

Esse energico alvará do conquistador de Ceuta valeu de pouquissimo, segundo demonstra outro de 26 de agosto de 1467, em que el-rei D. Affonso V corrobora e confirma as providencias de seu avô no assumpto. (Citado livro mss., fl. 198 e seg.)

çando sem dó nem piedade as renques de telha vã. A natureza tem d'estes caprichos.

Irritou-se contra essas demasias das romeiras vizinhas o previdente Gonçalo Esteves provedor do hospital, e (esgotados talvez os meios brandos e suasorios) viu-se constrangido a requerer a acção da justiça, e encarregou o negocio a Gonçalo Rodrigues, porteiro do concelho. Foi citada Constança Peres; porém ella, tão díscola como as suas arvores, não fez caso da citação.

N'isto se estava; corria o anno de 1430; e a 15 de julho, no adro da sé de Lisboa, viam-se congregados os almotacés maiores Estevam Jacome e João Cordeiro mais o dito Gonçalo Rodrigues. Participou este haver citado Constança Peres, que nenhum caso fizera do mandado; declarando-a então os almotacés *revel* para todos os effeitos legaes. Que engraçado e respeitavel uso este, de se acolher a justiça ás abas do templo para proferir os seus veredictos!

Depois de varios empates, logo em 19 do mesmo mez deram os almotacés sentença contra as romeiras, que foram constrangidas a ser espontadas, e o foram sem demora, com grande contrariedade talvez da dona, mas com intimo prazer dos albergados[1].

*

Agora outra noticia interessante (ellas veem apparecendo, e não tenho animo de as desprezar).

[1] *Sentença sobre umas arvores*, etc. — Codice mss. da bibl. nac. de Lisboa — F—4—22 — fl. 82.

Sabe-se que havia no corredor das capellas affonsinas cadeiras destinadas aos respectivos capellães, que ahi iam cantar as orações a que eram obrigados. Encontrei isso mencionado n'um alvará d'el-rei D. Affonso v ao provedor das capellas Pero de Abreu, ordenando-lhe não consinta que se sente qualquer pessoa nas mencionadas cadeiras, sob pena de multa[1].

*

Em 14 de junho de 1509 ordenou o védor da fazenda D. Pedro de Castro, do conselho d'el-rei D. Manuel, a João Brandão provedor das mercearias, mandasse sem demora fazer uma arca forte e boa com duas fechaduras, e a pozesse na capella de Sanct'Anna, onde se guardavam os paramentos das demais capellas affonsinas, a fim de se guardar

[1] Eis os termos da carta:

Nós El Rey mandamos a vós Pero de Abreu nosso amo, que vós nom consentaaes a nenhũa pessoa leiga de qualquer maneira que seja que se assente em as cadeiras desse côro das capp.as de meus visavós, de que sois proveeador, que ora mandastes fazer, salvo os cappellães que per os ditos Senr.es cantam, e se hi algum quiser estar contra vossa vontade, mando que pague duzentos reis pera a arca dos cativos, e recadeos o mamposteiro logo, e se os não arrecadar pagueos de sua casa em dobro: feito em Lx.a a quinze dias de fevereiro, era do Senhor de mil quatrocentos sincoenta e sete.— E eu Pero Vasques vassallo del Rey e seu publico tabaliam em a dita cidade e seus termos por sua authoridade real, que este alvará screvy, e terladey em publica forma, e o concertey com o proprio original, e aqui meu signal fiz que tal hé (logar do signal).— Codice mss. da bibl. nac. de Lisboa — F—4—22 — fl. 167.

n'esse cofre o livro da receita e despeza, que até então se guardava em poder do escrivão[1].

*

Ao tempo do terremoto, em 1755, achavam-se os mercieiros, segundo diz João Baptista de Castro, *em umas casas defronte da porta do senado da camara, nas costas da egreja de Sancto Antonio,* no mesmo sitio onde tinha sido, pelos fins do seculo XVI, recolhimento de donzellas orphãs.

Em 1785, sendo provedor D. Caetano de Noronha, construiu-se ao pé da egreja (hoje desapparecida) de S. Jorge, na rua do Limoeiro, uma casa apropriada para os mercieiros. Sobre a porta central do edificio, modesto mas muito regular, com sete janellas de peito no primeiro andar, lê o viandante esta inscripção, fielmente copiada por mim em setembro de 1883:

CAZAS PARA A=
HABITAÇÃO DOS MERCIEIROS DO SNR. REY
D AFFONSO IV E MERCIEIRAS DA SNR.ª RAYNHA
D. BEATRIZ SUA MULHER NOVAM.TE EDIFICADAS
PELO FAVOR E ORDEM DA RAYNHA FIDELISSIMA
D. MARIA I NOSSA SENHORA EM O ANNO DE
MDCCLXXXV
SENDO PROVEDOR D. CAETANO DE NORONHA

[1] Codice da bibl. nac. de Lisboa — F—4—22 — fl. 204.

Acha-se hoje a piedosa instituição do vencedor do Salado encorporada no asylo de mendicidade, creado pela carta de lei de 14 de abril de 1836, e é a sua séde o extincto convento de Sancto Antonio dos Capuchos ao campo de Sanct'Anna. Bom ar, boa casa, bom tratamento, boa administração; nada falta. O actual provedor e meu amigo, o sr. Alfredo de Queiroz Guedes, segue as tradições de seu tio, o benemerito sr. visconde de Valmor; dedicou-se de alma e coração á tarefa difficillima que lhe incumbiram. O pessoal gerente é digno do provedor; que mais podiam desejar os fundadores? as bençãos e graças dos seus protegidos são a sua melhor corôa de além-mundo.

CAPITULO XVIII

O claustro da sé de Lisboa. — Relance sobre os antigos claustros. — O *impluvium* da casa romana. — Estado actual d'este claustro lisbonense. — As suas arcarias. — Conjectura nova ácerca de quem fosse o fundador d'esta notavel peça. — O claustro de D. Diniz em Alcobaça. — Correm-se as diversas capellas do claustro da sé. — A 1.ª e a 2.ª — A 3.ª, a 4.ª, a 5.ª, a 6.ª, a 7.ª — Curiosidades d'essa capella. — Inscripções muraes. — Ignez Eannes e seu tio. — Pero Martins de Alfama e o seu epitaphio. — Claraboia aberta ultimamente. — Magnifica lapide quinhentista da sepultura de Manuel Freire. — N'este claustro foi a primeira instituição da Misericordia. — Frei Miguel de Contreiras. — Uma asserção do pintor Manuel André. — Discute-se se era um pintor ou um caiador. — Profanações da caiação.

Mencionarei agora uma das joias mais notaveis do edificio: os restos do claustro, magnifico outr'ora, hoje escandalosamente deturpado, obstruido, estragado por todos os modos imaginaveis! É grande lastima que assim seja, porque, pelos fragmentos que existem, bem se rastreia o esplendor antigo do conjuncto: em baixo uma arcaria ogival preciosa; e por cima uns restos de galeria com columnatas romanicas de volta inteira, muito caracteristicas.

Em mosteiros, abbadias, e cathedraes, foi sempre

o claustro peça importante, que mereceu os maiores cuidados a fundadores e architectos. É visivelmente o claustro a adaptação do *impluvium* da casa romana aos usos christãos. Comtudo, entre o *impluvium* e o *claustro* ha notavel differença, que o sabio Viollet-le-Duc nos assignala no artigo *Cloître* do seu tantas vezes citado diccionario; o que escapa ás observações archeologicas é a transição de uma para a outra construcção.

A differença entre ambas consiste em que no *impluvium* as columnas que formam as arcadas assentam directamente no solo, deixando transitar das galerias para o pateo ou área central atravez de qualquer dos intercolumnios; ao passo que no *claustro* os pilares ou columnas assentam sempre n'um sócco, ou base continua, que separa do pateo a galeria, e só se interrompe em raras aberturas symetricas para a passagem.

*

Na sé de Lisboa foi o claustro (tudo o está demonstrando) um primoroso conjuncto, cheio de harmonia e magestade; e bem digno da admiração de nossos maiores o imaginamos, quando pelo seu lado do poente o limitasse a formosa abside do templo, quando pelos lados do norte e do sul corressem inteiras e intactas as galerias, e quando sobre as do lado do nascente campeassem as ogivas e columnellos do paço bispal. Tudo isso hoje é um cahos, que só com muito trabalho e perseverança póde o visitante perceber.

O recinto do centro era ainda ha quinze annos uma especie de quintal, com umas couves e uma grande figueira. Hoje vê-se atravancado com uma edificação moderna que alli fez o cabido: um casarão impossivel, que serve de thesouro, e de camara onde os conegos se revestem; uma miseravel barraca estucada e caiada, que está mesmo a pedir demolição.

O chão da parte ainda livre subiu uns dois metros acima do nivel das duas arcadas que ainda se vêem, sobrepojadas da galeria que lhes formava andar superior praticavel em volta. Não admira que subisse aquelle nivel; o entulho do terremoto foi muito. Ainda se vê a uma banda um pé direito, talvez do seculo passado, assente sobre um dos gigantes, e que era principio de alguma obra nova muito anachronica.

As arcarias ogivaes bi-partidas do que resta do claustro velho são do estylo mais puro (não do mais rico) do seculo XIV. Recobriram-n'as não sei quando, mas ha muito tempo, com pedra e cal, afogando os columnellos, sumindo-os, como se fossem uma torpeza. É um pudor, que chega a dar vontade de rir.

Por acaso, ha poucos annos uma picareta desnudou um pedaço de capitel; o meu veneravel amigo, e bom guia, o sr. conego Cabral, deão interino, mandou proceder ao cuidadoso trabalho de despir por metade algumas d'aquellas graciosas arcarias, e por felicidade lá as podemos todos ver em parte, e estudar. Mas faltou o dinheiro, o governo não o deu, porque tem de gastal-o em elei-

ções e outras coisas assim, e o claustro ficou a dizer aos estrangeiros:

— Para que é vir aqui? não sabem que Portugal timbra em parecer um prologo da Africa?

*

Quanto á fundação de tão notavel trecho do grande poema da nossa cathedral, diz-se geralmente que pertence ao heroe do Salado. Quanto a mim, póde pertencer a este soberano a sua conclusão; mas o seu principio deve talvez attribuir-se a el-rei D. Diniz. Para isso me firmo eu: 1.º na cruz floreteada da ordem de Christo, que se vê na chave do cruzamento dos artesões n'uma das primeiras arcarias do angulo nordeste; 2.º na existencia da lapide de Pero Martins, relativa ao anno de 1314, e onde se falla positivamente na *crasta* da sé; 3.º na existencia da capella do topo do segundo lanço do claustro, fundada em dias d'el-rei D. Diniz; e 4.º finalmente: na muita semelhança entre o desenho geral d'este claustro, e o chamado do Silencio, ou de D. Diniz, no mosteiro de Alcobaça.

Este ultimo é composto de arcos (a descripção é do sr. Vilhena Barbosa) cada um dos quaes se divide em tres arcos *pequenos, ogivaes, que sustentam o timpano, ou bandeira, do arco grande, que lhes serve de caixilho. No meio do timpano, ou bandeira, que é de cantaria lisa, abre-se um olhal redondo, formado de diversas molduras que o vão diminuindo até encaixilharem uma renda de pedra, a modo de estrella, atravez de cujos raios passa a luz.*

*

Os tres arcos pequenos são sustentados por columnas duplicadas, isto é, duas de cada lado. Nos arcos das extremidades de cada lanço, ou galeria, assentam as quatro columnas centraes sobre umas pequenas bases, que poisam no chão, de maneira que deixam os tres arcos livres como porticos para darem entrada para o terreiro, que foi jardim, em volta do qual correm as mesmas galerias...... Aos artesões servem de estribo misulas, que ressaltam das paredes interiores, e dos pilares que dividem as arcadas[1].

Ora se a semelhança no traçado póde (e póde de certo) dar-nos indicios quanto á fundação, tiremol-os do desenho do claustro da sé de Lisboa, que é em tudo conforme com o desenho do claustro de D. Diniz em Alcobaça.

*

Ao longo do lanço primeiro dos dois que ainda existem do claustro ha varias capellas. Vejamol-as:

1.ª e 2.ª capellas

Segundo Carvalho da Costa a primeira era de S. João Evangelista, e a segunda de S. Lourenço. Ambas servem hoje de arrecadação de paramentos; por cima da verga do arco da segunda lê-se: *Os irmãos da irmand.e do M. S. L.to mandarão reedificar a sua custa esta capella e fazer todas as obras della no anno de 1631.*

[1] *Archivo Pittoresco,* t. IX, pag. 43.

3.ª Capella

A terceira tem ainda culto; é da invocação da Senhora de Belem. Tem por cima: *A irmandade de N. S. de Belem e S. Nicolau mandou reedificar esta capella e fazer todas as obras della á sua custa no anno de 1634.*

4.ª Capella

A quarta pertence ainda ao Senhor Jesus da Boa Sentença. Tem porta gradeada e muito doirada.

Esta imagem é de grande devoção. É raro não encontrar alguem orando junto ás grades da porta.

Junto d'esta capella do Senhor Jesus da Boa Sentença havia sepulturas que já lá não vejo, e entre ellas uma com este lettreiro:

AQUI JAZ SEB.AM VAZ BENE=
FICIADO NESTA SÉ. FALECEO A
12 DE ABRIL DE 1584.

Defronte da mesma capella outra sepultura que dizia:

AQUI JAZ O D.OR DE MOUCÃO
PIDE DE ESMOLA UM PATER
NOSTER. FALLECEO A 20 DE
M.CO DE 1575.[1]

[1] Mem. mss. da bibl. nac. de Lisboa — A—4—5—fl. 41.

A inscripção que lá vejo ainda, no chão, mesmo adeante da porta, é esta:

... P.^E SIMAÕ DE FRA
NCA NATVRAL DE
SANTAREM QVE
MANDOV FAZER
ESTE LAGEAM.^TO
IAZ AQVI POR SVA
ALMA .... PADRE
NOSSO.

5.ª Capella

A quinta, hoje profanada, tem esta inscripção: *Capella do gloriozo Sancto Antonio de Padua. Foi feita em Fever.º no anno de 1652.*

6.ª Capella

A sexta, tambem sem culto, diz assim: *Capella de Nossa Senhora da Tocha. Foi feita em Fever.º no anno de 1652.*

7.ª Capella

A setima capella, segundo Carvalho da Costa, era de Sancto Aleixo. Ainda é, mas está profanada. Pouco vale, creio eu.

8.ª Capella

A oitava capella é de S. Miguel. Não está profanada, mas sim n'um desamparo medonho. Tem

mosaico florentino, e dois quadros antigos, cujo merecimento não posso apreciar.

Defonte da mesma capella de S. Miguel, entre as sepulturas dos pobres, via-se a do arcebispo D. João de Sousa (1703 a 1710), o qual se mandara enterrar junto á proxima capella de Nossa Senhora da Piedade da terra solta, sem lettreiro algum[1]. Hoje não ha ahi sepulturas.

Entre esta capella de Sancto Aleixo e a de S. Miguel, lê-se na parede o padrão seguinte:

ESTAS VINTE SEPVLTVRAS MANDOV FAZER
O CONIGO IOAÕ FALCAÕ DE SOVZA PERA NEL
LAS SE EMTERRAREM OS POBRES DEZEMPARA
DOS DESTA FREGVEZIA DA SEE E LHE DEIXOV DES
MIL REIS DE IVIRO NO SENADO DA CAMARA DES
TA CIDADE PERA DELLES SE PAGAR O COVEIRO
Q̃ ABRIR AS SEPVLTVRAS E SE DIZEREM TRINTA
MISSAS CADA ANNO NO OVTAVARIO DOS SANTOS
PELLAS ALMAS DESTES POBRES DEZEMPARA-
DOS E O VEADOR DAS OBRAS DESTA SANTA SEE
COBRA ESTE IVRO E HE OBRIGADO PELA ESCRI
TVRA Q̃ SE FES COM O DITO CONIGO IOAÕ FAL=
CAÕ DE SOVZA A PAGAR AS COVAGES E MANDAR
DIZER AS TRINTA MISSAS A ESCRITVRA ESTA NO
CARTORIO DO R.^DO CABIDO E OVTRO TRESLADO TEM
OS IRMAOS DE S.^TO ALEIXO AVRELIO DE MIRANDA
TABALIAÕ DO SENADO DA CAMARA FES ESTA ESCRITURA
PEDESE HVM PADRE NOSSO E AVE MARIA
PELLAS ALMAS DESTES POBRES DEZEPARADOS

[1] Mem. mss. da bibl. nac. de Lisboa — A—4—5— fl. 41.

9.ª Capella

A oitava capella segundo Carvalho, e segundo Villela (hoje nona), era da Senhora da Piedade, com irmandade de calafates. Ahi jazia o cardeal, 10.º arcebispo D. Luiz de Sousa, filho do conde de Miranda, e fallecido em 5 de janeiro de 1702. Tinha sepultura rasa, onde apenas quiz que lhe escrevessem estas singelas e tocantes palavras referidas á Virgem:

SUB TUUM PRÆSIDIUM [1].

Era este prelado um veneravel e sancto velhinho, muito bom e muito digno, e além de tudo animo grande, e dedicado beneficiador da sua sé.

A capella de que tratamos chamou-se tambem *da Terra solta,* segundo Carvalho e outros, e tambem *dos Bispos,* porque os prelados tinham ahi tribuna especial. O terremoto de 1755 arruinou immenso todo este recinto, *e ficando tudo cheio de entulho, assim se tem conservado até ao presente,* dizia em 1819 o autor do *Gabinete historico* [2]. Podemos tomar por nossas essas palavras. No anno actual ainda se conserva a mesma ruina; mas (conforme escreveu o citado frei Claudio), mandando um antigo beneficiado, João Mauricio da Cruz Pombeiro, delegado do fabriqueiro da egreja, des-

[1] *Hist. gen.,* t. XII, p. I, pag. 542, e p. II, pag. 855.
[2] T. V, pag. 80, 81. e 82.

entulhar o chão, encontrou a pedra negra que recobria a sepultura do arcebispo D. Luiz. Deu-se com o caixão inteiro e bem conservado, mas ficou tudo como estava. Lá se vê ainda a pedra em pedaços.

Ahi entrei, e fiquei desanimado. Ha dinheiro para tudo, menos para o restauro sensato dos monumentos. A capella dos Bispos dá indicios de muita antiguidade, com quanto o seu altar-mór seja moderno, fim do seculo XVII. Tudo negro de fumo, estallado, arruinado, perdido! Umas raras janellas lateraes dão sobre o Quebra-costas. Ha vestigios de um côro alto em frente do altar. Percebe-se que tudo alli antigamente foi cuidado, alinho, e esplendor. Agora o aspecto feroz e decadente d'aquelle recinto chega a *gelar a contrição nos seios d'alma.*

*

Ao fundo d'este segundo lanço do claustro, hoje infelizmente interceptado por um ignobil diaphragma de tabique, existe uma capella antiquissima, que não vi mencionada em livro algum, e onde só por acaso penetrei, difficuldade maior que a de descobrir as nascentes do Nilo. Dei o trabalho por bem empregado. Nu e triste como se encontra esse recinto, vale muito, pois se acha pouco mais ou menos intacto, e contém n'uma veneranda lapide a historia completa da fundação. Eis esse magnifico lettreiro. Tirei d'ella um calco, e decifrei-o, auxiliado pelo meu amigo o dr. Xavier

da Cunha, a quem pertencem (confesso) as honras da victoria:

AD : HONOREM : ET : LAUDĒ : ET : GLAM : DEI : PATRIS : OMNIPOTENTIS ET : FILII : ET : SPIRITUS : SANCTI : ET : GLORIOSE : AC : BEATIS SIME : SEMPER : UIRGINIS : MARIE : TEMPLUM : SANCTE : TRINITATIS : ET : GLOSISSIMI : SANCTI : UINCENCII M... TIRIS : XPI : ET : OMNIUM : SANCTORŨ : STEPHAN[US] : DOMINICI DICTUS : DE : LOULEE : NATURALIS : DE : BARCELLIS : SIMUL... UXORE : ...A : MAIORE : MARTINI : FECERUNT : FIERI : ISTAM CAPELLAM : P : SUUM : CUSTUM : IN : ...EMISSIONE : PECCATORŨ SUORUM : TALI : VIDELICET : PACTO : ET : CONDICIONE : CUM : EPIS COPO : ET : CAPITULO : SEDIS : ULIX...ONENSIS : QUOD : NŨQUAM IBI : ALIUS : SEPELIATUR : NISI : IPSI : SOLI : ET : FILII : EORUM REGNANTE : ILLUSTRISSIMO : REGE : DIONISIO : Ē : M̄ : CCC : XLIII

Traducção:

Em honra e louvor e gloria de Deus Padre Omnipotente e do Filho e do Espirito Sancto, e da gloriosa e bemaventuradissima sempre Virgem Maria dos templos, ou *que se venera nos templos da Sancta Trindade e do gloriosissimo S. Vicente martyr de Christo*[1], *e de todos os Sanctos, Estevam Domingues, chamado de Loulé, natural de Barcellos, juntamente com sua mulher Mór Martins, mandaram*

[1] A pedra diz claramente *templum*, o que não dá sentido. Interpretei isto por uma abreviação de *templorum*, e pensei que os fundadores dedicassem esta sua capella a uma determinada imagem da Virgem, que se venerasse na Trindade e em S. Vicente; como quem hoje dissesse: dedico esta fundação ao Senhor dos Passos *da Graça*, ou a Nossa Senhora *de Lourdes*.

fazer esta capella á sua custa, em remissão dos seus peccados, sob o seguinte pacto e contracto com o bispo e cabido da sé de Lisboa: que nunca ahi se sepulte outrem a não serem elles fundadores, e seus filhos; reinando o illustrissimo rei D. Diniz, era 1343 (anno 1305).

Não me lembro de ter encontrado ainda em genealogia alguma o nome d'este Estevam Domingues, nem o de sua mulher Mór Martins.

*

Na estreitissima entrada d'esta capella, á esquerda, na parede, lê-se esta outra inscripção:

HIC ⁝ IACET ⁝ $\overset{ER\ US}{\text{RODIC}}$ ⁝ GULE
...MI ⁝ $\overset{RE}{\text{P}}$SB$\overline{\text{IT}}$ ⁝ DE T...AURO ⁝ HUI^{US}
$\overline{\text{ECCE}}$........................... $\overset{S}{\text{RI}}$
E ⁝ $\overline{\text{M}}$ ⁝ CCC ⁝ L ⁝ XXX.

Traducção:

Aqui jaz Rodrigo Guilherme (?) *presbytero do thesouro* (thesoureiro?) *d'esta egreja............. era 1380* (anno 1342).

Seria parente dos instituidores? Quem sabe? Esta capella serviu de escola ha muito tempo. Ainda lá vi vestigios d'este seu emprego.

*

Defronte d'esta fileira de capellas acabadas de percorrer, entre o segundo e o terceiro arco gemi-

nado, lê-se esta inscripção, por baixo de uma roda de navalhas onde se firma em palla uma espada:

ESTE · IAZIGO
HE DA IRMA=
NDADE · DA
V · E M · SAN
TACATHERINA

Ha (como na maior parte das inscripções antigas que transcrevo) lettras inclusas, que a typographia não póde expressar. Fique isto assente de uma vez para sempre.

*

Na esquina do mesmo claustro, vê-se na parede uma lapide muito truncada, em que se lê em caracteres do principio do seculo XVI ou fim do XV, estas palavras:

Esta sepultura . he de . . .
Ines eanez sobrinha de vct dmz.
bolhã

Quem fosse esta Ignez Eannes, que para ser co-

nhecida precisava citar o tio Vicente, não o saberei dizer, nem ninguem; sei que ao ler-lhe o epitaphio me lembrou um caso que traz a *Historia genealogica,* se não me engano:

Fallava-se n'um tal Luiz da Silva; responde alguem:

— É sobrinho do conde da Castanheira.

— Alto lá! — atalhou Luiz da Silva que ouvira tudo. — Quem é filho de um Lourenço da Silva, e neto de um Diogo da Silva, não precisa ser sobrinho de ninguem.

*

Logo defronte, no angulo reintrante fronteiro vê-se a carcomidissima lapide funeraria de um Pedro Martins de Alfama, de quem fallei no volume antecedente[1]. Resa assim, em caracteres unciaes:

AQ ⁝ IAZ ⁝ P ⁝ MRZ ⁝ DA ⁝ ALFAMA ⁝ Q FOY
ALMOXARIFE ⁝ DE ⁝ LISBOA ⁝ E ⁝ PASOU
XI ⁝ DIAS ⁝ ANDADOS ⁝ DE ⁝ IUNHO ⁝ E ⁝ M ⁝
CCC ⁝ LII ⁝ ANOS ⁝ E ⁝ MANDOU ⁝ FAS
DOUS ⁝ CRUZEIROS ⁝ NA ⁝ CRASTA ⁝
DANTESI ⁝ POR ⁝ SA ⁝ ALMA ⁝ CUIA
ALMA ⁝ IAZA ⁝ I ⁝ DÕ ⁝ DÑ ⁝ AMEN.

Interpretação:

Aqui jaz Pero Martins da Alfama, que foi almoxarife de Lisboa, e passou (isto é, falleceu) *onze dias andados de junho* (isto é, a 11 de junho), *era 1352 annos* (isto é, anno de Christo de 1314); *e mandou*

[1] Pag. 93.

fazer dois cruzeiros no claustro em frente de si, por sua alma, cuja alma jaza in deo domino. Amen.

É tal o estado em que se acha esta lapide, que tive de valer-me do talento do meu amigo e collega o sr. José Gomes Goes para a decifração dos caracteres. Agradeço-lhe o auxilio que me prestou.

Este Pero Martins teve por filha Maria Pires, a qual casou com Ruy Gonçalves Franco, terceiro neto do D. Ligel do cerco de Lisboa.

*

No principio do claustro ha, desde umas insignificantes obras feitas no verão de 1883, uma claraboia que entorna muita luz, com grande gaudio dos pedreiros das obras publicas. Essa gente boçal (quero crer que o pessoal superintendente seria estranho aos desconchavos) caiou toda a cantaria velha, que hoje está um brinquinho. Parabens! Continuem, que não podem ir melhor.

*

Na estreita e enviusada passagem d'este lanço do claustro para as capellas d'el-rei D. Affonso IV, ha na parede uma formosa lapide onde se lê:

Esta sepultura he de manuel freire c^r^ado do cõde de borba | caval.^ro^ da casa delrey andou m.^to^ tpo ẽ africa na gerra dos | mouros e se vio en m.^tas^ cousas por seruiço de ds veo mo | rrer nestas capelas delrey dõ a.º na see de lixboa era de 1523.

Não percebo o que o redactor do epitaphio entendia pelas palavras *veio morrer n'estas capellas;* allude-se acaso a morte repentina succedida alli a Manuel Freire? ou estará a negacear-nos n'aquella lapide alguma accepção desconhecida do verbo morrer, por jazer, ou ser sepultado?

Junto á mesma enviuzada passagem está uma alta cruz negra de madeira, sobre um supporte de pedra, ao canto; e aos pés d'ella um jazigo com lettreiro, que difficillimamente se póde ler, não só porque os caracteres estão apagados, mas por causa de uma cathedra de castanho, enorme, que alli se guarda ha já annos. O que decifrei é isto:

ESTA S.^{A} E TODO . ESTE
IAZIGO HE DE M.^{EL} CAMPEL
LO DEANDRADA CIDADAÕ
DESTACIDADE DESVA M.^{ER}
.......NNA PR.^{A}DE Q̄ O M.^{TO}
.......B.^{O} LHE FES M̄R.^{CE}
.......VSHERDEIROS E
................ENREMV
.....CAO DAVER POSTO
.....I ESTA CRVXE.....O
...... OBRA ASVA CVSTA
.................VIZ..Õ
....
....

Um autor antigo completa assim o lettreiro sepulchral:

Esta sepultura e todo este jazigo é de Manuél

Campello de Andrada cidadaõ d'esta Cidade, e de sua mulher Marianna Pereira de que o muito Reverendo Cabido lhe fez mercé para si, e seus herdeiros em remuneraçaõ de haver posto aqui esta Cruz, e feito a mesma obra a sua custa, e se lhe passou provisão a sinco de sep.[bro] *de 1633 que está no Archivo do R.*[do] *Cabb.*[o]

*

Resta-me narrar aos amantes do passado certa circumstancia interessantissima. Foi na mencionada capella de Nossa Senhora da Piedade, em 1498, a primeira séde da irmandade celeberrima da Misericordia[1], creada pela bondosa rainha D. Leonor, regente quando seu irmão el-rei D. Manuel se foi a Castella com sua mulher, para lá ser jurado principe dos dois reinos[2].

Tudo isso ha de a seu tempo ser narrado por miudos n'algum dos proximos volumes; aqui baste recordar os versos com que na sua já muito citada *Miscellanea* commemora Garcia de Rezende uma tão util fundação. Diz elle:

Vimos tambem ordenar
a Misericordia sancta,
coisa tanto de louvar,
que não sei quem não se espanta
de mais cedo não se achar.

[1] *Agiol. Lusit.*, t. 1, pag. 284; — *Panorama*, 2.ª serie, tom. 1.

[2] Damião de Goes, *Chron. d'el-rei D. Manuel.* part. IV, cap. XXVI.

Soccorre a encarcerados,
e conforta os justiçados;
a pobres dá de comer;
muitos ajuda a suster;
os mortos são sotterrados.

Justo é, quando se falla na Misericordia, que não esqueça o nome do benefico Frei Miguel de Contreiras, trinitario, inspirador da grande rainha nas suas obras de amor do proximo; e para mostrar quanto a memoria d'elle ficou accesa na congregação monachal d'onde saíra, referirei o seguinte:

Existe na Torre do Tombo, segundo communicação do meu nobre e bom amigo o sr. visconde de Juromenha ao conde de Raczynski[1], uma justificação testemunhal, com a data de 25 de agosto de 1574, por onde os frades do convento da Trindade provavam que Frei Miguel de Contreiras fôra o fundador da Misericordia, e que em lembrança d'isso se pintava a sua effigie nas bandeiras da mesma corporação.

*

Visto que mencionei a justificação dos trinos, recordarei que uma das testemunhas veio trazer-me ao espirito uma luz inteiramente nova quanto a este mesmo claustro que estamos estudando. Essa testemunha é um tal Manuel André, pintor, morador ao Rocio, o qual declara ter estado no anno da peste grande, em 1569, occupado em *pintar o claustro da sé de Lisboa.*

[1] *Dict. hist. et artist. du Portugal,* pag. 9.

Que significa isto? *pintar o claustro* quererá dizer pintar ou retocar alguns quadros nas capellas do claustro? ou pintar com frescos as paredes? ou crespil-as? ou revestir de polychromia os columnellos e capiteis, como se usou por muita parte?

Se a testemunha pretendia dizer que tinha pintado ou retocado alguns quadros, é preciso confessar que se não expressou nada bem. Frescos pelas paredes, á maneira de certos claustros de França e Italia? não ha vestigio, tradicional nem escripto, de que possuissemos jámais tal opulencia. Possuiram-n'a os estrangeiros, adornando os claustros em cathedraes, mosteiros, e abbadias, com quadros do Velho e Novo Testamento, lendas de Sancto Antonio e S. Bento, danças macabras, e até casos modernos. Dil-o Viollet-le-Duc[1]; e o abbade Bourassé, autor de um livro erudito sobre as cathedraes francezas, affirma que nas paredes interiores da cathedral do Puy se descobriam ainda (em 1869) vestigios muito deteriorados de antigas pinturas bysantinas; e entre ellas a figura colossal de um S. Miguel, sancto a quem o templo fôra primitivamente consagrado no fim do seculo x[2].

Se pois veio mestre Manuel André crespir ou caiar, apenas, aquelle claustro da sé de Lisboa, não lhe chamemos pintor; contentemo-nos em chamar-lhe preto caiador; e como tal, estava no seu posto morando *no Rocio*. Mas se teve a honra de revestir de frescos ou quadros a oleo aquellas no-

[1] *Dict. d'arch.*, verbo *Cloître*.

[2] *Les plus belles cathédrales de France*, pag. 380.

bres paredes, lamentemos que de tudo isso nem signaes sequer nos tivessem ficado.

Admira-se o leitor de que, se jámais existissem frescos antigos nas paredes do claustro da sé, os mandassem alguma vez caiar? não se admire, peço-lh'o eu. Ha gente para tudo.

— O branco sempre é branco — me dizia uma vez um pobre de espirito, desculpando e elogiando um desacato d'esse genero.

Mas não é só cá. Lá fóra tambem se perpetram iniquidades de egual calibre. Caiaram, por exemplo, ha annos, o interior da cathedral de Cahors, fazendo assim desapparecer antigas pinturas muraes, a que varios documentos velhos se referiam[1].

Pintar o claustro da sé referir-se-hia, finalmente, a copiar esse recinto em quadro sobre si, á maneira das composições de certos mestres flamengos? póde ser, mas duvído.

Declaro pois não perceber muito ao certo o que alli fizesse mestre Manuel André em 1569. Queixe-se de si proprio, e deixe-me repetir com D. Francisco Manuel no *Dialogo das fontes* uma phrase que me ficou (salva a redacção): *Os Albertos Dureiros foram sempre bem mais aptos para pintar, que para escrever.*

[1] Bourassé, *Les plus belles cathédrales de France*, pag. 370.

*

CAPITULO XIX

Obras no tempo d'el-rei D. Fernando.—Vendaval a 23 de fevereiro de 1370.—As torres da sé.—Obras do arcebispo D. Jorge da Costa comprovadas pelo seu brazão de armas.—As antigas torres e os seus curocheos.—Os sinos.—Visita ás ventanas dos campanarios.

Que houvesse obras em dias d'el-rei D. Fernando, parece provavel. O que está bem provado é que houve estragos consideraveis no templo provindos do medonho vendaval que em Lisboa soprou a 23 de fevereiro de 1370, metteu a pique muitos navios, matou muita gente, fez voar telhas como pennas, e aqui, na sé, arrancou os batentes do portal grande, arrombou o fecho, e até espedaçou a tranca [1].

Villela, que era da casa, e costumava escutar as tradições, attribue a el-rei D. Fernando as duas torres da frontaria. O sr. Mendes Leal, creio que

[1] Dil-o Fernão Lopes assim, na *Chronica d'el-rei D. Fernando*, cap. XXXIX: *o postigo da porta da sé foi arrencado, e a tranca da porta britada, e isso mesmo o fecho.*—D. Antonio Caetano de Sousa na *Hist. gen.* (t. I, pag. 419) põe esses destroços em 23 de fevereiro de 1369.

acha isso conjectura, com quanto me pareça pender um tanto para a opinião de Villela; infelizmente o paragrapho em que trata este ponto[1] está deturpado com um lapso typographico; e onde talvez devera ler-se *D. Fernando* lê-se *D. Affonso* IV. O argumento do sr. Mendes Leal é que, se as torres fossem do tempo do pae d'el-rei D. Pedro, não haveriam talvez tão alterosas e desamparadas construcções resistido ao formidavel abalo de 1356; que é pois talvez mais acertado attribuil-as ao neto.

*

A ter andado n'estas construcções a mão de D. Fernando (o que me não parece averiguado) é certo que pelo fim do seculo XV, em dias d'el-rei D. Manuel, se não achavam concluidas, ou não tinham sido restauradas dos terremotos. Demonstra-o uma clausula do testamento do cardeal D. Jorge da Costa, arcebispo de Lisboa desde 1464, testamento lavrado em Roma a 7 de abril de 1499, em Roma onde elle entendera dever acoitar-se, pela pouca amizade, ou antes pela hostilidade com que o tratava el-rei D. João II ainda principe, desde o caso narrado por Garcia de Rezende[2]: inimizade cujos porquês me parece terem até aqui escapado á explicação, inimizade emfim cuja influencia chegou até ao espirito malleavel dos cortezãos, como está

[1] Vide *Monum. nac.*, pag. 145, § 4.º: *As torres como actualmente*, etc.

[2] *Chron. de D. João* II, cap. XIX.

demonstrando Garcia de Rezende, ao exclamar com manifesta má vontade e ironia:

Um clerigo natural
da villa de Alpedrinha
vimos cá ser cardeal,
em pouco tempo, e asinha,
cardeal de Portugal.
Teve dois arcebispados,
abbadias e bispados,
fez dois irmãos arcebispos,
parentes, amigos, bispos,
e criados mui honrados.

Por essa tal clausula, concede o celebre Alpedrinha o remanescente de muitos e varios legados que aponta, para a conclusão da torre da sé de Lisboa[1]. Essa torre é a do norte, mais antiga que a outra, como a sua propria côr tostada está mostrando, porque a do sul caíu em grande parte em 1755.

Effectivamente, no contraforte da esquerda tem esta torre o brazão do arcebispo D. Jorge da Costa (a roda de navalhas de Sancta Catharina); e symetricamente fronteiro, no outro contraforte, outro escudo com uma insignia que não percebo. Examinando-a com oculo de theatro, creio ver n'ella um prumo de pedreiro; allusão possivel ás obras do mencionado cardeal.

Além d'isso, ha em varios capiteis das ventanas

[1] Nunes Franklin, *Mem. sobre a vida do cardeal* — Mem. da acad., t. VIII, p. I, pag. 159.

interiores da torre do norte a mesma insignia symbolica, a roda de navalhas.

Tenho pois por menos exacta a asserção do abbade Castro[1], quando me diz que na torre do norte se vê *um escudo com as armas de D. Martinho, hespanhol, bispo de Lisboa, o qual em 6 de dezembro de 1383 foi d'ella precipitado pelo povo.*

Recommendo tambem aos entendedores duas mísulas que lá se vèem, com baldaquinos, e onde provavelmente houve estatuetas de Sanctos. Uma por cima, outra por baixo da ventana da torre septentrional.

*

As torres antes do terremoto grande eram de varios corpos, e acabavam em altas grimpas, segundo um desenho antigo, que Villela diz ter existido no cartorio da casa professa dos jesuitas, em S. Roque; e segundo o citado sêllo municipal de Lisboa, de 1352. Esse dá ás torres uma feição mui outra da que hoje teem: são dois esbeltos minaretes, com tres andares de duplas janellas quadradas, sobrepojadas de curocheos. Em baixo parece perceber-se uma galilé *à jour,* por fórma que os minaretes ainda mais leves se tornam á vista.

Que depois de reconstruidas, taes quaes as vemos hoje, tiveram tambem curocheos muito agudos, demonstram-n'o todas as gravuras e pinturas, que representam Lisboa antes de 1755:

1.° A vista por Simão Beninc conservada no

[1] *Itinerario,* pag. 37.

British Museum de Londres[1], principio do seculo XVI;

2.º A que saíu no primeiro volume d'esta *Lisboa antiga*, má cópia de uma vasta gravura em cobre, que já tive occasião de ver, em poder do sr. Nunes professor de gravura, mas cujas circumstancias ignoro; seculo XVI;

3.º As de Jorge Braunio, no *Theatrum Urbium;* seculo XVI; uma d'ellas é reproducção d'essa em ponto menor;

4.º A de Lavanha referida ao anno exacto de 1619[2];

5.º A vista de Lisboa em 1650 mandada reproduzir em lithographia, com dizeres portuguezes e inglezes, pelo sr. José Ribeiro da Cunha;

6.º Uma soberba gravura ingleza em aço por Lemprière *(première rareté)* de que tenho a fortuna de ter comprado um exemplar, e que, por varias inducções plausiveis, attribuo ao reinado d'el-rei D. Affonso VI; reproduzida depois do terremoto, sem os dizeres[3];

7.º O precioso quadro grande, a oleo, que existe na academia real das bellas artes, e que descobri ter sido pintado por Simão Gomes dos Reis no principio do seculo XVIII;

8.º A vista que traz Colmenar nas suas *Descri-*

[1] Reproduzida a pag. 344 do tom. I das *Rainhas de Portugal* do sr. F. da F. Benevides.

[2] No livro da entrada de D. Filippe em Lisboa.

[3] D'esta reproducção possue um exemplar o meu amigo e mestre, o sr. conselheiro Jorge Cesar de Figanière.

ption et délices d'Espagne et Portugal; seculo XVIII, reducção da de Lavanha.

*

Creio que talvez toda a tradição confusa que attribue ao marido de Leonor Telles a feitura das duas torres da sé, nasceu de um facto de muito pouca monta em si mesmo: isto é, a existencia de um sino, que dava horas, n'uma das ventanas, o qual, como elle proprio estava dizendo, era obra do mesmo rei, a quem Herculano chama algures, com rara sagacidade, extravagante mescla de grande principe e mentecapto ainda maior.

A inscripção resava assim, segundo Villela e outros:

LAUDO DEUM VERUM, PLEBEM VOCO, CONGREGO CLERUM,
DEFUNCTOS PLORO, SATTAN FUGO, FESTA DECORO.

EN A ERA DE MIL III CCC XV ANNOS (anno 1237) FOY ESTE SINO DO RELOGIO ... DA MUY NOBRE CIDADE DE LISBOA PER MANDADO DO MUY NOBRE REY D. FERNANDO DE PORTUGAL ET MUY HONRADO CABIDO DA DITA CIDADE. MAITRE JOAM FRANCEZ ME FEZ.
ANGELE, QUI MEUS CUSTOS PIETATE SUPREMA ME TIBI ....SANA, DEFENDE, GUBERNA, MENTEM SANCTAM SPONTANEAM HONOREM DEO ET PATRIÆ LIBERATIONEM.

Esta inscripção está visivelmente errada, e falha. Em vez de 1315 annos, deveria ler-se 1415, correspondendo ao anno de 1377, em que reinava el-rei D. Fernando.

Era pois coevo este sino com as guerras de Castella, e contemporaneo da cerca das *setenta e sete* torres que nos salvou (numero esse que julgo symbolico, e representativo do anno em que el-rei D. Fernando concluiu a dita cerca, 75, accrescentando-se-lhe o numero 2, dos annos que levou a edificar).

Debalde o procurei. Os sinos que por lá vi são muito mais modernos.

*

A proposito de sinos:

Leio no testamento do arcebispo de Lisboa D. Fernando de Vasconcellos (da casa dos condes de Penella), entre outras clausulas de donativos pecuniarios ao cabido, a seguinte, tirada de quatro mil cruzados que o mesmo arcebispo tinha licença real para gastar á sua vontade:

Deixo mais ao dito cabido, dos ditos quatro mil cruzados o que bastar para comprar trinta e dois quintaes de cobre de canudo, e oito de estanho para um sino, que tenha de ancho vara e quarta, e de alto outro tanto ao menos, que se ponha na janella da torre grande, que vae para o mar[1].

Tambem não encontrei tal sino.

[1] *Hist. gen. da casa real,* t. XII, p. I, pag. 132.

Foi esse mesmo arcebispo, fallecido muito velho em 7 de janeiro de 1564, quem destinou tambem por testamento 500 cruzados (940$000 réis actuaes) para auxilio da obra do côro, que se havia de fazer em logar do côro velho; outros 500 cruzados para dois orgãos novos; e metade do rema-

Em 1748 mandou el-rei D. João v collocar n'uma das torres da sé um *excellente relogio*, pelo qual a cidade se regulava[1].

*

N'este maio de 1885 subi aos eirados. Quem emprehender essa ascensão ha de dar-se por bem pago do trabalho, com a desafogada vista que de lá se gosa sobre o Tejo e a baixa. Por aquellas escadas de caracol, á sombra d'aquellas arcarias vetustas, habita o que quer que seja que lembra Quasimodo e Claudio Frollo. Tão poucos metros acima do nivel do borborinho dos passeantes, encontra-se a pittoresca solemnidade de um capitulo de chronista. Aquillo é um paragrapho truncado de livro muito velho. Não chegou lá a onda.

Pelo rendilhado de um ou outro capitel aninham pardaes e corujas com toda a segurança, como os archaismos entre as linhas de um alfarrabio. A *pátina* dos annos imprimiu áquellas paredes rugosas a sua certidão de edade, que vale um attestado de nobreza. Pende da abobada a estalactite, crystallisação das lagrimas dos seculos; e correm lá no alto umas aragens de velharia, que são uma verdadeira tentação.

Poisam junto ás torres habitações de sineiros e outros empregados; lembram ninhos de passaros.

nescente dos quatro mil cruzados para o cabido comprar livros de cantochão (Id., *ibid.*). — D'este arcebispo de Lisboa trata largamente a *Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 127 e seg.

[1] *Gabinete historico*, t. XI, pag. 376.

As horas soam lá nos altos em primeira mão, assim como o chilrear das andorinhas dos beirados; e os rumores da vida cidadã, estou que chegam amortecidos áquellas paragens meio mysticas meio profanas. Das maldades do mundo pouco se deve lá saber; mas em compensação, com que doçura se não escutam n'esses esconderijos aereos os brados melancolicos ou festivaes dos campanarios!

Não me arrependi das difficuldades que tive que vencer na minha ascensão; e a final... invejei o sineiro.

O sineiro é o ermitão dos pincaros; o mysanthropo da musica dos bronzes; o castellão do vacuo; o silencioso cicerone do que todos vêem; é certo. Mas sem sinos não ha culto, e sem sineiro não ha sinos. Que importantissimo papel não representa pois na liturgia catholica esse obscuro sonhador, esse personagem incoercivel, esse maestro das ventanas, que é a um tempo a alegria dos repiques, e a commoção dos dobres funerarios! elle que espalha enthusiasmo ou devoção por todas as familias da cidade! elle que pregôa para os quatro pontos cardeaes a hora do sermão, a hora do *Te-Deum,* ou o momento solemne da elevação!

Quando de muito longe escutarmos o badalar eloquente d'aquellas campas, que tantos feitos nacionaes teem celebrado, mandemos um pensamento de grata recordação ao invisivel sineiro, que é muita vez um autor inspirado... sem o suspeitar.

CAPITULO XX

Commemorações epigraphicas existentes na sé ácerca da tomada de Lisboa.—Discussão com Miguel Leitão de Andrada.—A pia baptismal.—Tradições de Sancto Antonio.

Agora, depois de historiadas succinta e fielmente as varias ruinas e reconstrucções d'este notavel edificio, vamos continuar a percorrel-o como visitantes curiosos, devassando-lhe com a possivel minudencia os escaninhos.

*

Do grande acontecimento nacional da tomada de Lisboa, assumpto já tratado n'estas memorias, conservou a sé preciosas recordações epigraphicas, se bem que mais modernas.

Dentro na porta travessa, *mais chegado ao pulpito, da banda do mar,* lia-se no seculo XVII este lettreiro, reformado nos caracteres por se achar muito gasto o primitivo; viu-o Leitão de Andrada, e conservou-o na *Miscellanea*[1]; aqui o apresento, copiado por mim á vista do proprio original, que

[1] Dial. II.

hoje (desde 1654, como diz a inscripção) se encontra dentro na galilé, ou vestibulo, na parede do lado esquerdo, orlado de uma moldura, ou ressalto, de pedra historiada:

TVNC . ANNI . DOMINI . CVM . C . M . NOTANTVR
CVNQ . QVATER . DENIS . IIII . ATQ . TRIBVS .
CṼ . PER . CHRISTICOLAS . EST . VRBS . VLIXBONA . CAPTA .
ET . PER . EOS . FIDEI . REDDITA . CATHOLICÆ .

ÆRA . MILENA . FVIT . HOC . DECIESQ . VIGENA .
VE DECEM . DEMPTIS . IN . CHRISPINI . QVOQ . FESTO

ESTES . VERSOS . LATINOS . Q̃ . ESTAÕ . NA . PEDRA
FRONTEIRA . SETRADVSIRAÕ . NOANNO . DE . 1654 .
CONTẼ . COMOESTA . CIDADE . FOI . TOMADA . AOS .
MOVROS . NO . D . 1147 . Ẽ . DIA . D . S . CHRISPĨ

Na parede fronteira lê-se a mesma inscripção em caracteres allemães, ou monachaes maiusculos; e pelos indicios paleographicos pensa João Pedro Ribeiro não ser mais antiga que o reinado do senhor D. Affonso III[1].

Castilho inclina-se a que fosse já do reinado d'el-rei D. Affonso IV, *de cujo tempo* — diz elle —

[1] J. P. Ribeiro, *Dissert. chron. e crit.*, diss. VI. pag. 14, nota.

são a maior parte das coisas antigas que alli permanecem[1].

Não me parece que tenha razão.

No tempo de Miguel Leitão achava-se separada em duas a preciosa lapide; e o fragmento que encerra os dois ultimos versos *Aera milena*, etc., encontrava-se então *fóra da porta principal.*

Traducção portugueza:

Então[2]*, quando se contam mil e cem annos do Senhor,*
com mais quatro vezes dez, quatro, e tres,
foi quando pelos christãos foi a cidade de Lisboa tomada,
e por elles restituida á fé catholica.
Isto foi na era millesima e dez vezes vigesima,
tirando-lhe quinze, na festa de S. Chrispim[3].

[1] *Quadros historicos—A tomada de Lisboa*—nota ultima.

[2] Este *Tunc*, então, dá forte indicio de que a inscripção fosse fragmento.

[3] A traducção que da mesma pedra traz Leitão de Andrada é quanto a mim defeituosissima; e sobre essa pedra, assim errada, edificou elle uma longa argumentação, em que um dos seus personagens quer provar que a tomada de Lisboa não foi em 1147, mas sim em 1152. Elle traduz assim: *Então* NO ANNO *do Senhor, quando se contavam mil e cento com quatro dezes, e* QUATRO TRES *então foi tomada Lisboa pelos christãos, e por elles tornada catholica.* Quatro dezes (=40) mais quatro tres (=12) faz effectivamente 52; mas é que o latim não diz isso; diz muito claro: *quater denis, quatuor, atque tribus annis;* isto é: quatro vezes dez, mais quatro, mais tres, ou 40+4+3=47. Parece-me impossivel como Miguel Leitão de Andrada se equivocou assim; e muito mais impossivel se me afigura, quando reparo em que os dois ultimos versos *æra milena* reduzem á era de Cesar o anno de 1147, sem equivocação possivel; a saber: *isto foi na era* MILLESIMA (=1000) *e* DEZ VEZES VIGESIMA (=200) MENOS

Á entrada da porta principal do templo liam-se estas inscripções hoje desapparecidas: Primeira:

ESTA SEPULTURA HE DE MARTIM DIAS PANTOJA DEAM QUE FOI DESTA SEÉ.

Segunda:

SEPULTURA DE JOÃO DE TEIVE CONEGO PREBENDADO DESTA SEE FILHO DE JOÃO DE TEIVE CONTADOR MÓR DESTE REINO, E DE D. JOANNA DE SOUZA, E DE SEUS HERDEIROS. FALECEO EM 28 DE AGOSTO DE 1638.

*

E visto que nos achamos outra vez á porta do templo, entremos.

*

Logo á esquerda, quero denunciar uma peça archeologica altamente veneravel: nada menos que a pia baptismal, que ainda hoje serve, e se julga

QUINZE (=1185). Tirando-lhe os 38 annos da differença dá sem remissão 1147.

Verdade é que Leitão de Andrada, e tambem o doutissimo J. P. Ribeiro interpretam o *quinque decem* (v.e decem) por *unde decem*, o que repõe a data de 1152. Em todo o caso pendo sem questão para a data demonstradissima de 1147.

João Pedro Ribeiro, na citada nota á Diss. VI, conclue depois de fallar tambem na divergencia de Miguel Leitão de Andrada: *De qualquer modo, sendo a conquista no mez de outubro, tanto concorda a era com aquelle anno, sendo o da Circumcisão pelo calculo Pisano, como o da Encarnação, principiando a 25 de março, segundo o calculo Florentino.*

ser a mesma onde recebeu o sacramento inicial o menino que veio a ser Sancto Antonio de Lisboa.

Eu não sou dos mais credulos; mas tambem não quero ser dos que, por systema, negam credito ás lendas piedosas, com que a historia profana, e a sagrada, se engrinaldam. Muitas tradições veridicas existem, sem documento porque o não podem ter, e que não considero menos respeitaveis, nem menos authenticas.

Acceito pois (quem perde com isso?) a tradição antiquissima, que me diz singelamente: por fins de agosto de 1195, era levado a baptisar n'esta mesma pia, na recente parochia da sé, em dias do bispo D. Soeiro I, o filho pequenino de um fidalgo lisboeta alli vizinho, Martim de Bulhões. Vejo o resumido sequito de parentes e amigos, uns com as suas garnachas talares, outros de loriga e elmo ponteagudo, e todos em trajo de gala, com as suas espadas arreiadas á franceza e sobrelavradas de prata[1]. Oiço repicar em festival enthusiasmo os sinos roufenhos do campanario. E depois d'isso tudo, leio com maior devoção historica o dystico latino, que em lettras doiradas modernas me está bradando por sobre a porta do baptisterio:

HIC SACRIS LUSTRATUS AQUIS ANTONIUS ORBEM
LUCE BEAT, PADUAM CORPORE, MENTE POLUM;

[1] Assim traduzo *una spata cum arriaces franciscos superlavratos argento,* de que nos falla uma doação de um tal Fafila Sesnandiz em 1078. Perdão para o anachronismo, se o ha.

que alguem paraphraseou d'este modo:

Bons visitantes, aqui,
n'esta pia que observaes,
foi Antonio baptisado
nas sacras aguas lustraes.

Grande Antonio, a tua fama
todo o mundo ennobreceu;
se Padua possue teu corpo,
tua alma esplende no ceo.

Se o meu leitor é de uns que vibram com enthusiasmo ao tocarem nas boas recordações historicas, lembre-se, agora ao analysar esta nobre pia baptismal, de que tambem n'ella recebeu o baptismo outro Antonio, quasi tão illustre como aquelle: o immortal jesuita Vieira, o maior brazão do pulpito portuguez. Deu-me essa noticia o diccionario de Barbosa Machado, e aqui a engasto como gemma preciosa.

CAPITULO XXI

Pára o auctor ante a pia baptismal a fallar do grande Sancto Antonio. — O padre Antonio Vieira. — Sancto Antonio foi o Diario de Noticias do seu tempo.— Nas antigas cathedraes havia os viveiros do ensino publico. — Cita-se D. Antonio da Costa. — Tentação do Sancto na escada do côro. — Cruz que elle grava com o dedo na parede. — Os gaiatos de Lisboa e os thronos de Sancto Antonio. — Conta o autor um engraçadissimo caso acontecido com o sr. visconde de Monserrate. — Antonio de Trueba encarrega-se do fecho do capitulo.

Como vamos agora por perto da pia baptismal do popularissimo thaumaturgo, fallemos d'elle, que é nosso, é portuguez, e tem enchido de alegrias milhões dos seus buliçosos festeiros ha já seculos. É sympathico a todos. O Vieira, citado ha poucas linhas, dizia d'elle n'um sermão prégado na Bahia, se bem me lembra: *Antonio, com ser um Sancto só, é ao mesmo tempo os Sanctos todos.* (E depois, o que tem graça, defende a these, e demonstra-a.)

O padre ainda podia dizer (elle adivinhava) que Sancto Antonio era o *Diario de Noticias* do Portugal velho. Eu me explico.

Quem perde hoje uma pulseira, um brilhante,

uma carteira de notas, ou uma inscripção, que faz? corre ao *Diario de Noticias* e annuncia. Pois no tempo que lá vai não era assim: quem perdia, ia a Sancto Antonio da sé, fallava com o ermitão, ou sachristão, e quasi sempre alli é que recebia o objecto extraviado. Eu me explico ainda melhor:

Havia uma provisão, ou ordem, de D. Filippe III [1], que obrigava os achadores de quaesquer papeis ou objectos a irem depositaI-os nas mãos do ermitão de Sancto Antonio da sé; e como provavelmente iam todos, todos os que perdiam achavam.

*

Talvez o meu leitor não saiba... (mas reparo: eu estou antecipando um pouco de mais; seria melhor ficar isto para o logar proprio; emfim, lá vai) talvez o meu leitor se não recorde, de que foi o paduano-lisbonense o inventor das *Concordancias biblicas,* um dos livros mais uteis e trabalhosos do mundo; pois foi; em 1210.

Como viria a idéa ao bom do franciscano, é que se não sabe; talvez andasse com ella a contas desde menino, quando aqui, n'esta mesma sé, cursava estudos. As sés da *obscurantissima* Egreja catholica foram sempre viveiros de saber.

Os mosteiros e as cathedraes — dil-o uma auctoridade, como tal reconhecida, em assumptos de instrucção publica — *foram as unicas escolas em que*

1 Cartorio da camara municipal de Lisboa, l. 1 d'el-rei D. Filippe III, fl. 121.

a nação encontrou os primeiros elementos da sua instrucção[1].

Na cathedral lisbonense do seculo XIII, ensinava-se, como n'uma universidadesinha rudimentar, o ler, o canto, e a grammatica[2]. E não se julgue que fosse pouco; os *grammaticos* da antiguidade eram homens abalisados; foi a grammatica uma especie da nossa instrucção secundaria: tinha logica, rethorica, historia, latim, etc.

Aqui pois, por estes claustros, tão outros, por estas portas, tão mudadas, andou aquelle estudantinho meio mystico, meio enlevado sempre nos assumptos do ceo, e sempre alheio, por indole, e já por virtude, aos assumptos da terra.

*

Uma vez... (assim conversando eis-nos á porta da torre do sul, que dá tambem para o côro; subâmos; temos que ver). Uma vez (diz a tradição, ou antes lenda; lenda veneranda, que é forçoso conservar) ia o mancebo a subir esta mesma escada; appareceu-lhe o tentador em figura de uma formosa rapariga. E que fez elle? riscou com o dedo uma cruz na parede da torre, e cheio de fé afugentou o diabo. *Apage!*

Lá está cavada a cruz symbolica. Um devoto mandou doirar a pedra, de modo que se vê a cruz

[1] D. Antonio da Costa, *Historia da instrucção popular em Portugal*, pag. 14.

[2] D. Rodrigo da Cunha, *Hist. eccl. da egreja de Lisboa*, part. II, cap. XXXIII.

em escuro sobre fundo de oiro; e para mais resguardo pôz-se-lhe um vidro com moldura. Como esse bocadinho da escada é estreito, mal allumiado de uma setteira, costumam em junho os meninos do côro, collegas de Fernandinho de Bulhões, fazer uma festa no altar de Sancta Maria Maior, segundo as posses do mealheiro, que se conserva todo o anno, de bocca aberta, na espectativa.

Oxalá se conservassem tambem todas estas lendas tão suaves! Não fazem mal a ninguem, não se atravessam nos *progressos* do seculo, e perfumam o coração com uma suavidade deliciosa.

*

Um dos costumes que vão a desapparecer é o culto dos rapazes pela rua ao grande Sancto seu patricio. Vou descrevel-o, para quem d'aqui a cem annos o quizer estudar.

Todos os garotetes da cidade levam do seu brio festejar este culto nacional. Como o dinheiro não abunda, soccorrem-se á generosidade dos transeuntes. Não ha esquina, quasi não ha quarteirão, principalmente nos bairros proletarios (nunca soube etymologia mais acertada que a da palavra *proletario*), onde se não erga, ou no chão, ou em cima de uma cadeira velha coberta de um retalho de chita, o throno do Sancto, com os seus castiçaesinhos de chumbo, a sua cruz, os seus malmequeres, maravilhas, e rosas, e a imagem, em cima, debaixo de um baldaquino de papel doirado; classica imagem de barro, que se vende a vintem nas ca-

pellistas, vestida de borel agaloado de oiro, com um ar beatifico e infantil, cruz na mão direita, e um menino Jesus nusinho a sorrir ao collo do franciscano.

Quem é a alma perversa, que recuse um cobre aos pequenitos da rua que andam a mendigar para a cera de Sancto Antonio? quem é o voltaireano blindado de aço, que não proteja com cinco réis aquelle culto innocente de meiguice e amor? E depois ficam tão contentes com qualquer ceitil! Bem dizia D. Francisco Manuel: *um grão de arroz será zombaria para um elephante, mas é morgado para uma formiga.*

O caso é que ao apparecerem os thronos pela rua, ahi em fins de maio, vêem-se ermos os castiçaes, e o templosinho portatil parece moiro, e tratado de mãos de hereges; poucos dias andados, já os castiçaes chumbam de cera; no dia 13 é para ver cómo as espadanas e folhas de rosa, o alecrim, o buxo, e a manjerona, alastram o chão areado, e como a face rubicunda do asceta peninsular já rutila gratidão aos clarões de doze ou quinze fachos pequeninos enladeirados pelos degraus do throno.

Demolem tudo! e no seu odio ao culto, até os editaes e os policias civis já teem perseguido, sob algumas administrações, os thronos mais populares que nunca houve: os de Sancto Antonio!!...

*

Ora agora um caso ainda, e será por em quanto o ultimo.

Todos sabem o que foi, e o que é, o palacio principesco do sr. Cook (visconde de Monserrate) em Monserrate, junto a Cintra: um paraizo verde, onde se esmerou a natureza, onde a arte se esmera cada dia, e onde, para nada faltar, ás opulencias verdadeiramente reaes da residencia veem juntar-se as tradições. Tudo conspira para fazer de Monserrate uma vivenda rara (talvez unica) em Portugal, graças á intelligente perseverança, com que a mão poderosa do actual senhor se desvela em ir reunindo com desusada bizarria primores sobre primores.

Alli passa o sr. visconde alguns mezes do anno, quando quer descançar das brumas da velha Londres, quando quer respirar o ar puro da serra, e aquecer o cerebro á luz do sol peninsular.

Haverá uns quatro annos, estava elle uma vez a ler o *Times*, descançadamente, depois do almoço, curando talvez menos da politica de lord Beaconsfield ou do marquez de Salisbury do que das suas queridas archeologias, e farejando na quarta pagina algum annuncio de antiguidades, senão quando, entre os dos bazares de velharias se lhe deparou um, que dizia pouco mais ou menos, n'uma lista de objectos raros de não sei que *bric-a-brac* de Londres:

VENDE-SE UMA ESTATUETA, QUE PARECE REPRESENTAR UM CARDEAL COM UM MENINO AO COLLO.

Um cardeal! *com um menino ao collo!* é singular. O sr. visconde viu o que o redactor do annuncio

não soubera ver; e a verdade saíu nua e luminosa de dentro d'aquellas palavras. Habituado a viver em Portugal, a presencear o culto que tributâmos ao grande Sancto portuguez, a observar a iconographia do thaumaturgo, muita vez vestido de menino do côro, com os seus habitos talares, e a sua *berreta* quasi cardinalicia, e sempre ajoujado com o menino Jesus no braço esquerdo, sentiu logo o sr. Cook n'aquella descripção fugitiva apparecer-lhe nada menos que o nosso bom lisboeta Sancto Antonio.

É elle; não ha duvida; e movido de um d'estes pressentimentos que se não explicam, chamou o seu creado particular, e avisou-o socegadamente de que n'essa tarde partiam para Londres.

O creado inclinou-se, e foi dar ordem ás mallas, e prevenir o cocheiro. O leitor continuou com a sua fleugma ingleza a correr as columnas do *Times*, com toda attenção, sem mais abalo.

N'essa tarde rodava para Sancta Apolonia, tomava logar para Madrid, d'ahi para Paris, d'ahi para Calais, d'ahi para Dover, d'ahi para Londres. Na estação de Black-Friars esperava-o a sua carroagem, avisada pelo telegrapho. O viajante deu ao *groom* a indicação do armazem do ferro-velho, e minutos depois apeava-se-lhe á porta.

—Foi aqui, que ha seis dias se annunciou uma estatua de um cardeal com um menino ao collo?

—Foi aqui.

—Posso vel-a?

—Pois não! alli está.

O recem-chegado dirigiu-se para o canto que

lhe indicavam, tirou a luneta, examinou a estatua, e viu, sem a minima duvida, o padroeiro de Lisboa.

— Sabe-se-lhe o autor? — perguntou com muita frieza o viajante.

— Eu não sei — respondeu o dono da casa. Ha na base uma inscripção que talvez o diga; mas é lingua que não percebo.

O seu interlocutor procurou a inscripção, e leu baixinho, em optimo portuguez o seguinte:

ESTA ESTATUA DE SANCTO ANTONIO
FOI MANDADA FAZER POR W. BECKFORD
PROPRIETARIO DA QUINTA DE MONSER-
RATE EM CINTRA, E EXECUTADA
EM ROMA, POR BALDINI
EM 1763.

Que serie de preciosas revelações! que serie incrivel de acasos! William Beckford, o antigo dono de Monserrate, o sympathico elegante immortalisado pelo nosso Rebello da Silva! a quinta de Sancto Antonio de Monserrate! e alli, trazido pelo fortuito chamamento de um reclamo do *Times*, o actual possuidor da mesma vivenda historica! Sempre ha coisas!...

Creio que, apesar do seu sangue britanno, teria o sr. visconde o maior custo em dominar o enthusiasmo; e julgo sentir um certo tremor de commoção na voz com que o estou ouvindo perguntar, com apparente singeleza:

— Quanto custa?

O certo é que poucos segundos depois tirou da

carteira um cheque de cem libras, entregou-o ao homem do bazar, e mandando a estatueta para o coupé correu com ella alguns dias depois direito a Monserrate.

O bom filho á casa torna; é bem verdadeiro o annexim.

Hoje, restituida á quinta de Sancto Antonio a velha imagem, que é pena não possa contar a sua chronica, e dizer os baldões que passou até ao seu desencantamento, é, pela valia estimativa, um dos objectos mais curiosos d'aquelles salões.

Bem se diz que é Sancto Antonio advogado das coisas perdidas. Melhor advogado que elle proprio para a sua causa, não o podia achar[1].

*

Por agora basta do Sancto. Temos muito que fallar d'elle a proposito da sua casa, que é proxima; fica para depois, se os leitores entenderem que devem continuar a escutar attentos estes meus sermões. Creio que não estou, como o bom do missionario, *prégando aos peixinhos;* que elle não prégava sómente *aos peixinhos;* a sua palavra escutavam-n'a as turbas. Hajam vista os celeberrimos frescos de Goya na capella de Sancto Antonio de la Florída construida em 1792 na entrada da Moncloa, nas verdes

praderas del Manzanares,

[1] Encontra-se esta anecdota no jornal *O Atlantico* de 6 de fevereiro de 1884. Fundo-me n'essa informação.

junto a Madrid. O leitor recorda-se de certo de ter ouvido á flauta pastoril do grande Antonio de Trueba suspirar estas arietas:

Entre flores y ramas
    tienes tu ermita,
glorioso San Antonio
    de la Florída;
    ramas y flores
te dan, Santo bendito,
    tu dulce nombre!

Bien haya el arquítecto
    que edificára
tu templo entre las flores
    y entre las ramas!
    hermoso emblema
del patron de los niños
    y las doncellas!

Pois é ahi mesmo; e n'essa pequenina capella dedicada ao nosso patricio, ao padroeiro dos meninos e das donzellas, pintou o immortal Goya o franciscano prégando a uma turba immensa de gente, como Francisco Vieira Lusitano o pintara em S. Roque prégando a um cardume de sáveis, pescadinhas, robalos e carapaus.

CAPITULO XXII

O quadro de S. Christovam por Antonio Machado Sapeiro. —Capella de Bartholomeu Joannes.

Continuemos agora de pausa, meditadamente, a nossa visita piedosa e artistica á velha cathedral de Lisboa.

Eis-nos (junto á pia baptismal) em frente do quadro enorme que representa S. Christovam, na parede ao lado esquerdo de quem entra o portão principal. O autor é Antonio Machado Sapeiro, pintor dos seculos XVII e XVIII[1].

Temos uma composição vasta, muito repintada, e pessimamente collocada; bem podia passar sem menção. O S. Christovam mal se vê; figura grotesca desenhada de côr, acurva-se toda, e vê-se condemnada a nunca se pôr em pé, com medo de arrombar a moldura. Pouco vale. O meu julgamento ainda vale menos; mas Volkmar Machado, que de pintura entendia alguma coisa mais do que eu, chama sem rebuço a este quadro *muito mau*.

[1] Cyrillo V. Machado, *Memorias*, pag. 86.



Eis-nos agora junto da capella chamada de Bartholomeu Joannes.

Preciosa coisa! bem merecia seria attenção da parte dos nossos governos. Se Bartholomeu Joannes dispozesse de seis votos, e tratasse de eleições, estava salvo.

Entremos.

— Quem era Bartholomeu Joannes? — pergunta certamente o leitor.

Pouco sei; era um *cidadão de Lisboa,* como diz o seu epitaphio; e a data mostra-o do tempo dos reis D. Affonso III e D. Diniz. Viveu por alli, na freguezia da sé, onde havia o *becco de Bertolameu Joannes*[1]; e vivera tambem na proxima freguezia da Magdalena[2].

Devia Bartholomeu Joannes ser por força homem largamente afazendado[3], auxiliador talvez das rasgadas emprezas d'el-rei D. Diniz, e tão privilegiado, que se lhe concedeu erigir capella na sé de Lisboa.

Basta a leitura do seu testamento, para nos mostrar em Bartholomeu Joannes caracter de linhas muito grandes, espirito largo e beneficente.

[1] Dil-o Christovam Rodrigues de Oliveira no seu *Summario.*

[2] ... *a igreja da Magdalena da dita cidade, onde fuy em outro tempo freguez.* — Testamento, fl. 126.

[3] Refere-se o testamento fl. 137 v. a bens em Portugal, França, e Flandres.

Que era nobre (ou nobilitado) revela-o o brazão de armas; se era fidalgo por si ou por herança de maiores, não sei. Diz o meu fallecido amigo Nogueira n'uma serie de preciosos artigos sobre *Hospitaes*[1], que alguns eruditos se inclinam a que Joannes fosse tabellião, e outros a que fosse um opulento negociante ou mercador[2]. Nogueira parece adoptar esta segunda versão.

Todos (menos Herculano) insistem na circumstancia de haver elle sido conhecido pela denominação de *compadre* de el-rei D. Diniz. Comtudo ácerca d'isso tenho muita e muita duvida.

Para os que se inclinam a essa opinião, não significa ella ainda assim (segundo creio) que Bartholomeu Joannes houvesse servido de *padrinho* a um infante (com quanto não era isso impossivel; havia exemplos: D. Ignez de Castro foi madrinha de um principe; D. Vasco de Ataíde foi padrinho d'el-rei D. João II); este *compadrio* significava na velha linguagem portugueza intimidade estreita. Estar *muito compadre* com alguem, ainda no seculo XVI queria expressar valimento, affecto intimo.

Comtudo, repito, esse supposto compadrio é para mim duvidoso.

O documento que me parece ter induzido em erro os historiadores é o proprio testamento de Bartholomeu. Querem ver?

Ahi[3] nomeia o testador seis testamenteiros, e

[1] *Jornal do Commercio*, 1865, n.os 3505 a 3550.
[2] Um d'estes é Herculano, *Panorama*, t. IX, pag. 42.
[3] Testamento, fl. 134 v.

entre elles dois compadres seus; ora o primeiro dos dois é designado assim: *Gonçalo Domingues sacador das dividas de Nosso Senhor El Rei meu compadre*. Quizeram ver n'isto uma qualificação d'el-rei; eu refiro-a apenas a Gonçalo Domingues, que está visivelmente correspondendo ao seu collega *Martim Vicente procurador na audiencia dos vigarios em Lisboa meu compadre*. Para mim nenhum valor tem pois a tão fallada qualidade, que se attribue ao instituidor da capella de S. Bartholomeu.

El-rei D. Diniz era-lhe muito affeiçoado; isso era; o proprio testador falla com o maior respeito e a mais profunda deferencia na pessoa d'el-rei, *que sempre manteve* — diz elle — *a my e os meus bens, e me defendeu em minha vida na saa mercê, e por algum serviço (se lh'o eu fiz) ... peço*, etc.[1]. Mas esse affecto reciproco entre o rei e o vassallo nunca auctorisaria este a declarar-se *compadre* do seu soberano.

*

Presumivel é que houvesse feito bom uso de seus haveres em vida, quem tão acertada e piedosamente os colloca depois de morto. Está-se a perceber em Bartholomeu Joannes um homem benefico, civilisador, devotado aos negocios espirituaes, e não menos aos melhoramentos materiaes do seu querido Portugal. Haja vista, por exemplo, certa clausula testamentaria, pela qual são consagradas

[1] Fl. 137 v.

cento e sessenta libras (154$560 réis de hoje) *para se fazer uma ponte por minha alma* — diz o fundador — *no rio de Pontevel, que é no caminho publico que vai para Santarem, entre Aveiras e o Cartaxo*[1].

Note o leitor uma coisa: no impérvio Portugal do seculo XIV, construir uma ponte, abrir uma valla, rasgar uma estrada, era altissimo serviço; e este, que Bartholomeu Joannes assim prestou, ainda (segundo julgo) se perpetua[2].

*

Mas não se limitou a esté genero de beneficencia o dedicado amigo d'el-rei D. Diniz: quiz fundar em Lisboa, para doze pobres decaídos de fortuna, um hospital segundo plano e estatutos muito seus, e ahi se põe elle a delinear com todo o cuidado a sua fundação caridosa, cujas rendas, encorporadas no grosso de instituições do mesmo genero, ainda hoje alimentam o caudaloso rio da caridade portugueza.

Foi o hospital de Bartholomeu Joannes a mais esplendida fundação que até ahi, e até á creação do sumptuoso hospital real de Todos os Sanctos no fim do seculo XV, se admirou em todo Portugal[3].

[1] Fl. 126 v.

[2] *Sobre o rio da fonte está a ponte de um só arco de volta inteira, construcção antiga, tendo soffrido varios concertos. Deve ser esta a ponte feita ...... por disposição testamentaria de Bartholomeu Joannes.* — Sr. J. J. de Ascensão Valdez, na sua erudita *Descripção da villa de Pontevel*, pag. 21.

[3] Opinião do meu chorado amigo e mestre J. M. A. No-

Mantinham-se doze pobres, a 3 soldos por dia cada um (uns 145 réis de hoje), e dava-se-lhes á farta vestuario e calçado. A habitação, feita de proposito, e segundo plano intelligentemente combinado, era *um nobre paço* (expressão empregada pelo proprio fundador) ... na freguezia, e perto da sé episcopal; albergue de invalidos da sorte, pessoas decaídas de seus haveres, mas dignas, por sua virtude e comportamento, de consideração e protecção.

*

Para séde e cabeça do hospitaleiro instituto, quiz Bartholomeu Joannes erigir na sé de Lisboa uma capella dedicada ao seu Sancto patrono[1].

Do testamento se deprehende[2] que já com antecedencia cuidara Bartholomeu Joannes em obter do cabido da sé um fragmento de terreno para a construcção que intentava; até já lh'o tinham dado e demarcado. *Aquelle logar que me deram e divisaram,* diz elle. Suspeito, portanto, que até ao

gueira, n'um dos seus eruditos artigos sobre *Hospitaes* de Lisboa e seu termo. Vide esta asserção no n.º de 27 de julho de 1865.

1 Veja-se em nota no fim d'este volume a transcripção exacta do item que se refere á fundação da capella, tal como se encontra no testamento do mesmo Joannes, no cartorio do hospital de S. José no livro n.º 19 da basilica de Sancta Maria Maior fl. 126. Vi esse precioso documento graças á bondade do meu amigo o incançavel sr. Luiz Carlos Leão Trinité.

2 Fl. 131.

primeiro quartel do seculo XIV, em que falleceu este opulento proprietario, tivesse a cathedral lisbonense desembaraçadas as naves, e que talvez só por então se começassem a construir as capellas.

A crermos que tudo corresse livre e desembargado, devemos admittir que logo depois de encerrado o testamento, se procedesse á construcção da capella de S. Bartholomeu. *Mando, ordeno, e estabelleço* — diz o testador — *que meus testamenteiros mandem* LOGO *fazer a dita capella em o sobredito logar quanto quer que custe de meus bens, a qual capella tenho por bem e mando que seja intitulada e chamada de Sam Bartholomeu, por cujo nome eu sou chamado.*

Nas disposições do autor transparece mais de uma vez, como já apontei, o seu respeito e affecto ao grande soberano seu senhor e á familia real. Os capellães haviam de orar por alma do instituidor, e pela saude d'el-rei D. Diniz, da rainha D. Izabel, do infante D. Affonso, e dos filhos d'este. Bastava esta circumstancia para demonstrar que antes de 7 de janeiro de 1325 (data do fallecimento d'el-rei D. Diniz) se lavrou o testamento de que nos occupamos. A cópia moderna que existe no cartorio do hospital de S. José está falha, e não contem data.

Onde veria Herculano a que attribue a este testamento, no indicado artigo do *Panorama?* isso é que não sei, mas algures foi, e por vir de quem vem não hesito em a acceitar. *O testamento* — diz elle — *datado de 28 de novembro de 1324* (era 1362), *é lavrado pelo tabellião Domingos Martins na cidade*

*

de Lisboa, nas casas que chamam da torre da Estevaynha nas quaes «morava o honrado Bertholameu Iohannes cidadão de Lisboa, ... o qual jazia em sua cama com todo seu siso.»

Que foi feito o testamento por motivo de doença de Bartholomeu Joannes, já eu deprehendera de uma clausula, que se lê a fl. 137 v., e em que o autor falla nos que *a mim serviam na minha doença.*

Os testamenteiros, pessoas de representação, creio, e amigos particulares do testador, foram estes: Gonçalo Domingues, *sacador das dividas de Nosso Senhor ElRei,* e compadre de Bartholomeu, segundo entendo; Pero Esteves, sobrinho de João Dias, reposteiro d'el-rei; João Pires de Xacum; João Domingues; Lourenço Annes, *companheiros* do testador, isto é, talvez, collegas, ou confrades[1]; e Martim Vicente *procurador na audiencia dos vigarios em Lisboa,* e tambem compadre d'elle[2]. A todos abrange com a honrosa designação final de *meus amigos,* e deixa-lhes a todos altas quantias como lembrança[3].

*

Os bens da capella de Bartholomeu Joannes

[1] A respeito d'essa palavra *companheiros,* cuja significação é duvidosa, apresenta Herculano (*O Panorama,* t. IX, pag. 41) a seguinte conjectura: *Talvez pertenceu* (Bartholomeu Joannes) *a alguma corporação, como, por exemplo, o gremio dos mercadores; porquanto no seu testamento falla muitas vezes em companheiros, e lhes concede enterrarem-se na capella que fundou.*

[2] Fl. 134 v.

[3] Fl. 137.

vieram a ser encorporados na corôa, concedendo-se depois a administração da dita capella a Joaquim Guilherme da Costa Posser, o qual requereu a completa abolição dos respectivos encargos, e a obteve por sentença de 23 de agosto de 1796.

Teve este senhor por filha e universal herdeira a senhora D. Maria Justina Posser, casada com o subdito britannico Fletcher, e avó materna do meu velho amigo D. Thomaz José de Mello. Tive a fortuna de conhecer e tratar muito de perto a sr.ª D. Maria Justina na minha mocidade; virtuosa e sancta alma, a quem tenho de referir-me detidamente nas minhas começadas *Memorias de Castilho*.

Dos sanctos e respeitabilissimos escrupulos da ultima administradora da capella de Bartholomeu Joannes tive nova demonstração, ao ler o requerimento em que ella, entendendo em sua consciencia que a sentença que livrava seu pae de todos os encargos da capella, fôra obtida por elle na melhor fé, mas *com premissas menos verdadeiras*, requereu, em setembro de 1855, que em consideração com as pias disposições do instituidor, e para descanço eterno da alma d'elle, fossem repostos todos os encargos da capella, obrigando-se a supplicante a satisfazer ao hospital de S. José os onus que se devessem.

É onde póde chegar a honradez e a meticulosa observancia do dever. Esse acto não me admira da parte da virtuosissima senhora; mas como exemplo raro (principalmente hoje em dia) folgo de o estampar aqui.

*

Arruinada e mal tratada como está, é ainda hoje a capella de Bartholomeu Joannes uma joia. Quem a examina de fóra reconhece-a logo, pois desdiz do resto dos paredões, com a sua affirmação ogival pronunciadissima.

Para a nave do templo tem a capella uma larga porta ogival muito boa. Á esquerda de quem entra, vê-se o tumulo do fundador. É uma grande arca de pedra com tres brazões na face de fóra, um aos pés, outro á cabeceira; os da frente entre dois motivos repetidos de folhagens ornamentaes. Os escudos trazem uma banda entre seis flores de liz, tres a cada parte.

Sobre a tampa da arca descança a figura de Bartholomeu Joannes, em habitos longos, como os usavam as classes elevadas no seu tempo, e envolto n'uma capa admiravelmente panejada. A capa tem no hombro esquerdo uma borla; e ao arregaçar-se deixa em baixo, junto aos pés da figura, apparecer uma bolsa pendente.

As mãos, quasi de todo mutiladas, só conservam os dedos polegares. Sobre o corpo assenta a espada do defuncto; tem o punho quebrado; apenas se lhe percebe o botão extremo dos copos.

A cabeça é nobre, e cheia de physionomia; cabello comprido para traz das orelhas; barba anelada. Lembra o que quer que seja do Nazareno. Assenta sobre duas almofadas.

Nos pés botas sem salto, e ponteagudas. As es-

poras, ou puas, são de corrêa, mas estão desatadas, para deixar assentar o calcanhar.

Eis ahi a fiel descripção d'esta notavel peça esculptural, preciosa por tudo, até mesmo pela raridade do genero.

Em lettras relevadas em volta da tampa lê-se este epitaphio:

Na face da cabeceira:

AQUI ⁝ IAZ ⁝ BERTO

Na face lateral:

LAMEU ⁝ IOANES ⁝ CIDADAAO Q FOI ⁝ D ⁝
LIXBOA ⁝ A ⁝ Q ⁝ DS ⁝ PDOE ⁝ P....SOU ⁝
XXX ⁝ DIAS ⁝ DE ⁝ NOVE.......

Na face dos pés:

....CCC ⁝ LXII ⁝ ANOS ⁝ ✠

Interpretação:

Aqui jaz Bartholomeu Joannes cidadão que foi de Lisboa, a quem Deus perdoe; passou (ou falleceu) *a 30 dias de novembro da era de Cesar de 1362* (anno 1324).

*

Na parede do lado da Epistola lê-se esta inscripção:

EN ⁝ NOME ⁝ DE^US ⁝ DE ⁝ AMEN ⁝ ESTA ⁝ HE ⁝ AHORDINHACŐ ⁝
DA CAPELA ⁝ DE ⁝ B^ERTHOLAMEU ⁝ IOHANNES ⁝ | CONUẼASA

BER ⁝ QUE ⁝ EÑA ⁝ DICTA ⁝ CAPELA ⁝ SENPRE ⁝ CANTẼ ⁝
XVI ⁝ CAPELLAAES ⁝ CADADIA ⁝ OS ⁝· | XII ⁝ MISAS ⁝ D'RE
QUIẼ ⁝ POR ⁝ SA ⁝ ALMA ⁝ E DO[US] ⁝ POR ⁝ ASALMAS ⁝ D'EL
REI ⁝ DON ⁝ DENIS ⁝ EDA ⁝ RAINHA ⁝ | DOÑA ⁝ ISABEL ⁝
EHUŨ ⁝ POR ⁝ O INFANTE ⁝ ESEUS ⁝ FILHOS ⁝ LIDIMOS ⁝ P
TAL ⁝ PREITO ⁝ ECONDICÕ ⁝ QUE | LHE ⁝ ALCEM ⁝ FORCA ⁝
Q̃LHI ⁝ ALGUẼ ⁝ TORVA ⁝ DEREN ⁝ SOB[RE] ⁝· ASA ⁝ CAPELA ⁝
EESPITAL ⁝ EBẼES ⁝ DELA ⁝ EA | SIINOU ⁝ ACADA ⁝ CAPELÃ ⁝
CINCOENTA ⁝ LB̃RS ⁝ EMAIS ⁝ DOUS ⁝ SOLD[OS] ⁝ ACADA HUŨ ⁝
CADA ⁝ SABADO ⁝ POR ⁝ A | MISA ⁝ OFICIADA ⁝ DE ⁝ SÃTA ⁝
MARIA ⁝ Q̃AN ⁝ DEDIZER ⁝ CADA ⁝ SABADO ⁝ ẼNA ⁝ DCTA ⁝
CAPELA ⁝ EA SALVE ⁝ REGI | NA ⁝ CÃTADA ⁝ EOS CAPE
LAAES ⁝ DEVEN ⁝ SEER ⁝ PORTS ⁝ BÕOS ⁝ ELIDIMOS ⁝ SEOS ⁝
ACHARẼ ⁝ SENÕ ⁝ FILHẼ ⁝ | OUTOS ⁝ EESTES ⁝ NONDEUẼ ⁝
REMOUUDO[S] ⁝ SALUO ⁝ SEFEZERẼ ⁝ OBRAS ⁝ QUAES ⁝ NON ⁝
DEUẼ ⁝ EDEMAIS ⁝· | HE ⁝ CONTHEUDO ⁝ ẼNA ⁝ DCTA ⁝ OR
DINHACÕ ⁝ Q̃ENCADAHUU ⁝ DIA ⁝ DEPOIS ⁝ Q̃AS ⁝ MISA[S] ⁝
FOREN ⁝ DICTAS ⁝ S | AIAN ⁝ SOBRE ⁝ B[ER]THOLAMEU ⁝ IHNES ⁝
CON ⁝ AGUA ⁝ BẼETA ⁝ ECON ⁝ MISERERE ⁝ MEI ⁝ DEUS ⁝
EQ̃HUŨ ⁝ DOS ⁝ IIII[O] ⁝· | CAPELAAES ⁝ Q̃EL ⁝ MANDA ⁝ Q̃CAN
TẼ ⁝ POR ⁝ ELREI ⁝ EPOR ⁝ ARAINHA ⁝ EPOR ⁝ SEUS ⁝ FILHO[S] ⁝
CANTE ⁝ CADADIA | AHONRA ⁝ DA ⁝ TRIIDADE ⁝ EOUTRO ⁝
DE ⁝ SCTA ⁝ MARIA ⁝ EOT[ERC]EIRO ⁝ MISA ⁝ AAHONRA ⁝ DESAN ⁝
DENIS ⁝ PER ⁝ C | UIO ⁝ NOME ⁝ ODITO ⁝ FOI ⁝ CHAMADO ⁝
E OUTO ⁝ A HONRA ⁝ D'SANTA ⁝ VERACRUX ⁝ Q̃DEUS ⁝ Q'HE ⁝
VERDADEIRA ⁝· | TRIIDADE ⁝ AROGO ⁝ D'SANTA ⁝ MARIA ⁝
SAMADRE ⁝ EDO ⁝ GLORIOSO ⁝ MARTIR ⁝ SAN ⁝ DENIS ⁝ MAN
TENHA ⁝ EA | GUARDE ⁝ OS ⁝ SOBREDITOS ⁝ REI ⁝ E RAINHA ⁝
EIFANTE ⁝ ESEUS ⁝ FILHOS ⁝ EN ⁝ SEU ⁝ SERUICO ⁝ EOS ⁝
GUARDE ⁝ | SENPRE ⁝ EMANTENHA ⁝ ELHIS ⁝ FACA ⁝ SEN
PRE ⁝ FAZER ⁝ DEREITO ⁝ EIUSTICA ⁝ EDEFENDER ⁝ EENPA
RAR ⁝ | BEN ⁝ ADICTA ⁝ CAPELA ⁝ EOSPITAL ⁝ EALCAR ⁝

FORCA : DE : QUALQUER : PESOA : Q̃LHA : QUISER : FA ZER : SO | BRE : ADITA : CAPELA : E SOBRE : OS : SEUS : BEES : EPORQ̃ : CONPRE : DESE : VISITAR : ACAPELA : EN CADAHŨ : | ÃNO : TANBEN : ENOS : CAPELAAES : COME : ẼNO : AL : MANDOU : EQUIS : EORDINHOU : Q̃ : QUALQUER : DAYÃ : | DELISBOA : Q̃ FOR : PER : OTENPO : VISITE : A CAPELA : HŨA : UEZ : ẼNO : ANNº : ESE : ACHAR : Q̃OS : CAPEL | AAES : NON : FAZẼ : BÕA : VIDA : OU : Q̃NON : FAZẼ : SEU : OFICIO : CÕMO : DEUẼ : Q̃OS : COREGA : E PONHA : ENELES : | PEA : QUAL : UIR : Q̃HE : DEREITO : ESE : ACHAR : ENA : SEGŨDA : UISITACÕ : QUESENÕ : COREGẼ : ENTÕ : PRIVEOS : DA | CAPELA : EOS : SEUS : TESTAMẼTEIROS : METÃ : OUTROS : D'CÕSENTIMẼTO : DO DCTO : DAYÃ : SEENA : TERA : FOR : | EENOUT^RA : GUISA : METANOS : ELES : PERSI : EASIINOU : PORESTO : AODICTO : DAYAN : MEO : MARCO : DE : | PRATA : ẼCADAHŨU : ÃNO : D'PROCURACÕ : OQUAL : MEO : MRACO : OU : SEX : LBR̃S : POREL : DEUE : AUER : ODIA : Q̃ | ADITA : UISITACÕ : FE ZER : ESE : PERUẼTURA : O : DAIÃ : NÕFOR : ẼNA : TRA : UISITE : OCHÃTRE : EAIA : ADTA : P | ROCURACON :·

Interpretação:

Em nome de Deus amen. Este é o regulamento da capella de Bartholomeu Joannes; convem a saber: que em a dita capella sempre cantem dezasseis capellães cada dia; doze d'elles, Missas de requiem por alma do fundador, e dois pelas almas d'el-rei D. Diniz e da rainha D. Izabel, e um pelo infante e seus filhos legitimos; com o seguinte ajuste e condição: que sejam defensores de qualquer violencia que alguem intente commetter sobre a sua capella, e hospital, e bens d'ella; e designou o fundador a cada

capellão cincoenta libras (4$800 réis de hoje), *e mais dois soldos a cada um todos os sabbados pela Missa resada que hão de dizer n'esses dias a Sancta Maria na dita capella, e mais Salve Rainha cantada. Os capellães hão de ser portuguezes bons e legitimos, se os acharem; se não, tomem outros. Não devem ser despedidos, senão no caso de fazerem alguma acção que não devessem fazer. Contém-se mais no dito regulamento que todos os dias depois das Missas cheguem os capellães á sepultura de Bartholomeu Joannes com agua benta, e rezem um miserere mei Deus. Um dos quatro capellães que elle ordena que cantem por el-rei e pela rainha e seus filhos, cante cada dia, um em honra da Trindade, outro em honra de Sancta Maria, outro em honra de S. Diniz, patrono d'el-rei, e o quarto emfim em honra da Vera cruz, pedindo a Deus, verdadeira Trindade, que por intercessão da Virgem sua mãe, e do glorioso martyr S. Diniz, mantenha e guarde os sobreditos rei, rainha, infante e seus filhos em seu serviço, e os guarde sempre e mantenha, e lhes faça sempre fazer justiça, e defenda e ampare a capella e o hospital, e tire a força a qualquer pessoa que pretender exercer violencias sobre a dita capella e hospital, e os bens do instituidor. Convindo muito que esta capella seja visitada annualmente, tanto pelo que respeita aós capellães como a tudo mais, mandou, quiz, e ordenou o instituidor, que o deão do cabido de Lisboa visite a capella uma vez por anno; e se achar que os capellães não fazem boa vida, ou não cumprem com o seu officio como devem, os corrija, e emende como achar de justiça; e se achar em*

a segunda visitação que se não emendaram, então expulse-os da capella, e os testamenteiros do fundador que provejam outros capellães, de accordo com o referido deão, se estiver na terra; e se não estiver, elles que decidam o negocio por si mesmos. Consignou o fundador por este trabalho ao deão meio marco de prata (5$760 réis de hoje) *annualmente; o qual meio marco, ou seis libras, receberá no dia em que fizer a sua visitação; e se por ventura o deão não estiver em Lisboa, será substituido pelo chantre, que receberá a esportula.*

*

O trabalho que me deu esta inscripção é incalculavel. Depois de tentar lel-a na pedra, desisti por causa da pouquissima luz da capella. Voltei outra vez, e tirei um *calco;* mas o papel era mau, eu estava pouco habil n'esse dia, o calco saíu-me deploravel! Lamentando-me eu ao meu amigo José Gomes Goes, teve elle a extrema bondade de se promptificar a acompanhar-me, com toda a paciencia, e munido de luz e phosphoros, etc. Lá fomos em 12 de junho d'este anno de 85; e quem espreitasse da porta via uma scena de nigromantes. No recinto escuro da capella dois homens: um trepado a uma escada de mão, com uma vela de stearina em punho, examinando a pedra, e soltando phrases quasi inintelligiveis em portuguez do seculo XIV; o outro em baixo, attento, escrevendo as phrases que o primeiro lhe dictava. O escrevente era eu. Toda a honra da decifração do pedregulho pertence pois ao sr. Goes; eu fui apenas secretario.

*

Concluirei mencionando a existencia de oito preciosos quadros da escola portugueza (chamada de Grão Vasco) sobre o altar d'esta mesma capella. Representam o martyrio de S. Bartholomeu, e sete outros assumptos do Novo Testamento[1].

[1] Communicação do erudito visconde de Balsemão ao conde de Raczynski, fundada no que se lia n'um manuscripto de Ribeiro dos Sanctos na bibl. nac.—Vide *Les arts en Portugal*, pag. 154.

CAPITULO XXIII

O celebre quadro de Pedro Alexandrino de Carvalho *O Salvador do mundo.*—Analyse esthetica d'esta magnifica obra.

No lado symetricamente opposto ao quadro de Sapeiro, contempla-se, como agradavel compensação, uma tela de alto merecimento: o *Salvator mundi* de Pedro Alexandrino; formosa pagina, que pelos annos de 1778, quando se pintava, produziu a maior sensação no mundo artistico. *Tudo mais ficou de parte,* diz com energica segurança o bom juiz Cyrillo[1].

Foi este novo quadro posto alli depois d'esse anno para substituir outro muito antigo, que o tempo damnificara[2].

Pedro Alexandrino! um dos nomes primaciaes da arte portugueza; um dos talentos mais vivazes e fecundos da nossa terra. Poucos pintores produziram tanto, e tão bem, como elle. É pasmoso o numero das suas obras nas egrejas, capellas, e galerias de Lisboa. Chega a parecer impossivel

[1] *Memorias,* pag. 121.

[2] Quesitos e respostas ácerca da sé de Lisboa, no codice mss. da bibl. nac. de Lisboa, intitulado *Memorias para a historia ecclesiastica de Portugal,* A—4—5, fl. 39.

que uma só palheta gerasse tão crescido numero de trabalhadas invenções, algumas das quaes, se não todas, vibrantes de estro e pericia. Atacava de frente as difficuldades, entregava-se á inspiração, improvisava brincando, e enfeixava entre sorrisos ramilhetes de boninas. Prima este autor sobretudo pela graça corrente e espontanea com que sabe imaginar, agrupar, e colorir. O seu *amaneirado* é encantador, e essencialmente elegante. Resgata com taes predicados as imperfeições que se possam notar na sua exuberancia resoluta de *pintar de pratica,* segundo diziam os antigos.

Creio que se Pedro Alexandrino de Carvalho tivesse encontrado nos governos do seu tempo a intelligente e sagaz protecção, que só por si basta muita vez para rebentar caudaes do seio das rochas mais duras, se o seu engenho indomito e fogoso tivesse conhecido meditação aturada, e se, mandado correr os museus da Europa, se tivesse fecundado n'um ambiente mais propicio do que era Portugal para emprezas artisticas, haveria subido a alturas incommensuraveis, e seria hoje brazão europeu. E ainda assim... é um gigante. Conhece-se n'elle um filho de Raphael d'Urbino, um peninsular enthusiasta, um compositor de primeira ordem. Por desgraça d'elle, e vergonha da sua terra, foi um empreiteiro, um *faiseur,* mas a trasbordar de genio.

Em toda a parte, repito, se encontram as suas obras, desde os oratorios particulares até ás cathedraes. Prompto sempre, sempre facil, espontaneo sempre, sempre na brecha.

Bastaria só por si este quadro que admirâmos para lhe segurar a reputação. Tambem, vê-se que lhe queria muito; assignou-o (o que nem sempre costumava).

Descrevel-o-hei pelas minhas proprias impressões, pedindo desculpa aos mestres, se assim metto foice na seara alheia.

*

Póde tão vasta composição dividir-se por si mesma em duas partes, como succede com a *Transfiguração* de Raphael: a superior, e a inferior; o pensamento, e a obra; a idéa, e a execução; o ceo, e a terra.

Na parte superior vê-se o Padre Eterno em gloria, entre um admiravel grupo de Anjos, que o seguram n'uma nuvem. Na mão direita brande como rei dos ceos sceptro de oiro; na esquerda sustem o calix da Redempção, e parece ter acabado de recebel-o das mãos do Filho.

Na parte inferior do quadro vê-se Christo ao meio, em pé, magestoso e digno, mas suavissimo, sorrindo melancolicamente para o espectador. Adoram-n'o de joelhos, em extase, cinco formosos Anjos adolescentes, symbolisando talvez as cinco partes do mundo avassalladas por Jesus.

N'este vulto sereno do Divino Mestre não quiz o autor figurar o Jesus do Calvario, o Nazareno militante, o Homem da angustia suprema; pintou antes o Christo do ceo, o Christo triumphante, o Christo das alegrias eternas, o Homem-Divino, já revestido da côr do azul immarcessivel. Nas mãos

e nos pés conhecem-se-lhe as chagas da crucifixão, mas conhecem-se-lhe apenas; na fronte luminosa, na casta fronte gloriosa, rutilam já todas as satisfações intimas do cumprimento da missão.

A baixo do Salvador arrasta-se a vencida serpente, odienta e lubrica, tentando ainda, mas em vão, recobrar a maçã do paraizo.

A mão direita do Filho de Deus ergue-se suspensa na attitude larga e magnanima de quem abençôa. O globo vê-se ao lado d'Elle, sobrepojado do alteroso madeiro da Cruz, que Elle sustem com a mão esquerda, isto é, com o lado do coração. A arvore da Redempção eterna firma-se no globo, e ergue o seu vulto austero, rectilineo, rapido, até ao grupo superior, formando assim o elo mysterioso entre os ceos e a terra. É a ponte sobrehumana da eterna ligação; é a escada mystica dos anhelos e das aspirações terrenas para as serenas regiões de além-mundo.

Aos pés de Christo uma caveira esquecida symbolisa a morte, que Elle soube vencer.

Passa toda esta scena em opulento jardim, com um rio á direita, para além do qual se entrevê ao longe o raio ferindo um idolo de bronze, entre o espanto e clamor de dois sacerdotes das seitas desthronadas.

A linha esthetica primaria, que liga artisticamente os dois grupos, parte da fronte do Padre Eterno, desce ao calix, ao joelho, á aza do Anjo de costas, á cabeça, á cintura, e ao pé esquerdo de Christo.

As linhas todas do grupo superior convergem

harmonicamente, segundo a regra, até á fronte do Padre Eterno; assim como todas as do grupo inferior convergem na fronte do Homem-Deus.

Os dois grupos ligam-se tambem, já pela Cruz, cujo madeiro se ergue desde a terra até ao ceo, já pela linha vertical do fuste das columnas de um templo pagão, que, para equilibrar a linha da Cruz, se avista á esquerda, e que symbolisa talvez o esquecido polytheismo.

Os Anjos, principalmente os de baixo, são o mais lindos que é possivel: esbeltos, formosos, intelligentes, bons, grandiosos, teem tudo!

Que bello quadro depois de analysado e saboreado com vagar! A sua affirmação esthetica pertence á harmonia vertical; e é notavel a arte suprema, com que todas as obliquas tendem para aquella affirmação, que é a linha do pensamento, a linha grande, a linha intellectual.

Como execução, é este quadro (apesar de alguns desleixos de desenho) um primor de facilidade, com os seus *toques resolutos e virgens* (segundo uma feliz expressão de Volkmar Machado ao fallar de Bento Coelho) e as suas tintas frescas, risonhas, e bem fundidas.

N'uma palavra: é tido hoje por um dos mais primorosos adornos da sé de Lisboa. Gloria a Pedro Alexandrino!

E com isto dou por finda a minha analyse do quadro, analyse timida apresentada aos entendedores como conjectura, e á memoria do insigne mestre como homenagem.

CAPITULO XXIV

Sepultura do arcebispo D. Rodrigo da Cunha. — Retrato d'este grande prelado pelo sr. Malhôa.— Sepultura do arcebispo D. Miguel de Castro. — O cruzeiro da sé: oito altáres. — O de Sanct'Anna. — O do Coração de Jesus. — A capella do Sacramento. — Um quadro de Pedro Alexandrino. — Inscripções hoje desapparecidas. — Outro quadro do mencionado pintor. — O altar de Nossa Senhora-a-Grande. — Diggressão a respeito de Martim Affonso de Sousa. — Recordação de Nossa Senhora da Rocha apparecida. — A actual irmandade da Conceição. — O altar de Sancta Maria Maior. — A capella de S. Vicente. — Diggressão ácerca do culto d'este Sancto. — Damião de Goes. — Dadivas d'el-rei D. Affonso I e de sua filha D. Mafalda. — Invasão de moiros em 1184. — Donativos do infante D. Fernando (o Sancto) á sé de Lisboa. — Nuno Gonçalves pinta o retabulo do altar de S. Vicente em dias d'el-rei D. Affonso V. — Perda das reliquias do sancto padroeiro da cidade. — Tornam-se a achar em 1692. — Sua actual collocação. — Os corvos.

Subamos agora o templo.

Á porta travessa do lado do norte sobre a rua do Limoeiro, jaz em sepultura raza o insigne D. Rodrigo da Cunha arcebispo de Lisboa desde 1636 até 1643. Era D. Rodrigo da Cunha caracter nobilissimo, e todo o respeito que se lhe preste é-lhe devido.

Acha-se ligado o seu nome ao feito extraordinario da restauração de 1640; e a historia ecclesiastica do reino deve-lhe livros conscienciosos e eruditos, que o immortalisaram.

É um dos maiores luminares da nobreza e da egreja de Portugal.

Foi primeiramente sepultado na egreja de Sancta Catherina, que julgo era enterro da casa dos Cunhas. Seu sobrinho D. Pedro Alvares da Cunha o mandou trasladar para a sé em 1702, para o pé *dos degraos da porta travessa, a que chamam do Ferro,* diz D. Antonio Caetano de Sousa[1].

Como sou muito devoto do illustre prelado, procurei com attenção a sua campa, depois de ver que já na casa se esquecera d'ella a tradição oral. Grandezas do mundo!... Tive a fortuna de a encontrar, e ensino ao leitor o modo de a ver. Entrando o guardavento da porta travessa, ainda hoje chamada *de Ferro,* ou *do Ferro,* volte-se para a cabeceira do templo, conte 8 passos n'esta nave do norte, e dá com uma grande pedra, de $2^m,61$ de comprido, e $1^m,70$ de largo, onde apenas alguns restos de lettras gravadas lhe denunciam sepultura. Gastaram-se desde 1702 para cá, e estão quasi de todo sumidas. Apenas se lê isto:

DOM RO.... O D...
... DA ... P......
REAL D...O.......
TOR...S..N.......
....

[1] *Hist. gen.,* t. XI, pag. 824.

*

Por felicidade conservou a *Historia genealogica* a integra do epitaphio. Eil-o:

DOM RODRIGO DA CUNHA,
PAY DA PATRIA,
COLLEGIAL DO COLLEGIO REAL,
DOUTOR NOS SAGRADOS CANONES,
ESCRITOR INSIGNE,
INQUISIDOR,
BISPO DE PORTALEGRE, E DO PORTO,
ARCEBISPO PRIMAZ, E DE LISBOA,
CARDEAL NOMEADO,
QUE NÃO ACEITOU POR LIBERTAR A PATRIA,
GOVERNADOR DO REYNO,
CONSELHEIRO DE ESTADO.
FALECEO EM 3 DE JANEIRO DE 1643,
DE IDADE DE 65 ANNOS.
TRESLADOU-SE NO ANNO DE 1702 POR D.
PEDRO ALVARES DA CUNHA, TRINCHANTE
MÓR DE SUA MAGESTADE. PEDE-SE HUM
PADRE NOSSO, E HUMA AVE MARIA[1].

No principio de 1883, um moço pintor de bem fundadas esperanças, o sr. Branco Malhôa, acabou de pintar no tecto da sala principal da camara municipal de Lisboa, ao Pelourinho, varios medalhões de portuguezes celebres; entre elles lá está com o seu bigode e pera e a sua nobre physionomia revendo intelligencia (cópia de um retrato do paço de S. Vicente), o grande D. Rodrigo da Cunha.

[1] *Hist. gen.*, t. XI, pag. 824 e 825.

Bom exemplo deu a illustrada vereação, consagrando na sua sala de honra tantos filhos benemeritos de Portugal. Se a escolha foi talvez um pouco ao acaso, a intenção é admiravel, e todos a applaudiram; creia-o a camara.

*

Outra sepultura digna de menção é a do arcebispo D. Miguel de Castro; campa raza por baixo do guardavento da entrada principal. O seu epitaphio diz assim:

AQUI JAZ O CORPO DE=
DOM MIGUEL DE CAS=
TRO ARCEBISPO QUE
FOI DE LISBOA O QUAL
PEDE HUM PADRE NO=
SO E HUMA AVE MA=
RIA . FALECEO EM O PRI=
MEIRO DE JULHO DE=
1625 ANNOS

Este traço preto marca o sitio onde passa o guarda-vento.

N. B. O epitaphio que no logar respectivo lhe attribue J. B. de Castro é diversissimo d'este. Inclino-me a que este seja renovado.

*

Junto d'esta lapide lê-se esta outra, tambem meio occulta pelo guarda-vento:

AQUI FOI ENTERRADO AÑT.º DE BARROS, PROTO=
NOTARIO PRIMEIRO, CUBICULARIO APOSTOLICO,
ARCIPRESTE DE BRAGA, CONIGO QUE FOI DESTA
SEE, FAMILIAR QUE FOI DO PAPA CLEMENTE 2.º
CAMAREIRO DO PAPA PAULO 3.º VIVEO 60 AN=
NOS, FALECEO A 5 DE AGOSTO DE 1551 AN.os &

IAS AQUI TAMBEM PEDRO RODRIGUES DE B=
ARROS, CONIGO QUE FOI DESTA SEE, SEU=
SOBRINHO MORREO DE 54 ANNOS, A 10 DE=
MARCO DE 1561 AN.os &

PAULO BEZERRA DE BARROS, CHANTRE, E=
CONIGO QUE FOI DESTA SEE, SEU SOBRIN=
NHO SE MANDOU TAOBEM AQUI ENTER=
RAR, FALECEO DE 56 ANNOS, 10 MEZES E 12
DIAS AOS 10 DE AGOSTO DE 1621 AN.os &

Na cabeceira d'esta lapide vê-se esculpido em baixo relevo um brazão de armas, que fica já no interior da nave, para dentro da madeira do guarda-vento.

*

Continuemos a subir o templo.

Quem pára no meio do cruzeiro, vê, como no

tempo de Carvalho da Costa, oito altares; os nomes dos actuaes é que differem dos que elle enumera. Examinemol-os.

*

No braço esquerdo da cruz temos primeiro, a contar de baixo, o altar de Sanct'Anna. Tem retabulo de Pedro Alexandrino, dizem, representando Sanct'Anna ensinando a Virgem Maria a orar por um livro, e S. Joaquim junto d'ellas lendo tambem. Acho toda essa composição durissima.

*

A este altar segue pegado o do Coração de Jesus. O retabulo é tambem duro e amaneirado.

*

A este segue a capella do Sanctissimo Sacramento, com sua porta de grades doiradas. A disposição da luz é realmente feliz. Quem acerta de chegar ao gradeamento em occasião de estar descerrada a cortina que por dentro o tapa quasi sempre, gosa da linda vista que apresenta esta capella, que é moderna, mas muito concertada, rica, e harmonica no seu genero. Ha primeiro uma antecamara sem luz, e que assim fórma um primeiro plano muito escuro, sobre o qual ressae ao fundo, com a sua ornamentação fortemente colorida, as suas alcatifas opulentas, as suas flores, os seus damascos e oiros, a camara do sacrario. N'esta não

se vê d'onde vem a luz, que jorra de cima, muito a proposito, suave, e artistica.

É um recinto este extremamente devoto. Vejam como a arte, dirigida com intelligencia e acerto, conspira de mãos dadas com a religião para elevar e melhorar a alma humana!

Por cima do arco ogival da entrada vê-se um quadro grande e bom, de Pedro Alexandrino, representando symbolicamente a Eucharistia commentada pelos doutores da Egreja. Vê-se a Particula n'uma custodia de oiro, collocada n'um pedestal de pedra ao centro do quadro; e de roda estão, meditando e escrevendo, em posições respeitosas e concentradas, S. Jeronymo, Sancto Agostinho (que por signal é retrato do outro de Vieira Lusitano que esteve na portaria da Graça e hoje está na academia de bellas artes), um Papa, e mais dois Sanctos, que não posso marcar ao certo quem sejam.

Antes do terremoto havia n'um arco da capella do Sacramento, *á face do claustro,* uma sepultura com uma figura de pedra deitada, que parecia ser de bispo alli sepultado.

Por traz da mesma capella via-se uma campa com dois lettreiros, um gothico, outro moderno, que dizia:

AQUI JAZ JOÃO ROIS DEÃO, E CONEGO
QUE FOY DESTA SÉ, NUNCIO APP.^CO E COLLEITOR G.^L
NESTE REYNO. MORREO NO ANNO DE 1454[1].

[1] Mem. mss. da bibl. nac. de Lisboa—A—4—5—fl. 40 v.

Em frente da capella do Sacramento estava uma sepultura com este lettreiro:

> Aqui Jaz B.^{meu} da Costa
> Thesr.^{o} e Conego que foy desta Sé
> por espaço de vinte annos
> Varão insigne em virtude
> Raro em desprezo de sy
> e do mundo, e caridade com
> os pobres, em sua morte foy
> deste povo aclamado por
> Sancto, Rotas e levadas
> por reliquias suas vestiduras.
> Faleceu a 27 de M.^{ço} de 1608
> de 55 de Id.^{e}

Junto d'esta sepultura, outra que dizia:

> Esta Sepultura hé de
> Aff.^{o} Furtado de Mendonça
> Deão que foy desta Sé falleceo
> a 30 de Mayo de 1609

Já nenhuma d'essas lapides se vê no sitio indicado. *Les morts vont vite.*

Defronte d'esta mesma capella do Sacramento, nota-se na parede opposta um quadro grande e apreciavel, figurando a ressurreição de Christo e a sua saída do tumulo. É, já se vê, do incançavel Pedro Alexandrino, que o assignou e datou: *P. Alex.^{o} inuent e pint. 1780*. Obra ainda de mais empaste e mestria, me parece, que a do Salvador do mundo.

*

No altar collateral á esquerda da capella-mór, está a imagem historica de Nossa Senhora a Grande. O altar é seiscentista, ornamentado de columnas salomonicas de marmore de côres. A imagem é de pedra pintada, e de tamanho natural. Ainda no seculo passado se lhe chamava a Senhora *de Bettencourt*[1]; porquê? porque uma antiga tradição refere, que a trouxera de França, da cidade de Bettencourt (na Normandia) o celebre Martim Affonso de Sousa filho de Lopo de Sousa. Aqui vem historia.

*

Era Lopo de Sousa aio do duque de Bragança, alcaide-mór d'essa cidade, védor da fazenda dos duques, e do conselho d'el-rei D. Manuel. Nasceu Martim Affonso em 1500 segundo se deprehende de uma antiga escriptura[2]; creado na casa de Bragança, foi pagem da lança e da campainha do duque D. Theodosio I[3]; mas sendo muito affeiçoado ao moço principe, depois el-rei D. João III, largou

[1] No sabbado 2 de julho de 1746 foram a rainha, a princeza, a princeza da Beira, e as infantas D. Maria Anna e D. Maria Francisca Dorothêa fazer oração a *Nossa Senhora de Bettencourt*, diz a *Gazeta de Lisboa* n.º 28, de 12 de julho do citado anno.

[2] *Hist. gen.—Provas*—tomo IV, pag. 1.

[3] As attribuições do seu cargo, que são curiosas, lá veem especificadas na *Hist. gen.—Provas*—tom. IV, pag. 199.

a casa ducal, e passou-se para o serviço d'elle. Tanto bem lhe queria o principe, que nunca o largava; a familiaridade entre ambos era immensa, e apenas egualada pela de D. Antonio de Ataíde, tambem valido de D. João. Aquelles tres mancebos eram tres bons amigos, tres companheiros, tres confidentes, quasi tres eguaes, cheios da leal e descuidosa confiança dos verdes annos. Sentiu-se d'isso o rei, não sei porquê; e com os seus ciumes de pae, fomentados talvez por intrigas de côrte, prohibiu tamanhas intimidades, e separou severamente os tres amiguinhos. Arrancado assim por força Martim Affonso á companhia do principe, de quem era já tão sincero amigo, e tão affectuoso commensal, curtiu grandes melancolias, e chegou a rebellar-se por palavras, querendo que o principe desobedecesse ao pae. A dôr do juvenil Martim Affonso subiu ao seu auge; nem os recados disfarçados, nem as amorosas cartas do principe D. João, conseguiram mitigal-a; e como era *muyto fantesioso e opiniatigo* (palavras de Gaspar Corrêa) abalou arrufado e amuado para Castella, por lá andou, por lá casou, e lá se deteve até fallecer el-rei D. Manuel. Cuidou então que o mandasse o novo rei chamar outra vez para o pé de si. Enganou-se. Longe da vista, longe do pensamento. Já tinham esfriado os affectos: já o supplantára de todo o seu rival e antigo amigo D. Antonio de Ataíde: e já nos cuidados de D. João III se levantara outro rival bem mais para temer: o encargo do reino.

Ora com a privança de D. Antonio acordaram

invejas no paço. Mais malleavel que Martim Affonso, conformara-se D. Antonio com a sua desgraça, e soffreu-a, bastando-lhe para lenitivo os muitos recados secretos, e as muitas cartas de D. João. Subido este ao throno de seus maiores, grangeou D. Antonio de Ataíde toda a sua intimidade e preponderancia antiga, com o que se assombraram os aulicos; e para a combaterem influiram Martim Affonso a tornar-se de Castella.

Foi então um duello de morte entre a côrte e D. Antonio: elle, forcejava manter afastado Martim Affonso; ella, instava com el-rei D. João para que o mandasse regressar; D. Antonio empenhava todos os affectuosos ardís do seu valimento; os cortezãos encareciam o muito que valia Martim Affonso, e o muitissimo que desamparara na casa de Bragança para tomar serviço na do principe. Cedeu el-rei, e mandou-o chamar.

Obedeceu o fugitivo; e como namorado rendido ás blandicias da noiva, tornou-se para Portugal e entrou na côrte.

Que desengano! aquelle paço da Ribeira já não era o mesmo; tudo mudara; o seu companheiro dos folguedos era o sombrio monarcha, de cujo lado não saía o cauteloso e apercebido D. Antonio de Ataíde.

N'uma palavra: mostrou-se omnipotente o valído, e teve artes de desterrar outra vez o seu rival, obrigando el-rei a doar a Martim Affonso de Sousa largos senhorios no Brazil, com alta jurisdicção e boas rendas. Não achando o Brazil bastante longe, alcançou que mandasse el-rei a Martim Affonso

para a India, com o doirado pretexto da nomeação de capitão-mór de cinco naus de carga, que em fevereiro de 1534 saíram de Lisboa.

Inclinou-se o novo agraciado á mercê que lhe era feita; e como já phantasiava, nos seus devaneios ambiciosos, subir a governador da India, na vaga de Nuno da Cunha, beijou a mão d'el-rei, e partiu.

Que a nomeação de governador não vinha longe, tudo parecia annuncial-o; dizia-o a voz publica por toda a parte. Estando o capitão-mór já embarcado em Belem, escreveu-lhe Pero de Carvalho, guarda-roupa d'el-rei, e no final da carta deixava caír estas significativas e engraçadas palavras: *e tanto que vossa mercê saír da barra fora, beijo as mãos a vossa senhoria*[1].

Assim mesmo o bastão de vice-rei tardou ainda uns sete ou oito annos; mas chegou.

Agora reparo: eu não estou aqui para contar a vida de Martim Affonso de Sousa; trata-a largamente a *Historia genealogica*[2]. Forrageei com affoiteza nas *Lendas da India,* d'onde tirei a narração acima, porque precisava d'ella para marcar a data approximada da vinda da Senhora de Bettencourt. Calculo que na sua ausencia do reino, poucos annos antes ou poucos annos depois de 1521 (fallecimento d'el-rei D. Manuel), tivesse Martim Affonso ido a França, e de lá tivesse trazido a imagem que nos occupa agora.

[1] Gaspar Corrêa, *Lendas da India,* tom. III, cap. LIV.
[2] Tomo XII, p. II, pag. 1101.

*

Era tida esta Sancta como boa intercessora em occasiões difficeis, e por isso costumavam as senhoras de Lisboa que estavam para ser mães, beber por devoção agua onde se deitavam pós raspados da pedra da imagem; para o que lhes vendiam os sachristães o pó que iam arranhar nas costas de Nossa Senhora. São usos, que, apesar de tudo quanto encerram de ridiculo, não posso deixar de respeitar pela intenção. D'ahi provém, segundo me affirmaram na sé, uma cova muito grande que a estatua tem nas espadoas; pelo que foi prohibida (e muito bem) aquella sacrilego-piedosa raspadella.

*

N'este mesmo altar estava até 30 de setembro de 1883 a Senhora da Rocha apparecida em Carnaxide; para lá foi transferida n'esse dia em grande pompa. A fim de substituir esta imagem, a que se habituara por mais de sessenta annos a piedade do publico, instituiram alguns devotos uma nova irmandade da Padroeira do reino, com séde em egual sitio. A inauguração solemne foi em 11 de janeiro d'este anno de 1885, com grande festa vocal e instrumental, bodo a cincoenta pobres da parochia, e vestuario a sete meninas.

*

O altar que faz symetria com este é o de San-

cta Maria Maior; linda physionomia de estatua, de uma doçura encantadora!

*

Depois, correspondendo á capella do Sanctissimo, está, no braço direito da cruz, a capella de S. Vicente. Paremos um minuto.

*

É de muita antiguidade na sé o culto de S. Vicente; hoje tem o martyr esta sua mencionada capella, privilegiada *in perpetuum,* ao lado oriental do braço direito da cruz do transepto. Até 1755 teve um nobre altar na capella-mór do templo. Por 1530 e tantos escrevia Acenheiro: *Foi achado* (o corpo de S. Vicente) *pera haver o jaziguo que ora tem em Lisboa na capella maior da dita cidade, omde amte seu alltar se sellebrão cõtinos officios devinos*[1].

E Damião de Goes na sua *Descripção de Lisboa* tambem se refere ás mesmas devoções, quando assevera que no seu tempo se conservava com summo respeito nas abobadas da cathedral o corpo do sancto levita[2].

D'aqui a poucos capitulos veremos a chegada do corpo do martyr a Lisboa, e o como tão vene-

[1] *Chron. d'el-rei D. Affonso* I, cap. III.

[2] *In fornice summi templi summa cum reverentia hodierna die asservatur.*

raveis reliquias vieram parar a sé. Basta por ora dizer que o altar de S. Vicente na capella-mór foi desde o principio adornado com primor e opulencia.

A crermos um documento velho conservado na casa dos jesuitas em Douai, e recentemente publicado por esses doutissimos padres, cuja maxima (apesar do que propalam os seus inimigos) é, e tem sido sempre, não esconder a luz debaixo do meio alqueire, logo á chegada das reliquias do Sancto a Lisboa lhes foi dada optima hospedagem. Por traz do altar destinado ao Sancto foi posta a sua arca de pedra, preza (para maior cautela) com cadeias de ferro. El-rei D. Affonso Henriques, e sua filha Mafalda, julgando pouco digna de taes cinzas essa clausura, substituiram o que era ferro por oiro e prata com gemmas preciosas[1].



Aqui vai outra diggressão necessaria.

Depois do casamento da infanta D. Thereza, filha d'el-rei D. Affonso I com Filippe conde de Flandres, sobreveio em 1184 terrivel causa de dessassocego para el-rei e para o reino: a invasão dos sarracenos, meado maio d'esse anno, capitaneados por Yusuf Amir-al-Mumenin, imperador dos Almohades.

Escusando-me agora a traduzir para aqui as

1 Vide *Analecta Bollandiana*, 1882, tom. I, no artigo ácerca de S. Vicente.

palavras de Antonio Paggio, o erudito commentador do cardeal Baronio[1], onde se citam boas fontes, e se narra o succedido até á acclamação do imperador Yacob-Aben-Yucef, cognominado Almanzor, transcreverei o que tão admiravelmente compendiou um grande mestre portuguez.

Juntas em Ceuta — conta Herculano — *todas as tropas de Africa destinadas para a guerra de Hespanha, Yusuf ordenou que o exercito passasse o Estreito, seguindo-o elle immediatamente com a guarda de negros, officiaes da côrte, e ministros.*

... *De Gebal-fetah* (Gibraltar) *onde effeituou o desembarque, o imperador de Marrocos dirigiu-se por Algesiras a Sevilha; e encorporando com os numerosos esquadrões que trazia as forças de seu filho Abu Is'hak, então wali d'aquella provincia, marchou para o occidente, e atravessando o Alemtejo veio assentar campo junto a Santarem, quasi nos fins de junho d'esse mesmo anno.*

....

Livre, como por milagre, da situação arriscada em que se vira, o rei de Portugal mostrou a sua gratidão aos beneficios da Providencia, pelo modo que n'aquella epocha se cria mais agradavel a Deus. Grande numero de sarracenos tinham ficado captivos durante uma retirada feita sem ordem, e só conduzida pelo temor. Estes captivos foram condemnados á servidão, e distribuidos pelo paiz para carregarem a pedra e o cimento nas reedificações e reparos das egrejas; e o oiro que pertenceu ao estado no sacco

[1] Tomo XIX dos *Annales Ecclesiastici* de Baronio, pag. 549.

do arraial de Yusuf, applicou-se á feitura de uma arca destinada a guardar as reliquias de S. Vicente, transferidas annos antes para Lisboa[1].

*

Por muitos documentos velhos se nos deparam provas da crescente veneração que ao martyr do cabo Sacro dedicavam os maiores principes. Servirá de exemplo ao que digo o testamento do infante D. Fernando (chamado o Sancto), filho d'el-rei D. João I, que em 1437 deixa á sé de Lisboa, em honra e memoria de S. Vicente, as seguintes preciosidades:

Um missal grande; um frontal bordado a oiro para o altar d'elle; todo o ordinario da capella do mesmo infante; um livro grande de officios divinos; doze livros pequenos procissionarios; um de canto de orgam; e um antiphonario, que mandara ao infante um cardeal[2].

Alem d'esses primorosos adornos e alfaias, consta confusamente, por depoimento do competentissimo Francisco de Hollanda, que Nuno Gonçalves, pintor a quem elle colloca na lista dos mais famosos do tempo d'el-rei D. Affonso V (ao que parece, ou d'el-rei D. Affonso IV, segundo opina Raczynski[3]), pintou o retabulo do mesmo altar de S. Vicente[4].

[1] *Hist. de Port.*, 4.ª ed., t. I, pag. 456 e seg.

[2] *Hist. gen.—Provas*—t. I, pag. 506.

[3] *Les arts en Portugal*, pag. 204 e 205.

[4] Cyrillo Volkmar Machado, *Coll. de mem.*, pag. 17;—Raczynsky, *Dict. hist. art.*, pag. 120.

Esse altar foi mandado arranjar de novo pelo arcebispo de Lisboa D. Fernando de Vasconcellos e Menezes, entre os annos de 1540 e 1564. Foi elle tambem quem mandou fazer as cadeiras do côro de baixo, e do de cima, o altar-mór, e as suas grades de bronze[1].

Esses melhoramentos emprehendidos pelo arcebispo D. Fernando parece que não foram reputados bons na primeira metade do seculo XVII, visto como o cabido da sé representou em 1631 a el-rei D. Filippe III observando: 1.º que o retabulo do altar de S. Vicente era muito antigo (provavelmente o de Nuno Gonçalves), e que estava muito estragado; 2.º que o altar do Sancto não tinha degraus, ao passo que o altar-mór tinha cinco, e a cathedra do arcebispo outros cinco, por modo que os pés do prelado e os dos conegos ficavam mais altos que o dito altar, *com grande indecencia e escandalo do povo*. Pedia pois o cabido ao soberano que mandasse proceder ás obras necessarias, por conta do real d'agua.

Satisfez D. Filippe escrevendo á camara de Lisboa, e ordenando-lhe que tratasse de pôr em execução a obra requerida, que não chegaria a custar 200 cruzados (347$000 réis de agora); e que do retabulo que houvesse de ser collocado em logar do antigo mandasse primeiro fazer um modelo, que seria submettido á approvação regia[2].

A obra fez-se, de certo, mas ignoro a sua descripção.

[1] J. B. de Castro, *Mappa de Portugal.*

[2] Eis a integra do respectivo capitulo da carta regia de 27

*

*

Pois bem: se são antigas, como se está vendo, estas memorias do venerando padroeiro da cidade,

de agosto de 1631, tal qual se lê no cartorio da cam. mun. de Lisboa, l. 1.º de D. Filippe III, fl. 170:

«Por parte do cabido da see desta cidade se me reprezentou que o Retabolo do glorioso são Vicente de ualença cujo corpo stá na quella Iggreja he muy antigo, e esta muy velho, e o seu altar no chão e sem degraos tendo o altar mór da see cinco, e o assento do Arcebispo outros sinco de maneira que os pees do Prelado e Conegos ficão mais altos que o altar do santo com grande indeçencia e escandalo do Pouo pedindo me mande q̃ essa cidade p conta do Real de agoa faça estas obras e p.r que he muy justo que se atenda ao reparo disto me pareçeo encomendaruos (como o faço por esta carta) que tratando com a camara e com o cabido de que a obra do altar e degraos (que se me referio não chegara a custar duzentos cruzados) se faça logo, ordeneis que do Retablo que se ouuer de fazer de nouo se tire hum modelo para se me enuiar, e uendosse se tomára a Rezolução q̃ mais conuenha.

«Phelippe de Mesq.ta

«Sobrescrito

«De S. Mag.de Á Camara d'esta cidade sobre o retabulo de S. Victe da sé d'esta cide.»

A este documento seguiu-se este:

«Dizem os Snr.es Gov.res que convem satisfazer a Cam.a ao que S. M.de mandou per carta de 27 de Ag.to sobre o modelo p.a o Altar de São Vicente E assim me ordenara que o lembrase a V. S.—G.de Noso S.nr a V. S. como desejo—Casa 4 de Novb de 631

«Phelippe de Mesq.ta

«Ao Conde de Castello novo.» (Era então o presidente da camara).—Ibid., fl. 171.

é não menos antigo em Portugal o desleixo crasso pelas coisas mais augustas. Uma vez perderam-se as reliquias de S. Vicente!!!!!

— Perderam-se?

— É verdade que sim.

Foi o caso, que tendo-as el-rei D. Manuel mandado metter n'uma caixa de pedra, e collocar a caixa n'um vão da parede do altar do Sancto, os pedreiros taparam com tanta consciencia o vão, com pedras tão irmãs do resto, que passado tempo ninguem já sabia do precioso deposito. Estava alli; mas onde?

— Ó meu commandante, uma coisa que nós sabemos onde está póde chamar-se perdida? — perguntava um taifeiro de navio de guerra.

— Porque me perguntas isso?

— É porque n'esse caso o bule de prata de v. ex.ª não está perdido; eu sei muito bem onde elle pára.

— Onde é?

— No fundo do mar, que me caíu hontem da mão.

Assim era na sé. As reliquias de S. Vicente estavam perdidas? Não, porque toda a gente sabia que estavam por alli algures, na sé. Mas onde?

Em dias do já citado arcebispo D. Luiz de Sousa, homem *de animo grande,* como o qualifica o immortal auctor da *Historia genealogica*[1], e prelado a quem se deveram bemfeitorias consideraveis no palacio archiepiscopal, succedeu um caso verdadeiramente digno de alvoroçar a todos os fieis. Estava-se em 1692; procedia-se a não sei que

[1] Tom. XII, p. I, pag. 543.

reparos no templo; ou antes, continuavam-se, a um lado ou outro, as interminaveis obras que por todo o seculo XVII alli houve, e a que alludiu com chiste o autor do *Hospital das Lettras;* ao fallar do inexgotavel Lope de Vega, cuja livraria parece não ter fim, deixa caír esta phrase: *As obras d'esse poeta são como as da sé, que nunca se acabam*[1]. Quando se estava esburacando uma parede da capella-mór, deu-se de repente com um esconderijo, dentro no qual se encontrou uma arqueta de pedra contendo os ossos de S. Vicente.

Foi um alvoroço publico; tiraram-se logo para um cofre de prata, fez-se-lhes um lindo altar na capella-mór, do lado da Epistola, e houve festas imponentes em toda Lisboa[2].

Por sua mão tirou o arcebispo uma das costellas de S. Vicente, engastou-a ricamente, e deu-a ao senhor D. Miguel, filho natural d'el-rei D. Pedro II (casado com a duqueza de Lafões D. Luiza Antonia Izabel Casimira de Sousa Nassau e Ligne); e elle offereceu-a a el-rei D. João V[3].

Com o fatal terremoto e incendio de 1755, ardeu o altar de S. Vicente, que era, como já disse, na capella-mór, ao lado da Epistola; dos ossos do Sancto apenas bocadinhos dispersos e queimados se encontraram no entulho. Recolheram-se com o maior escrupulo, e estão hoje, lá no alto do throno do altar da sua capella, n'um cofre de prata.

1 *Apol. dialog.*, pag. 335.

2 J. B. de Castro, *Mappa*, 1.ª ed., t. III, pag. 153.

3 Vide Feo, *Memoria dos duques*, pag. 211, citando as *Gazetas de Lisboa.*

*

Do martyr do promontorio algarbiense ha ainda na sé outra recordação: dois corvos, que alli se vão substituindo, e que o povo crê serem os mesmos da barca do Sancto. Oiço que antigamente andavam soltos e á sua vontade; hoje, pobres bichos! estão encarcerados sem culpas n'uma triste masmorra gradeada, no claustro, onde não vêem sol nem lua, e onde não gosam, creio eu, de invejavel abundancia. Faz pena aquelle modo barbaro de commemorar uma lenda. A sociedade protectora dos animaes não o applaude de certo, nem o senso commum.

A proposito dos corvos, aqui vai uma conjectura, que aliás não tende a destruir em geral a intervenção irrecusavel do sobrenatural nos negocios humanos:

Conforme a tradição piedosa, acompanharam dois corvos o corpo de S. Vicente, desde que foi exhumado no cabo, até á sua chegada a Lisboa. Que havia n'aquella paragem marinha uma grande quantidade de corvos, é certo, e desde alta antiguidade.

Hoje ainda por alli se encontram milhares de certas aves aquaticas, chamadas corvos do mar, genero de palmipedes, patos negros, parecidos com corvos. São muito domesticaveis, e andam á babuge dos navios que vão passando.

É probabilissimo pois, que algumas d'essas aves, que a final não seriam os corvos usuaes, pairassem

em roda dos exploradores que alli foram desenterrar o Sancto, depois os seguissem até ás barcas, e attraídas pelo alimento que lhes dessem, tivessem acompanhado o rancho durante muito tempo. E disse então a lenda: os corvos descobriram o logar da sepultura, e vieram dois acompanhando as reliquias até Lisboa, um á pôpa, outro á prôa do navio.

Creio que este accessorio dos corvos não é ponto de fé, e por isso me permitto discutil-o; com tanto mais desassombro, quanto julgo ver n'elle apenas uma repetição de antiquissimas lendas pagãs. Refere Strabão[1], fundando-se n'outros escriptores, que depois de ter Alexandre consultado o oraculo do Jupiter Ammon egypcio, por se lembrar de que Perseu e Hercules o tinham consultado tambem, recebeu no meio do deserto onde se aventurara, o inesperado auxilio de um chuveiro, que refrescou a atmosphera; e depois, foi guiado por dois corvos e levado a salvamento.

[1] *Geographica*, l. XVII, cap. I, § 43.

CAPITULO XXV

Descripção conjectural da antiga capella-mór da sé de Lisboa.—O retabulo do altar em 1619; seu autor Amaro do Valle.—Algumas antigas lapides funerarias da capella-mór.—Relance de olhos ao seu estado actual.

Visto que fallei da capella-mór da sé, direi alguma coisa mais, para conservar memorias d'ella, de todo substituidas pela reconstrucção moderna.

Quanto ao antigo aspecto, não ha já agora descripção, que não seja inteiramente conjectural.

Imagino o recinto fechado de uma abobada artesoada, acabando em cabeceira curva, e roto de altissimas janellas em ogiva com vidraças coradas, que dão sobre o recinto das capellinhas absidaes. Por ahi se illumina esta capella-mór n'um clarão suave de segunda luz, cheio de magestade e mysterio. Ao topo, n'um embasamento elevado em degraus ergue-se a cathedra do bispo, ladeada de bancos negros de espaldar, onde costumam sentar-se os membros do cabido[1]. Á direita da cathe-

[1] *Jusqu'au* XIIIe *siècle, les trônes des évêques et les stalles des chanoines réguliers étaient disposés généralement, dans les cathédrales, au chevet; le trône épiscopal occupait le centre.*—Viollet-le-Duc, *Dict.*, verbo *Autel*, pag. 22.

dra, os tumulos d'el-rei D. Affonso IV e da rainha D. Brites, formosas arcas de pedra já por mim descriptas. Á esquerda da mesma cathedra, isto é, á direita do povo, o tumulo, posteriormente demolido, de D. Gilberto primeiro bispo de Lisboa, e o altar de S. Vicente, em cujo retabulo começa talvez a emphase peninsular a accumular obras de talha, folhagens, imagens e doirados, que desdizem da singeleza usada nos primitivos seculos da Egreja. Ao meio, dentro de um pequenino sanctuario de cortinados de correr sobre ligeiros arames suspensos a pilares de bronze, ergue-se sobre columnellos de pedra a prancha do altar-mór; e atraz d'ella um baldaquino ogival todo rendilhado, de cujo alto pende no ar um cofre de prata lavrada riquissimo, onde se encerra a Eucharistia; uso que se conservou em varios templos até dois seculos atraz[1].

Eis ahi, pouco mais ou menos, o que (segundo nos dão a entender os estudos architectonicos) deveu ser na sua primitiva, até ao seculo XIV ou XV, a veneranda capella-mór da sé de Lisboa. Que pena é porém, que só por sonhos a possa o curioso entrever!

A sua altura, que era enorme, calcula-se bem,

[1] *L'usage de réserver l'Eucharistie dans des réduits tenant aux retables des principaux autels ne remonte pas à plus de deux cents ans; et encore, à la fin du* XVIII[e] *siècle, conservait-on l'Eucharistie dans des boites en forme de pavillons ou de tours, ou dans des colombes d'argent, suspendues au dessus des autels majeurs des grandes cathédrales et des églises monastiques.* — Viollet-le-Duc, *Dict. rais.*, verbo *Autel*, pag. 47.

examinando da parte de fóra, da banda da rua, acima do Aljube, umas misulas que lá se avistam no alto da parede, e d'onde partiam os ribetes ou artezões da abobada interior. Que pasmosa elevação! a esses raptos desconformes e enthusiasticos não chegaria de certo a architectura classica, nem mesmo sobrepondo ordens e entablamentos.

No tempo de Coelho Gasco o retabulo do altar representava a oleo Nossa Senhora da Assumpção[1]. Pintara-o o artista Amaro do Valle (antes de 1619), e sendo, na opinião de Cyrillo, a melhor obra d'esse mestre, via-se no tempo do mesmo Cyrillo, *despresada pela ignorancia*[2].

*

Quero mencionar agora alguns homens illustres que n'esta capella acharam sepultura, e que hoje lá não estão já, quer fosse por transferencia de jazigo, quer porque lhes perdessem as cinzas nas successivas reconstrucções d'aquelle recinto.

E a proposito: é pouco todo o cuidado que se tenha com o sagrado deposito das cinzas dos nossos mortos. Não me cançarei de o repetir. Que desacatos não temos commettido desde seculos!

No seculo XVII ainda alli jazia D. Martinho da Costa, irmão do cardeal de Alpedrinha, e 7.º arcebispo de Lisboa; da parte do Evangelho, em campa raza, via-se esculpido o brazão dos Costas, com a

[1] Gasco, *Antig. de Lisboa*, fl. 299 v.
[2] *Memorias*, pag. 70.

symbolica roda de navalhas de Sancta Catharina, e este lettreiro:

AQUI IAZ DOM MAR-
TINHO DA COSTA ARÇEBISPO
QUE FOY DE LIXBOA, O PR.º DESTE NOME,
O QUAL UINDO DE SABOIA DONDE AUIA
DEIXADO Á INFANTE, FALLECEO EM GIBAL-
TAR, FOY TRESLADADO POR SEU SOBRI-
NHO CHRISTOUÃO DA COSTA. ERA DE 1558. THESOUREIRO DA SEE [1]

Junto á loisa funeraria de D. Martinho, via-se a do 9.º arcebispo, D. Fernando de Menezes e Vasconcellos, filho do conde de Penella, com este epitaphio que foi *fielmente* copiado por Antonio Coelho Gasco:

AQUI IAZ ENTERRADO DÕ
FERNANDO FILHO DE DOM
AFONSO, PRIMEYRO CONDE
DE PENELA, ARCEBISPO
DE LIXBOA, CAPELAÕ MOOR
DEL REY DOM MANOEL E DE
SEU FILHO, DOM IOAÕ O 3 — E DEL
REY D. SEBASTIAÕ NOSSO S.OR
VIUEU 77 — ANNOS, Ẽ MEIO, FA-
LEÇEO A 7 — DE IANEIRO DE
M : D : L : XIIII [2]

[1] Quem traz este epitaphio é Coelho Gasco, *Antig.*, fl. 341 v.

[2] Coelho Gasco, *Antig.*, fl. 344 v. — Vão lá fazer obra por informações alheias tão levianas. Compare-se esta versão com a que traz D. Antonio Caetano de Sousa. É horrivel isto. Diz

Na mesma capella-mór jazia o 13.º arcebispo, D. Jorge de Almeida, tambem em campa baixa, com a seguinte inscripção:

AQUI NESTA SEPULTU-
RA ESTÁ O CORPO DE
DOM IORGE DALMEY
DA ARCEBISPO DESTA
CIDADE, INQUISIDOR
GERAL DESTES REYNOS,
COMẼDATARIO PERPE-
TUO DO MOSTEYRO D'AL-
COBAÇA. FALLECEO
DE IDADE DE 54
ANNOS A 20 DE MAIO
DE M : D : L : XXXV [1]

Tambem na mesma capella jazeu o arcebispo D. Miguel de Castro, que hoje tem a sua campa debaixo do guarda-vento da porta principal da egreja. D'elle diz com entranhado acatamento o seu illustre contemporaneo Coelho Gasco estas palavras:

Sendo de larga edade (89 annos) *falleceu em uma terça feira ao 1.º de julho de 1621. Com grandes saudades de todo o povo lisbonense foram suas exe-*

elle que o epitaphio era assim: *Nesta sepultura foy enterrado o corpo de Dom Fernando filho de D. Affonso,* I. *Conde de Penella, foy Arcebispo desta Cidade, Capellão mór del Rey Dom Manoel, del Rey D. João* III., *e del Rey D. Sebastião, nosso Senhor. Faleceo de oitenta e tres annos e meyo a 7 de Janeiro de 1564.*—*Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 134.

[1] Coelho Gasco, *Antig.*, fl. 346.

quias celebradas, e com razão, pois perderam tão sancto pontifice, e tão bom pae[1].

Finalmente alli jazeu o arcebispo D. Affonso Furtado de Mendóça[2].

Ao pé das grades da capella-mór lia-se esta lapide:

AQUI JAZ DIOGO DE GOUVEA D.^OR EM THEOLOGIA
REITOR DA UNIV.^E DE PARIS. CONEGO NESTA SANTA
SEE QUE ALCANÇOU E SERUIO A SINCO REIS DE PORTUGAL
E COATRO DE FRANÇA, E NEGOCEOU POR BEM DA
FÉ E HONRA DESTE REINO, VEYO P.^A ESTA SANTA SÉ
TRESLADADO COM OS OSSOS DE SIMÃO DE GOUEA
DE BRITTO CONEGO Q̃ FOI NESTA SÉ FALECEO
A 2 DE AGOSTO DE 1600.

Defronte das grades da capella-mór da parte do Evangelho lia-se:

SEPULTURA DO LECENCEADO ANT.^O PIRES DE BULHÃO
CONEGO QUE FOI DESTA SÉ DESEMBARGADOR DA
CASA DA SUPLICACAO, PROVISOR E VIGARIO GERAL
DESTE ARCEBISPADO, DE SEUS HERDEIROS. FALLECEO
AOS 19 DE DEZEMBRO DE 1582.

No mesmo sitio outra, cujo lettreiro diz:

SEPULTURA DE JOÃO GOMES DE MOURA CONEGO
DESTA SÉ, E SEPULTURA DE M.^EL DE ANDRADE
DE VASCONCELLOS Q̃ FOI CONEGO DESTA SÉ 43
ANNOS. FALLECEO A 11 DE FEVEREIRO DE 1641.

[1] *Antig.*, fl. 347 v.
[2] *Hist. gen.*, t. XII, p. II, pag. 924.

Defronte das mesmas grades lia-se n'uma campa:

> Esta Sepultura hé de
> Pedro Gramacho n.[al] de
> Alcacer do Sal. f.° de Mem
> Roĩs Ranes, e de Isabel Gra-
> macha, e de sua mulher
> Isabel Vas de Britto com
> obrigacam perpetua de hum
> off.° de nove Licoens, offer
> ta dois alqueires de
> Bolos, e hum pote de vinho,
> com huma missa cantada,
> e nove resadas, e isto em cada
> hum anno pello mes de todos
> os Santos.

Junto ás mesmas grades lia-se tambem:

> Nesta sepultura estão
> os ossos de João Bap.[ta]
> Sernige pr.° Arcipreste
> desta Sê, Protonotario
> da Sê App.[ca] q̃ falleceo de
> 63. annos aos 22 dias
> de Feuer.° de 1554.
>
> e jaz aqui mais o corpo
> de Hieronimo Sernige
> seg.[do] Arcip.[e] o qual falleceo
> em o 1.° de Junho de 1601
> de id.[e] de 75 anno. sinco
> mez, e dez dias.

*

A actual capella-mór é de tecto curvo de volta abatida, tendo acima da cornija nove janellas. A cornija assenta sobre pilastras com capiteis jonicos.

Ao fundo o altar-mór, com retabulo de Pedro Alexandrino representando a Assumpção. Aos dois lados duas tribunas para a familia real. Seguem-se, fronteiros um ao outro, os dois tumulos; da parte esquerda, o d'el-rei D. Affonso, está sempre escondido pela cathedra do senhor patriarcha. Aos tumulos seguem-se emfim dois enormes orgãos, vistosos e magnificos, com tribuna doirada para os cantores.

Em baixo, os bancos dos conegos, recobertos de damasco e brocado.

Não sei se no chão ha lapides, porque a alcatifa encobre tudo.

CAPITULO XXVI

Capella da Senhora da Apresentação. — Capella de Sancto Antonio. — Sachristia. — Inscripções tumulares da sachristia. — Obras modernas: a casa do capitulo. — O côro alto. — Vista tomada dos varandins do *triforium*. — Comparação do tamanho da sé de Lisboa com o de outros templos.

Á capella-mór seguem-se, depois da capella de Sancta Maria Maior, de que já fallei, e passando o arco da charola, e a actual capella de S. Vicente, a de Nossa Senhora da Apresentação, com pintura de Pedro Alexandrino, e a de Sancto Antonio, em cujo retabulo o mesmo artista o vestiu de menino do côro.



Alguns passos mais, e eis-nos na sachristia. É um recinto vasto e muito composto e elegante; diga-se a verdade. Rutilam os marmores, e corre em volta da parede uma linha escura de armarios de pau sancto com leves ornamentos de bronze doirado.

Do lado do sul abrem-se quatro altas janellas, e em correspondencia outras quatro para a nave

lateral do templo. O tecto é estucado, e modernamente pintado com figurinhas religiosas allegoricas.

Entre as quatro janellas de cada lado vêem-se tres nichos com estatuas de marmore; a saber: Sancta Izabel, Sancto Antonio, S. Damaso, do lado do mar; e do fronteiro Sancta Engracia, S. João de Deus, e S. Verissimo.

Ao topo da casa um altar com um grande Crucifixo; a este altar responde da parte do nascente uma fonte de marmores de côres, com tres bicas de bronze.

Ao centro do pavimento levanta-se uma meza, ou credencia, de marmore da Arrabida, para preparo do calix e registo dos missaes.

Ao nascente da credencia lê-se esta inscripção tumular em campa raza:

AQVI IAS O CORPO
DO D.TOR PANTALEAO
ROIZ PACHECO QVE
FOI CONEGO DESTA
S.TA SE DE LISBOA
....
....

As lettras hoje illegiveis completa-as um antigo manuscripto, já citado, d'esta maneira:

FALECEO AOS 30 DE
DEZEMBRO DE 1667.

Na mesma sachristia, ao pé do altar, está outra sepultura com este lettreiro:

AQUI IAS O DOVTOR IO
AO DE AZEVEDO COLLE
GIAL QVE FOI DO COLLE
GIO REAL NA VNIVERSID
ADE DE COIMBRA LENTE
DE PRIMA DE CANNONES
IVBILADO E RECONDVZI
DO NA MESMA EACVLDA
DE CONEGO DOVTORAL
NESTA SEE DO CONSELH
O DE ELREI NOSSO SENH
OR E DO GERAL DO SAN
TO OFFICIO DEZEMBAR
GADOR DO PACO FALEC
EO EM 19 DE NOVEMBRO
DE 1697



Alem d'estas inscripções encontro n'um livro manuscripto de memorias já citadas a menção de outros lettreiros que não vejo. Por exemplo: defronte da casa dos armarios (não sei o que é), estava este epitaphio:

ESTA SEPULTURA HE DO D.OR DIOGO ROIS VALE E DE SEUS HERDEIROS FALECEO NA ERA 1556

(Logar de um brazão)



Defronte da capella de S. Pedro este lettreiro:

SEPULTURA DE ANT.º
MENDES DE OLIUR.ª FI
DALGO DA CASA DELREY
NOSSO S.ʳ, E DE SEOS HER
DEIROS. FALLECEO EM DIA
DE S. GONCALLO DE 1572

*

Nas obras modernas da sé temos ainda que admirar.

É a casa do capitulo, por exemplo, uma bella peça, que merece contemplada uma vez: puro estylo do seculo XVIII; colgaduras a oleo sobre caixilho, imitando razes; tecto alto, estucado; sacadas nobres; um todo solemne de tribunal ecclesiastico; e ao meio a larga meza de oleado com saia de baeta vermelha, rodeada de poltronas pombalinas.

Foi n'esta mesma sala, que por distincção, certamente muito merecida, mandou o cabido da sé collocar os retratos de tres dos mais notaveis arcebispos que temos tido; a saber: D. Rodrigo da Cunha, D. Miguel de Castro, e D. Luiz de Sousa[1]. Como tudo são vicissitudes n'este mundo, já ao presente se não acham lá esses paineis. E é pena. Eram premios honorificos a bons servidores da patria!

[1] *Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 541.

*

É tambem muito notavel a vista do côro alto (sobre a porta principal). O conjuncto abrangido d'alli é encantador, e d'esse ponto elevado é que a nave se ostenta em toda a sua grandeza.

Corre-se em roda a cochia dos varandins bysantinos. Tambem recommendo ao visitante esse passeio.

D'ahi se domina a extensão do templo todo, o qual, conforme Bento Morganti, mede 96 palmos de largo, e de comprido, da porta principal até ao altar-mór, 264 palmos[1]. No fim do seculo XVI chamava-lhe o padre Sande *edificio de mui sumptuosa construcção, antiquissimo e vastissimo, com tres torres: duas aos lados da porta principal, e a terceira por traz da capella-mór*[2].

Vastissimo, é que não. Quem entra em Alcobaça, quem admira Nossa Senhora de Paris, quem se abysma a contemplar S. Pedro de Roma, acha logo a differença.

Não me caíu no chão certa phrase do diario da jornada do conde de Ourem a Basilêa, em 1437; comparando a nossa com a sé de Tarragona, diz o narrador: *esta see he pequena, que he assy como a de Lixboa*[3].

[1] Bento Morganti, *Descripção funebre das exequias d'el-rei D. João* V.

[2] *Lisboa em 1584—Arch. Pitt.*—t. VI, pag. 94.

[3] *Hist. gen.—Provas*—t. V, pag. 578.

É pequena, mas é, como poucas, um sanctuario de recordações, um archivo de primeira ordem.

E ignora-o o publico indifferente! e fingem ignoral-o os municipios! e fingem ignoral-o os governos!

Que tremendas responsabilidades vão assumindo todos perante as gerações futuras!...

CAPITULO XXVII

Atropellam-se varias visões historicas no espirito do autor d'este livro. — Baptisado d'el-rei D. João II. — Bençâo dos estandartes do duque de Bragança D. Jayme ao saír para a expedição de Azamor. — A infanta D. Beatriz duqueza de Saboya. — Juramento dos governadores do reino depois do fallecimento do cardeal-rei. — Entrada de Filippe II em Lisboa em 1619.

Quando eu lá do côro contemplava a capella-mór, estavam-me lembrando os muitos actos religiosos e politicos por ella presenceados desde seculos; e olhando para dentro da memoria, sentia um tropel de idéas confusas a pintarem-me as scenas historicas vistas por aquella mesma nave, e que todo e qualquer estudioso póde tornar a ver quando interrogue com devoção patriotica os eccos do que lá vai!...

*

....

E achei-me de repente em 1455. São 11 de maio; é domingo.

Desde os paços da Alcaçova, por S. Thiago e S. Martinho, até á sé, as casas, todas de frontaria

de bico, e embiucadas nas suas gelosias ricamente armadas, respiram desusada alegria esta manhã. Areadas as ruas, toldadas de panos, juncadas de espadanas e flores, e apinhadas de povo, que sae para ver a novidade.

A novidade, que assim dessocega o bairro, é esta: vai hoje a baptisar na sé do arcebispo D. Jayme o filho d'el-rei D. Affonso v nosso senhor. As festas da realeza foram sempre festas para o povo; por isso o povo sorri, como tambem sorri o mez de maio.

E sae da Alcaçova o prestito; luzida e nobre procissão aristocratica e real.

Abrem a marcha os porteiros da maça e os reis d'armas; seguem o porteiro-mór, o mestre-sala, o veador, o mordomo-mór, cada um com as suas insignias. Depois a orchestra, de trombetas, tambores, charamelas, sacabuxas, e mais instrumentos. Depois, debaixo de rico pallio de brocado, o infante D. Fernando irmão d'el-rei, levando o menino ao collo, esse menino de oito dias, que ha de vir a dar tanto em que fallar! pegam ás varas do pallio, a deante o conde de Villa Real D. Pedro de Menezes e o prior do Crato D. Vasco de Ataíde, e atraz o marquez de Villa-Viçosa e D. Fernando conde de Arrayolos seu primogenito. Seguem-se o grande infante D. Henrique, a infanta D. Catharina irmã d'el-rei, a senhora D. Filippa irmã da rainha, e sessenta senhores e fidalgos vestidos de opas roçagantes de ricos brocados, e sessenta senhoras, donas, e damas, trajando á franceza com a maior opulencia e graça.

Saem da sé a receber o cortejo, ao som do badalar dos sinos todos, o arcebispo de Braga, e tres bispos com o cabido e muita clerzia. Lá vejo entrar a esplendida turbamulta; lá procede o arcebispo de Braga ao baptisado do principe, sendo padrinhos o infante D. Fernando e o prior do Crato, e madrinhas a infanta D. Catharina e D. Beatriz de Vilhena. Pegou no gomil e no saleiro D. Fernando de Menezes; e na bacia de prata Leonel de Lima.

Acabada a festa no templo, voltou para a Alcaçova o mesmo cortejo, com as tochas accesas[1].

Quem dissesse então aos assistentes:

— Alli vai o sanguinario, o terrivel D. João II!

....

*

Depois mudou a scena. Achei-me em 14 de agosto de 1513.

É manhã. Está na capella-mór, em toda a pompa de côrte, el-rei D. Manuel, na sua cadeira de brocado ao lado do Evangelho. Segue-se-lhe o principe D. João seu filho, seu primo o duque de Coimbra D. Jorge, mestre de Sanctiago, o conde de Tentugal, o conde de Marialva, o conde de Portalegre, o arcebispo de Lisboa D. Martinho da Costa, os bispos da Guarda, de Vizeu, e de Safim, o D. abbade de Alcobaça, e muitos outros senhores.

Lá pelo alto das abobadas da capella-mór, pen-

[1] Garcia de Rezende, *Chron. d'el-rei D. João* II, cap. II.

dem ondulando vagamente as bandeiras que em dezembro de 1495 el-rei D. Manuel doára á cathedral, tomadas aos moiros de Tanger pelo capitão de Arzilla D. João de Menezes filho do senhor de Cantanhede[1].

Les drapeaux frissonnant sous tes voutes splendides.

Quem, entrando no corpo da egreja apinhada de povo, sempre curioso de presencear estas nobres solemnidades, perguntasse o que ia alli celebrar-se, ouviria:

— Vem el-rei mandar benzer os estandartes.

— Que estandartes?

— Os que leva contra Azamor o duque D. Jayme. Não passastes na Ribeira? não vistes a armada toda de verga de alto?

Pouco depois lá chega uma cavalgada numerosa ao adro da sé. Apeiam-se todos, e entra, com o seu ar sombrio e mystico, mais carregado que de costume, a grande figura do duque. Vem vestido de branco, segundo o uniforme dos seus regimentos; traz collar de sumptuosa pedraria, e aperta com o punho esquerdo a sua valente espada. Acompanham-n'o os officiaes da armada, e precede-o o seu alferes com o estandarte real colhido. Feita a oração ao Sacramento, beijam todos a mão a el-rei, e enfileiram-se para ouvir Missa.

Dita ella, benzeu o arcebispo o guião da nova hoste, alli, na mesma capella-mór, sobre o altar

[1] Vide Damião de Goes, *Chron. d'el-rei D. Manuel*, cap. XII.

de S. Vicente nosso padroeiro, e entregou-o ao duque. Este depôl-o nas mãos d'el-rei, que o acceitou e lh'o tornou a entregar, com palavras de animação cheias de brio portuguez. De joelhos as escutou o viuvo de Leonor de Mendoça; de joelhos e de olhos baixos, talvez arrazados de pranto.

E d'ahi entregou o estandarte novamente ao alferes, e saiu com el-rei e todos a encavalgar á porta do templo.

Na tarde d'este mesmo dia (anniversario de Aljubarrota!) embarcou a expedição[1].

....

*

Quem é agora aquella formosa rapariga de dezassete annos, que ao lado d'el-rei D. Manuel acaba de apear-se ao adro da sé?

O povo que estivesse junto aos paços da Ribeira no domingo 4 de agosto de 1521, pelas 4 horas da tarde, veria saír em todo o esplendor uma cavalgada festival, direita á Tanoaria e Rua Nova.

Ia el-rei ricamente vestido á flamenga, n'um cavallo de brida; depois a rainha D. Leonor sua mulher n'umas andas (ou liteira, como hoje diriamos) e com ella dentro a infanta Beatriz duqueza de Saboya; as andas cobertas de pano de oiro; os dois cavallos, guarnecidos de caparazões de brocado de oiro de pello.

1 Vide *Hist. gen.*, t. v, pag. 513; — Damião de Goes, *Chron. d'el-rei D. Manuel*, p. III, cap. XLVI.

Seguia n'um ginete magnificamente ajaezado o principe D. João, de capa aberta e com espada. Seguia a infanta D. Izabel em uma mula com guarnição e andilhas de rica chaparia de oiro. Seguia o cardeal infante D. Affonso com seu roxete, capello, e sombreiro de setim carmezim, em mula aparamentada de veludo da mesma côr. Seguiam-se o infante D. Luiz á flamenga, em cavallo de brida esplendidamente guarnecido; o infante D. Fernando de capa aberta em ginete arreado de oiro; os infantes D. Henrique e D. Duarte em facas de brida egualmente ajaezadas; e todas as damas da rainha e das infantas, e muitos gentis-homens, e pagens, e moços de esporas.

Foram, pois, pela rua Nova e Padaria até á sé e fizeram oração.

Tornaram a saír, subiram a Sanctiago, e em Sancto Eloy foram despedir-se da rainha viuva, a bondosa D. Leonor, que alli habitava na casa que lá para o deante estudaremos.

D'ahi desceram ao longo da Ribeira e entraram de novo no paço, onde houve o grande sarao de despedida immortalisado pela penna feiticeira de Garrett no drama que foi a primeira corôa de gloria da insigne actriz Emilia das Neves[1].

No outro dia foi o embarque.

A 29 de setembro o desembarque em Nice (ou *Niza*, como diziam os portuguezes).

. . . .

[1] Garcia de Rezende, *Ida da infanta D. Beatriz para Saboya.*

E como idéa associada a isto tudo:

Possue el-rei o senhor D. Luiz um quadro delicioso. O autor é Luigi Gamba, a quem el-rei o encommendou em Italia. O assumpto, a chegada da frota ao porto de Nice. Formosa pagina! interpretação brilhantissima da nossa chronica! Desenho correcto e facil; colorido vigoroso e limpo; taes são os predicados principaes d'este painel.

É alto dia. Refulge em todo o seu esplendor o sol de Italia (liberdade poetica habilmente tomada pelo pintor, dil-o-hei de passagem, visto como, a crermos Damião de Goes, foi já de noite o desembarque da infanta duqueza)[2]. Á direita vê-se o mar, e entrevê-se a armada salvando. Á esquerda, no alto de um coreto guarnecido de tapeçarias, uma banda de trombeteiros e charameleiros sauda a recem-vinda. Ao meio do quadro, entre o grupo das suas damas, e debaixo de pallio, vai pondo o pé na terra italiana a gentil peninsular, vestida de brocado branco, toda graça, toda sorrisos, ao passo que o duque Amadeu, curvado e respeitoso, todo affecto e curiosidade, se approxima entre os seus grandes a recebel-a.

O quadro esteve muito tempo na galeria da Ajuda. Quando aqui tivemos a visita do principe de Galles em maio de 1876, ordenou el-rei que tanto este como outros muitos paineis, passassem a enfeitar as salas do paço no sumptuoso baile que o mesmo senhor deu ao presumptivo herdeiro da corôa de Inglaterra.

[2] *Chron. d'el-rei D. Manuel*, p. IV, cap. LXX.

*

....

Desfeita esta visão da despedida da linda infanta Beatriz, achei-me em 27 de junho de 1579. Outros tempos! tristezas e desanimo.

Ficou-se em Alcacer-Quibir o nosso ultimo rei-cavalleiro. Succedeu-lhe, como tardio fiador da dynastia, o cardeal; e esse mesmo acaba de finar-se em Almeirim.

Lavra o mais fundo desanimo n'este bom povo de Portugal.

Estamos na capella-mór da sé.

Quem são aquelles cinco homens alli reunidos? o que estão assignando? são os governadores do reino; aquelle pergaminho é a provisão do cardeal nomeando os que por sua morte haviam de administrar Portugal na difficillima crise que o atormenta.

Reconheço D. João Mascarenhas, Francisco de Sá de Menezes, D. João Tello, e Diogo Lopes de Sousa, presididos pelo arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida.

Lido o auto, prestam os governadores o seu solemne juramento nas mãos do bispo de Leiria D. Gaspar do Casal.

Que acto! que tremendas responsabilidades! que prologo de tantas amarguras! [1].

....

[1] *Hist. gen.—Provas*—t. III, pag. 430.

*

Outro quadro.

São 29 de junho de 1619. Vai em Lisboa toda e no seu termo desusada e extraordinaria festa; celebra-se com esplendor nunca visto a entrada de el-rei D. Filippe II na cidade.

Tinha uns dias antes chegado o augusto viajante com a sua numerosa comitiva; aposentara-se no mosteiro de Belem, e em 29, no meio de um indescriptivel triumpho naval, desembarcava da sua galeota o opulento soberano na praia do terreiro dos *seus* paços reaes; festa imponentissima, de que o nosso artista Domingos Vieira Serrão fez o desenho, gravado depois por João Schorcquens[1].

Seguiu el-rei a cavallo entre as interminaveis exigencias das etiquetas cortezãs até á sé, rodeado de grande concurso de povo, e apeou-se nas escadas do adro.

O presidente da camara e os vereadores, deixando as varas do pallio, tomaram logar á esquerda d'el-rei, o principe herdeiro á direita, e os outros principes atraz. Subiram a escadaria; no taboleiro superior esperava-os, debaixo do pallio, e vestido em pontifical, sem mitra, e com o Sancto Lenho na mão, o arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro; mas como era muito velhinho, e mal se podia suster em pé, seguravam-n'o de um lado o arcediago de Santarem, seu sobrinho, e o thesoureiro da sé.

[1] Cyrillo V. Machado, *Memorias*, pag. 72.

O rei e os principes, depois de ajoelhados adorarem o Sancto Lenho, entraram no templo atraz do pallio, e foram ao altar-mór fazer oração, em quanto se cantou um solemne *Te-Deum;* e depois, entoou o arcebispo as Antiphonas, desvestiu-se dos trajos pontificaes, e foi com todo o cabido beijar a mão do soberano. Acabado esse acto, acompanharam-n'o todos outra vez até á porta[1]...........

....

Quando este ultimo *quadro dissolvente* acabou de esvanecer-se, arranquei-me ao sonho que alli me detivera, e saí. Precisava de ar; parecia que abafava.

[1] Lavanha, *Viagem de D. Filippe* II *a Portugal.*

CAPITULO XXVIII

Os paços episcopaes.—Onde seriam os do bispo D. Gilberto?—
Quadro provavel do interior da sua poisada.—O seu viver.

Concluida esta nossa peregrinação na sé de Lissibona, procuremos agora ao primeiro bispo nos seus paços episcopaes, que bem modestos haviam de ser então, e que é possivel ficassem já no sitio onde hoje vemos as ruinas da reconstrucção sobre o *Quebra-costas*.

Diz o sr. Vilhena Barbosa n'um dos seus instructivos artigos[1], que, depois da conquista, sempre que el-rei D. Affonso Henriques vinha a Lisboa se aposentava n'umas casas contiguas á sé; e calcula estariam no logar onde veio a construir-se o paço episcopal.

N'outra parte[2] conjectura ficassem no logar *onde agora vemos o edificio das antigas mercearias de D. Affonso* IV *e da rainha D. Beatriz sua mulher, entre a sé e o edificio da cadeia do Limoeiro.*

Não me occorre onde o nosso douto investigador colheu aquellas noticias, e tenho pena de que os

[1] *Archivo Pittoresco*, t. IV, pag. 167, col. 1.ª
[2] *Estudos hist. e archeol.*, t. II, pag. 200.

acanhados limites dos seus artigos lhe vedassem expôr, segundo confessa, *as mui razoaveis conjecturas* em que se fundou. Observo apenas que vem o sr. Vilhena Barbosa contradizer Antonio Coelho Gasco, tambem compillador erudito, que affirma positivamente que depois da conquista foi el-rei habitar (como aliás parece mais verosimil) na alcaçova do alcaide moiro.

N'esta confusão, n'esta escuridão impossivel de dissipar, figuremos por um pouco a habitação do prelado nas casas junto á sua nova sé. É a versão para que parece inclinar-se o sr. Mendes Leal nos *Monumentos,* seguindo a doutrina de Coelho Gasco. Diz elle:

Que effectivamente foi só de dias a residencia jurisdicional do prelado em Sancta Cruz, é egualmente confirmado no capitulo 75 da mesma obra (de Gasco).

Ahi, n'esse recinto mesquinho, habitaram longos annos, como se vê nas chronicas, alguns dos nossos bispos; ahi pois encontraria talvez já ao virtuoso D. Gilberto quem pelos annos do meio do seculo XII o procurasse.

*

Entremos. Surprehendamol-o nas suas tarefas de instaurador; penetremos á sua camara, sombria e pesada como todas as camaras nobres do tempo; ladrilhada, á moirisca; aderessada de tapeçarias fechadas em volta, a taparem as portas, de si baixas e dessymetricas; tapeçarias só praticaveis por aberturas, que, á maneira dos nossos reposteiros, recaem sobre a espalda de quem entrou.

Encostados de roda uns poucos de tamboretes de coiro, que no fundo escuro avultam mal, pela escassa meia luz que vem coando da ogiva de rotulas estreitas, como em fresta de capella romanica.

*

Conservadora como é a Egreja, não me admira perpetuasse, em tantos objectos essenciaes ou accessorios do culto, a fórma antiquissima de alfaias medievaes e romanas, que de balde se procurariam já hoje na vida civil. Para a Egreja, afastada da torrente das novidades, é muita vez a fórma um dogma. Nos rituaes d'ella, nas suas melopêas, nas suas procissões, na côr e no feitio dos seus trajos, nos seus petrechos, nos seus formularios, fareja o antiquario mil vestigios de tempos que lá vão. Na Egreja se reflecte o viver senhoril e castellão de ha dez, e quinze, e vinte seculos. É a liturgia um sacrario, que até para a decifração dos archaismos sociaes tem grandissima valia.

Em todas as feições portanto dos aposentos do bispo D. Gilberto, se nos atrevessemos a devassar-lh'os, reconheceria o observador feição accentuadamente ecclesiastica, isto é, antiga, e desdizendo das garridices frivolas da moda (sempre as houve).

*

N'alguma credencia de cedro, e em estantes giratorias como as de um côro monachal, topariamos por certo bom numero de livros; eram ainda luxo

*

n'esse tempo; quem os democratisou foi a imprensa, um dos instrumentos civilisadores de que mais se tem abusado!

A uma vasta mesa recoberta de tapete franjado, como as sanefas e sitiaes de um *Te-Deum*, poisa attento o venerando pastor, sentado n'algum faldistorio, semelhante a um que eu mesmo encontrei uma vez n'um desvão da sé, onde se guardam alfaias velhas, e que me lembrou o throno de Dagoberto ou Carlos Magno, tal como apparece nas illuminuras do seculo XIV.

Em volta do bispo os seus conegos e capellães, de garnachas e batinas, folheando algum tombo de pergaminhos canonicos, cuja fecharia de metal amarello ainda mais pesado faz parecer cada volume, ou discutindo algum ponto disciplinar com a gravidade de pessoas a quem o foral de Lisboa outorgou foros de cavalleiro.

Effectivamente *o clero das cathedraes, e ainda o das collegiadas* — pondera muito bem o sr. Henrique da Gama Barros na sua obra notabilissima *Historia da administração publica em Portugal* recentemente publicada (abril de 1885) — *formava a aristocracia, digamol-o assim, dos ecclesiasticos de condição secular; os curas de almas nas egrejas parochiaes eram a todos os respeitos os villãos da classe*[1].

Quero crer que a vida d'estes laboriosos companheiros do bispo D. Gilberto tivesse muito da disciplina claustral. Viviam como em communidade; iam juntos para a sé ás horas do côro; não habi-

[1] Tomo I, pag. 242.

tavam n'ella, mas sentiam-lhe a todas as horas o jugo salutar. Conforme Manuel Severim de Faria[1], attestam os claustros das antigas cathedraes os habitos monasticos dos primitivos conegos. *Sabemos* — diz elle — *que em Portugal, nas mais das sés antigas, viveram* (os conegos) *regularmente. D'isto ha muitos testemunhos nas egrejas de Braga, Lisboa, e Lamego, segundo m'o affirmou o licenciado Gaspar Alvares de Lousada, que na historia ecclesiastica de Hespanha é universalmente conhecido por uma das pessoas mais doutas que hoje temos*[2].

Muitos dos padres da velha Egreja lisbonense eram (como os seus nomes nol-o indicam) clerigos forasteiros. Em que pese aos que timbram hoje em representar aquellas eras como essencialmente dissolutas, e fazem das excepções regras geraes, é bem de presumir que mantivessem os ditos clerigos, na austeridade do seu proceder, as tradições severas, estatuidas desde 1050, quanto a trajo, costumes, e materia do sacrificio, e até (vejam como a Egreja timbrou sempre na doutrinação dos ignorantes!) na diligencia com que ensinavam os filhos do povo e as creanças, partindo-lhes *em pequeninos* o pão abençoado da oração dominical[3].

É grave injuria, não só a uma classe respeitavel, mas até á razão humana, isto de argumentar

[1] *Discursos varios politicos*, Disc. IV, 2.ª ed., pag. 130.

[2] D'este erudito escrivão da Torre do Tombo veja-se o que diz Innocencio no *Diccionario*. Nenhuma das suas numerosas obras se chegou a imprimir.

[3] Consulte-se sobre isto tudo o decreto do concilio Coiacense. — *Port. Mon.* — Leges et cons. — pag. 138.

com as excepções, e, em nome de um padre mau, acoimar de pessimos todos os padres. É simplesmente infame essa hermeneutica de Satanaz. E apesar d'isso foi, é, e ha de ser moda. Os *fabliaux* vilipendiaram os monges. Rabelais, o immundo Democrito da philosophia franceza, riu-se d'elles e de tudo. E quem se não recorda das grosserias de Gil Vicente?

Mas pergunto: deverá doer-se d'esses apódos improvocados a mais veneravel classe da sociedade? Tanto, como á dos medicos doem os epigrammas de Molière e Bocage.

*

Ao clarão de um candieiro singelissimo de bronze, pendente do tecto, e cuja fórma bysantina antiquada adornada de grotescos resaídos como gárgulas, lembra um lampadario de cathedral, e faria hoje em dia o encanto dos melhores museus, velam na casa do pastor parte da noite, depois do sino de colher *(couvre feu)* aquelles homens bons e doutos, entrelaçando siglas com as suas enormes pennas de pato, e presididos pelo bispo.

Nos ecclesiasticos (força é dizel-o) é que habitava a sciencia; na minima coisa se está a ver Alcuino á espalda de Carlos Magno. Os soberanos e outros grandes mantinham junto a si a entidade *scriptor*, que era sempre um clerigo[1]; e elles muitas vezes assignavam de cruz.

[1] O conde Raymundo marido de D. Urraca irmã da nossa rainha D. Thereza vem assignar como confirmante certa doa-

N'uma sociedade onde a sciencia se considerava apanagio exclusivo do clero — diz o sr. Henrique da Gama Barros na sua obra citada — *a illustração relativa d'esta classe devia contribuir bastante para conservar a preponderancia do sacerdocio em todos os negocios da vida.* Se alguns documentos d'esse tempo não bastam para demonstrar a ignorancia de todas as outras classes, observa o autor, ao menos revelam *com evidencia quanto se reputava alheio a ellas o officio de escrever*[1].

*

Com a presença austéra de algum Crucifixo de rude lavor, que ao fundo da parede se desenha, ou de algum oratorio *tryptico* cheio de imagens, inspira o bispo D. Gilberto os seus trabalhos arduos, de fundar de vez sobre bases estaveis a alta jurisdição do bispado, procurando adaptar a sua cathedra, toda ella paz, toda ella conciliação, ao terreno movediço e sangrento onde a mão de Deus lh'a collocara.

Tal era a casa; e tal era o pastor.

Vimol-o conjecturalmente no seu viver intimo. Estudemol-o melhor, á luz dos documentos, no seu nobre papel official.

ção do conde D. Henrique seu cunhado em 1097; e entre as testemunhas apparece um *Moninho Sisnandes*, qualificado de *scriptor* (secretario, por assim dizer) do conde Raymundo, e clerigo de S. Thiago de Galliza. — *Port. Mon.* — Dipl. et chart., pag. 513.

[1] Tomo I, pag. 212 e seg.

*

Para a historia d'este prelado, dedicado auxiliar do grande rei na christianisação da Extremadura, temos que seguir textualmente a relação do seu digno successor D. Rodrigo da Cunha, que logrou correr os archivos, provavelmente já muito mutilados, e que, se mais não disse, diligente e curioso como era, foi porque mais não encontrou.

O que dos trabalhos de D. Gilberto nos restou afigura-se hoje pouco. E não devia ser pouco. Foram elles necessariamente ingremes e duros; acabrunhou-o a pesada faina de instaurador. Só uma parte minima do que realisou sobreviveu aos seculos; não admira. Ha nos pormenores da administração muitas minucias que se furtam aos olhos, minucias que sem deixarem rasto escripto são absorventes e dominadoras.

Havia o trabalho no gabinete, o trabalho da parenése, o trabalho disciplinar da communidade canonica, o trabalho da conciliação e assimilação, e houve sem duvida o trabalho insano da adaptação completa da mesquita velha a templo catholico.

Nada d'isso se faz n'um volver de olhos; e quem reflectir, ha de pasmar da immensidade da tarefa quinhoada pelo novo bispo de Lisboa.

*

A primeira determinação que d'elle consta, parece haver sido o deputar ao arcediago de Lisboa

Eldebredo, a fim de em seu nome assistir ao concilio nacional de Braga em 1148; reunião preparatoria celebrada para prover ao modo como haviam os prelados portuguezes de achar-se no concilio de Reims, que os convocara, e principiou á 22 de março[1].

Ao tomar Santarem, doara el-rei D. Affonso aos templarios as rendas ecclesiasticas da mesma villa; mas depois de tomada Lisboa, desapossou-os d'essas rendas, e deu-as ao bispado lisbonense, ao qual haviam pertencido outr'ora. Como compensação, receberam os templarios outras mercês.

Existia no cartorio da sé o documento original, visto e traduzido por Antonio Coelho Gasco[3], em que o bispo D. Gilberto doava aos templarios a egreja de Sanctiago de Santarem com toda a sua parochia, e outras que nomeia, em troca das egrejas que el-rei lhes concedera a elles, e cuja posse transferira depois para a mitra de Lisboa.

*

Em 8 de dezembro do anno de 49 doou el-rei

1 Vide D. Rodrigo da Cunha, *Hist. eccl.*, part. II, cap. I, e *L'art de vérifier les dates*, chronol. des conciles.

2 D. Rodrigo da Cunha, *Hist. eccl.*, p. II, cap. I; — *Elucidario*, verbo *Tempreiros*.

3 *Antig. de Lisboa*, fl. 324 v. a 325 v. A data que traz Coelho Gasco é visivelmente errada. Elle diz: fevereiro da era de 1167. A era de 1167 dá o anno de Christo de 1129, em que Lisboa era moira. Vê-se pois que andou ahi lapso de copia, visto como nem tomando essa era de Cesar pelo anno de Christo achavamos a verdade, visto como D. Gilberto em 1167 era já fallecido.

D. Affonso á sé de Lisboa trinta casas para morada dos conegos, e todas as rendas e terras, que em Marvilla de Santarem possuiam as mesquitas moiras[1].

Aquellas trinta moradinhas eram, como cumpria, alli perto da sé, e deram nome á *rua dos Conegos,* desapparecida pelo terremoto de 1755; viella comprida, ingreme, tortuosa, desegual, e cuja largura variava entre 10 palmos e meio, 11 palmos, 25, e 33.

Quem sobe hoje a calçada do Correio velho, e vai tomar para o ramo oriental da rua de S. Mamede, recorde-se de que por ahi, pouco mais ou menos, quasi desde o sitio onde fica a esquina da rua das Pedras Negras, começava á direita esta tal rua dos Conegos, em curva, abrindo-se primeiro á esquerda no becco do Jasmin, depois nos pateos de Sancto Antonio, bifurcando-se no becco do Leão, atravessando um largo mesquinho e incorrecto, chamado da rua dos Conegos, e continuando em linha quebrada até saír no becco do Bogio com saída (em contraposição a outro, que ainda lá está sem saída), no sitio muito approximado do meio da nossa rua da Saudade.

Ora, segundo deprehendo dos tombos e medições feitas depois do terremoto, as casas pertencentes desde seculos aos conegos da basilica de Sancta Maria, vinham a ficar no extremo sul da primeira parte curva da mencionada rua.

Bem sei que tudo isto é muito vago, e o leitor

[1] *Id.,* ibid., fl. 70 v.

pouca idéa póde formar d'esta topographia. Uma recordação, interessante sobre todas, nobilita comtudo a velha rua dos Conegos: morou ahi em pequenino, em quanto seu pae era magistrado no Brazil, o grande padre Antonio Vieira. Disse-m'o o meu amigo José de Sousa Monteiro, autor da biographia, ainda incompleta e inedita, do insigne jesuita; obra que tudo nos assegura ter de sair condigna do assumpto e do talento do autor. Aproveito esta occasião para denunciar ao publico o escripto novo do sr. Sousa Monteiro.

*

Não posso avaliar o rendimento que vinham a auferir com as citadas doações d'el-rei D. Affonso Henriques a mitra e o cabido de Lisboa; alem d'essas havia mais fontes, que hoje não constam ao certo.

Entre parenthesis: acho graça a uma carta do anno de 1094, em que o conde D. Raymundo e D. Urraca sua mulher, attendendo a haverem-lhes representado o bispo de Coimbra D. Cresconio, e o clero, que por mingua de fazenda *passavam muitas necessidades,* os remedeiam com a doação de varios territorios. O tom do conde é de quem falla com mendigos![1]. E passados cinco annos, recebia a mesma mitra conimbricense outra deixa particular, tambem valiosa[2].

1 *Port. Mon.*—Dipl. et chart.—pag. 484.
2 Ibid., pag. 537.

*

No regimen interno da sua sé ordenou D. Gilberto quanto pertencia ao côro e officios divinos, e introduziu cá o breviario e missal da egreja de Salisbury, com que se regeu a liturgia até 1536, ao tempo do arcebispo cardeal infante D. Affonso, em que se substituiu aquelle ritual pelo romano[1].

*

Diz mais o consciencioso João Baptista de Castro na sua bella obra, que em 1151, segundo elle colheu na historia *Regum Anglicorum*, incitava D. Gilberto os seus conterraneos inglezes a virem continuar em Sevilha a expugnação dos infieis[2].

*

Falleceu este prelado em 27 de abril de 1166, com dezanove annos de episcopado. Sepultaram-n'o na capella-mór da sé, do lado direito, em tumulo alto, que passados annos se demoliu por servir de empacho ao culto[3].

[1] D. Rodrigo da Cunha, loc. cit.

[2] *Gilbertus Episcopus Olisiponis prædicans in Angliam plurimos sollicitavit in Hispaniam proficisci Hispalim obsessuros et expugnaturos.*—J. B. de Castro, citando a Simeão Dunelmense.

[3] D. Rodrigo da Cunha, *Hist. eccl.;*—J. B. de Castro,

CAPITULO XXIX

Procura o autor fixar o sitio da resideneia habitual dos bispos e arcebispos de Lisboa.—Factos averiguados, e conjecturas mais ou menos admissiveis.—Enumera-se a lista dos prelados lisbonenses desde D. Gilberto em 1147 até D. Thomaz de Almeida em 1755.

É pelo menos muitissimo provavel que junto á sua sé residisse, como apontei, o veneravel D. Gilberto; mas o demonstrado é que muitos dos seus successores alli habitaram.

Não consta a morada de todos; consta a de alguns. Ha lacunas, que por ora não pude preencher; talvez o possa com o andar dos tempos. De mais de cincoenta prelados, desde 1147 para cá, pouquissimos deixaram rasto por onde se perceba onde fizessem poiso habitual. Vejamos.

*

De D. Gilberto apenas sei o que fica dito no capitulo antecedente.

De D. Alvaro, D. Soeiro I, D. Soeiro II, D. Payo, D. João I, nada sei.

De D. Ayres Vasques (1244-1258) só vejo que

expirou no convento de S. Vicente de fóra, onde tinha sido conego regrante, e na egreja do mesmo mosteiro foi sepultado; o que me prova que viveu pelo menos algum tempo, com os seus antigos companheiros.

De D. Matheus, D. Estevam Annes, D. Domingos Jardo, D. João Martins, D. Frei Estevam II, e D. Gonçalo Pereira, nada alcanço.

Quanto a D. João Affonso de Brito (1326–1341), diz-me o sr. Vilhena Barbosa[1], que se inclina a que a obra dos paços episcopaes (de que ainda se avistam vestigios importantes sobre o Quebra-Costas) fosse reconstrucção pelo mencionado bispo. Note-se: *reconstrucção*. Logo, devemos admittir, fundados na opinião do nosso douto investigador, que antes do primeiro quartel do seculo XIV existia alli casa de habitação dos prelados lisbonenses.

De D. Vasco Martins (1342-1344) nada me consta.

Os seus tres successores, D. Estevam Annes, D. Theobaldo, e D. Reginaldo, governaram sempre ausentes, pelos seus vigarios geraes.

O mesmo, pouco mais ou menos, succedeu com os seguintes bispos: D. Lourenço Rodrigues, D. Pedro Gomes Barroso, D. Fernando, D. Vasco II, D. Agapito Colonna, e D. João d'Aix.

Chegamos aos ultimos annos do seculo XIV. Então era ainda na sé, *em cima da crasta,* dizem Fernão Lopes e Duarte Nunes, a casa do bispo, isto é, no andar superior do claustro que ha pouco estudámos. Ahi morava o infeliz D. Martinho, in-

[1] *Arch. Pitt.*, t. VI, pag. 58.

nocente victima dos revolucionarios em 6 de dezembro de 1383.

Paremos uns minutos, e eu conto essa triste historia em duas palavras.

*

Á meza se achava, jantando, o desprecatado D. Martinho com dois amigos, Gonçalo Vaz, prior de Sancta Maria de Guimarães, seu hospede, e um tabellião de Silves, recem-chegado a Lisboa; senão quando, discorrendo talvez os tres commensaes ácerca da tenebrosa politica do reino, entraram a ouvir, de repente, ao longe, uns urros, uns bramidos medonhos na rua, para as bandas do proximo paço de a-par S. Martinho, onde habitava a rainha viuva D. Leonor Telles de Menezes.

Como não percebessem a causa de tão extranhos rumores, levantaram-se, desceram ao claustro, fecharam bem as portas de communicação com o templo, e subiram (palavras de Fernão Lopes) *á mais alta torre da sé, onde estavam os sinos;* e ahi entraram a espreitar o que seria!

Continuava o tropel; e era um alarido de mulheres, e um vozear do povoleo:

— Mataram o mestre de Aviz! mataram o mestre! morram os castelhanos! mataram o mestre!

N'isto são avistados os tres curiosos no eirado da torre.

— Tangei esses sinos! padre bispo! sus! tangei esses sinos!

E ouviam-se tangendo a rebate as campas de S. Martinho e S. Thiago.

— Tanger os sinos?!! que diz aquella gente? — perguntava admirado o bispo aos seus dois companheiros. — E para quê? e que é isto?

Proseguiam as insistencias ferozes do populacho, acompanhadas de esgares e vozeria de mau agoiro.

Recusou-se o bispo formalmente a mandar tocar os sinos da sé.

Já alguns populares tinham conseguido arrombar as portas, e assomavam no alto da torre. Eram João da Veiga, Silvestre Esteves, Estevam Affonso, e outros[1].

A logica do povo solto é a logica da fera: brutal, ignorante, e surda. Ordenaram ao timido prelado que mandasse tanger aquellas malfadadas campas, para amotinar o povo, visto como soava ter sido morto o mestre de Aviz.

[1] Esses e os demais nomes dos personagens da triste scena deprehendem-se do breve do Sancto Padre Urbano VI, de 2 de novembro de 1385, em que são absolvidos do crime aquelles tres cidadãos. Está-se a ver n'isto a crescente influencia da parcialidade do mestre de Aviz, o qual (para lisonjear o povo a quem devia a eleição) soube convencer a côrte de Roma de que os tres assassinos se achavam *incendidos em zelo e devoção*, e de que o bispo D. Martinho e o prior eram scismaticos, e *intentavam entregar a cidade de Lisboa nas mãos dos scismaticos, pela qual traição estavam escondidos nos tectos da egreja de Lisboa, d'onde os precipitaram no adro da mesma egreja.*

Esse breve pontificio existe no archivo da camara municipal de Lisboa, livro de bullas e breves, fl. 1; vem citado e extractado nos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, pag. 281, pelo sr. Eduardo Freire de Oliveira.

— Nada sei do que dizeis — respondia o velho; — nada sei, nem ha por que mandar tanger as campas sagradas.

— Atirae esse perro castelhano cá para a rua! — bradava o povo em baixo.

— Senhor, vêdes? — lhe intimavam severos os de cima. — Ouvis?...

— Amigos — volvia D. Martinho — não vejo por que haja de obedecer-vos; do meu officio sei eu.

E entre a medonha confusão, que ia em augmento, já os malfeitores amotinados se insurgiam contra os seus proprios emissarios:

— Arrojae esse padre bispo, senão lá vamos nós arrojar-vos com elle.

Não houve que hesitar. Apossou-se dos taes o valor que tem ás vezes a cobardia, e sem mais discussões agarram em D. Martinho, e atiram-n'o da torre a baixo. É logo morto, despido, e arrastado.

Ao prior de Guimarães e ao tabellião de Silves chegou tambem a triste regalia de seguirem o mesmissimo caminho.

E então começaram a tanger solemnes e roucos os bronzes sonoros da velha sé.

The convent bells are ringing,
But mournfully and slow.

Pobre povo! a que de miseraveis façanhas te obrigam, meu triste ignorante![1]

[1] Vide Fernão Lopes, *Chron. de D. João* 1, cap. 13.°

*

A toda esta digressão me levou o ter fallado no infeliz bispo D. Martinho, *prelado de merecimento e de virtude,* como lhe chama João Baptista de Castro.

Nada prova, que eu saiba, connivencia de D. Martinho com os castelhanos, apesar de ser elle castelhano. A ter seguido o partido da rainha D. Beatriz (como é provavel) não fez mais do que manter-se na estricta legitimidade, e teve como companheira muita gente de grande peso e valia. Sejamos tolerantes com as parcialidades adversas á nossa, sempre que virmos sinceridade de intenções. O mestre de Aviz é a vontade popular; a filha d'el-rei D. Fernando é a lei. Respeitemos os enthusiastas, os patriotas, que seguiram o querer da nação quasi toda, mas veneremos a minoria nobilissima, que, embora vencida pelo numero, procurou manter a lei.

*

D. Martinho, no seu ephemero episcopado de dois annos, planeava (este é que é agora o meu ponto de vista) construir junto dos seus paços, e no recinto mesmo da sua sé, casas de morada para os conegos; dil-o o sempre citado Fernão Lopes; porém não passou isso de projecto.

*

Ficaria mal vista e infamada a casa episcopal

depois da barbara tragedia? Desejariam os prelados acautellar-se de novos desatinos do povo? procurariam desde logo, em conjuncturas tão anormaes, abrigo mais seguro dentro nas fortificações da propria Alcaçova? Não sei, mas é bem possivel; tanto mais, que no recinto acastellado onde campeara a antiga sé provisoria de Sancta Cruz, possuiam os bispos, desde o tempo d'el-rei D. Affonso Henriques, *umas nobres casas,* diz Coelho Gasco[1].

Essas *nobres casas,* caracterisa-as o mesmo laborioso escriptor como estando *junto com o priorado de Sancta Cruz*... e desenha-as *cercadas de um alto muro, com suas ameias como os moiros edificam. Tem* — accrescenta o dito informador — *um pateo e recebimento mui grande, em que assistem hoje* (principios do seculo XVII) *alguns soldados castelhanos por guarda.*

Segundo deprehendo de um plano antigo, ficava este predio historico pegado com a muralha junto á porta do Moniz, da banda de dentro, entre a dita porta e as barbacãs do castellejo, com um grande pateo ao centro; tudo no sitio onde hoje vemos parte da chamada *praça nova.*

Talvez ahi habitasse já o 1.º arcebispo de Lisboa D. João Annes (1383, 1402), mas não sei; D. João Esteves da Azambuja andou sempre por fóra do reino; de D. Diogo Alvares pouco se sabe. Agora o 4.º arcebispo, D. Pedro de Noronha (1424, 1452), é quem sem duvida fez residencia na tal sua casa da Alcaçova, acima referida, a ser exacto o que

[1] *Antig.*, fl. 285, citado a pag. 141 d'este mesmo volume.

*

diz Frei Claudio da Conceição. Contra este incançavel obreiro do *Gabinete historico* só tenho uma coisa: é não citar d'onde extrae as suas noticias; esse costume tira metade da valia á sua notavel obra de vulgarisação.

Diz elle, que pela morte d'el-rei D. Duarte sustentou o arcebispo D. Pedro *o partido da rainha viuva com a maior tenacidade, e até* (note-se) *fazendo-se forte no seu palacio, que era junto dos paços do castello; e porque o não pôde conseguir, saíu cheio de um grande sentimento de Lisboa, retirando-se para Alhandra*[1].

*

Dos successores do 4.º arcebispo, os arcebispos D. Luiz Coutinho, o cardeal D. Jayme, e D. Affonso Nogueira, nada me consta.

O 8.º arcebispo D. Jorge da Costa (1464, 1508) no tempo em que residiu em Lisboa habitava (pelo menos assim succedia em junho de 1467) n'uma casa a par do seu querido mosteiro de Sancto Eloy, tendo aforado o seu supradito palacio junto á Alcaçova ao vigario de Sancta Cruz[2], por modo que me parece que nunca mais lá tornaram a habitar os prelados lisbonenses, até servir de quartel no tempo dos Filippes, como acima nos disse Coelho Gasco.

Os paços junto ao mosteiro de Sancto Eloy não creio que fossem propriedade da mitra; inclino-me

[1] *Gab. hist.*, t. II, pag. 117.

[2] Vide o que disse no cap. VII d'este livro.

a que pertencessem á familia do opulento arcebispo D. Jorge.

Dos seguintes arcebispos, D. Martinho da Costa, e o cardeal infante D. Affonso, nada sei.

Possuiam os arcebispos de Lisboa casas em Santarem junto a S. Domingos das Donas[1]; mas essas não fazem agora nada ao meu assumpto.

O arcebispo D. Fernando de Vasconcellos (1540, 1564) não habitava nos seus paços da sé em 1543; encontro-o n'esse anno residindo nas *suas pousadas de S. Vicente de fora*, segundo se comprova com um trecho do diario da jornada da infanta D. Maria princeza das Asturias para Castella[2].

O cardeal-rei não me parece que residisse jámais na casa archiepiscopal. Do cardeal D. Jorge de Almeida, de D. Miguel de Castro, e D. Affonso Furtado de Mendonça, nada encontro.

Na prolongada ausencia dos soberanos legitimos de Portugal, acho o arcebispo D. João Manuel, em tempo da dominação filippina, residindo como vice-rei no paço da Ribeira, onde concluiu em 4 de julho de 1633 o seu ephemero episcopado de dois mezes incompletos[3].

De D. Rodrigo da Cunha, e de D. Antonio de Mendoça, nada encontrei.

O cardeal arcebispo D. Luiz de Sousa, que succedeu a D. Antonio de Mendoça, e foi nomeado pelo principe regente a 17 de setembro de 1675,

[3] Garcia de Rezende, *Chron. de D. João* II, cap. LII; — Ruy de Pina, *Chron. de D. João* II, cap. XVII.

[4] *Hist. gen.—Provas*—t. III, pag. 113.

[5] *Hist. gen.*, t. XI, pag. 541.

tomando posse a 22 de janeiro de 1676, dia de S. Vicente[1], reedificou, e ampliou com obras *nota-veis* o palacio archiepiscopal. Que obras fossem, não consta.

No seu paço falleceu em 3 (ou 4) de janeiro de 1702 o sancto prelado, cardeal D. Luiz de Sousa[2].

Do arcebispo D. João de Sousa nada sei, mas provavelmente habitou a sua residencia official.

O primeiro patriarcha de Lisboa D. Thomaz de Almeida residiu no palacio de seus paes ao campo de Sancta Clara, e depois residiu e falleceu no palacio da casa de Niza a S. Roque (onde hoje vemos os escriptorios e cocheiras da companhia lisbonense de carroagens)[3]; tanto que da longa estada do prelado ahi, ficou ao sitio o nome pelo qual ainda não ha muito era conhecido: *pateo do Patriarcha*. Para verão tinha o palacio do Tojal, e a linda quinta de Marvilla, hoje pertencente (por felicidade) a altos apreciadores: o sr. Perry, diplomata americano instruidissimo, casado com a insigne poetisa castelhana, a ex.^{ma} sr.^{a} D. Carolina Coronado.

No tempo dos cardeaes patriarchas é certo que nunca mais a sé, arruinada como ficou desde 1755, tornou a dar albergue aos seus prelados, que desde 1834 habitam o antigo mosteiro de S. Vicente.

Vejo até que em 1741, ao ser creado o primeiro

[1] *Hist. gen.*, t. XII, p. I, pag. 541;—*Gab. hist.*, t. V, pag. 79.

[2] *Gab. hist.*, t. V, pag. 80;—J. B. de Castro, *Mappa*.

[3] *Arch. Pitt.*, t. VI, pag. 58.

seminario patriarchal, o estabeleceram no antigo paço dos arcebispos[1].

Em 10 de agosto de 1750 succedeu o medonho incendio no hospital de Todos os Sanctos. Foram os doentes transportados para o convento do Desterro; e por causa do grande incommodo que isso causava aos frades, cedeu-lhes o patriarcha D. Thomaz para sua temporaria habitação o antigo palacio da Mitra junto á sé[2].

*

Basta. Este capitulo não passa de uma serie de apontamentos ainda informes; apesar d'isso não quiz deixar de o communicar aos curiosos, e espero ir a pouco e pouco preenchendo as lacunas que deixei.

E com isto dou por terminada por agora a minha romagem historica na sé de Lisboa.

[1] *Arch. Pitt.*, t. VI, pag. 58.
[2] *Gab. hist.*, t. XII.

CAPITULO XXX

Brado em favor da restauração da sé de Lisboa. — Toma-se para exemplo a cathedral de Sevilha. — Modo pratico de se levar a cabo tal empreza. — Vidraças coloridas; insiste-se n'esse pormenor altamente pittoresco. — O que é e o que póde a architectura. — Conclusão.

Como se acaba de ver por esta corrida veloz atravez das preciosidades archeologicas do notabilissimo edificio, daria elle assumpto para volumes. Pena é que os governos olhem para taes coisas como para superfluidades!

Lá fóra tambem ha vandalismos artisticos; certo é. O cabido da cathedral de Chartres, por exemplo, demoliu um altar-mór do seculo XIII; o cabido de Nossa Senhora de Paris destruiu os seus relicarios, e os mausoleos dos seus bispos; o de Amiens substituiu magnificencias de esculptura velha por estuques, gessos, e madeira![1]

Comtudo, esses crimes de lesa arte (é o que vale) são mui raros na Europa culta; apontam-se a dedo, e a imprensa fulmina-os. Porque não ha de a nossa imprensa fulminar tambem os desacatos, que dia

[1] Viollet-le-Duc, *Diccionario*, verbo *Autel*, pag. 51.

a dia se perpetram d'esse genero em Portugal? E quanto á sé de Lisboa, em particular, porque não havemos de tomar para norma o que, não ha ainda tres annos, se viu no reino de Hespanha? Foi isto:

*

Ameaçava ruina proxima um dos monumentos mais apreciaveis da Europa: a cathedral de Sevilha. Que se fez? cruzaram os braços os nossos vizinhos? calou-se a imprensa? ficaram surdas e cegas as estações officiaes? Não, não.

Por fortuna, era ministro do fomento (obras publicas) o sr. Albareda, sevilhano, enthusiasta das glorias nacionaes; e era director da instrucção publica o sr. Riaño, archeologo eminente, professor e funccionario esclarecido.

Soou o alarma no jornalismo; foi um rebate; na vetusta cathedral andaluza se fitaram todos os olhos.

Começou-se por examinar d'onde provinha aquelle gradual enfraquecimento dos paredões, aquelle desaggregar da silharia, aquelle desnivelar de alguns columnellos, ruina subtil e traiçoeira, que, já atalhada em parte no fim do seculo ultimo, parecia dever attribuir-se a descaímento ou esboroamento dos alicerces.

Sem perda de semanas, escolheu-se um habil architecto, D. Adolfo Fernandez Casanova, technico muito devoto da archeologia, e respeitador da tradição.

Depois gastaram-se uns pobres milhares de du-

ros, e a Hespanha não viu caír dos florões da sua corôa aquella perola magnifica.

Esta lucta do homem com o tempo é grandiosa. É o ephemero a vencer os seculos; é o minuto a triumphar da eternidade.

*

Nós cá, o mais que temos feito é atalhar a ruina completa do edificio. Um dos arcos do claustro, bem como a torre do lado do Tejo, deram signaes, segundo consta de memorias, de terem ficado abalados pelo tremor de terra de 11 de novembro de 1858. Acudiu-se-lhes.

Em 1862 andavam desde annos reparos e *embellezamentos* na sé, aos quaes allude com certo remoque um almanack do tempo[1].

Ora essas obras de embellezamento, confesso que me assustam muito. Temos um estro para o mau gosto! uma predilecção pelos *rócócós!* uma falta de sentimento archeologico!

Alem d'isso, affecta-nos, como doença endemica, o desprezo do antigo; mal horrivel, que me não farto de apontar com todo o interesse. Julgamos que é servir o progresso nacional, isto de destruir tudo quanto nos recorda as eras que já lá vão. Pois é grande lastima que assim pense uma parte do publico, e uma parte consideravel dos que fazem profissão do officio de escrever, e uma parte considerabilissima dos que fazem profissão do officio de legislar e governar!

[1] *Almanack do Clero* para 1862, pag. 135.

O que robustece as nacionalidades — ponderou um technico alto pensador — *é a cadeia que estreita os varios periodos da existencia dos povos. Lamentemos os que renegam do seu passado; para esses não ha porvir. Toda a civilisação que logrou estampar pégada funda na historia, venerou sempre as tradições*[1].

*

Imaginemos por um momento, que um nosso ministro da justiça, ou das obras publicas, se lembrava um dia de restaurar á séria a sé de Lisboa, o mais venerando dos monumentos da capital, e um dos mais venerandos da peninsula; isto é, se lembrava de a salvar da ruina imminente, inevitavel, e (o que é peor talvez) das miseraveis palhaçadas architectonicas com que a teem remendado. Chamavam-se uns archeologos, e uns bons architectos; faziam-se e discutiam-se, com a historia na mão, os planos, os alçados, os projectos de decoração externa e interna, estudando previamente, já se vê, qual fôra a epocha de maior esplendor, e a mais completa, do edificio. Se se decretasse que era a d'el-rei D. Affonso IV, servia essa de norma, de ponto de partida; do anterior conservava-se tudo, e do subsequente perdoava-se apenas ao que o merecesse por algum altissimo merito. Depois tiravam-se de um cofre qualquer umas verbas, e applicavam-se ao trabalho constante de ir refazendo, de vagarinho, com intelligencia e arte,

[1] Viollet-le-Duc, *Dict. rais.*, préface, pag. III.

a frontaria, o interior, as capellas, o claustro; repondo tudo no seu logar; mitigando a luz com vidraças de côr (tão baratas hoje em Paris!); mobilando o templo no estylo velho; em summa: fazendo o que fizeram á cathedral parisiense, que em 1830 merecia as furias de Victor Hugo, e hoje, graças ás restaurações de Eugenio Viollet-le-Duc em 1845 e em 1856, é um primor, e um brazão.

Imaginemos que o ministro, por entender que a arte vale alguma coisa n'um paiz, arrostava com todas as difficuldades que apontei, com o *não ha dinheiro*, com o *para que serve isso*, com o *não são coisas para o nosso tempo*, com o *não póde ser*, e punha por obra o *quero, posso, e mando*, que tambem é constitucional, e é muito salutar. Arrostaria com os ridiculos, com as invectivas, com as ironias, com as calumnias da opposição? duvído; mas supponhâmos que sim.

Apenas elle caísse, por *honra* propria a opposição suspendia as obras, levada de uma coisa que se chama *pirraça*, creio eu, e ficava tudo como estava, e o paiz salvo.

*

Algum dia porém virá (tenho fé em Deus) em que se olhe como se deve para a questão artistica, uma das mais vitaes da civilisação moderna. Quando chegar esse dia, peço muito a quem dirigir os restauros da sé, que não esqueça o importante melhoramento das vidraças coloridas; é uma nota indispensavel de côr local; só isso bastaria para supprir muitas outras faltas.

Com quanto amor se não olhou para esse pittoresco pormenor decorativo nos seculos remotos! lá fóra, aqui, em toda a parte! Rara seria antigamente a egreja de Lisboa que não possuisse vidraças coloridas. Havia-as, por exemplo, com emblemas (feitas em 1518) no refeitorio do mosteiro de S. Francisco, e ainda duravam no meio do seculo XVII[1]. Tinha pintado por 1510 Francisco Henriques boas vidraças para Evora e para a capella do convento da Pena em Cintra[2]. E quem se não recorda dos *luminadores* das ogivas da Batalha, Guilherme de Bellés, ou de Bolleu, no seculo XV, mestre João, mestre Antonio Taca, mestre Antonio Vieira[3], e outros, que foram artistas verdadeiros, e atravez de cujas obras vinham brincar, como collaboradores incomparaveis, os raios mais luminosos do sol peninsular!

E saiba o publico intelligente, que já cá se fazem vidraças coloridas, e das melhores. É tão agradavel ter de louvar! e então a artistas nossos! Já cá as fabríca, por um processo todo seu, o sr. Antonio da Cruz Xavier Leiria, actualmente estabelecido *com officina de imagens em todo o genero de trabalho* nas barracas do mercado da praça de S. Bento, n.os 15 e 16. Vi-as eu; são primorosas. Apreciou-as com justiça um anonymo no jornal *O Occidente*. Póde qualquer pessoa ir verificar se exagéro ao louvar assim aquelles delicados mo-

[1] Frei Manuel da Esperança, *Historia serafica*, pag. 194.
[2] Raczynski, *Dict. hist. et art.*, pag. 131.
[3] Raczynski, *Les arts en Port.*, pag. 221, 227 e 228.

saicos de vidro, rutilantes de côr, leves, e em tudo artisticos. Mestres assim merecem animados pelos particulares e pelos governos. Para começar, ahi tinhamos as janellas da sé. Que formosos paineis! historia nacional, historia sacra, tudo alli cabia. Ponhâmos os nossos desenhadores e pintores a esboçar os cartões d'essa longa serie de quadros. Aqueçâmos-lhes o coração com uma idéa altamente fecunda, a patria. Sim, chamemos a arte, e façamos de todo aquelle recinto millanar os nossos Lusiadas de pedra.

Na exposição de Paris de 1867 appareceram especimens no genero; entre outros, os de Victor Gesta, de Toulouse; admiraveis pasticcios do antigo, que levaram a attenção dos entendedores. Lembro-me, por signal, de ter lido, que os criticos se insurgiram contra o parecer absurdo da commissão imperial directora da exposição, por ter classificado taes primores apenas na 16.ª classe, isto é, entre os productos dos vidraceiros, dos fabricantes de garrafas, copos, espelhos, e crystaes. A arte tem seus foros; deshonraram-lh'os.

*

Possue a architectura, como caracteristico da sua estreita affinidade com as outras manifestações do bello, a faculdade de levantar a nossa alma. A architectura falla, com uma voz muito sua. Uma casa, um palacio, um templo, tem (seja qual fôr o genero em que se filie) physionomia especial, com que expressa de modo irrecusavel o seu pensa-

mento, a sua individualidade, o seu *eu* (digamol-o assim).

Um *cottage*, choupana, ou casebre, atufado entre castanheiros velhos, á sombra, n'um reconcavo de serra, com o seu ar humilde e franco, as suas heras silvestres, a sua tez rugosa, o seu olhar benevolo, não é a traducção fiel da bemaventurança campesinha?

Uma bonita vivenda côr de rosa, no topo de um jardim alegre de ruas areadas, coroada de bougainvillia, com umas gelosias verdes em varandas á italiana, uma cornija sobrepojada de platibanda de balaustres leves sobre pilastras de phantasia, uns telhados ponteagudos cortados de chaminés de fogões, uns cunhaes brancos lavrados, um repucho muito alto a saír d'entre um massiço de laranjeiras, pittospóros e rosas, não está mesmo a dizer noivos? não está a sorrir conforto e elegancia?

As renques solemnes das arrogantes sacadas de um paço senhorial, como Chambord, desenrolando sobre as escadarias de um vasto parque de cedros, carvalhos antigos, e loureiraes entremeados de estatuas, as suas harmoniosas linhas estheticas, longas como a linha genealogica dos seus senhores, affirmadas de verticaes soberbas e singelas, não é o perfeito quadro da vida principesca das grandes familias historicas?

E a frontaria extraordinaria de uma cathedral como a de Chartres, abrindo para o ceo os pensativos olhos das suas ogivas, torreando com um ar beatifico e repoisado, e erguendo para Deus a flecha

incommensuravel dos seus curocheos atrevidos, não está a pensar nos mysterios eternos? não está a obrigar-nos (ainda que o não queiramos) a meditar n'elles? não tem em pedra toda a eloquencia dos psalmos? não proclama todas as magnificencias da doutrinação theologica? não ficou sendo a expressão mais exacta e concreta das arrojadas aspirações do mysticismo?

Pois tudo isso, esses effeitos intellectuaes e moraes, essa concitação aos nossos affectos mais reconditos, tudo isso, quem o realisou foi o architecto, pondo pedras inanimadas umas sobre outras, meditando columnellos, sollevando archivoltas, ennastrando cornijas, contrabalançando as massas com os pormenores, animando os campanís e torreões com os seus pensamentos delicados, insufflando á materia o *Fiat* poderoso do seu querer e do seu sentir.

Mas ha mais.

A architectura impregna-se, melhor que outro qualquer ramo das bellas artes, no espirito de uma era, reveste-se da côr de uma sociedade, e fica servindo, ao longo dos seculos, de irrefutavel documento archeologico.

O monumento é o homem.

Acolá, fixa em linhas immortaes a serenidade olympica do cyclo grego. Alem, conserva e explica os arrojos brilhantissimos do povo-rei. Aqui finalmente perpetúa para a admiração de vindoiros os raptos christãos do espiritualismo ardente da edade media. Acolá é o Parthenon; além o Colliseu; aqui Sancta Maria da Victoria.

*

Quando nos convenceremos, de uma vez para sempre, de que é indispensavel olhar com seriedade para a questão artistica, importante sempre, porém muito mais quando se trata da arte enlaçada com a religião?

Nada exalta melhor o sentimento religioso do que o estudo attento das cathedraes da edade media — exclama um douto archeologo — ; *revela-nos enthusiasmo tão nobre, devoção tão pura, que até a fria indifferença do nosso seculo se commove n'essa contemplação attenta*[1].

E no emtanto... (oh! tristeza!) em quanto não alvorecem para a cathedral de Lisboa dias mais suaves e luminosos, em quanto não sôa a hora da reparação, lá continuará o venerando templo a murmurar, só para quem saiba escutar-lh'as, as suas phrases soltas, vagas mas grandiosas, elle que tantos successos tem visto, tantas festas nacionaes, tantas alegrias de familia tem albergado, e tantas lagrimas consolado tambem! Aquellas abobadas ressôam na penumbra uma palavra doce e triste, e toda portugueza; dizem: *saudade!...*

*

Aquillo tudo, como acabamos de ver, é um livro

[1] L'abbé J. J. Bourassé, *Les plus belles cathédrales de France.*

e um sacrario. Cada portal, cada capitel, cada claustro, é um capitulo de chronica.

— Oh! se os monumentos podessem fallar! — me dizia um bom companheiro de passeios archeologicos.

Mas fallam, respondia eu. Nós outros é que emmudecemos; elles não. Já lá o dizia do seu tempo o philosopho autor dos *Apologos dialogaes: Somos em era, em que os homens se calam como pedras, e as pedras fallam como gente.* O que ellas dizem é que nem sempre é traduzivel. Não narram; exaltam. Não citam, senão pouco, e vagamente. Não se lhes apegam datas, ou obliteram-se; mas ellas sabem-n'as; e quem as póde escutar attento, e quem logra decifrar a lingua d'ellas, a lingua monumental, allegorica, e archaica, ouve-lhes canções de gesta, hymnos sacros, e admiraveis elegias. Se as camaras municipaes o suspeitassem!...

Sentado á beira da torrente dos seculos, assiste o monumento ao deslisar das gerações ephemeras. Condemnado á eternidade, torna-se o monumento um vasto anachronismo entre o revolutear sempre crescente das novidades. É um estranho, quando não é um importuno. Muda a topographia em volta d'elle; vem o tempo, que o alue; vem o edil ignorante, que o deshonra; e elle, apparentemente mudo, continúa no seu trabalho immovel e pesadissimo, que é viver.

FIM DO QUARTO VOLUME.

NOTAS AO 4.º VOLUME

NOTA I

O FORAL DE LISBOA

O primeiro foral de Lisboa nos *Portugalliæ Monumenta* saíu precedido por estas palavras, que traduzo do latim:

No cartorio da camara municipal de Lisboa existe o autographo do foral d'este municipio. Quasi que se lhe póde applicar o que dissemos do foral de Santarem. O texto d'esse diploma, e os nomes dos próceres confirmantes, apparecem escriptos de egual mão, e em caracteres eguaes; não se dá o mesmo com os nomes dos bispos e das testemunhas. Esses são escriptos com a lettra e a tinta dos privilegios accrescentados ao documento por Sancho I. *O rodado que n'essas eras fazia as vezes de sêllo, conhece-se que no foral de Lisboa foi pintado ainda nos dias de Affonso* I, *por isso que o nome d'esse soberano se encontra ahi mencionado junto ao de seu filho. Pelo que, é de crer que este foral, promulgado juntamente com os de Santarem e Coimbra em 1179, fosse concedido a Lisboa por Sancho, investido já do poder real nos derradeiros annos do reinado de seu pae.*

A confirmação de Affonso II, *datada de 1214, acha-se junta ao autographo, como succede com o foral de Santarem. A carta de nova confirmação pelo mesmo rei, concedida em 1217, contendo a transcripção d'aquelle diploma, tambem se conserva no cartorio do municipio lisbonense, onde encontrámos não menos uma traducção vernacula do seculo* XIV, *que damos n'este sitio. No livro dos foraes antigos de Sancta Cruz (de Coimbra),*

e na chancellaria de Affonso II *foi transcripto este foral; mas como o autographo que nos resta é de authenticidade indubitavel, ommittimos por inexactas todas as outras lições.*

Eil-o aqui pois esse celebre documento das franquias da cidade. Para o esclarecer nos seus pontos duvidosos e obscuros, vali-me de umas eruditas annotações redigidas pelo sr. João Carlos de Sequeira da Silva, muito competente investigador de taes assumptos, e que teve a extrema bondade de permittir que a *Lisboa antiga* se enriquecesse com as suas conscienciosas observações. Extratei-as dos *Annaes do Municipio*, de 1856. Agradeço ao meu amavel collaborador a sua annuencia.

Em nome de deus amen. Sabham quãtos este estormento virem como na era de mill e trezentos e nouenta e noue anos. scilicet doze dias do mes dabril. sob o anno da naçença de nosso senhor ihū xp̄o de mil e trezentos e sascenta e hūu anos. na nobre Çidade de lixbõa na camara do paaço do Conçelho hu se de costume sooe de fazer Rolaçom e a vereaçom da dita çidade Perdante Joham martiz de baruudo escudeyro aluazil geeral na dita Çidade. seendo no dito logo em presença de mī lopo gil tabelliõ delRey en essa Çidade e das testemūhas q̄ adeante som escriptas. Perante o dito aluazil pareçeo lourenço maça Cidadãao Vzinho e morador da dita Çidade. e procurador q̄ ora he do conçelho. dessa meesma e mostrou. e apresentou. perante o dito aluazil a carta de foro da dita çidade de lixbõa aqual era e he escripta per latym en purgaminho e parecia q̄ fora seelada em pendente dhūu seelo de chumbo de sinaaes de q'nas em corda preta. E pedio ao dito aluazil ē nome do dito Conçelho. come seu procurador q̄ he. q̄ per q̄ conpria e fazia mester q̄ a dita carta do dito foro sevesse dasesego ē hūu logar. e mais perfeitam̄t seer guardada per q̄ tragendo-se pelas mãaos. podersia tostemente dampnificar. e perder per algūa guisa. q̄ porem mãdasse ami dito. Tabelliõ. dandome sobrello sua autoridade ordinhayra. q̄ tornasse a dita carta do dito foro ē linguagē. e q̄ do teor dela assi escripto per linguagē lhe desse ende

hũu publico estormẽto ou mais se lhe cõprissem . pera o Regimẽto da dita Çidade. E o dito aluazil veẽdo q̃ o dito L.ço maça lhe pedia direito e cousa agisada . mãdou amĩ dito tabelliõ . e deu sobrello sua autoridade ordinhayra . conuẽ assaber q̃ eu tornasse e tralladasse ha dita carta do foro susodito ẽ linguagẽ . e q̃ do theor della desse ende ẽ publica forma so meu sinal ao dito L.ço maça pera o dito conçelho hũu publico estormto . ou mais se comprissẽ. E eu dito tabelliõ lho dey en esta guisa . q̃ sse segue . da qual carta do dito foro . tornada assi ẽ linguagẽ . o theor tal he .

En nome do padre e do filho . e do spu santo . amẽ por q̃ a graça de ds oubrant q̃ da a todalas cousas auõdança e no se acoyta.

Eu dom affonso pela graça de ds Rey de port . per trabalho do corpo e per vigiauil sabedoria de mĩ e dos meus homẽes . a Çidade de lixbõa a mouros filhey . e pera seruiço de ds a entreguey. E a uos meus homẽes e vassalos e criados pera a morardes por direito derdamẽto vola dey. Porem prouge amĩ de boõ coraçõ . e liure voontade . dar e outorgar a uos foro boõ . assi aos presentes come aos q̃ amde viir . q̃ por sempre hy morara . per o qual foro os Reaaes direitos afundo cumpridamt scríptos a mĩ . e aa minha geeraçõ per uos e per uossos sosçessores sejam pagados.

Dou assy a uos por foro . q̃ qualquer q̃ pubricamente . peramte homẽes bõos (1) casa forçadamt com armas rronper . pecte (2) quinhentos soldos[1] . e aqsto seja sem Vozeyro. (3)

(1) Dava-se este nome aos chefes de familia mais respeitaveis do concelho, sem distincção de jerarchia.

(2) *Pectar* é um verbo muito usado n'estes documentos, com a significação de pagar.

(3) A palavra *vozeiro* encontra-se em muitos dos *foraes* e outros documentos antigos, para significar a pessoa que exercia funcções de procurador ou advogado, ou uma e

[1] Cada soldo de oiro, ou morabitino aureo, valia 2$326 réis; logo essa elevada multa era nada menos do que de 1:163$000 réis de hoje. (*Nota do autor d'este livro.*)

E se dentro na casa o rronpedor morto for . ou matador . ou o senhor da casa . pecte hũu marauydi.[1]

E se hi for chegada . pecte por ele meyo mr.

Semelhauilmt por morte . e rouso (4) pubricamente feito . pecte quinhentos soldos.

Por m...... en bocca sascenta ss . pecte per testemũho de homẽes boõs . (5)

E furto conhosçudo per testemũho de homẽes boõs . noue vezes . seja conposto . (6)

Quem rrelego (7) de vinho delrrey romper . e ẽ no rrelego seu vinho vender e achado for per testemũho de homẽes boõs. a primeyra uez pecte . V . ss . e a segunda uez . V . ss . E se aa terçeyra uez . outra uez for achado per testemũho de homẽes boõs . o vinho todo seja esparjudo . e os arcos das cubas sejã talhados .

de vinho de fora dem de cada carrega hũu almude e uendasse o outro vinho no rrelego .

outra coisa. Assim, dando aqui a mesma interpretação, vê-se que não era permittida a defeza por outrem áquelle que violava o lar domestico, cuja pena pecuniaria é egual á do homicidio.

(4) *Rouso*, que se encontra nos documentos antigos escripto de diversos modos, significa *rapto*.

(5) Esta disposição vem expressa nos foraes pelas palavras *stercus in ore*, ou outras equivalentes. Era uma ameaça tida como a maior afronta, e por isso é punida como uma acção altamente criminosa.

(6) Ao furto impõe-se a multa de nove vezes o valor da coisa roubada, o *anoveado*.

(7) *Relego* era um certo tempo no anno reservado exclusivamente para a venda do vinho do rei. Aquelle que vendia vinho durante este praso defezo era condemnado em 5 soldos na primeira e segunda vez, e á terceira era-lhe entornado o vinho e inutilisada a vasilha.

[1] Isto é 2$326 réis de hoje. (*Nota do autor d'este livro.*)

da jugada (8) verdadeyramt aqsto mãdo q̃ ata dia natal seja tirada .

E de cada hũu jugo de boys . dem hũu moyo de milho . ou de trigo . qual laurarẽ .

E se dhuũ e dout.º laurarẽ . dhuũ e dout.º dem . per o alqueyre de direito da Villa (9) . e seja o quarteyro de . XIIII alqueires e seja medido sem braço curuado . e a tavõa sobreposta . (10)

E parçeyro de caualeyro q̃ bois nõ ouuer nõ de jugada.

E os moradores de lixbõa . ajam liuremente tendas . fornos de pã . conuẽ assaber e de ollas. (11)

E de fornos de telha dem dizima .

Quẽ homẽ fora do couto matar . pecte sascenta soldos .

Quẽ chagar home fora do couto pecte trinta ss .

Quem em praça alguẽe com armas chagar . pecte a meyadade do homizio . (12)

Quẽ arma per sanha desnuar . ou da casa tirar per sanha . e nõ ferir pecte sascenta ss .

E os homẽes de lixbõa ajam suas herdades pobladas .

E aq̃les q̃ em ellas morarẽ pectẽ por morte e rousso conhosçudo . e m...... en boca sascenta ss . Convem a ssaber . a mey-

(8) *Jugada* é a denominação do direito real imposto na agricultura, o qual devia ser pago até ao Natal.

(9) Não faça duvida chamar-se aqui *villa*, e acima *cidade* a Lisboa, porque como diz o sr. A. Herculano: «*os nomes de* villa *e* cidade *se empregam um pelo outro em muitos documentos d'aquella epocha, e por isso nenhum d'elles indica precisamente maior ou menor importancia dada a qualquer povoação.*»

(10) O genero devia ser medido sem *rasoura*, circumstancia que vem expressa em quasi todos os foraes por estas e outras palavras: *meciatur sine brachio curvato et tabula supraposita.*

(11) *Olla* significa panella de barro, d'ahi se deriva *ollaria*, e é isto que parece ser isento aqui de contribuição.

(12) Metade da pena imposta ao homicidio.

adade a Elrrey . e a meyadade ao senhor da herdade e vãa ẽ appellido dElrrey . (13)

E a almotaçaria seja do conçelho . e seja metudo o almotaçe . pelo alcayde e pelo conçelho da Villa . (14)

E dem de foro da uaca . hũu dr̄ . e de çeruo hũu dr̄ . e de zeuro (15) hũu dr̄ . e de besta de pescado hũu dr̄ . e de juygado semelhavilm̄t .

E de alcauala (16) III drs̄ . e de ceruo . e de zeuro . e de vaca . e de porco . hũu dr̄ . e de carneyro hũu dr̄.

Pescadores dem dizima .

De caualo . ou de mua . ou de muu (17) q̃ comprarem ou uẽderẽ homeẽs de fora . de dez mrs̄ a suso dem huũ mr̄ . e de dez mrs̄ ajuso dem . meyo mr̄.

E de egua uenduda ou comprada dem II . ss .

e de boy II ss .

e de vaca huũ ss .

(13) N'estes tempos, como as terras conquistadas ficavam ainda expostas a frequentes correrias de moiros, todos, cavalleiros e peões, eram obrigados a pegar em armas para defender a patria; e a este serviço chamava-se então *appellido*.

(14) É esta a instituição, e porventura uma confirmação, d'esse tribunal municipal que durou até á reforma administrativa de 1832. O juiz, *almotacé*, era nomeado pela camara, porque o *alcaide*, com quanto fosse o primeiro magistrado administrativo e militar da terra, funccionava tambem com o *concelho*.

(15) *Zeuro* ou *zevro*. Viterbo traduz por novilho ou vitella, porém o sr. *A*. Herculano observa ser acaso uma especie perdida.

(16) A carne, além da *açougagem*, pagava este outro imposto quando era vendida nos mercados ou açougues.

(17) *Muu* ou *mú* é o que hoje chamamos macho, animal quadrupede bem conhecido. O imposto, como se vê, é *ad valorem;* se o preço do animal era de dez morabitinos ou mais, pagava-se um morabitino; se era inferior, pagava-se meio morabitino.

E de mauro e de moura meyo mr̄ .
E de porco . ou de carneyro . II drs̄ .
E de cabron . ou de cabra . huũ dr̄ .
E de carrega dazeyte . ou de coyros de bois ou de zeuros ou ceruos . dem meyo mr̄ .
E de carrega de çera meyo mr̄ .
E de carrega de anil . ou panos . ou de pelles de coelhos ou de coyros vermelhos . ou aluos . ou de pimẽta . ou de grãa hũu dr̄ .
de bragal (18) II . drs̄ .
de uistido de pelles . III drs̄ .
de linho . ou de alhos o de çebolas a dizima .
de pescado de fora a dizima .
de concas (19) . ou de uasos de madeyro a dizima .
E por todas estas carregas q̃ vẽderem os homẽes de fora . e portagẽ derem . se outras proprias conprarẽ . no dem portagẽ dellas .
E de carrega de pã . ou de sal q̃ venderẽ . ou comprarẽ homẽes de fora . da besta caualar . ou muar . dem III drs̄ . e da asnal . III mealhas (20) .
Mercadors̄ naturaaes da Villa q̃ soldada (21) dar quiserẽ seja Reçebuda deles . Se porvẽtura soldada dar nõ quiserem . dem portagẽ .

(18) N'algumas provincias ainda se dá este nome a certa especie de pano de linho grosso.

(19) O notario tomou esta palavra do latim barbaro do texto original, e talvez devesse ser *cuncas*, nome que ainda hoje se dá a certas tigelas de pau.

(20) A *mealha* não era propriamente moeda cunhada, mas uma das metades em que, para representar metade do seu valor, se cortava um *dinheiro*, moeda que correu com este nome até o reinado do senhor D. João III, e que depois se chamou *ceitil*.

(21) *Soldada* era um imposto lançado pelos *fogos*. Os mercadores da cidade podiam optar por este ou pela *portagem*, direito de barreira.

Da carrega do pescado q̃ emde levarẽ homẽes de fora . dem . vɪ drs .

Cauõ (22) se laurar trigo . de hũa teeyga (23) .

e se laurar milho semelhavilmt .

E de geyras de bois huũ quarteyra de triigo . ou de milho . onde laurar . (24)

E os peões dem aoytaua do vinho . e de linho .

Beesteyros (25) ajam foro de caualeyros .

Molher de caualeyro q̃ veuuar . aja honrra de caualeyro . ata q̃ se casse . e se se casar cõ peom . faça foro de peon .

Caualeyro q̃ enuelheçer ou assi enfraq̃çer . q̃ batalha fazer nõ possa . esta em ssa honrra (26)

Se pela uentura molher de caualeyro veuua tal filho ouuer, q̃ con ella na cassa se contenha . e caualaria fazer poder . façaa por a madre (27) .

Almocreue q̃ per almocrauaria uiuer . faça seu foro hũa vez no ãno .

Caualeyro verdadeyramt . q̃ o caualo seu . ou as sas bestas

(22) *Cavon* ou *cavám* é o lavrador que cultiva as suas terras á enchada, e não emprega para isso bois.

(23) Era uma medida de capacidade, approximadamente a do alqueire, e (como este) a *teiga* era mui variavel nas differentes terras.

(24) Ainda hoje na pequena agricultura se emprega este systema de *cultivar a geiras*. O trabalho regular de uma junta de bois n'um dia é uma *geira;* e esta base, que serve tambem para avaliar a extensão do terreno, é aqui a *unidade* do imposto.

(25) A certa classe da força armada dava-se o nome de *bésteiros*, por causa da *bésta*, ou arma de que usavam.

(26) O cavalleiro que por edade ou molestia se impossibilitasse do serviço, ficava gozando das mesmas honras e privilegios inherentes á sua classe.

(27) O filho de viuva de *cavalleiro*, que vivia em companhia de sua mãe, amparando-a, era isento do serviço da cavallaria.

a almocrauaria lançar . nõ faça foro nẽnhuũ de almotaçaria (28)

Coelheyro q̃ for ao monte . e ala maer . de hũa pelle de coelho .

E aquelle q̃ alo morar oyto dias . ou mais . de huũ coelho con sa pelle .

E o coelheyro de fora de a dizima quãtas vezes vier .

Moradores de lixbõa . q̃ seu pam ou vinho (29) . ou azeyte . en Santarẽ . ouuerẽ . ou en outros logares . e a lixbõa os aduserem . pera sua prol e nõ pera reuender . nõ dem ende portagẽ .

Quẽ com alguẽ baralhar, e depois a baralha a sua casa entrar . e hy auudo conselho . filhar fuste ou porrinha e o ferir . pecte . xxx ss .

Se pela uentura conselheyram̃t mais per caso acaecent o ferir . nõ pecte nemigalha (30) .

Enmigo de fora nõ entre aa Villa sobre seu . se per tregoas . ou para lhe darem direito .

Se o caualo dalguũ alguẽ matar . o senhor do caualo pecte . ou o caualo . ou o omizio . qual destas ao senhor do caualo aprouguer (31) .

(28) Ha aqui manifesto erro de *almotaçaria* por *almocaria*, ou *almocravaria*. O *cavalleiro* que empregava o seu gado n'este serviço não ficava sujeito, como os simples almocreves, aos respectivos encargos.

(29) Ou figos, *vel ficus*, como se vê no original, e que o traductor omittiu. Estes generos, que os moradores da cidade mandavam vir de fóra para gasto de suas casas, e não para venda, não pagavam portagem ou direitos de barreira.

(30) Aquelle que tendo já rixa com outrem, entrava em casa a buscar um pau ou outra arma, e ia de caso pensado bater no seu adversario, era multado em 30 soldos; se porém o maltratava sem tenção, mas n'um repente, ou por casualidade, não pagava nada, *nemigalha*.

(31) Quando alguem era morto por um cavallo, o dono d'este tinha por isso uma multa, a qual podia satisfazer, ou

E o clerigo aja foro de caualeyro per todo . (32)

E sse con molher torpe (33) for achado . o Moordomo nó meta maão . nẽ per nẽhũa maneyra o filhe . mais filhe a molher se quiser .

E de madeyra q̃ ueer per o Ryo onde dauã oytauo . dem dizima .

Da atalaya da Villa . deue Elrrey teer a meyadade . e os caualeyros a meyadade . per seus corpos (34)

Caualeyro de lixbõa ao qual o meu Ricomẽ bem fezer . da sua terra . ou de seu auer . per q̃ o aja . eu o reçeberey ao meu Rycomẽ em conto dos seus caualeyros.

Moordomo ou sseu sayom (35) . nõ vaa a casa do Caualeyro . sem porteyro do alcayde .

E o meu nobre homẽ q̃ lixbõoa de mĩ teuer . nõ meta hy outro alcayde . senõ o de lixbõa (36) .

De casas as quaaes os meus nobres homeẽs . ou freyres ou ospitaleyros . ou Moesteyros en lixbõa ouuerem . façã o foro da Villa assy come todolos outros caualeyros de lixbõa .

Gaado perdudo q̃ o moordomo achar . tenha o ata tres

pagando uma quantia equivalente ao valor do cavallo, ou sujeitando-se á pena pecuniaria do homicidio.

(32) Os *clerigos* gosavam em tudo dos privilegios dos *cavalleiros villãos.*

(33) *Torpemente,* como está no original, *turpiter.*

(34) A guarnição ordinaria dos *fortes* e *muros* da cidade era feita metade por tropas pagas pelo rei, e a outra metade era distribuida por detalhe entre todos os cavalleiros, como serviço pessoal.

(35) *Sayom* era o nome com que se designava qualquer executor da justiça; aqui é talvez um *official de diligencias.*

(36) O *alcaide-mór* do castello de Lisboa era sempre pessoa nobre e abastada, e por isso delegava o poder n'um outro, que nomeava, o *alcaide-menor.* Esta nomeação porém só podia recaír em individuo natural ou residente do concelho. Era isto um privilegio, uma garantia para a cidade, porque é de crer que um filho seu promovesse melhor os interesses locaes, do que qualquer extranho.

mezes . e per cada huũ mes o faça apregoar . e se o senhor del veer seja lhe dado . Se pela uentura o senhor del dado o dito pregon ata tres meses nõ veer . então o Moordomo faça del seu proveyto .

Da caualgada do alcayde . nõ filhe nemigalha o alcayde por força senõ aq̃lo q̃ a el os caualeyros de seu amor quiserẽ dar .

Da caualgada de sascenta caualeyros a suso . partã comigo no campo .

fferreyro ou çapateyro . ou piliteyro (37) q̃ em lixbõa casa ouuer . e em ella laurar . nõ de dela nẽhuũ foro .

E quem mouro ferreyro . ou çapateyro ouuer . e en sa casa laurar . nõ de por el foro .

Outrossi aq̃les q̃ meesteyraaes fferreyros ou çapateyros forẽ . e per este offiçio uiuerẽ . e casas nõ ouuerẽ . venhã aas mh̄as tendas . e façam a mĩ meu foro .

Quem caualo uender . ou conprar . ou mouro fora de lixbõa . hu o conprar . ou uender . hy de a portagẽ .

E os peoens aos quaes ouuerẽ a dar seu auer . dem ende dizima ao Moordomo . E o moordomo de a eles direito por a dizyma . E sse pola dizima a eles direito dar nõ quiser . entõ o alcayde faça a eles dar direito pelo seu porteyro .

E os homeẽs q̃ morarẽ em herdades de lixbõa . se furto fezerem assi como suso dito he seja conposto . a meydade a elrrey e a meyadade ao senhor da herdade .

Moradores de lixbõa nõ dem luytosa (38) .

Adaiis de lixbõa nõ dem quynto dos quĩhoes dos seus corpos (39) .

(37) Surrador.

(38) Chamava-se *luytosa*, ou *luctuosa*, a certa imposição, que por morte de qualquer pessoa pagavam os seus herdeiros; e consistia geralmente n'uma das melhores joias ou peças da herança. Havia diversas especies de *luctuosa*, como se póde ver no *Repertorio commentado sobre Foraes* do sr. conselheiro Ferrão, vol. 1, pag. 214.

(39) Os *adaiis* formavam uma especie de *corpo de guias* no exercito, e por vezes tinham o commando de pequenas forças, que marchavam a fazer correrias em terras de

Os caualeyros de lixbõa nõ tenha çaga na batalha dEl-rrey (40) .

As paadeyras dem por foro de xxx.ª paães huũ .

As portageens verdadeyramente he (e?) foro e quynto dos mouros e das outras cousas assi sejam pagados . come custume . a saluo estas cousas q̃ suso escriptas som . e a uos leixo .

E por alcaydaria de hũa besta q̃ veer de fora cõ pescado . dem II drs.

E de barca de pescado meudo . dem II drs.

E de todo outro pescado dem seu foro .

Todas aqstas cousas de suso escriptas . a uos por foro dou . e outorgo . e aaqstas vaa ho Moordomo per testemũho de homẽes bõos . e nõ a outras .

Os caualeyros de lixbõa . testeuigẽ con Infanções de portugal (41) .

Porẽ se alguem aqsto meu fto a uos firmemẽt aguardar das beeyçoens de Deus e da minha seja conplido .

E uerdadeyramẽt aquel q̃ o britar quiser da maldiçõ de Deus e da minha seja seguydo .

ffta a carta em Coinbra . ẽno mes de mayo e dez e sete ãnos (42) .

Eu sobredito Rey Dom affonso aqsta carta q̃ seer ffeita mandey . outorgoa . e confirmoa .

inimigos. A preza que tomavam n'estas sortidas era depois repartida por todos os que compunham a expedição, em certos quinhões, de que se pagava um tributo, o *quinto*. D'isto eram isentos os adaís de Lisboa.

(40) *Çaga*, ou *zaga*, era a força da rectaguarda do exercito, era a tropa estipendiada, para cuja sustentação contribuiam com uma parte do quinhão que tinham nas prezas os *cavalleiros*. Os de Lisboa porém são isentos pelo foral d'esta contribuição.

(41) Os cavalleiros de Lisboa são considerados como *Infanções*, que era uma classe mui privilegiada da sociedade, com certos foros de fidalgos.

(42) Era de Cesar 1217, que corresponde ao anno de 1179.

Quem outrossi alguẽ aas esporas ferir e per testemunho de homees bõos for achado . pecte quinhentos soldos .

De Nauyo verdadeyramẽt mando q̃ o Alcayde e dous espadeleyros . e dous proeyros . e huũ petintal . ajam foro de caualeyros (43) .

Eu dom Sancho pela graça de deus Rey de portugal . emsembra cõ minha molher a Reeynha dona Doçe e cõ minhas filhas aq̅sta carta . outorgo e confirmo .

Rey Dom affonso .
Rey Dom Sancho .
Reeynha . dona doçe
Reeinha dona Sancha .
Reeinha dona Tareyga . q̃ presentes forom .
Dom Vaasco fernãdez Moordomo . confirmo .
Dom Sueyro ayras . confirmo .
Dom P.º fernandez . confirmo .
Dom Gonçalo Veegas teente en lixbôa . confirmo .
Dom Sueyro diaz . confirmo .
ffernãdayras . confirmo .
Dom Bernaldo . Conigo de lixboa testemũha .
Sueyro diaz clerigo testemũha .
Garçia Soares . testemũha .
ffernã perez . testemũha
Dom godinho arçebispo de Bragaa confirmo .
Dom fernado bp̅o do porto . confirmo .
Dom Vermuy bp̅o de Coinbra . confirmo .
Dom Aluaro bp̅o de lixboa . confirmo .
Dom Pº foyam chançeler delrrey . confirmo .
Dom meen gonçaluez . confirmo .
Dom Sueyro enleyto de lixbõa confirmo .
Sueiro perez testemũha .
Gonçalo rroyaz . testemũha .
ffernã perez testemũha .
P.º garçia . testemũha .

(43) Da tripulação de cada navio tinham o foro de *cavalleiros*, o capitão, *alcaide*, e officiaes, e o calafate, *petintal*.

Gonçalo arrizado testemũha .
Dom Payoo testemũha .
Dom Joham fernãdez moordomo dElrrey . confirmo .

(Seguem-se as confirmações por el-rei D. Sancho I e por el-rei D. Affonso II, as quaes não vão agora, mas serão publicadas no logar opportuno. Conclue este documento por esta fórma):

....

Feito foy o estormento do theor da dita carta . do dito foro . no logo . dya mes . Era ssuso ditos .

Testemũhas que a esto presentes forom .
Vaasco affonso carregueyro .
Joham de Regas .
Affonso perez
Lourenço Duraaez . Cidadaãos . Vezinhos e moradores da dita Cidade . de lixbõa .
Joham Viçente tabelliõ . dessa meessma

E eu lopo gil Tabeliõ suso dito q̃ esto presente foy . e per mandado . e outoridade . ordynhaira . a mĩ dada per o dito aluazil . e aapetiçom do dito lourenço maça . procurador do dito Conçelho . o theor da dita carta do dito foro . de latim ẽ q̃ era escripto . ẽ linguagẽ . e em esta publica forma torney . pela guysa q̃ o achey . e o melhor . e mais conpridamente . pudy fazer . e este estormento do dito theor . per minha maão . ende escreuy . e fiz . aquy meu Synal. q̃ tal he .

NOTA II

O PAÇO DA ALCAÇOVA

Ao que disse tenho de accrescentar algumas coisinhas, que escaparam pela malha.

*

Ao numero dos hospedes do paço, junte-se o nome de *Monseor Duarte senhor d'Escallas em Inglaterra,* que no seculo XV

esteve em Portugal. Eis as palavras textuaes de Ruy de Pina (*Chron. de D. João* II, cap. XXI):

Em 1486 chegou a Lisboa «*Monseor Duarte senhor d'Escallas em Inglaterra, irmão da Rainha d'Ingraterra mulher que foi d'ElRei Duarte, o qual, por devação e exalçamento da nossa santa fé, á sua custa veio d'armas e gente bem aparelhado para servir a Devs na guerra que ElRei D. Fernando e a Rainha D. Izabel de Castella então fasiam ao regno de Graada, que depois acabaram de tomar; na qual empreza o dito Monseor se houve como bom e devoto cavalleiro; e á sua chegada a Lisboa, nom sendo ElRei presente, de seu mandado lhe foi feita muita honra, e grandes banquetes e festas, per Fernão Lourenço, que então era Thesoureiro e feitor de Guiné. E á sua volta de Graada que veio para se embarcar em Lisboa e se ir em sua terra, achou já ElRei em Lisboa, que lhe fez logo mui honrado acolhimento, e despois o tratou com grandes festas de toiros, e canas, e momos; e comeu com ElRei a uma meza para que o convidou nos paços da Alcaçova, e alguns de sua companhia, pessoas principaes, comeram á vista em outra meza com alguns condes e homens honrados d'estes reinos, que na corte se acertaram, e que ElRei especialmente para isso convidou, onde se fiseram muitas e mui bem guardadas ceremonias, porque ElRei era d'ellas muito amigo, e nellas mui subtil e prudente inventor. E para sua viagem e tornada ElRei lhe fez mercê de uma boa nao, aparelhada de todo o que para sua segurança e provisões lhe cumpria. E depois este Monseor d'Escallas no anno de 1488 foi morto em uma batalha que houve o Duque de Bretanha com gente d'ElRei de França, a que o dito Monseor foi enviado por ElRei de Inglaterra em favor do dito Duque; e de sua morte mostrou ElRei muito sentimento.*»

Quem poderia ser este cavalleiro inglez? parece-me ter sido irmão de Izabel, a formosa mulher do rei Duarte IV de Inglaterra, e portanto filho do cavalheiro de Woodville e de Jacquelina de Luxemburgo. El-rei Duarte deu a seu sogro o titulo de conde de Rivers, e grandes honras aos cunhados.

*

Á conjectura que apresento a pag. 98 ácerca da morada de D. Vasco da Gama, devo accrescentar que os condes da Vidigueira possuiam (não sei por ora desde quando) casa sobre arcos na celeberrima e elegante Rua Nova.

*

Quando a pag. 106 digo que em 1571 habitava no paço da Alcaçova el-rei D. Sebastião, julgo poder conjecturar que essa residencia real começaria no correr do verão de 1569; fundo-me no seguinte:

Em 27 de abril de 1569 se dirigiu a Damião de Goes, então guarda-mór da Torre do Tombo, uma carta regia, ordenando-lhe que se mudasse do quarto por elle occupado no paço da Alcaçova, paço para onde el-rei D. Sebastião intentava passar-se com brevidade.

Ha outra carta regia de 26 de julho do mesmo anno, determinando que os papeis que entregara ao guarda-mór o secretario Pedro d'Alcaçova, e que se continham em perto de sessenta cofres, caixas, e escriptorios, deveriam ficar depositados no quarto chamado *d'el-rei D. Fernando* no paço da alcaçova, quarto para onde havia de tornar a mudar-se o referido guarda-mór. Vide *Memorias authenticas para a historia do real archivo,* por J. P. Ribeiro. (Communicação do sr. conde de Villa Franca ao autor.)

NOTA III

CHEGADA DE VASCO DA GAMA

D'entre as variadas versões que do memoravel acontecimento, a chegada de Vasco da Gama, nos dão historiadores como Barros, Castanheda, Goes, e Gaspar Corrêa, escolhi de pag. 92 em deante a d'este ultimo escriptor. A sincera pro-

bidade do narrador das *Lendas da India* transparece a cada linha. Proximamente chegado aos factos que relata, cita as fontes que teve, quando elle proprio os não chegou a presencear. (Note-se que não é isto por fórma alguma querer deprimir no minimo ponto a honestidade litteraria dos seus confrades.)

NOTA IV

GUARDAS MÓRES DO REAL ARCHIVO DA TORRE DO TOMBO

Peço ao leitor a quem forem necessarios esclarecimentos mais minuciosos, queira dirigir-se ao livro do sabio João Pedro Ribeiro[1]. Aqui bastará talvez compendiar a lista que elle traz dos guardas-móres, e a das pessoas que, em tempos anteriores á fundação do archivo real fixo na torre do castello de Lisboa, dirigiram (ou se presume dirigiram) as chancellarias.

I — João Annes, védor da fazenda em tempo d'el-rei D. Affonso IV.

II — Gonçalo Esteves, contador dos contos de Lisboa, que em tempo de D. João I tinha a seu cargo as escripturas que estavam no castello. Falleceu em 1413.

III — Gonçalo Gonçalves, filho do antecedente; provido por carta de 2 de janeiro de 1414 no cargo de superintender nas escripturas, ou *védor das escripturas*, como elle a si proqrio se denomina n'um documento.

IV — Fernão Lopes. Já exercia em novembro de 1418 o cargo de *guardador das escrituras do Tombo*, ou *guarda das escrituras do registo d'ElRei*, ou *guardador das escrituras que estom na torre do castello de Lisboa*. Serviu aos reis D. João I, D. Duarte, e D. Affonso V. Este Fernão Lopes é o nosso celebre chronista, e um dos maiores escriptores historicos da Europa.

V — Gomes Eannes de Azurara. Serviu interinamente,

[1] *Memorias authenticas para a hist. do real archivo.*

nos impedimentos de Fernão Lopes, desde 6 de junho de 1454, e depois do fallecimento d'este foi guarda-mór effectivo, e chronista-mór.

VI — Affonso Annes d'Obidos, escudeiro, guarda da Torre do Tombo e da livraria d'el-rei D. Affonso v.

VII — Fernão Lourenço, cavalleiro, e encarregado do archivo real em tempo de el-rei D. João ii.

VIII — O doutor Vasco Fernandes de Lucena. A mais antiga noticia que apparece d'elle é de 11 de abril de 1486. Continúa a figurar como do conselho e do desembargo, chronista, e guarda-mór da Torre do Tombo e da livraria d'el-rei D. João ii, e *governador moor da ... torre e livraria* d'el-rei D. Manuel, até 4 de julho de 1497, em que lhe foi aceita desistencia d'esses empregos.

IX — Ruy de Pina. Subiu a chronista-mór e guarda da livraria dos paços reaes pela desistencia de Vasco Fernandes. Falleceu nos principios do reinado d'el-rei D. João iii.

X — Fernão de Pina filho do precedente, foi nomeado guarda-mór da Torre do Tombo em 20 de março de 1523. Por mais de uma vez deixou de servir o seu logar, apparecendo certidões assignadas por varios sujeitos, que não sabemos ao certo se foram proprietarios, ou serventuarios apenas; como por exemplo:

Thomé Lopes em 1525, 1526, etc.
Antão Gonçalves em 1534, 1535, etc.
Filippe Antunes em 1547.
Damião de Goes de 1548 a 1558, etc.

XI — Damião de Goes. Em 1566 devia ter já obtido a effectividade no logar de guarda-mór, visto como lhe concederam supervivencia para seu filho Ambrosio de Goes, e no anno seguinte a mercê de ser por elle substituido em qualquer impedimento.

XII — Antonio de Castilho, guarda-mór desde novembro de 1571.

XIII — Rodrigo Homem. Já em 1591 servia no impedimento do seu antecessor; mas já em 20 de março de 1596 era guarda-mór effectivo.

XIV — O doutor Luiz Ferreira de Azevedo, guarda-mór

desde 5 de agosto de 1606; aposentado, em attenção ás suas molestias, em 12 de setembro de 1612.

XV — Diogo de Castilho Coutinho filho do 12.º; foi guarda-mór desde outubro de 1612.

XVI — O doutor Manuel Jacome Bravo, guarda-mór desde 27 de outubro de 1632 até principio de novembro de 1634.

XVII — O doutor Gregorio Mascarenhas Homem, guarda-mór interino desde 24 de novembro de 1634, até 1640.

XVIII — Christovam Cogominho, guarda-mór desde 25 de outubro de 1640, até ser preso em 23 de março de 1641 por implicado na conspiração contra el-rei D. João iv, pelo que foi justiçado em 9 de setembro.

XIX — Christovam de Mattos de Lucena, guarda-mór desde 26 de setembro de 1641.

XX — O doutor João Pinto Ribeiro, guarda-mór desde 2 de abril de 1644. Falleceu em 11 de agosto de 1649.

Por morte d'este funccionario foi nomeado interinamente para fazer as vezes de guarda-mór:

O doutor Antonio de Carvalho Parada, por decreto de 1 de outubro de 1650. Falleceu em 1655.

XXI — O doutor Ayres Falcão Pereira, guarda-mór desde 21 de janeiro de 1656.

XXII — O doutor João Carneiro de Moraes, guarda-mór desde 8 de dezembro de 1666, até 18 de janeiro de 1667.

XXIII — João Duarte de Rezende. Já era guarda-mór em julho de 1667, e ainda continuava em 1675.

XXIV — D. Antonio Alvares da Cunha, senhor de Taboa, trinchante-mór. Por alvará de 30 de maio de 1675 foi nomeado reformador do real archivo, e em 10 de junho de 1678, guarda-mór. Falleceu em 26 de maio de 1690.

Foi então nomeado por decreto de 12 de setembro serventuario interino

Antonio da Cunha Pinheiro,

até ser nomeado, como o foi annos depois,

XXV — O doutor José de Faria, guarda-mór por carta de 25 de janeiro de 1695.

XXVI — Luiz do Couto Felix, guarda-mór por carta de 17 de dezembro de 1703.

XXVII — João Couceiro de Abreu e Castro, guarda-mór por carta de 19 de dezembro de 1713. Falleceu em 10 de setembro de 1738.

Foi em 14 de novembro seguinte encarregado da serventia interina do logar o escrivão

Antonio Manuel da Silva.

XXVIII — Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, guarda-mór por carta de 8 de agosto de 1742. Em 14 de março de 1743 consta que já tinha fallecido a 12.

Alexandre Manuel da Silva, escrivão do real archivo, foi encarregado da serventia interina em 16 do dito mez de março de 1743.

XXIX — Manuel da Maya, guarda-mór por carta de 12 de fevereiro de 1745. Falleceu em 17 de setembro de 1768.

XXX — O doutor José de Seabra da Silva. Foi nomeado em 3 de setembro de 1768 para servir interinamente na impossibilidade do guarda-mór Manuel da Maya; e por fallecimento d'elle continuou a gerir o cargo até 1774.

XXXI — O doutor João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, guarda-mór por carta de 29 de abril de 1774, até ao seu fallecimento.

XXXII — José de Seabra da Silva pela segunda vez. Tendo fallecido João Pereira Ramos, o decreto de 27 de fevereiro de 1799 permittiu ao visconde da Bahia, filho de José de Seabra, o ficar adjuncto a seu pae no cargo de guarda-mór. Em 5 de agosto de 1799 foi José de Seabra demittido de todos os seus empregos. No de guarda-mór substituiu-o interinamente:

Francisco Feliciano Velho da Costa Mesquita Castello-Branco, e depois

O visconde de Balsemão Luiz Maximo Alfredo Pinto de Sousa, desde 5 de outubro de 1802. Seguiu-se outra vez

Francisco Feliciano Velho da Costa Mesquita Castello-Branco, desde 23 de março de 1803; e depois outra vez

O visconde de Balsemão desde 6 de outubro de 1809; e depois

Francisco José d'Horta Machado, desde 1 de dezembro de 1812.

XXXII — O VISCONDE DE AZURARA João Antonio Salter de Mendoça, guarda-mór por carta de 24 de dezembro de 1813.

Na sua ausencia serviu interino desde 28 de julho até 30 de setembro de 1814

Manuel Vicente Teixeira de Carvalho.

O ultimo guarda-mór mencionado por João Pedro Ribeiro é o visconde de Azurara. O sr. José Silvestre Ribeiro nos seus *Primeiros traços de uma resenha de litteratura portugueza* continúa a lista até 1853, e diz[1]:

«Succedeu ao visconde de Azurara o visconde de Santarem; em 28 de julho de 1833 foi nomeado director e guarda-mór provisorio do real archivo o official maior Francisco Nunes Franklin.

«Por decreto de 4 de junho de 1834 foi nomeado guarda-mór D. Francisco de S. Luiz.

«Por decreto de 28 de setembro de 1836 foi nomeado guarda-mór interino o doutor Antonio Nunes de Carvalho.

«Por decreto de 23 de julho de 1838 foi exonerado este ultimo, e substituido pelo conselheiro Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro.

«Em 30 de março de 1842 foi exonerado este ultimo, e substituido pelo visconde de Santarem...»

Por decreto de 26 de março de 1856 foi nomeado o conselheiro Joaquim José da Costa de Macedo; aposentado por decreto de 8 de agosto de 1857, ficando a servir interinamente o official maior José Manuel Severo Aureliano Basto.

Por decreto de 14 de outubro de 1861 foi nomeado o actual guarda-mór, o sr. Antonio de Oliveira Marreca.

NOTA V

DOAÇÕES Á SÉ DE LISBOA

Ao que digo a pag. 201 ácerca de varias doações á sé, devo accrescentar isto:

[1] Pag. 158.

No livro de miscellaneas manuscriptas da bibliotheca nacional de Lisboa B—11—6, a fl. 5 lê-se a seguinte relação, que o collector diz ter encontrado nos livros antigos da sé de Lisboa, de pessoas que deixaram bens á mesma sé para seus anniversarios e capellas.

Dona Dordia mulher de Soeyro Pires.

Dona Bona mulher de D. Bricio.

Dona Cisena mulher de Abril Pires, cavalleiro.

Dona Ousenda mulher de Mem Gonçalves Aguá Fria.

Martim Mendes pobre do sizo.

Domingas Domingues Choupa.

Dona Goya filha de D. Alvaro da boa memoria.

Dona Gontinha Pieres, mulher de Pero Martins sobre-juiz.

Dona Dordia Alvoga, mulher de Soeyro Alvoga.

Dona Naix.

D. Reynol, seu marido.

D. Mingo, 4.° irmão de Dona Naix.

Dona Oldema, mãe dos sobreditos.

Gualteyro de Bom molim.

Esses nomes são-me quasi todos desconhecidos, mas revelam alta antiguidade, e remontam-nos aos primeiros reinados.

NOTA VI

CAPELLA INSTITUIDA POR D. GRACIA MÃE DO CONDE D. PEDRO

Vi no cartorio do hospital de S. José o testamento de D. Gracia Froes, lavrado em Lisboa a 17 de dezembro da era de 1370 (anno de 1332, e não 1322 como digo erradamente a pag. 203 d'este volume).

Quer dois capellães *in perpetuum* tirados da sua linhagem, e diz: ...*Item mando meu corpo soterar em a see de lisboa na quel lugar que me asinou o cabido de lisboa a par da capella de Santa Catherina, e mando hy fazer hua capella a minha custa, e mando a dita capella as minhas casas da Ribeyra.*

Em 1707 a 23 de maio mediram-se as casas e terras per-

tencentes á capella de D. Gracia Froes; essa medição é longa, e cita um poder de predios, què ommitto.

Em 22 de maio de 1722 era administrador da capella Manuel Soares Freyre. Em 1741 o alferes de cavallos Manuel Soares Pereira, morador em Lisboa, rua de S. Boaventura.

NOTA VII

PANOS DO MAUSOLEO DA RAINHA D. BRITES NA SÉ DE LISBOA

Digo a pag. 258, que o tumulo da nossa rainha se cobria com um rico pano bordado, presente da rainha de Aragão. Accrescentarei o seguinte:

Em tempo d'el-rei D. João I o thesoureiro das capellas da rainha D. Brites, João Annes, representou ao mesmo rei, que depois de fallecer el-rei D. Affonso IV a sua viuva lhe entregara a elle João Annes dois panos para haverem de ser por elle collocados em cima dos dois moimentos nas grandes festas do anno, e depois tirados e guardados; ordenando então a soberana, que por esse serviço recebesse elle em dia de S. João quinze libras para um tabardo. Ora acontecia que essas libras as recebia João Annes com grandissima quebra; pedia pois a el-rei D. João que lhe mandasse pagar ao menos cinco libras modernas por uma antiga; *e nós*—responde el-rei n'um alvará que se encontra no codice da bibl. nac. de Lisboa F—4—22, de 11 de novembro de 1428—*vendo o que nos asi pedia, vista a grã careza que ora é dos panos, e querendo-lhe fazer graça e mercê, temos por bem e mandamos-vos* (a Gonçalo Esteves contador e provedor dos hospitaes dos dois reis) *que dez a data d'esta carta em diante lhe dedes per as ditas 15 livras q̃ asi hade haver per o dito dia de sanhoane 5 livras per hua, que som por todas 75 livras,*

NOTA VIII

LISTA DE ALGUNS PROVEDORES DAS CAPELLAS E MERCEARIAS D'EL-REI D. AFFONSO IV

(Apontamentos soltos extraídos dos documentos)

«O provedor deve ser homem bom, rico, e de boa nomeada, e ser de Lisboa, e seja escusado de toda a peita, e de ter cavallo, e de todalas hostes, assim por terra como por mar, e de todalas exauções a que seja teudo, e haja por seu affaim este provedor e mantedor em cada hum anno cem libras.» —*Testamento d'el-rei D. Affonso* IV.

*

1364 — abril 20 — João Lourenço.

1370 — julho 29 — Filippe Daniel.

1379 — agosto 14 — Pero Esteves.

1400 — setembro 7 — Gonçalo Esteves, contador d'el-rei e provedor das capellas.

1413 — fevereiro 19 — Gonçalo Esteves.

1416 — agosto 8 — Fernand' Alvares, chamado *o da escada de pedra,* pelo sitio onde morava.

1424 — novembro 8 — Fernand' Alvares.

1427 — maio 11 — João Peres da Veiga.

1429 — julho 6 — Affonso Peres.

1430 — fevereiro 28 — Gonçalo Esteves.

1431 — Gonçalo Esteves.

1434 — julho — Martim Affonso, chamado *o da Bocca da Lapa*, por causa de certos bens que possuia proximo á Alhandra (vide J. M. A. Nogueira, folhetim do *Jornal do Commercio* sobre hospitaes, em 5 de julho de 1865).

1435 — outubro 16 — Gonçalo Esteves, contador d'el-rei e provedor.

1436 — dezembro 2 — Martim Affonso, o da Bocca da Lapa.

1439 — novembro 15 — Gonçalo Esteves.
1440 — novembro 24 — Gonçalo Esteves.
1450 — julho 8 — Pero d'Abreu, thesoureiro que foi da rainha D. Izabel, amo do principe (D. Affonso v), cavalleiro da casa d'el-rei, seu alferes da bandeira do glorioso martyr S. Jorge, provedor e administrador das capellas e espritaes dos senhores D. Affonso iv e D. Brites.
1459 — março 1 — Pero d'Abreu.
1481 — Lopo Dias, consta de uma phrase incidente do auto da acclamação d'el-rei D. João ii, nos *Annaes do municipio de Lisboa*, 1856, n.º 19, pag. 150.
1508 — junho 19 — Duarte Brandão.
1509 — junho 14 — João Brandão, fidalgo da casa real.
1540 — maio 11 — João Brandão.
1549 — novembro 7 — Duarte Brandão.
1563 — fevereiro 9 — Fernão de Lima, fidalgo da casa real.
1593 — dezembro 24 — D. Rodrigo Lobo, barão d'Alvito.
1625 — setembro 6 — Barão d'Alvito.
164... — D. Diogo Lobo.
1785 — D. Caetano de Noronha.

*

Pela carta regia de 29 de maio de 1613 era o ouvidor das capellas nomeado directamente pelo soberano, e não pelo provedor.

O ordenado e os emolumentos dos varios officiaes constam do alvará de 23 de março de 1754, cap. 6.º (Fernandes Thomaz, *Repertorio*).

A portaria de 19 de dezembro de 1837 manda entregar ao cabido da sé de Lisboa as capellas das mercearias d'el-rei D. Affonso iv *para alojar alguns dos muitos objectos pertencentes á extincta patriarchal, e tendo-se verificado que as ditas capellas se achavam fechadas sem uso algum.* (Collecção da legislação.)

As mercearias foram annexadas ao asylo de mendicidade por decreto de 26 de novembro de 1851.

NOTA IX

Ao que digo a pag. 302 ácerca da inscripção commemorativa da tomada de Lisboa, devo accrescentar a exacta transcripção da inscripção primitiva, que se lê á banda direita do vestibulo, em caracteres monachaes maiusculos; eil-a:

TŨC : AÑI : DÑI : CŨ : CĒTUM : MILLE : NOTÃTUR :
CŨQ : Q̃TERDĒNIS : Q̃TUOR : ATQ : T^{RI}BUS
CŨ : P̲ : X^{I}COLAS^{S} : Ē : URBS : ULIXBÕA : CAPTA :
ET : REDDITA : P̲ : EO^{S} : FIDEI : CATHOLICE :



ERA : M^{NA} : FUIT : HOC : DECIESQ : VIGENA :
V^{E} : DECĒ : DĒPTIS : IN : C^{I}SPINI : Q̃QE : FESTO :

NOTA X

Prometto a pag. 322 a transcripção de uns trechos do testamento de Bartholomeu Joannes. Eil-os:

Capella de S. Bartholomeu

... Item por que já de suso ditto hey e fize mensam da capella em que me mando deytar por honde eu sobreditto Barthollomeu Ioannes confiando muito da Misericordia de Deos que me haja merce tenho por bem de ordemnar e mandar fazer a ditta capella na ditta Igreja cathedral no sobreditto Lugar que me o ditto Cabido de Lixboa dê se mo derem desembargadó como mo ham promettido e de a dottar de tantas possessões por que se possa manter para sempre; e outrossim

hum hospital em que me mantenham bem e sem mingoa dose pobres segundo se logo segue adiante e de qual guisa he minha vontade disse a dita capella faser e o ditto Hospittal e de se ordenar e manter, mando ordeno e estaballeço que meus Testamenteyros mandem logo fazer a ditta Capella em o sobredito lugar quanto quer que custe de meus bens a qual capella tenho por bem e mando que seja intitullada e chamada de Sam Bartholomeu por cujo nome eu sou chamado e em qualquer capella mando que cantem cada dia para sempre dezaseis capellães, convem a saber doze capellães por minha alma e os dous dos outros capellães cantem por meu senhor ElRei Dom Deniz, e outro pela Rainha Donna Izabel saa mulher, e outro pelo Infante Dom Affonco seu filho e por seus filhos desse Infante por tal preyto e sob tal condiçam que o ditto senhor Rey em saa vida e depois o Infante na sua e assy adiante por seus filhos e nettos lidimos alce e façam alçar força de qualquer pessoa ou pessoas que me queyram dar torna sobre a minha capella, e sobre os bens della, e do Hospittal que eu mando fazer, e se adiante segue e sobre todos os outros bens que ficarem, cumprindo o meu testamento todo, e mantendo a ditta Capella e Hospittal os quaes doze capellães mando quero e ordèmno que cada dia cantem messa de requiem por minha alma e sejam todos cadia sobre mim com agoa benta, e com *miserere mei Deus* cantado depois que todas as messas forem acabadas salvo ao sabado no qual mando que todos estes doze capellães cantem missas de Santa Maria em esta guiza, hum delles no ditto sabado comece missa alcada cantada, e os outros ministrando cantando e officiando a ella em guisa que seja hum Diacono e Subdiacono, e depois da ditta missa cantem as quatro calladamente ou antes se antes poderem, em guisa que todos sejam presentes a ditta Missa e todos estes dezaseis capellães sejam residentes a todas as horas canonicas, e depois que sahirem de vespora sejam todos sobre mim com salve Regina cantada aos sabados, e hum dos quatro capellães que eu mando cantar, convem a saber os dous por ElRey e outros dous por a Raynha e o Infante e seus filhos, e hum delles cante cada dia missa da Trindade e outro de Santa Maria, e o terceyro Missa

a honra de Sam Deniz por cujo nome meu senhor ElRey he chamado, e outro cantará a honra da santa vera Cruz que diz que he verdadeyra Trindade a rogo da Bemaventurada Santa Maria Madre de Jesus Christo, e do Glorioso Martyr Sam Deniz mantenha e guarde de sobredittos Rey e Rainha e Infante seus filhos em seu serviço e os goarde sempre e mantenha elhes deyxe faser direyto e Justica e deffender e amparar bem a ditta Capella e ao ditto Hospittal e alçar força de qualquer pessoa ou pessoas que quizerem faser sobreditta Capella e Hospittal... (fl. 129, 129 v. e 130).

Hospital

... Estabeleço e ordeno hum Esprital a honrra de Deos e da Virgem Coroada Santa Maria Rainha dos Anjos, e do bemaventurado Appostollo S. Bertholameo, por cujo nome eu sou chamado, que elle nom catando os meus merecimenttos seja sempre rogador por mim a Deos, e por minha alma que nom seja perdida, e a escolha e leve para si; ao qual esprital mando e quero e ordeno, que se mantenham doze pobres para todo o sempre daquellas coizas que lhe mister fizerem, elhe forem necessarias, e para remover e tirar duvida de qual guiza se deve manter, e para declarar esto minha vontade ordeno que cada hum pobre dos ditos pobres hajam em cada hum dia para sempre de provisão tres soldos para pão e para vinho. e para conduto. Item ordeno e mando, que cada hum dos ditos pobres hajam em cada hum anno para seu vestir doze covados de contrafeito ou de valencina para o pellote, e capeirão e saia e para calças. Item vinte soldos para calsadura, e vinte soldos a cada um delles para camisas e pannos melhores, e de mais cinco soldos hũa vez do anno para suas sangrias, e quero de mais e ordeno que os ditos pobres de cada dia vão á dita minha capella todalas horas, convem a saber, ás Missas e ás vesporas e roguem ahi a Deus por mim que se amerceie da minha alma, como sabe que a mim cumpre; pera o qual esprital mando fazer hum nobre paço pelos meus bens assim como os meus testamenteiros virem que cumpre; e seja feito na freguezia e perto donde fôr a dita

minha capella, com tal logar que não seja grande nojo aos ditos pobres quando forem ouvir as horas; no qual paço mando e ordeno que todos comam emsembra a uma tavola, e mando no dito paço pôr doze leitos, e seja cada um leito de uma almadia que é de lã de carneiros, e de uma cocedra de penna, e de uma almaceda de dois chumaços outrosim de penna, e de dois lençoes e de uma manta e uma colcha, e assim a cada um dos outros leitos; no qual quero e mando que haja uma cosinha apartada, em que possam bem cosinhar em guiza que não faça nojo no paço, e não alhures; outrosim que haja hy uma privada para se poderem haver outra casa pequena metão com o dito paço para cosinha. e outra para privada ante a comprem, e facão da guiza que da cosinha possão servir no paço por porta que minha vontade é que no dito paço haja tão somente dormidoiro e refeitorio, e não al; e a dita cosinha ser estremada por sy, e como quer que eu a cada hum d'estes pobres mando dar tres soldos para comerem em cada um dia. Tenho por bem que hajam um mancebo de soldada que lhes merque e cosinhe e uma manceba que os sirva e lhes amace; e se tanto sobejar d'esta provisão, manteudos elles, tambem como os de Santo, ou melhor, porque os ditos mancebos possam haver suas soldadas pagadas, os meus testamenteiros lhes paguem desto se nom paguem nos deregido, que ficar dos posiçoens desse hospital e capella; e de mais quero que haja hi uma lampada que arça de noite para sempre, que se possam ver estes pobres; e estes pobres sejam bons e vergonhosos, d'aquelles que houveram algo, e caíram em pobreza, e para se esto cumprir e manter para sempre, mando e ordeno que os meus testamenteiros comprem taes possessões, que rendam muito bem em cada um anno mil livras em salvo, e que esto nom faça nem possa minguar, e comprido todo esto segundo eu mando, do resido que ficar mando que se guarde em cada anno para repairamento e refazimento do dito hospital, e mantimento dello, etc. (fl. 132 v. e seg.).

Estes documentos estão visivelmente erradissimos na cópia d'onde extraí esta. O original não me consta existir. Ha si-

tios onde se não percebe o sentido; outros onde se estão a ver lacunas. Um verdadeiro horror!

NOTA XI

TORRE DA ESCRIVANINHA

Fallo d'ella a pag. 324.

Não sei o que era esta torre, a que o testamento de Bartholomeu Joannes chama, segundo Herculano (a não ser lapso typographico) *torre da Estevainha.* Diz tambem o citado escriptor no *Monge de Cister* [1] que ficava na muralha, junto ao arco que dava passagem de cathedral para a Rua Nova, arco chamado, como no logar respectivo mostrei, porta do Ferro.

Herculano viu necessariamente essa indicação n'uma carta de contrato d'el-rei D. Diniz com o concelho de Lisboa, datada de 4 de julho da era de 1332 (anno 1294) existente no cartorio da camara municipal de Lisboa, liv. 2.° dos reis D. Diniz, D. Affonso IV, e D. Pedro, fl. 4, e publicada no *Archivo municipal de Lisboa* de 1860, n.° 5, pag. 40. Como essa carta é interessantissima, vou transcrevel-a.

Por ella se percebe: 1.° que antes de 1294 já existia a celebre *Rua nova,* uma das grandiosas obras d'el-rei D. Diniz;

2.° que uma boa extensão do lanço da muralha antiga da cidade se via caída desde *a minha torre da Escrivanya* (palavras do documento) *até ás minhas casas das galés de contra o mar.* Isso com toda a probabilidade era o lanço *inter turrem et portam ferream,* como diz Osberno [2], minado pelos inglezes em 1147, certamente aluido depois, e não reedificado n'esses ultimos cento e quarenta e sete annos. Está-se a ver. Por isso dizia el-rei D. Diniz muito bem, que estava Lisboa *em perigo.*

Como convinha á segurança da capital, parece que se reedificou o muro, meio por conta do soberano, meio por conta

[1] Tomo I, pag. 242.

[2] Veja-se o antecedente volume da *Lisboa antiga,* pag. 159.

do concelho; a saber: el-rei construiu desde *as casas dos pesos do concelho até á rua Nova;* e o concelho *desde o canto da torre da Escrevaninha ... até ás casas dos pesos.*

Se houvessem de ser feitas casas sobre o muro, ficou determinado que não obstruissem o adarbe do mesmo muro, que ficaria livre e desembaraçado. Trinta annos depois habitava portanto n'uma das taes casas junto á torre da Escrevaninha o honrado barão e opulento argentario Bartholomeu Joannes, dominando das suas janellas extensa vista sobre o poente, e a crescente faina da edificação dos bairros elegantes e suburbanos da rua Nova, emprezas reaes para que talvez a bolsa do amigo d'el-rei D. Diniz contribuira com bizarria.

O que fosse, isto é, de que servisse a tal torre da Escrevaninha, ignoro; calculo que fosse alguma repartição publica importante. As torres antigas aproveitaram-se para estações officiaes; haja vista esta, a do Tombo no castello, etc. É o que nós fizemos aos conventos.

Vamos á carta.

Em nome de Deus Amen. Dom Denys pela graça de Deus Rey de Port. e do Algarue A todos aq̄les q̄ esta Carta uirem e leer ouuyrem ffaço saber. Que como a Cydade de Lixboa steuesse en perhygoo de La mha Torre da escriuanya ata as mhas Casas das Galees de cõtra o mar per razõ do muro q̄ hy nõ auia nẽ fortaleza nenhũa, e q̄ recebya per hy o Concelho muyto mal e muyto dano per razõ daq̄les q̄ uiam pelo mar de fora parte. Tyuy por bẽ con o Alcayde e con os Aluaziis, e con o Concelho da dita Vila dauer coselho como fosse a Vila mays defesa e mais onrrada e mays fortalegada Porende eu e o Concelho teuemos por bẽ de sse fazer huũ muro dela Torre da mha escriuanya atáá as mhas Casas da Rua noua. E porq̄ o Concelho teue ca lhy seeria grã custa de o auerẽ a fazer todo pydyrõmy por mercee q̄ fezesse eu huũ muro delas Casas dos pesos do Concelho atáá a Rua noua, so tal cõdiçom, q̄ delas Casas dos pesos atáá o cãto das mhas fferrarias alargarẽ contra o mar duas braças, e fundarsse perhy o muro. E do Canto das mhas ferrarias atáá a

Rua noua, ade yr o muro direyto pelas dyuisões q̃ hy som postas, en tal guysa q̃ delas dyuisões atáá parede da Rua aia xiiii braças. E se eu hy quizer fazer Casas, e y as poer sobrelo muro en tal guisa, q̃ fique o andamho do muro q̃ possam per ele andar quando for mester, e quanto ora stã as mhas ferrarias deue ficar a Rua tã ancha como ora sta. E do Canto das mhas fferrarias ataa a Rua noua deue ficar a Rua doyto braças, e deuo derribar da mha Casa q̃ sta apar da parte de Calonha, tãta q̃ fique a rrua doyto braças, e estas Casas todas q̃ eu fezer deuẽ seer mihas liuremente e de meus suscesores e nos Concelho deuemos fazer huũ muro delo Canto da Torre da escriuanya de contra o mar atáá as Casas dos pesos, e se quisermos fazer casas deuemolas fazer sobresse muro, en tal guya q̃ fiq̃ o andamho do muro q̃ possam per ele andar quando for mester, e as Casas q̃ hi fezermos seerẽ liuremente do Concelho. E os açougues do pescado do Concelho starẽ assi, como stã. E se eu Rey nõ fezer o muro delas Casas dos pesos atáá a rrua noua asy como dito é o dito logar ficar no stado en q̃ ora sta. E outrossy se nos Concelho nõ fezermos muro delo cãto das Casas dos pesos ataa o Canto da Torre da escreuanya assy como dito é, outrossy deue ficar o dito logar no stado en q̃ ora sta. E nos Alcayde e Aluaziis e Caualeyros e Cidadãos, e omees bõos e Concelho de Lixboa por esta graça e mercee q̃ nos nosso Senhor Elrrey faz, outorgamos a q̃l Rysio de suso dito a nosso Senhor el Rey, en q̃ el deue fazer o dito muro e Casas pera sy liuremente, assy como dito é. louuamos e outorgamos e auemos firme e estauil pera todo senpre todalas cousas de suso ditas e cada hũa delas. E eu dauãdito outorgo todas estas cousas de suso ditas e cadahũa delas, e prometoas teer e aguardar pera todo sempre. E por estas cousas seerem mays firmes e may stauys, e q̃ nõ possam uiir en duuyda, Eu e o Concelho fezemos ẽn fazer duas Cartas semelhauys e seer seeladas de nossos seelos pendentes, das quaes eu devo teer hũa e o Concelho outra. Feito en Lixboa quatro dias de Juyo. Era de mill e trezentos e triinta e dous Anos. (Cartorio da camara, liv. 2.º dos reis D. Diniz, D. Affonso iv, e D. Pedro, fl. 4; *Archivo municipal de Lisboa*, n.º 5, pag. 40.)

NOTA XII

QUADRO CHRONOLOGICO DE ALGUMAS DATAS APURADAS ÁCERCA DA SÉ DE LISBOA

Seculo XII

1147—O cruzado Osberno, testemunha ocular, designa como de seis naves (aliás *cinco*) a mesquita lisbonense.

1147—1 de novembro—Sagração da mesquita em egreja christã episcopal dedicada a Nossa Senhora da Assumpção.

1195—agosto—Baptisado de Sancto Antonio na freguezia da sé.

N'este seculo houve obras por el-rei D. Affonso Henriques e pelo bispo D. Gilberto.

Seculo XIII

1204—A rainha D. Urraca deixa 300 maravedís em testamento á sé de Lisboa.

1209—El-rei D. Sancho deixa em testamento 1:000 maravedís á sé de Lisboa.

1214—A rainha D. Urraca lega á sé de Lisboa 300 maravedís em testamento.

1271—El-rei D. Affonso III deixa em testamento 1:000 libras á sé de Lisboa.

Seculo XIV

1305—Instituição da capella de S. Sebastião na *charola*.

1305—Instituição da capella de Estevam Domingues e sua mulher Mór Martins na extremidade do 2.º lanço do claustro.

1314—Sepultura de Pero Martins da Alfama.

1321—9 de dezembro—Terremoto em Lisboa, que faz estragos na sé.

1322—Lega el-rei D. Diniz em testamento 200 libras á sé de Lisboa para suffragios por sua alma.

1322 a 1326—Entre esses annos póde talvez collocar-se a fundação da capella do bispo D. Gonçalo Pereira.

1322—17 de dezembro—Instituição da capella de S. Gervasio por D. Gracia mãe do conde D. Pedro de Barcellos.

1324—30 de novembro—Morte de Bartholomeu Joannes. Anterior a esse anno deve pois collocar-se a fundação da sua capella de S. Bartholomeu.

1334—5 de abril—Conclusão das obras da charola da sé por el-rei D. Affonso IV.

1337—24 de dezembro—Terremoto em Lisboa, que arruina em parte a sé.

1342—Sepultura do padre Rodrigo Guilherme na capella de Estevam Domingues.

1344—Outro terremoto causa estragos no mesmo templo.

1345—13 de fevereiro—Allude el-rei D. Affonso IV em seu testamento ás suas obras na charola e capella-mór.

1347—Terremoto em Lisboa.

1348—7 de dezembro—Instituição de uma capella por D. Tareja mulher do conde D. Pedro de Barcellos.

1349—22 de dezembro—É sepultado no seu mausoleo Lopo Fernandes Pacheco.

1352—Vista da sé no sêllo da camara de Lisboa.

1355—11 de junho—Terremoto em Lisboa.

1356—24 de agosto—Terremoto em Lisboa.

1358—Instituição da capella de Nossa Senhora da Conceição pelo infante D. Pedro Affonso filho d'el-rei D. Diniz.

1370—23 de fevereiro—Medonho vendaval, que deixa muitos estragos na sé de Lisboa.

1377—Data do antigo sino de uma das torres.

Seculo XV

1404—Cae um raio sobre a capella-mór da sé.

1433—agosto—Visita el-rei D. João I moribundo a sé de Lisboa.

1498—N'esse anno é instituida a celebre irmandade da misericordia. É sua primeira séde no claustro da sé a capella de Nossa Senhora da Piedade.

1499—Em testamento lavrado em Roma lega o cardeal D. Jorge da Costa varias quantias á sé de Lisboa para conclusão da torre do norte.

Seculo XVI

1513—21 de julho—Ordem d'el-rei D. Manuel para a camara refazer o adro e o muro que o sustentava.
1523—Sepultura de Manuel Freire creado do conde de Borba, na passagem do claustro para a charola.
1564—Lega o arcebispo de Lisboa D. Fernando de Vasconcellos varios donativos á sé.
1569—Anda o pintor Manuel André a pintar o claustro da sé.

Seculo XVII

1623—Abre-se o tumulo d'el-rei D. Affonso IV, e mede-se o corpo. Assiste Miguel Leitão de Andrada.
1629—Faz-se uma sachristia junto de uma das capellas da charola.
1629—Data esculpida no velho cadeirão da charola.
1631—Reedificação da capella de S. Lourenço, no claustro, á custa da sua irmandade.
1634—Reedificação da capella de Nossa Senhora de Belem, no claustro, á custa da irmandade.
1652—fevereiro—Faz-se a capella de Sancto Antonio, no claustro.
1652—fevereiro—Faz-se a capella de Nossa Senhora da Tocha, no claustro.
1654—Traduzem-se os versos latinos commemorativos da data da tomada de Lisboa, e collocam-se.
1692—Andando obras na sé, encontra-se por acaso a ossada de S. Vicente, que se tinha perdido sumida n'uma parede.

Seculo XVIII

1702—É sepultado na capella da Piedade o arcebispo D. Luiz de Sousa.

1719—18 de junho—Contrato celebrado entre D. Pedro Alvares da Cunha e a irmandade do Sanctissimo Sacramento da sé ácerca da capella de Nossa Senhora da Luz na charola.
1748—Manda el-rei D. João v pôr um grande relogio na torre do sul da sé.
1755—novembro 1—Terremoto grande em Lisboa, que arruina o lado sul da sé, a torre, a torre quadrada do cruzeiro, a capella-mór, os mausoleos, etc.
1767—Toma el-rei D. José varias providencias para restaurar a sé.
1778—Pinta Pedro Alexandrino para o lado direito da porta principal o grande quadro *O Salvador do mundo.*
1779—fevereiro 2—Trasladam-se provisoriamente para sitio mais decente na capella da Senhora da Tocha as ossadas d'el-rei D. Affonso iv e da rainha D. Brites.
1780—Colloca-se o quadro da Ressurreição defronte da capella do Sacramento.
1781—novembro 30—São definitivamente collocados nos seus mausoleos actuaes os restos d'el-rei D. Affonso iv e da rainha D. Brites.

Seculo XIX

1863—Obras na sé desde annos.
1883—setembro 30—Sae da sé para Carnaxide em grande pompa a devota imagem da Senhora da Rocha apparecida.

NOTA XIII

S. CHRISTOVÃO

Quem quizer estudar a interessante lenda d'este nebuloso personagem, póde consultar um primoroso artigo do meu bom amigo Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro no n.º 14 do periodico *Republicas*, de 7 de março de 1885.

ADDITAMENTOS AO VOLUME ANTECEDENTE

A QUINTA DE BELLAS

I

DOAÇÕES A DIOGO LOPES PACHECO

A pag. 350 confessei não saber preencher uma solução de continuidade que me appareceu na longa sequencia dos varios donos da velha quinta de Bellas.

O sr. visconde de Sanches de Baêna teve a bondade de me remetter em 19 de junho d'este anno de 85 uns preciosos apontamentos, por onde se mostra que o morgado instituido por Diogo Lopes Pacheco em 1389, aos oitenta e quatro annos, passou para seu filho primogenito João Fernandes Pacheco. Este, desavindo com el-rei D. João I, transferiu-se para Castella, foram-lhe confiscados os bens, e dados então, como digo no referido logar, a Gonçalo Peres de Malafaya. Eis os apontamentos:

Diogo Lopes Pacheco teve o senhorio da villa de Trancoso por carta passada em Santarem a 25 de setembro da era de 1409, anno de 1371. El-rei D. João I restituiu-lhe todos os seus bens, por carta passada em Lisboa a 7 de se-

tembro de 1384, onde se declara que a confiscação d'elles fôra por falsas informações. Teve mais os senhorios das villas de Landoso e Oliveira, por carta de 24 de agosto de 1385 e outubro de 1387, e as alcaidarias móres de Celorico da Beira, e de Santarem (carta de 6 de abril de 1389, livro II d'el-rei D. João I, fl. 16). Teve a confirmação do morgado de que era cabeça a quinta de Bellas, e em que entravam tambem a quinta de Carnide e a do Paço do Lumiar.

Falleceu Diogo Lopes em 1393, como consta da confirmação de bens feita a seu filho João Fernandes Pacheco. Casara com D. Joanna Vasques filha de Vasco Pereira e de D. Ignez da Cunha. Teve filho:

João Fernandes Pacheco herdeiro do morgado de Bellas e mais casa de seu pae. Foi do conselho d'el-rei D. João I, e seu guarda-mór. Prestou-lhe grandes serviços, e achou-se com seu pae em Aljubarrota. Parecendo-lhe que a remuneração de taes serviços não era condigna, passou-se para Castella, levando comsigo 300 homens de cavallo entre parentes e creados. Foi bem acolhido em Castella por el-rei D. Henrique; entre outras mercês recebeu a villa de Belmonte da Mancha. Não voltou a Portugal, e por isso se lhe confiscaram os bens em favor de Gonçalo Peres de Malafaya.

Casou João Fernandes Pacheco em Castella com D. Ignez Telles de Menezes filha de D. Gonçalo Telles de Menezes, conde de Neiva e Faria, e de sua mulher D. Maria de Albuquerque. Teve filha:

D. Maria Pacheco herdeira da casa de seu pae em Castella: casada com Affonso Telles Girão irmão de D. Leonor da Cunha mulher do doutor João das Regras. D'esse casamento descendem os duques de Escalona, marquezes de Vilhena, e outras casas titulares.

II

ASCENDENCIA DE RODRIGO AFFONSO DE ATOUGUIA

Disse eu a pag. 356, nota, que ignorava a linha por onde Rodrigo Affonso, 1.º senhor de Bellas no seculo XVI, se entroncava em D. Roberto de Licorne. Um assiduo leitor da *Lisboa antiga*, o sr. Agostinho de Ornellas, accudiu espontaneamente a essa lacuna, e teve a bondade de me trazer em 12 de junho d'este anno de 1885 os elementos com que posso agora completar o que me faltava, extraídos por sua mão do codice n.º 468 de Alcobaça, hoje na bibliotheca nacional de Lisboa. São apontamentos dos dois chronistas Francisco e Antonio Brandão. Por esses apontamentos se vê que:

Giral Gonçalves de Atouguia, bisneto de D. Roberto de Licorne, e mencionado a pag. 316 do precedente volume, casou com Tareja Pires, bisneta de outro dos heroes do cerco de Lisboa, D. Ligel. D'esse casamento nasceu:

Ruy Gonçalves Franco, marido de D. Maria Pires filha de Pero Martins da Alfama, que jaz no claustro da sé de Lisboa, como se viu no logar respectivo. Tiveram:

Ruy Franco (ou Ruy Goeçalves) que foi pae de

Affonso Rodrigues, pae de

Martim Affonso, de quem nasceu

Rodrigo Affonso o velho, progenitor de

Luiz Affonso de Atouguia casado com Izabel (ou Maria) Telles Corrêa filha de Estevam Corrêa, de Tavira. D'esse casamento nasceram:

Luiz Affonso de Atouguia, com quem se continúa, e

Rodrigo Affonso de Atouguia, com quem logo se continuará.

Luiz Affonso de Atouguia, senhor de Ranhados, thesoureiro-mór d'el-rei D. Manuel, casou com Ignez Alvares da Rua filha de Alvaro Annes da Rua, chanceller do infante D. Fernando na Madeira, e teve geração, que não importa aqui.

Rodrigo Affonso de Atouguia, escrivão da fazenda do infante D. Fernando, o qual infante já era fallecido em 1506; vedor da fazenda da sua viuva a infanta D. Brites, senhor de Salvaterra de Magos, da metade da ilha de Sanctiago, e pela doação de sua ama 1.º senhor de Bellas.

LISTA

DAS PRINCIPAES FONTES CONSULTADAS PELO AUCTOR D'ESTE LIVRO, ALÉM DE OUTRAS JÁ MENCIONADAS NO 1.º, 2.º, E 3.º VOLUME

Acenheiro (Christovam Rodrigues) — *Chronica d'el-rei D. João I.*

Aguierre — *Collectio Conciliorum Hispaniæ.*

Almanak do clero do patriarchado, prelasias annexas e bispados de Portalegre e Castello-Branco para o anno de 1862 — Lisboa, 1862, 8.º, 1 vol.

Alvarez de Colmenar — *Description et délices d'Espagne et de Portugal.*

Analecta Bollandiana ediderunt Carolus de Smedt, Gulielmus Van Hoof, et Josephus de Backer — Bruxellis, 1882, 8.º, tomo I.

Annaes do municipio de Lisboa — publicação que succedeu ao *Archivo municipal.*

Archivo municipal de Lisboa — publicação começada em 1860 por conta da camara.

Ascensão Valdez (José Joaquim da) — *Noticia historica e descriptiva da antiga villa, hoje lugar, de Pontevel* — Lisboa, 1874, 8.º, 1 folh.

Assaleh (Abu Mohamed) — *Historia dos soberanos mahometanos ... que reinaram na Mauritania,* traduzida e annotada por Frei José de Sancto Antonio Moura — Lisboa, 1828, 4.º, 1 vol.

Barbosa Machado (Ignacio) — *Historia critico-chronologica da instituição da festa, procissão e officio do Corpo Sanctissimo de Christo, etc.* — Lisboa, 1759, 4.°, 1 vol.

Baronius — *Annales Ecclesiastici.*

Bluteau (P.e D. Raphael) — *Vocabulario.*

Bourassé (L'abbé J. J.) — *Les plus belles cathédrales de France* — Tours, 1869, 8.°, 1 vol.

Caldas Barbosa (Domingos) — *Descripção da grandiosa quinta dos senhores de Bellas, e noticia do seu melhoramento* — Lisboa, 1799, 4.°, 1 vol.

Cartorio da camara municipal de Lisboa.

Cartorio do hospital de S. José.

Castro e Sousa (Antonio Damaso de), abbade de Sancta Eulalia, mais conhecido pelo nome de *o abbade Castro* — *Itinerario que os extrangeiros que veem a Portugal devem seguir na observação e exame dos edificios e monumentos mais notaveis d'este reino* — Lisboa, 1845, 8.°, 1 folh.

Castro e Sousa (Antonio Damaso de) — *Descripção do palacio real na villa de Cintra* — 1838, 8.°, 1 folh.

Col (P.e João), oratoriano — *Catalogo dos prelados da egreja de Vizeu* — no tomo II da collecção da academia real de historia.

Corrêa (Gaspar) — *Lendas da India.*

Côrtes do reino desde o anno de 1369 até o anno de 1434 — Mss. da bibl. nac. de Lisboa, J—5—36, 2 vol.

Falcão. Vide Figueiredo Falcão (Luiz de).

Fernandes Thomaz (Manuel) — *Repertorio geral ou Indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal* — Coimbra, 1815, fol., 2 vol., 1825.

Ferreira de Vasconcellos (Jorge) — *Comedia Ulysippo*, 3.a edição — Lisboa, 1787, 8.°, 1 vol.

Ferreira de Vasconcellos (Jorge) — *Memorial das proezas da segunda tavola redonda.*

Figueiredo (Manuel de) — *Theatro*, annotado pelo irmão do auctor, Francisco Coelho de Figueiredo.

Figueiredo Falcão (Luiz de) — *Livro em que se contem toda a fazenda e real patrimonio dos reinos de Portugal, Indias, e ilhas adjacentes, e outras particularidades ... co-*

piado fielmente do mss. original — Lisboa, 1859, 4.º, 1 vol.

N. B. O auctor era secretario de D. Filippe II, e escreveu em 1607.

Gazeta de Lisboa.

Historia verdadeira da devoção á Senhora da Guia, dada á luz pela real irmandade da Senhora da Guia — Lisboa, 1859, 8.º, 1 folh.

Hollanda (Francisco de) — *Dos monumentos que fallecem á cidade de Lisboa* — Mss. da academia real das sciencias, transcripto pelo conde de Raczynski no seu livro *Les arts en Portugal.*

Illustração (A) — jornal de Lisboa, 1845.

Jacquemart (Albert) — *Histoire du mobilier* — Paris, 1876, 8.º, 1 vol.

Lacroix (Paul) — *Le moyen âge et la renaissance* — Paris.

Obra de grande luxo dirigida por Lacroix e collaborada por muitos archeologos e escriptores.

Lavanha (João Baptista) — *Viagem de D. Filippe* II *ao reino de Portugal* — Madrid, 1621.

Leitão de Andrada (Miguel) — *Miscellanea*, 2.ª edição — Lisboa, 1867, 8.º, 1 vol.

Leitão Manso de Lima (Jacintho) — *Familias de Portugal tiradas dos melhores nobiliarios do reino, etc.* — Mss. da bibl. nac. de Lisboa. Longa serie de volumes.

Lima (D. Antonio), senhor de Castro d'Aire — *Nobiliario* — Mss. da bibl. nac. de Lisboa, C—1—22.

Lopes (Fernão) — *Chronica d'el-rei D. Fernando.*

S. Luiz (D. Francisco de) — *Memoria em que se trata da origem do nome de Portugal, etc.* — Nas mem. da acad. real das sciencias.

Manuel de Mello (D. Francisco) — *Apologos dialogaes* — Lisboa, 1721, 8.º, 1 vol.

Memorias para a historia ecclesiastica de Portugal — Volume manuscripto, de interessantes miscellaneas, A—4—5 da bibl. nac. de Lisboa.

A fl. 39 e seg. traz uma serie de quesitos e respostas ácerca da sé de Lisboa anteriores a 1755.

Mendes da Fonseca (João) — *Memoria chronologica dos ex.*^{m} *prelados ... de Lamego* — Lisboa, 1789, 4.°, 1 vol.

Mnemosine Lusitana (jornal de bellas-artes) — Lisboa, 1816, 1.° vol.; 1817, 2.° vol.

Moreira (Antonio Joaquim) — *Collecção de epitaphios, inscripções, e lettreiros* — 9 vol. mss. na bibl. da acad. real das sciencias de Lisboa.

Morganti (Bento) — *Descripção funebre das exequias que a basilica patriarchal de Sancta Maria dedicou á memoria do senhor rei D. João* v — Lisboa, 1750, 4.°, 1 vol.

Nunes Franklin (Francisco) — *Memoria ácerca do cardeal D. Jorge da Costa* (Alpedrinha). — Vem no tom. VIII, p. I, das mem. da acad.

Nunes do Lião (Duarte) — *Descripção de Portugal* — Lisboa, 1600, 8.°, 1 vol.

Oliveira. Vide *Freire de Oliveira.*

Oliveira (Christovam Rodrigues de). Vide *Rodrigues de Oliveira.*

Oliveira (Nicolau de) — *Livro das grandezas de Lisboa* — Lisboa, 1620, 8.°, 1 vol. de 186 folhas numeradas só na frente, mais algumas de prologo, errata, indice, etc.

Pariz (Matheus), fallecido em 1259, frade bento inglez, de talento grande e variadissimo — *Historia major, sive rerum anglicarum Historia* — desde 1067 a 1259.

Patricio (Amador) — *Memorias das principaes providencias no terremoto de 1755* — Lisboa, 1756, fol., 1 vol.

Patricio (Antonio) — *Diccionario geographico ou noticia historica de todas as cidades, villas, rios, ribeiras, serras, e portos de mar dos reinos de Portugal e Algarve.* — Ficou em lettra C.

D. Pedro — *Nobiliario* chamado *do conde D. Pedro* — *Port. Mon.* — Script.

Pina (Ruy de) — *Chronica d'el-rei D. João* II. — No vol. II dos *Ineditos* da academia.

Pina (Ruy de) — *Coronicas dos reis de Portugal.*

Pistorius (Joannes) — *Rerum germanicarum scriptores* — 2 vol.

Raczynski (Le comte) — *Dictionnaire historico-artistique du Portugal* — Paris, 1847, 8.°, 1 vol.

Relaçam, em que se trata, e faz hũa breve descrição dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa, e seus arrabaldes, etc. — Lisboa, 1626, 8.°, 1 folh.

Relação da derrota naval, façanhas e successos dos cruzados, que partiram do Escalda para a Terra Sancta no anno de 1189, escripta em latim por um dos mesmos cruzados, traduzida e annotada por J. B. da Silva Lopes — Lisboa, 1844, 4.°, 1 vol.

Relação da primeira jornada que fez a Africa no anno de 1574 o serenissimo rey D. Sebastião, escripta pelo mesmo principe. — Vem no fim do tom. IV das *Memorias* de Diogo Barbosa Machado.

Rezende (Garcia de) — *Chronica d'el-rei D. João* II.

Resenha das familias titulares do reino de Portugal acompanhada das noticias biographicas de alguns individuos das mesmas familias — Lisboa, 1838.

N. B. São auctores d'ssta *Resenha* João Carlos Feo Cardoso, e José do Valle Pereira de Menezes.

Ribeiro (João Pedro) — *Memorias authenticas para a historia do real archivo* — Lisboa, 1819, 8.°, 1 vol.

Ribeiro Guimmarães (José) — *Summario de varia historia.*

Roberto do Monte — *Chronicon.* — Apud bibl. Joannis Pistorii.

Rosa de Viterbo (Frei Joaquim de Sancta) — *Elucidario.*

Sande (P.e Duarte de) — *Lisboa em 1584.* — Artigos no *Archivo Pittoresco* t. VI, traducção de A. J. de F. (Antonio José de Figueiredo).

Sancta Catharina (Frei Lucas de) (?) — *Anatomico jocoso.*

Scriptorum (Illustrium veterum) qui rerum a germanis per multas etates gestarum historias ... reliquerunt, tomus unus — Francofurti, 1583, 4.°, 1 vol.

Sebastião (El-rei o Senhor Dom). — Vide *Relação.*

Severim de Faria (Manuel) — *Discurso sobre a origem e grande antiguidade das vestes, que usa por habito ecclesiastico o clero de Portugal.* — Nos *Discursos varios politicos.*

Simões (Augusto Filippe) — *Da architectura religiosa em Coimbra durante a edade media* — Coimbra, 1875, 8.°, 1 folh.

Simões (Augusto Filippe) — *Reliquias da architectura romano-bysantina em Portugal.*

Sousa (Frei Luiz de) — *Annaes d'el-rei D. João* III.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1834 — Lisboa, 1834, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1835 — Lisboa, 1836, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1836 — Lisboa, 1837, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1837 — Lisboa, 1837, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1842 — Lisboa, 1843, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1843 — Lisboa, 1844, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1844 — Lisboa, 1844, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1845 — Lisboa, 1846, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1846 — Lisboa, 1847, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1847 — Lisboa, 1848, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1848 — Lisboa, 1849, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1849 — Lisboa, 1850, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1850 — Lisboa, 1851, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1851 — Lisboa, 1852, 4.°, 1 folh.

Synopse dos principaes actos administrativos da camara municipal de Lisboa em 1852 — Lisboa, 1853, 4.°, 1 folh.

Teixeira de Aragão (A. C.) — *Descripção geral e historica das moedas, etc.* — Lisboa, 1877, 8.°, 3 vol.

Texier (Charles) — *L'architecture bysantine* — Londres, 1864, fol., 1 vol.

Bello livro em folio carregado de magnificas estampas.

Vieira Lusitano (Francisco) — *O insigne pintor e leal esposo* — Lisboa, 17..., 8.º, 1 vol.
Vilhena Barbosa (Ignacio de) — *Estudos historicos e archeologicos* — Lisboa, 1874, 1875, 8.º, 2 vol.

INDICE

LIVRO IV

LISBOA CHRISTÃ—EL-REI D. AFFONSO—FUNDAÇÕES

O foral de Lisboa—Sancta Cruz do Castello—A Sé—O bispo D. Gilberto

Capitulo I

Capitulo II

Capitulo III

Capitulo IV

Capitulo V

Capitulo VI

Capitulo VII

CAPITULO XVIII

CAPITULO XIX

CAPITULO XX

Capitulo XXI

Capitulo XXII

Capitulo XXIII

Capitulo XXIV

ERRATA

Onde se lê	*Leia-se*
Pag. 246, linh. 14:	
seculo XVII	seculo XVI
Pag. 252:	
CAPITULO XXVI	CAPITULO XVI
Pag. 267, linh. 6:	
monumental	documental
Pag. 327, linh. 24:	
EN ⁝ NOME ⁝ DE^{US} ⁝ DE ⁝	EN ⁝ NOME ⁝ DE ⁝ DE^{US} ⁝

Pag. 262:

No summario eliminem-se nas ultimas tres linhas as palavras que principiam *O claustro*, etc.

91-B20816


GETTY CENTER LIBRARY
3 3125 00041 5923

